


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

Eder Carlos Zuccolotto

HOMENS DE NEGÓCIO E PODER LOCAL NO OESTE PAULISTA



ARARAQUARA – SP
2018

Eder Carlos Zuccolotto

HOMENS DE NEGÓCIO E PODER LOCAL NO OESTE PAULISTA

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para exame de defesa

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social.

Orientador: José Antonio Segatto

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – SP
2018

Zuccolotto, Eder Carlos
HOMENS DE NEGÓCIO E PODER LOCAL NO OESTE PAULISTA
/ Eder Carlos Zuccolotto – 2018
210 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: José Antonio Segatto

1. Homens de Negócios. 2. Poder Local. 3. Oeste
Paulista. 4. Coronelismo. 5. Séculos XIX e XX. I.
Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EDER CARLOS ZUCCOLOTTO

HOMENS DE NEGÓCIO E PODER LOCAL NO OESTE PAULISTA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Bolsa: CNPq

Data da defesa: 10/04/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto
UNESP / FCLAr

Membro Titular: Prof^ª Dr^a Maria Tereza Miceli Kerbauy
UNESP / FCLAr

Membro Titular: Prof. Dr. Milton Lahuerta
UNESP / FCLAr

Membro Titular: Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa
UNESP / FCHS / FRANCA

Membro Titular: Prof. Dr. Fransérgio Follis
UNICEP / SÃO CARLOS

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A minha amada esposa Daniela e a
minha querida filha Sarah

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, que financiou este trabalho, obrigado por todo o apoio. Os recursos garantiram maior tranquilidade para a pesquisa;

Ao meu orientador Prof. José Antonio Segatto, que sempre acreditou e me apoiou na minha caminhada pela pós-graduação. Obrigado por sempre acreditar em mim;

A minha esposa Daniela e minha filha Sarah. Vocês são luzes que iluminam os meus caminhos e projetos. Meu amor e carinho são imensos por vocês, minhas princesas;

Aos meus pais que sempre me apoiaram e estiveram presentes em todos os momentos importantes da minha vida, vocês são a base sólida em que me espelho;

Aos meus irmãos Rodrigo e José Henrique (*in memoriam*), que sempre me deram ânimo nas adversidades. Sempre carregarei nossos momentos;

Aos meus sobrinhos: vocês são a certeza que a vida se renova;

Aos meus sogros: José e Lúcia e meus cunhados: Júnior, João e Pâmela, por toda a oração e amizade;

Aos amigos Ulysses, André, Gigi, Fabiana, Danilo, Marielen, Renato, Raquel por todo o apoio e descontração;

Ao professor Oswaldo Truzzi que me deu a oportunidade de conhecer e participar de importantes pesquisas;

À professora Maria Tereza que sempre contribuiu para o crescimento do meu trabalho;

Ao professor Fransérgio pelas excelentes aulas na faculdade, que me despertaram para novos projetos;

Ao professor Agnaldo que com seu trabalho inspirou-me a batalhar pelo meu tema no mestrado;

Ao professor Milton que contribuiu para o crescimento das reflexões deste trabalho, companheiro de conversa e do futebol;

A todos os professores e funcionários da FCLAr que sempre foram muito profissionais e amigos;

A Deus que nas minhas aflições sempre ouviu minhas orações. Obrigado Senhor!

“O cientista não é o homem que fornece as verdadeiras respostas; é quem faz as verdadeiras perguntas”. (Claude Lévi-Strauss)

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar o papel dos homens de negócio na constituição do poder local com base em uma perspectiva territorial e temporal comum: o Oeste Paulista, no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A proposta foi trabalhar essa questão não de maneira dissociada, mas promover uma análise crítica entre as partes que constituem seu campo de formação, como por exemplo, a figura do proprietário rural, presente tanto na discussão sobre a caracterização dos homens de negócio, como do poder local. As cidades do Oeste Paulista selecionadas para este trabalho são: Araraquara, São Carlos, Rio Claro e Ribeirão Preto. Procuramos ainda estabelecer as particularidades do poder local no Oeste Paulista em relação a outros Estados ou regiões. a investigação está embasada na sociologia histórica.

Palavras-chave: Oeste Paulista; Séculos XIX e XX; Poder local; Homens de negócio; Coronelismo.

ABSTRACT

The thesis aims to analyze the role of local power in the constitution of businessmen based on a common territorial and temporal perspective: West of the state of São Paulo, in the period between the end of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century. The proposal is to work this issue not in a dissociated way, but to promote a critical analysis between the parties that constitute its field of formation, such as the figure of the rural landowner, present both in the discussion about the characterization of businessmen, local power. The cities of the West of the state of São Paulo selected for this work are: Araraquara, São Carlos, Rio Claro and Ribeirão Preto. We will also try to establish the particularities of local power in this region in relation to other states or places. the research will be based on historical sociology.

Keywords: West of the state of São Paulo; 19th and 20th centuries; Local power; Business man; Coronelism.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Marcha do café	62
Mapa 2	Divisão Distrital Federal do Estado de São Paulo - 1893	100
Mapa 3	Divisão Distrital do Estado de São Paulo - 1896	100
Mapa 4	Divisão Distrital Federal do Estado de São Paulo - 1905	102
Mapa 5	Divisão Distrital do Estado de São Paulo - 1903	103
Mapa 6	Divisão Distrital do Estado de São Paulo - 1905	103
Mapa 7	Fazendas da região de Cravinhos/SP - 1956	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quadro de eleitores - 1896	104
Tabela 2	Quadro de eleitores - 1897	104
Tabela 3	Quadro de eleitores - 1922	105
Tabela 4	Representantes do PRP nos distritos eleitores - 1906	106
Tabela 5	Representantes do PRP na Convenção Nacional - 1909	106
Tabela 6	Representantes do PRP dos diretórios municipais na eleição da comissão diretora - 1913	107
Tabela 7	Representantes do PRP nos distritos eleitores 1925	107
Tabela 8	Aquisição de propriedades próximas a fazenda Monte Alegre – 1894-1895	148
Tabela 9	Fazendas de Francisco Schimdt - 1899	148
Tabela 10	Acionistas fundadores da Cia Agrícola do Ribeirão Preto – Março 1891	154
Tabela 11	Acionistas da Cia Agrícola do Ribeirão Preto – Janeiro 1892	155
Tabela 12	Acionistas da Cia Agrícola do Ribeirão Preto – 1893-1895	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRP Partido Republicano Paulista

PRM Partido Republicano Mineiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1- São Carlos: três sesmarias, uma cidade	19
1.2- Rio Claro: de boca do sertão aos trilhos da ferrovia	22
1.3- Ribeirão Preto: de local desabitado a referência na produção de café	25
1.4- Araraquara: morada do sol ou buraco de araras?	27
2. DO NACIONAL AO LOCAL: MATIZES DA CONSTITUIÇÃO DO PODER POLÍTICO NO BRASIL E NO OESTE PAULISTA	30
2.1- Pensando o Brasil: onde está nosso projeto nacional?	30
2.2- A constituição do poder nacional e as matizes do poder em São Paulo	35
2.3- A presença dos líderes locais na política, a importância da figura dos coronéis	48
2.4- O Partido Republicano Paulista: surgimento e sua importância no Oeste Paulista	54
3. HOMENS DE NEGÓCIO NO INTERIOR PAULISTA	61
3.1- O Oeste Paulista: a marcha do café e sua importância	61
3.2- Condições históricas do surgimento dos Homens de Negócio	64
3.3- O Oeste Paulista: formação, ocupação e pioneirismo	77
3.4- Cafeicultores e imigrantes no Oeste Paulista	82
3.5- Líderes locais na política do Oeste Paulista	88
4. POLÍTICA E NEGÓCIOS NO OESTE PAULISTA	91
4.1- O Oeste Paulista: mais do que apenas um espaço geográfico	91
4.2- Política no Oeste Paulista, coronéis ou agentes diferenciados?	93
4.3- O Impacto da criação dos distritos no Oeste Paulista	95
4.4- Os distritos eleitorais no Oeste Paulista	99
4.5- Demonstrativo do quadro de eleitores e dos representantes do PRP nas localidades	104

5- NEGÓCIOS E POLÍTICA NO OESTE PAULISTA: TRAJETÓRIAS QUE SE CRUZAM	108
5.1- Trajetórias políticas no Oeste Paulista	108
5.1.1- O quadro político em São Carlos: Botelhistas X Salistas	108
5.1.2- O quadro político em Rio Claro	114
5.1.3- O quadro político em Araraquara	119
5.1.4- O quadro político em Ribeirão Preto	123
5.2- Antonio Carlos de Arruda Botelho, Carlos Baptista de Magalhães, e José Estanislau de Oliveira: política, negócios e influência	127
5.3- Ribeirão Preto a terra dos reis do café	129
5.4- Araraquara: do sertão ao desenvolvimento político pelo café	137
5.4.1- O caso dos Britos: política, linchamento e poderio dos coronéis em Araraquara	143
5.5- Francisco Schimidt: da origem humilde a rei do café	147
5.5.1- A Companhia Agrícola Francisco Schimidt: formação e funcionamento	150
5.6- A Companhia Agrícola do Ribeirão Preto	153
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
BIBLIOGRAFIA	174
ANEXOS	178
PREFEITOS E VEREADORES DAS CIDADES	
São Carlos	179
Araraquara	187
Ribeirão Preto	195
Rio Claro	203
AMOSTRAS DE REPORTAGENS PESQUISADAS NOS JORNAIS	204

1. Introdução

A proposta desta tese foi investigar o papel dos homens de negócio na constituição do poder local com base numa perspectiva territorial e temporal comum: o Oeste Paulista, no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nossa proposta envolvia trabalhar essa questão não de maneira dissociada, mas promover uma análise crítica entre as partes que constituem seu campo de formação, como por exemplo, a figura do proprietário rural, presente tanto na discussão sobre a caracterização do homem de negócios, bem como do poder local. As cidades do Oeste Paulista selecionadas para este trabalho são: Araraquara, São Carlos, Rio Claro e Ribeirão Preto. Procuramos ainda estabelecer as particularidades do poder local no Oeste Paulista em relação a outros Estados ou regiões do país. A investigação esteve fundamentada na sociologia histórica.

O objetivo da pesquisa foi investigar como o poder local em São Paulo, em especial no Oeste Paulista, esteve fundado em determinadas relações sociais e no comportamento e ação de fazendeiros que assumem um perfil diferenciado de empreendedorismo e que, por isso, acabaram assumindo o papel de "homens de negócios", termo utilizado por Florestan Fernandes, para distinguir que a atuação desses fazendeiros não se assemelha com outros de seus pares tanto no Estado de São Paulo (como exemplo o Vale do Paraíba), quanto em outras regiões do Brasil. Outra questão deste trabalho foi analisar a sua atuação no campo político, ou seja, se este tem um caráter particular, diverso daquele tipo consagrado no trabalho de Vitor Nunes Leal.

O caminho para delimitar os temas que nortearam este estudo começou ainda no mestrado, quando estávamos finalizando o texto, iniciamos um pequeno esboço do que poderia vir a ser o projeto de pesquisa do doutorado, logo surgiu uma perspectiva muito interessante: o debate iniciado no mestrado sobre os Homens de Negócio e mesclá-lo com o tema coronelismo.

Desse modo, também nos dedicamos a investigar o coronelismo em São Paulo e, nesse processo, identificamos que ele é diferenciado em relação a outros tipos que analisamos durante a primeira parte deste estudo. Isso se deve, pois apresenta características que o tornam distinto em relação ao de outras regiões, como a questão da dualidade entre o passado e o presente, o desenvolvimento do chamado *Ethos* Burguês, as relações patrimonialistas e clientelistas, entre outras. Como bem frisou Fernandes (2010) viviam com um pé no passado e outro no presente.

Surgiu assim a primeira ideia. A seguir delimitamos os espaços temporal e territorial para que a pesquisa tivesse um foco, um eixo-norteador em que o debate e a análise dos pontos teóricos e práticos pudessem estar fundamentados em uma perspectiva comum. O enfoque foram os últimos anos do Império e nas primeiras décadas da República.

Como já tinha uma base relativamente segura sobre o debate acerca da questão dos Homens de Negócio, iniciamos a primeira parte debatendo a questão política que envolvia o coronelismo, e neste sentido as reuniões com o orientador, e as disciplinas cursadas com ele, com o Professor Milton Lahuerta, e com a professora Maria Tereza Kerbauy foram essenciais cada uma a sua maneira para o enriquecimento das primeiras questões sobre política e coronelismo. Também é válido ressaltar a importância da pesquisa realizada durante alguns anos com o professor Oswaldo Truzzi, porque foi graças a ela que surgiram as primeiras ideias sobre as questões locais e de empreendedorismo.

Fundamentado em textos e colaborações importantes desses quatro professores o primeiro capítulo foi uma obra artesanal de muitas idas e vindas, uma tarefa árdua que envolvia deste a limitação temporal e territorial de um tema tão amplo (poder local), ao mesmo tempo foi e continua prazeroso poder pensar em todas as perspectivas que ele pode trazer.

Tanto que assumimos a tarefa de tentar trazer um esboço dos aspectos políticos gerais que vinham deste o período colonial, passando pelo Império, Primeira República e tendo como ponto principal o Oeste Paulista.

Partir de uma visão Macro sobre as questões políticas para poder depois de dedicar às particularidades do poder local é uma tarefa que se mostrou muito interessante, e que ganhou ainda mais fôlego quando o próprio Vitor Nunes Leal salientou que o modelo que ele elaborava em sua obra se encaixava dentro de uma perspectiva particular, mas que em outras localidades esta poderia ser outra.

Neste sentido a abertura dada por Leal abria a possibilidade de analisar as figuras políticas do Oeste Paulista como podendo fazer parte de um novo e diferenciado panorama.

No próprio texto da dissertação da professora Kerbauy ela lembra na introdução que estudar o poder local é uma tarefa difícil e que até aquele momento tinha sido

realizada por diversas perspectivas, mas que existia uma carência do ponto de vista das Ciências Sociais.

Já no texto de Simon Schwartzman as análises que ele faz sobre as diferenciações e as particularidades das regiões brasileiras caíram como luva dentro de nossa proposta, pois o autor ao analisar aquilo que ele delimitou como quatro regiões, não só expandiu o leque de possibilidades de estudo, principalmente sobre São Paulo, como ainda observou que essa divisão poderia ser repensada e que outras perspectivas poderiam ser estudadas e inseridas.

E, desse modo, a segunda seção foi sendo construída, através de um debate histórico e social, pontuado pelas questões que envolviam poder local, coronelismo, mandonismo local, patrimonialismo, clientelismo; entre outros e tendo como pano de fundo o Oeste Paulista do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Nosso próximo passo seria retomar, aprimorar e readequar o tema sobre os Homens de Negócio, que já tínhamos trabalhado no mestrado, mas que agora teria algumas modificações. A primeira dizia respeito ao enfoque, no mestrado trabalhamos o imigrante como centro do debate, no doutorado o principal enfoque seriam os cafeicultores.

Com o cafeicultor como foco deste estudo, surgiram modificações essenciais, afinal trabalhar questões como o poder local e o coronelismo no Oeste Paulista teriam mais sentido e fundamentariam mais o debate, se estivessem centradas na figura dos cafeicultores.

Neste sentido, tivemos que retomar a obra de Florestan Fernandes e aprofundar as questões relativas aos proprietários rurais, na sequência retomamos a própria questão do empreendedorismo local mais atrelada à figura dos cafeicultores.

Além de retomar o debate de Fernandes, precisamos incluir outros estudos como o de Monbeig (1984), para que assim pudéssemos nos dedicar a aprofundar um pouco mais sobre como a marcha do café seguiu do Vale do Paraíba para o interior de São Paulo. O aprofundamento serviu para que identificássemos que novos termos poderiam ser aplicados as regiões, como é o caso da Franja Pioneira, e do que alguns chamaram de Novo e Velho Oeste Paulista.

Outro ponto interessante é a ferrovia, ela esteve presente em alguns momentos das nossas análises e muitas vezes foi o eixo norteador dessa expansão do café, mas Flávio Saes (1981) resgatou o tema propondo um outro olhar sobre ele.

As melhorias que foram sendo implementadas por esses Homens de Negócio acabam sendo sentidas nas propriedades rurais e também nos núcleos urbanos. Aqui se encontra um ponto de análise importante, afinal pelo que identificamos aos poucos a fazenda foi assumindo um caráter de negócio, um local que representava o ganho, e por isso não necessitava da presença constante do proprietário, que passou a delegar essa função.

Desse modo, a cidade ganha importância, ela passa a ser o refúgio, a morada, o local de entretenimento desses Homens de Negócio e, por isso, não poderiam continuar como simples localidades de pouso e comida, elas deveriam oferecer algo a mais, o que, sem dúvida, também servia como uma amostra do poder e da influência de determinados cafeicultores.

Um ponto comum entre a investigação dos Homens de negócio presente no texto do mestrado e neste texto está ligado ao fato de que nem todos alcançaram este posto, assim como boa parte dos imigrantes acabou sendo aproveitada como mão de obra nos cafezais; outra parcela significativa de fazendeiros de café ainda estava vinculada a modelos tradicionais no trato de suas propriedades, no entanto, assim como no caso dos imigrantes o que fez a diferença não foi a quantidade, mas sim a qualidade dos negócios que conseguiram ser implementados por esses pequenos grupos.

E foi durante a construção deste segundo capítulo, sempre tendo em mente o que fora feito no primeiro capítulo que muitas ideias foram surgindo de como poderíamos conciliar esses dois debates.

Desse modo, a segunda seção procurou resgatar aspectos gerais e particulares sobre a formação do poder político nacional e local. Para tanto, o estudo se dará por meio da discussão de alguns tópicos como: a constituição do poder político no Brasil ao longo do período colonial, imperial e da primeira fase republicana; a formação do poder nacional e a importância do poder local, especificamente no caso do Oeste do Estado de São Paulo; a constituição e a consolidação da figura dos coronéis paulistas.

Não iremos aprofundar todas as questões relativas à construção do poder em âmbito nacional, nem suas várias vertentes regionais, já que o que realmente nos interessa neste estudo é realizar essa discussão para construir um suporte ao tema central da nossa pesquisa, que tem como foco analisar o poder local no Oeste Paulista e

as influências dos chamados Homens de Negócios¹ dentro do processo político da referida região.

Utilizamos como principais aportes teóricos para esta etapa da nossa investigação os estudos de Simon Schawrtzman (1975) e Vitor Nunes Leal (2012), além de outros autores elencados nas referências bibliográficas utilizados no intuito de enriquecer e aprofundar o debate.

Já a terceira seção trata mais especificamente do termo homens de negócio e sua presença no interior paulista. Para tanto, utilizará como aporte teórico a visão elaborada por Florestan Fernandes (2010) presente em sua obra *A revolução burguesa no Brasil*, tendo como enfoque neste trabalho a implantação, auge e decadência da lavoura cafeeira no Oeste Paulista (segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX).

O termo foi primeiro associado por Fernandes (2010) aos cafeicultores e durante nosso estudo do mestrado procuramos relacioná-lo também aos imigrantes, no presente texto focaremos nosso interesse nos cafeicultores.

Nosso interesse pelo interior paulista está no fato de que a região constitui uma área extensa e repleta de potenciais estudos, gerados pela grande quantidade de casos históricos. Nosso enfoque será principalmente nos territórios de: Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, e Rio Claro.

As áreas elencadas apresentaram um grande desenvolvimento em grande parte devido à expansão cafeeira para o Oeste Paulista. O café contribuiu para o desenvolvimento destas regiões com dois elementos importantes: o imigrante e a ferrovia.

Uma prova do crescimento dessas regiões a partir da expansão cafeeira pode ser identificada por meio de dados fornecidos por Holloway (1984, p. 33). Segundo o autor, o número de municípios no Estado de São Paulo “[...] cresceu de 46 em 1850, para 121 em 1886; 206 em 1920 e 216 em 1934 [...] das 140 novas unidades criadas naquele período (1886 – 1934), 118 o foram no planalto ocidental [...]”.

Na quarta e quinta seções nossa intenção foi de promover um estudo comparativo entre os referenciais teóricos presentes nos capítulos anteriores (poder local e homens de negócios) com a realidade das localidades escolhidas para este estudo, ou seja, este capítulo procurou trabalhar como os conceitos teóricos, ou como as realidades

¹ O termo Homens de negócios está vinculado ao trabalho de Florestan Fernandes intitulado *A Revolução Burguesa no Brasil* (2010).

macros podem ser analisadas no Oeste Paulista, especificamente nas cidades selecionadas.

Percebemos que existem realidades e práticas que são gerais, ou seja, que podem ser identificadas com mais frequência nas localidades, mas também existem aquelas que são particulares, que fazem parte do contexto daquela cidade.

E na quarta e quinta seções que colocamos em foco questões relacionadas com a política, como o: patrimonialismo, o clientelismo, as fraudes e as alianças; e procuramos identificar como elas estavam atreladas com a dinâmica dos negócios destes fazendeiros, como o empreendedorismo deles se valeu da política, ou seja, como a política se tornou um negócio para eles.

Neste sentido, o terceiro capítulo acabou por ser um ponto vital deste estudo, pois é ele quem procura elencar, completar e preencher as lacunas sobre a problemática aqui proposta que é a de trabalhar como os Homens de Negócio utilizavam de maneira direta ou indireta a política, o poder local em seu benefício, ou em benefício de seus aliados.

Cabe ainda destacar que a pesquisa empírica foi vital para a sustentação desta pesquisa, principalmente no terceiro capítulo, em que as tabelas e os dados enriqueceram o processo de análise de cada uma das cidades, de seus personagens e da confluência e/ou distanciamento das particularidades presentes nos negócios e na política.

A pesquisa dos dados em grande parte contou com visitas aos acervos públicos municipais de cada cidade, a bibliotecas, a museus e ao acervo digital da Biblioteca Nacional, que conta com uma quantidade considerável de publicações de diversos jornais, almanaques, revistas, entre outros das localidades que foram contempladas neste estudo.

1.1- São Carlos: três sesmarias, uma cidade

A cidade de São Carlos tem suas terras localizadas na região geograficamente conhecida, no Estado de São Paulo, como planalto ocidental paulista. Segundo relatos de Neves (2007, p.24), as terras dessa região ficaram livres da invasão colonizadora até

o findar dos anos setecentos, antes disso só eram conhecidas e exploradas pelos indígenas *guayanazes*.

A primeira sesmaria do território que daria origem à futura cidade de São Carlos acaba sendo concedida em 1781 ao cirurgião-mor do Regimento de Voluntários Reais de São Paulo, era um lote de três léguas. Cinco anos depois ela foi vendida para Carlos Bartholomeu de Arruda, sargento-mor de Itu e avô do futuro Conde do Pinhal, surgia neste momento a sesmaria do Pinhal, grande parte das terras que mais tarde resultariam no município de São Carlos.

A demarcação das terras, no entanto, acabou por ser feita pelo filho de Carlos Bartholomeu, ou seja, foi Carlos José de Arruda Botelho que iniciou o processo em 1831, e as primeiras mudas de café chegam a sesmaria do Pinhal em 1840. Além das fazendas, pouco existia na região², tanto que as primeiras casas dentro de um perfil de núcleo urbano surgem na região da cidade de Araraquara. (TRUZZI, 2000, p. 23-25).

Não demorou para que surgissem os primeiros investimentos nas terras onde afloraria o núcleo urbano de São Carlos. Em 1856, a construção da capela foi solicitada por Jesuíno Soares de Arruda e sua mulher, que seriam proprietários, ao lado dos Botelhos, das terras onde seria construída a capela, fato este que mais tarde vai gerar uma intensa disputa sobre o mérito de quem seria o fundador³ de São Carlos.

Disputa à parte, certo é que logo um aglomerado cada vez maior de casas foi rodeando o sítio em torno da capela, a licença episcopal para veio no ano de 1857 e neste mesmo ano o presidente da Província de São Paulo assinou o ato de criação do distrito de Paz de São Carlos do Pinhal, primeiro passo para a autonomia administrativa (TRUZZI, 2000, p. 31).

Em 1865 São Carlos foi elevada a categoria de Vila, nesse mesmo ano é empossada a primeira câmara municipal; o rápido desenvolvimento fez com que em 1880 a então vila passasse para a categoria de cidade.

As terras que vieram a constituir a cidade de São Carlos não estavam restritas à sesmaria do Pinhal, outras duas sesmarias, a do Monjolinho e a do Quilombo, agregaram terras ao que veio a constituir o território são-carlense, no entanto, o processo de posse dessas duas sesmarias seguiu um processo diferenciado em relação ao da sesmaria do Pinhal, visto que seus proprietários primeiro ocuparam essas terras e somente depois conseguiram legitimá-las junto à justiça.

² São Carlos nessa época era mais conhecida por ser rota de passagem

³ Jesuíno de Arruda ou o Conde do Pinhal

A constituição da sesmaria do Monjolinho tem início quando Miguel Alberto de Vasconcelos, no começo do século XIX, toma posse das terras localizadas no Vale do Ribeirão da Onça, que atualmente é conhecido como Córrego do Monjolinho. As terras estendiam-se da margem direita do córrego por cerca de 5 quilômetros, alcançando em seus limites o marco inicial urbano (Capela de São Carlos). A “casa grande” foi construída em suas terras, que mais tarde, junto com toda a propriedade seria conhecida como a fazenda de Dona Alexandrina. Sobre o histórico de proprietários desta sesmaria, Neves narra que “[...] em 1810 transferiu (Vasconcelos) os diretos possessórios ao sargento mor Felipe de Campos Circudo [...] no alvorecer de São Carlos veio a pertencer ao mineiro João Alves de Oliveira [...]” (2007^a, p.28).

A terceira sesmaria tem sua trajetória ligada ao padre Manoel Joaquim Gurgel, que se apossou dos campos e matas de uma região conhecida como Várzea Grande, que segundo relatos de Neves localizava-se “para as bandas do Mogi” (2007^a, p. 29), atualmente essas terras constituem o distrito de Santa Eudóxia (o qual ainda encontra-se vinculado ao município de São Carlos). Posteriormente, o Padre Manoel conseguiu a carta de concessão da sesmaria que passou a ser denominada de Sesmaria do Quilombo.

Os trilhos da ferrovia chegam em São Carlos em 1884, além disso a cidade foi a primeira do estado de São Paulo a ter uma hidrelétrica, em 1893 a usina do Monjolinho tornou-se a primeira a entrar em funcionamento, nesse mesmo ano a usina Luiz de Queiroz, em Piracicaba também iniciou suas atividades.⁴

Cicinato Braga (2007, p 12.) afirma que, já em 1894, São Carlos contava com construções elegantes como igreja matriz, câmara municipal, capelas, hospital, teatro e matadouro. No início do século XX, a educação ganha duas importantes instituições, um colégio ligado às religiosas de origem francesa, e uma escola normal, instituição que poucos municípios possuíam. Para finalizar, vale destacar que, já em 1908, São Carlos tornou-se sede do bispado.

Neves (2007, p.51) assinala que a zona residencial mais rica e elegante circunscrevia-se em 1894 as proximidades do pátio da matriz “[...] ali erguiam-se as melhores residências, fidalgas e com fumaças arquitetônicas [...] ali estavam também o comércio de luxo, modas, joias e preciosidades raras importadas da Europa, o melhor da elegância e do bom gosto [...]”; Neves ainda destaca que o requinte também estava presente no tratamento dedicado à clientela pelos comerciantes, afinal os clientes eram

⁴ Até 1900 mais nove hidrelétricas foram construídas, todas na região entre Piracicaba e Ribeirão Preto.

exigentes, o que indicava riqueza e refinamento, por sua vez os comerciantes acabavam por se desfazer em amabilidades e tentadoras ofertas para conquistar a confiança e o gosto destes clientes.

O desenvolvimento do núcleo urbano, para muitos autores, representou um produto concebido pelos fazendeiros como espaço para realizarem seus desejos de consumo, diversão ou ostentação, afinal era um local “[...] onde as luzes ficavam acesas à noite; onde as senhoras frequentavam o hipódromo; e onde um fazendeiro jamais deixava sua casa sem usar sobrecasaca e chapéu de seda [...]” (Maeyma apud Truzzi, 2000, p. 96). No entanto, Truzzi ressalta que aos poucos o fazendeiro torna-se um típico cidadão, a cidade é seu local de residência e a propriedade rural seu local de trabalho, seu meio de vida.

Se a participação dos fazendeiros no desenvolvimento urbano de São Carlos é inegável, a dos imigrantes também não pode ser desprezada, muito contribuiu para sua efetiva importância o fato de que praticamente não existia um quadro de paulistas nativos com um estilo de vida urbano, o que oferecia aos imigrantes grandes oportunidades de inserção na vida urbana, essas (oportunidades) surgiam em grande parte devido às vantagens de que eles (imigrantes), ao se dirigirem para a cidade já traziam consigo alguma habilidade profissional adquirida no país de origem.

As primeiras levas de imigrantes chegam a cidade em 1876, são de origem alemã e são patrocinadas pelo Conde do Pinhal; as levas mais significativas, no entanto, são de imigrantes de origem italiana, o período de maior destaque dessas levas acontece entre os anos de 1880 – 1894, São Carlos foi nesse período um dos principais polos imigratórios paulista.

1.2- Rio Claro: de boca do sertão aos trilhos da ferrovia

A origem de Rio Claro está intimamente ligada ao povoamento do Oeste Paulista, a exemplo de outras cidades da região era rota de passagem de viajantes, num primeiro momento, eram utilizadas para a penetração das terras que seguiam em direção a Goiás⁵, o caminho passava pela região conhecida como Sertões de Araraquara.

⁵ Por volta do início do Séc. XVIII

Esse era apenas um dos caminhos, segundo Dean (1977, p. 21) outra rota passava pelo rio Tietê até a bacia do Paraná, o trajeto era feito em grandes comboios uma vez por ano, no entanto, alguns preferiam evitar esse caminho temendo doenças, como as chamadas “febres dos pântanos”.

Os desbravadores que preferiam o caminho por terra firme seguiam o trajeto desde a cachoeira de Piracicaba, seguindo por um percurso de campos e elevações suaves. Quando atingiram cerca de 30 km ao norte se deparavam com uma série de escarpas de 200 m de altitude; portanto, seria proveitoso que nesse local existisse um pouso para os viajantes e os animais para que conseguissem reunir forças para encarar a cansativa subida.

Foi a ocasião para que alguns vissem a oportunidade de algum ganho; afinal, além do pouso, o local poderia ser um ponto de abastecimento de alguns gêneros, principalmente para os de primeira necessidade. Desse modo, Rio Claro passou a ser conhecida como Boca do Sertão porque “[...] logo depois dele começava, no planalto, o que os habitantes consideravam como realmente ermo, o Sertão de Araraquara [...]” (DEAN, 1977, p. 21).

A região acabou sofrendo, no final do século XVIII, um intenso movimento de apropriação de terras através da disputa por cartas de sesmarias. A maior parte dos que acabaram se tornando donatários dessas terras pertencia à famílias poderosas e influentes originárias da região de Piracicaba, Itu e Campinas.

Rio Claro teve sua origem a partir da sesmaria dos Pereira, era o único local de pouso para as tropas que passavam por essa região. Em 1827, foi elevada à categoria de Capela Curada, data em que recebeu o nome de São João Batista do Ribeirão Claro (BILAC, 1995, p. 175).

Em 1830, São João Batista do Ribeirão Claro já era elevada à condição de freguesia, pertencia à vila de Constituição (atual Piracicaba) e, aos poucos, a elite local⁶ já se organizava para conseguir melhoramentos e a futura emancipação da localidade. (SANTOS, 2002. P. 26).

Os melhoramentos urbanos incentivaram para que muitas pessoas fixassem residência, mas não podemos nos esquecer de que as lavouras de cana-de-açúcar e café também foram um importante atrativo; com o crescimento vieram as elevações de categoria, primeiro em 1845 passou de Freguesia a Vila, e em 1854 de Vila a cidade.

⁶ Em um primeiro momento representada pela "Sociedade do Bem Comum" que tratamos com mais detalhes no capítulo 1

A importância das lavouras pode ser sentida pela quantidade de propriedades, em 1860 existiam 35 fazendas de café e seis engenhos de açúcar, além disso também faziam parte desse cenário diversas fazendas de gado. (SANTOS, 2002, p. 47).

Já a década seguinte foi marcada pelo grande fluxo de imigrantes que se dirigiram para a localidade, no ano de 1870 já eram cerca de 7,4% da população livre, sendo que os alemães correspondiam a 45,2% desse total.

Assim como aconteceu em São Carlos, os imigrantes perceberam as lacunas existentes em uma sociedade em formação. Passaram então a se adaptarem às condições socioeconômicas que se abriam naquele meio, souberam ocupar e se inserir numa economia de mercado que passava a ganhar impulso. (SANTOS, 2002, p. 49).

Passemos agora a analisar uma mudança crucial para toda a região, a substituição das mulas pelo transporte ferroviário.

Em meados do século XVIII, as estradas que ligavam o porto de Santos as regiões produtoras de café eram simples veredas que não permitiam sequer o uso de veículos de rodas. Os custos com o transporte realizados por tropas de mulas eram muito altos, envolviam desde o desperdício até o grande tempo gasto, ou seja, os lucros acabavam reduzidos.

A solução desejada por muitos cafeicultores seria a implementação da linha férrea, que seguiu o seguinte cronograma: em 1866, os trilhos já ligavam Santos a São Paulo; em 1867, os trilhos chegam até Jundiaí, o prolongamento dos trilhos até Campinas contou com a participação de uma associação de cafeicultores da região, sendo que 25 deles possuíam terras em São João Batista do Ribeirão Claro, desse modo os trilhos chegam a Campinas em 1872, sendo que o prolongamento até São João Batista do Ribeirão Claro acontece no ano de 1876. (SANTOS, 2002, p. 71-73).

A ferrovia não significou apenas uma mudança no transporte de mercadorias, ela também transformou o meio urbano, desde a instalação de construções, principalmente as comerciais, até a variedade e especificação de produtos e dos comércios passaram a ser atrelados à ferrovia “[...] os comerciantes passam a comercializar produtos específicos em seus estabelecimentos, em detrimento daquele estabelecimento que vendia todo tipo de artigos [...]” (SANTOS, 2002, p. 95).

1.3- Ribeirão Preto: de local desabitado a referência na produção de café

Assim como outras localidades aqui abordadas, o território que constituiria a futura cidade de Ribeirão Preto estava localizado em uma região inabitada até o início do século XVIII. O terreno está localizado em uma região de planalto levemente serrano, com elevações que chegam até 500 metros, nesta região encontrava-se uma formação vegetal típica de floresta semitropical.

As terras onde hoje está situada a cidade já eram conhecidas deste o século XVIII, uma boa parte do território fazia parte da sesmaria que pertenceu ao Padre Manuel Pompeu de Arruda; mais tarde elas foram vendidas para o capitão-mor João Pedro Diniz Junqueira⁷, que foi o responsável por demarcar as primeiras fazendas dessa região. (KANDAS, 1978, p. 18).

Rota de passagem de caçadores, comerciantes e bandeirantes, a região passou a ser povoada a partir da década de 1810, momento em que passou a ser rota de mineiros e paulistas de outras regiões; a família Reis foi a primeira a se fixar ali, sendo a desbravadora dessas terras devolutas, mais tarde (décadas de 1820 - 1830) outras famílias⁸ são atraídas principalmente pela expansão na criação de gado, cavalos e porcos, sendo que a grande maioria nesse período era de mineiros (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 39).

Em 1845 acontece uma doação de terras para a construção da primeira capela, ela foi feita por José Matheus dos Reis, no entanto, as terras doadas não são aceitas de imediato, polêmicas que envolviam até mesmo o local acabam por atrasar a construção, nesse meio tempo, em 1856, a cidade acaba sendo tendo a sua fundação antes mesmo da construção da capela, que é oficialmente demarcada em 1863 e finalizada em 1870. (KANDAS, 1978, p. 19).

Impulsionada pelo esgotamento das terras do Vale do Paraíba, a marcha do café adentra o interior paulista e muitos acabam se interessando pelos estudos e relatos de dois agrônomos, Martinho Prado e Pereira Barreto, que atestaram a eficácia do solo dessa região, não demorou para que diversos fazendeiros se aventurassem para explorar essas terras.

⁷ Chega a região depois da família Reis

⁸ Caso por exemplo da Família Junqueira

Em 1870 Ribeirão Preto é elevada a categoria de freguesia, no ano seguinte (1871) passa para a categoria de vila, momento em que torna-se autônomo em relação a São Simão; em 1874 é constituída a primeira câmara municipal. (KANDAS, 1978, p. 19).

O crescimento foi tão acelerado que, em 1883, foi inaugurada a linha férrea interligando Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo, desse momento em diante o café tomou conta do cenário; fortunas foram construídas, como exemplo podemos citar o caso de Henrique Dumont, o primeiro rei do café brasileiro. As famílias que participavam desse novo ciclo eram oriundas do Rio de Janeiro, de São Paulo e algumas, como os Junqueira, estavam ali desde o período de desbravamento da região. (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 40).

A exemplo do que identificamos nas outras localidades, a vida urbana não tardou a se intensificar, casas, estabelecimentos comerciais e industriais rapidamente se tornaram uma realidade. O entretenimento também logo passou a ser uma constante, e Ribeirão logo se notabilizou pelo grande volume de opções, principalmente as que se relacionavam com a vida noturna, como os teatros, bares, cassinos, casas de jogos e bordéis.

O crescimento não ficou restrito apenas a Ribeirão, Cravinhos que foi bairro da cidade até 1893, neste ano alcança é elevada a categoria de distrito, sendo que em 1897 a localidade atinge a categoria de cidade.

A cidade alcançou um nível de sofisticação cultural nos anos seguintes e , em 1913, existiam cerca de 17 associações privadas , que atuavam nos mais variados seguimentos, como sociedades beneficentes, organizações étnicas, clubes musicais e sociais, agregavam desde patrões até trabalhadores. Além disso, existiam seis jornais para disputar a preferência dos eleitores. (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 41).

Em relação à população, a presença dos imigrantes também foi uma constante, tanto que segundo dados, em 1912, cerca de 40% da população era de imigrantes, sendo que a maioria era de italianos (WALKER & BARBOSA, 2000, p 47).

A ferrovia chegou a Ribeirão graças através da Mogiana, partindo de Campinas, estendia-se até Casa Branca, de lá fazia um cotovelo passando por São Simão, Cravinhos e por fim a Ribeirão Preto, que recebeu os primeiros trilhos em 1883. (KANDAS, 1978, p. 24).

1.4- Araraquara: Morada do sol ou buraco das araras?

Em muitos estudos já presenciei explicações ao nome de Araraquara como uma derivação de um termo indígena que quer dizer "Morada do Sol", no entanto, ao me deparar com outros estudos como o de Corrêa (2008), percebi que existem outras interpretações, como buraco das Araras, também atribuída aos indígenas. O próprio Imperador Dom Pedro II quis dar também a sua contribuição e interpretou "arara" como sendo dia, claridade e "quara", como buraco, lugar de moradores, ou ninho.

Curiosidades como o nome à parte, o território onde hoje se encontra a cidade já fez parte de uma região muito maior, ela esteve envolta em uma porção que era chamada de "Campos de Araraquara"⁹, que correspondia a toda a área situada ao norte do Rio Piracicaba.

Os Campos se iniciavam na região do Morro de Araraquara, estendendo-se até as nascentes do rio Jacaré-Pipira. O termo era tão usual que nas primeiras cartas de doação de sesmária constava a referência a ele; como no caso da carta concedida a Manuel Joaquim de Arruda, que partia do final das terras da sesmária de Carlos Bartolomeu de Arruda, da outra banda do rio Pinhal até os campos de Araraquara. Outra sesmária a de Manuel Pinto Ferraz era assim indicada: terras campos de Araraquara que partem de uma parte com a sesmária do Capitão Antonio Correa Barbosa (CORRÊA, 2008, p. 27).

A exemplo de outras cidades da região, como São Carlos, Rio Claro e Ribeirão Preto, também a formação de Araraquara se deve ao desbravamento inicial de suas terras aos desbravadores que se dirigiam para as regiões mineradoras, como Cuiabá.

As primeiras atividades registradas nestas terras datam do final do século XVIII quando se verifica que as terras estavam sendo utilizadas para a criação de gado. Os primeiros nomes que surgem nos registros oficiais destas terras são os de Gabriel de Moraes Dutra e Pedro José Neto. O primeiro aparece nos registros até o ano de 1812, enquanto que Pedro José Neto, além de ser o mais antigo, permaneceu durante mais tempo na região. (CORRÊA, 2008, p. 31).

Segundo alguns relatos, Pedro José Neto seria natural de Barbacena (MG), teria participado da conjuração mineira e, por esse motivo, teria vindo se refugiar em Itu,

⁹ Também conhecida como Sertões de Araraquara

novamente devido ao engajamento político acabou tendo que fugir da justiça, busca então refúgio no sertão da então província; primeiro esteve nas matas da região de São Carlos e depois de alguma peregrinação acabou por se estabelecer em Araraquara.

Estabeleceu algumas posses na região, como a do Ouro, do Racho Queimado, das Cruzes, do Lajeado, do Cambuí, do Monte Alegre (onde fixou residência) e do Bonfim; muito provavelmente encontrou na região outros posseiros, que assim como ele deveriam estar fugindo da justiça, da polícia ou de algum fazendeiro, estes contribuíram para a exploração dessa nova área, como bem lembrou Corrêa (2008, p. 32) "[...] de outra maneira seria muito difícil explorar uma região tão grande apenas com o concurso da família [...]".

Para garantir maior tranquilidade perante a justiça Pedro José Neto utilizou de inteligência ao negociar a doação/venda das posses para aqueles que foram seus protetores, sendo assim requereu apenas a concessão de uma dessas posses, obtendo carta de sesmaria em 1811, em 1812 o juiz de mediações sargento-mor José Joaquim Correa da Rocha dirigiu-se até Araraquara para efetivar a divisão das terras e conceder as cartas de sesmarias aos outros proprietários (CORRÊA, 2008, p. 33).

Inicialmente esses donatários tiveram os mesmos interesses, ou seja, a utilização das terras para a criação de gado, sendo que seus interesses estavam centrados nos campos, já as terras com matas foram deixadas um pouco de lado neste momento.

Logo surgem as primeiras iniciativas para que a localidade recebesse a titulação de freguesia e que também uma capela; o movimento contou inclusive com o apoio do senador Vergueiro. Em 1817, a demanda teve parecer favorável, era criada a freguesia de Araraquara, que ficou sobre a jurisdição da Vila de Itu.

Os movimentos pela construção da capela também tiveram seus frutos, o local escolhido para a construção foi a sesmaria das Cruzes, seu proprietário o Padre Joaquim Duarte de Novaes fez a doação de 400 braças para o início das obras, sendo que uma parte deveria ser vendida para que se arrecadassem fundos para a construção da capela. A primeira capela era um local muito simples, em seu entorno surgiam as primeiras casas de paroquianos, que também eram muito simples (CORRÊA, 2008, p. 41).

Nos primeiros anos da freguesia, esta não contava de uma autoridade administrativa efetiva, cabia então ao vigário paroquial exercer este posto, sendo assim a primeira autoridade política de importância na futura cidade estava ligada à igreja.

No campo, o gado prevaleceu até por volta de 1825, quando as primeiras iniciativas relacionadas ao açúcar vão surgir; o pioneiro foi Manuel Joaquim Pinto de

Arruda, que iniciou as plantações de cana na sesmaria do Ouro, no entanto, não abandonou a criação de gado em suas terras, ou seja, implantou um tipo de fazenda mista conciliando plantação e criação. Sua iniciativa foi seguida por outros fazendeiros nos anos seguintes.

A expansão dos negócios provocou um movimento para que a freguesia fosse elevada à condição de Vila. Em 1832, foi assinado o decreto de criação da Vila, e, no ano seguinte, foram eleitos os primeiros vereadores. (CORRÊA, 2008, p. 68).

O café começou a despontar em Araraquara na segunda metade do século XIX. Em 1852, surgem as primeiras notícias sobre fazendas com cultivo de café, mas eram ainda muito pequenas e o café ali cultivado destinava-se apenas ao consumo. Como produto comercial rentável o café só começa a se destacar por volta da década de 1870, surgem neste momento os primeiros embates entre lavradores e criadores, afinal agora era necessário que o gado tivesse limites, o que forçou as propriedades a intensificar e melhorar as cercas. (CORRÊA, 2008, p. 60-61).

Um dos principais incentivos à plantação de café em Araraquara seria a possibilidade de contar com o aporte do transporte ferroviário, afinal, com a estrada de ferro, os lucros do café aumentariam muito, pois o tempo de transporte e as perdas cairiam; a chegada dos trilhos a Campinas em 1872 contribuía para essa visão, tanto que a produção aumentou bastante na medida em que os trilhos se aproximavam de Rio Claro (chegam lá em 1876). Já em Araraquara, a linha férrea e as primeiras levas de imigrantes chegam praticamente juntos em 1886 e são peças importantes neste momento de expansão das lavouras cafeeiras. (CORRÊA, 2008, p. 121).

2. DO NACIONAL AO LOCAL: MATIZES DA CONSTITUIÇÃO DO PODER POLÍTICO NO BRASIL E NO OESTE PAULISTA

2.1- Pensando o Brasil: onde está nosso projeto nacional?

A constituição do poder político no Brasil, bem como o ideário da constituição de um projeto nacional, envolve uma série de ponderações, isto porque ele é diferenciado e as razões para isso são muitas. Dentre elas, podemos citar a influência portuguesa durante a fase colonial, assim como a inglesa, francesa e a norte-americana no processo de transição da colônia para o Império e, posteriormente, para a República.

A dificuldade de se organizar um governo tanto no aspecto administrativo quanto no político é uma herança do período colonial, Viana (1938, p. 221-224) apresenta uma série de fatores que elencaremos e debateremos a seguir:

- I. **Os grupos sociais:** seriam incoerentes e dispersos em um território extenso, e ainda sofreriam com as pressões externas;
- II. **As estruturas coloniais:** eram pouco efetivas e por isso determinavam um ritmo lento ou estagnado no processo administrativo;
- III. **Os Governos Gerais:** surgem com o intuito de centralizar o poder na colônia, no entanto, eles acabaram tendo que conviver com os aparelhos de governo local e regional.

Se por um lado Vianna (1938), ao apresentar estes fatores iniciais, ressalta defeitos e dificuldades dos portugueses, por outro, ele também reconhece que existiam alguns atenuantes dentro deste processo, como o espírito objetivo e o senso de realidade em relação às particularidades da terra; outro ponto seria o processo de adaptação, apesar de possuírem um modelo padronizado, souberam adaptar e criar novos cargos que se adequassem à nova realidade, o autor faz ainda uma ressalva e atenua os erros cometidos no processo, pois eles seriam inevitáveis e fariam parte do processo de adaptação.

Em uma visão mais crítica, Carvalho (1999, p. 233) expõe a fraqueza do processo de colonização portuguesa, entre os motivos iniciais destaca que essa tarefa (colonização) ultrapassa os recursos portugueses, o que acabava por gerar uma dependência muito grande em relação ao poder local e à administração colonial.

O tema acaba se tornando ainda mais recorrente quando o processo de centralização ganha novos contornos. Uma tentativa de tentar solucionar este quadro foi a duplicação do Governo Geral, dividindo o território brasileiro em duas partes (VIANNA, 1938, p. 225).

Aos poucos os portugueses cedem, a centralização parece não ser uma realidade possível, "[...] eles são levados, a abandonar o seu belo sonho de unidade política para realizar, pela fragmentação do poder e da autoridade, uma melhor administração e uma melhor defesa dos núcleos coloniais [...]" (VIANNA, 1938, p. 229).

Surge assim a necessidade de se atender as diversidades locais. Para tanto, são criados organismos políticos adequados a cada zona e a cada particularidade regional. Tais características são frutos da adequação e da estrutura peculiar e específica que o colonizador encontra no Brasil (VIANNA, 1938, p. 255).

Vianna (1938, p. 273) chama a atenção do quanto esse processo de transição e adaptação adotado durante o período colonial representou, nas suas palavras, "um perigo" para os estadistas da Independência e do Império.

O perigo ao qual o autor se refere estava presente na sistematização da política por parte do novo governo, este encontraria dificuldades devido à dispersão dos núcleos e suas características peculiares.

Este quadro foi constituído devido ao caráter que assumiram os estadistas coloniais. Sua principal preocupação era montar um mecanismo que garantisse a arrecadação fiscal, não dando muita importância ao sistema (VIANNA, 1938, p. 274).

A justificativa para se repensar o aparato governamental está na necessidade de se garantir a unidade da nova pátria, se o fiscalismo, adotado durante o período colonial, importava-se com a exploração das terras e a coleta de impostos, a nova nação deveria se preocupar em manter seu território unido. (VIANNA, 1938, p. 275).

Vianna (1938, p. 276) destaca o poder e a influência da aristocracia nos primeiros anos do Império, pondera que ela não é homogênea, nem em riqueza, nem em formação, mas que em determinados momentos possuía interesses comuns, como na independência, no apoio ao novo monarca e mais tarde na sua exclusão.

A aristocracia brasileira em nível nacional agiu, principalmente no Império, dentro do campo legislativo, a influência sobre o novo imperador acontecia, lógico que não de forma homogênea, mas segundo os interesses dos grupos que faziam parte dos partidos da época.

Para Carvalho (1999, p. 236), fica evidente que o processo de independência tinha como uma de suas preocupações a manutenção da unidade territorial, ideal que aglutinava mais adeptos do que o ainda nascente abolicionismo. Em nome da unidade adotou-se a monarquia, mesmo que ela significasse a manutenção de um português como principal figura, lógico que as turbulências existiram, mas a consolidação acabou ocorrendo ao longo do Segundo Reinado.

Mesmo com raízes portuguesas, a figura do Imperador foi importante, principalmente no tocante a manter a unidade nacional¹⁰, para isso articulou e estruturou as províncias, criando órgãos e indicando os postulantes dos principais cargos.

O primeiro cargo neste sentido foi o de presidente da província, o segundo foi o de chefe de polícia. Garantindo a indicação desses postos o imperador contava com um importante instrumento eleitoral que reforçava seu poder. (VIANNA, 1938, p. 291-292).

A mudança nas unidades federativas representou também uma alteração na própria maneira como eram escolhidos seus representantes afinal, durante o Império, o presidente da província era escolhido pelo Imperador, tendo assim sua lealdade e fidelidade orientadas para o governo central, desta forma sua ligação com a província não se fazia necessária sob nenhum aspecto (SCHWARTZMAN, 2015, p. 171).

Se por um lado, essa perspectiva parece garantir maior imparcialidade em relação aos interesses particulares da região, garantindo assim os interesses do governo central, por outro lado representou a falta de políticas governamentais explícitas, de projetos contínuos e de ações a médio e longo prazo, isto porque a rotatividade nos cargos era longa, como podemos notar no caso de Minas Gerais, que teve 122 presidentes provinciais em 65 anos.

O maior resultado desse modelo foi o de que ele ajudou a manter a unidade territorial do país, uma vez que garantiu maiores poderes ao governo central e diminuiu a influência dos grupos regionais sobre o poder central.

Isso não quer dizer, como já frisamos anteriormente, que os grupos locais e, por conseguinte, o poder local não tivesse a sua importância, como bem analisou Schwartzman a questão maior não era definir qual modelo prevalecia (centralização x descentralização), mas entender que os dois ocorriam.

De um lado, um poder político centralizado e hierárquico, que não dependia de bases locais de sustentação, apoiando-se na própria

¹⁰ Para Carvalho (1999, p. 237), a unidade nacional era pouco significativa em termos de população, eram poucos os fatores de integração, um deles era a oposição ao estrangeiro (português, inglês), mesmo assim eram fatores ainda incipientes.

máquina administrativa governamental para subsistir e se afirmar. De outro, um poder privado e autônomo difuso, que só adquiria expressão política quando era cooptado pelo Estado, e que entrava em uma trajetória de conflito e derrota quando pretendia se articular [...]" (SCHWARTZMAN, 2015, p. 174).

A centralização do poder acontece à medida que outros aparatos são inseridos, como a constituição do poder militar e a subordinação da Guarda Nacional a esfera nacional, lógico que não podemos nos esquecer do poder moderador (VIANNA, 1938, p. 293).

A mudança desse quadro ocorre ao passo em que o eixo centro-sul cresce de importância e o império entra em crise, momento em que a república começa a ganhar corpo.

Para alguns autores, como Carvalho (1999, p. 246) a Guerra do Paraguai foi um desses momentos chave, ela mobilizou a nação, teve alistamento de voluntários, e de negros, tanto escravos como libertos, as vitórias acabaram despertando um sentimento de orgulho, pela primeira vez surge um sentimento realmente positivo de pátria para a massa, os símbolos ganham destaques na imprensa.

A pátria passa a ser vinculada a um sentimento feminino, a uma mãe, existe uma ruptura com o viés masculino que imprimia o império a busca pela construção da nação passava por novos paradigmas, a abolição e a República (CARVALHO, 1999, p. 248).

A adoção da República no Brasil não representa um momento de estabilização, assim como ocorreu no Império, o período contou com períodos distintos e peculiares, segundo Segatto (2015, p. 40) podemos dividir ou resumi-los em cinco:

- 1) 1889 - 1930: Liberal oligárquica;
- 2) 1930 - 1945: Centralizadora e ditatorial;
- 3) 1945 - 1964: Liberal
- 4) 1964 - 1985: Ditatorial;
- 5) 1985 em diante: Democrática-liberal.

Desse modo, para cada momento citado existe a necessidade de um novo projeto, de uma nova visão, como bem identificou Gildo Marçal Brandão (2005)¹¹, existe uma tradição no Brasil, que é a da ruptura, do marco zero, em que o que passou não serve, deve ser esquecido, deve dar lugar ao novo, que deve ser desprovido de contato com o passado. Infelizmente, essa linha de raciocínio continua a vigorar mesmo

¹¹ Esta linha de raciocínio de Gildo Marçal Brandão está presente no artigo *Linhagens do pensamento político Brasileiro- DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005.

hoje, a exemplo do que ocorre com cada governante que, ao assumir o seu posto, quer promover o novo.

A proposta de um projeto nacional foi debatida por autores como Alberto Torres que era também um dos principais críticos dos modelos importados. Para ele existia a necessidade da criação de um projeto nacional, que, dentre outros benefícios, seria o responsável pela criação de um sentimento de estima e preocupação para com a nação. O autor também promove uma crítica ao constante recomeçar promovido pelos políticos ao assumir um novo mandato.

Esses programas quadrienais, esboçados no curto período de cada governo, são esquecidos, para se dar começo a novos ensaios e tentativas, na seguinte presidência. A história da política republicana, em seu conjunto e em seus vários interesses, é uma jornada de marchar e contramarchas, de experiências e retrocessos (1978).

Outro ponto que merece atenção, diz respeito à participação do povo dentro desse processo, no entanto, como bem frisou Carvalho (*apud* SEGATTO, 2015, p. 24) o que prevalecia aqui no Brasil até 1930 era o cidadão em negativo, ou seja, deixado a margem mesmo do sistema eleitoral, e quando por acaso alguns participavam acabavam por se tornar massa de manobra.

Para Coutinho (*apud* SEGATTO, 2015, P. 27) as mudanças sempre foram feitas "pelo alto", e tinham como intuito a permanente tentativa de marginalizar as massas populares, tanto da vida social, quanto do processo de formação das grandes decisões nacionais. Para tanto, relembra que nos principais marcos históricos as alterações de ordem são realizadas por grupos dominantes restritos.

Nesse sentido, os postulados teóricos que analisam a questão política no Brasil, e, neste caso, tanto os europeus, quanto o norte-americano, acabam por não dar conta de explicar todas as transformações vivenciadas em nosso país.

Uma série de outros questionamentos poderiam ser aqui levantados e analisados, no entanto, este recorte já forneceu os subsídios necessários para avançarmos para uma discussão que se enquadra melhor à proposta deste trabalho.

2.2 - A constituição do poder nacional e as matizes do poder em São Paulo

Iniciaremos a discussão acerca do poder político nacional retomando um fato que já apareceu neste estudo, que é a questão da análise dos acontecimentos políticos no Brasil a partir de padrões conhecidos. Segundo Schwartzman (1975, p. 11-12), os episódios políticos dos países em desenvolvimento tendem a ser analisados por dois conceitos: a cultura política e a modernização. As dificuldades em se adotar estes modelos estão no fato de que na primeira noção as nações são presas de sua cultura política; já na segunda, a qualidade de suas predições tendem a perder espaço com a estagnação econômica.

Outra dificuldade dos modelos prontos diz respeito àqueles que tipificam a evolução dos quadros a partir da noção de tradicional e moderna, os parâmetros adotados identificam uma evolução ao se abandonar um quadro (tradicional) e se adentrar em outro (moderno). No entanto, o autoritarismo político não se encaixa em nenhum desses quadros (SCHWARTZMAN, 1975, p.13), e por isso foi classificado como um período intermediário, mas, e no caso de ele se repetir, existe então uma evolução ou involução dos quadros?

O Brasil, como já adiantamos, é um caso distinto; existe no país uma falta de correspondência entre as instituições formais e sua realidade social e econômica:

Nesta fase da filosofia política em que o Estado é concebido como uma estrutura estranha à sociedade, ajustado a ela, vindo de cima, como que por direito divino - e não emanado dela, partilhando de suas condições materiais e de espírito, vivendo a vida de sua "cultura" e sofrendo a influência de suas transformações (VIANNA apud SCHWARTZMAN, 1975, p. 14).

E por que o debate sobre o modelo político no Brasil não é tão simples?

Segundo Schwartzman (2015, p. 45) em muitos casos existem padrões clássicos de análise como no caso do conflito: ricos x pobres, burgueses x proletários, exploradores x explorados, agricultores x industriais, financistas x industriais. Colocados desta forma parece que os fenômenos políticos são transparentes, inteligíveis, sim porque como o próprio autor identificou podemos estabelecer uma conexão entre instituição e eventos políticos de um lado, e do outro os grupos de interesse e classe social.

Existe aqui uma dificuldade, a de querer interpretar o Brasil através de modelos, isto porque o país não se encaixa dentro de padrões criados para os países da América Latina, tão pouco poderia se adequar àquelas concebidas para a Europa Ocidental e EUA. Neste ponto, a colonização, a independência e a vinculação do país a centros econômicos e culturais mais ativos - como Inglaterra, França e EUA - ajudaram a transformar o país em um caso distinto¹². (SCHWARTZMAN, 2015, p. 50-51).

Tão distinto que o autor destaca um fato que merece especial atenção, para ele o Brasil seguiu linhas próprias no seu processo político, que seriam perfeitamente modernas, ainda que não desenvolvidas, o que torna o país um marco conceitual específico e novo (SCHWARTZMAN, 2015, p. 52)

Voltando à crítica dos modelos prontos Schwartzman (1975, p.17) coloca em xeque o tradicional padrão urbanização/industrialização/política. Para tanto, compara os casos das cidades de São Paulo e Belo Horizonte; no caso paulista o processo se confirma¹³, já no caso da capital mineira o processo de industrialização foi incipiente e mesmo assim a urbanização e a política tiveram grande desenvolvimento.

A questão do patrimonialismo também se faz presente na linha de análise do autor. Segundo ele, o Estado representa um determinado grupo, que acaba sendo manipulado por interesses. É o caso dos sistemas patrimonialistas tradicionais. Neste tipo de quadro existe um grande interesse na cooptação política, processo em que pessoas ou grupos sociais fora da arena política, querem participar dela e ter voz (SCHWARTZMAN, 1975, p. 19-21).

A criação de um vínculo não está presente somente neste caso, na verdade ele se faz dentro da própria arena política; "[...] os que controlam o sistema político tenham meios para comprar ou, de alguma formam incorporar estes esforços de participação, de tal maneira que vínculos de dependência sejam estabelecidos entre os detentores do poder e as lideranças políticas emergentes [...]" (SCHWARTZMAN, 1975, p. 22).

O que Schwartzman (2015, p. 63) está querendo deixar claro aqui é que existe um arranjo político, por um lado o governo quer manter a centralização política, mas por outro as elites locais querem se aproximar e manter vínculo com o governo e, para isso, utilizam-se de táticas como a do "recrutamento".

¹² Esse é o ponto o país é um caso distinto, e não o representa a cópia de um modelo pronto

¹³ Existe uma crítica a visão do poder político de São Paulo, para autor a representatividade não foi tão grande quanto se alardeou, fato que ainda vamos pontuar melhor (1975, p.16-17)

Para justificar esse recrutamento o autor recorre aos estudos de Leal. Ao analisar a relação entre administração central e poder local, identifica que as relações de poder e dominação são geralmente impostas de cima para baixo.

Schwartzman (2015, p. 63) não desconsidera a importância das elites locais, no entanto, assim como Leal, entende que sua influência tinha limitações, desta forma contesta outro modelo o que considera a política "tradicional". Para ele, no caso brasileiro, "[...] não é rural, mas urbana, 'moderna', e levada a cabo por uma elite com refinamento e habilidade necessária para controlar um aparelho estatal bastante complexo [...]".

Ao estabelecer o que denomina como relação simbiótica de dependência entre administração central e poder local, Schwartzman cita Leal para referendar este raciocínio. Identifica que foi durante o período da República Velha o momento de grande poder dos chefes locais e regionais, neste quadro a elite tem um papel de destaque, pois é ela como já dissemos, a responsável por controlar um aparelho estatal bastante complexo e faz isso com habilidade, desta maneira estabelece a "modernidade" e o refinamento com que a elite controla as decisões políticas.

O recorte utilizado pelo autor, para se aproximar da caracterização do debate regional, acontece quando trata sobre a questão do patrimonialismo e regionalismo, para isso promove uma discussão abarcando as matizes de uma série de autores, como Neittl, Bendix, Maquiavel, Hegel e Marx. A seguir promove um debate sobre o modelo e o poder do Estado, abordando principalmente duas concepções o modelo norte americano e o asiático. (SCHWARTZMAN, 1975, p.36-37).

Planejando uma base para o debate do modelo brasileiro, inicia um esboço sobre a ideia do patriarcalismo a partir de Weber, realiza então a partir deste enfoque um contraponto entre o que Weber conceituou como patrimonialismo e feudalismo, e neste ponto promove uma interessante crítica ao analisar o equívoco que muitos realizam sobre a teoria weberiana das diferenças entre patrimonialismo X feudalismo. Vejamos:

Uma interpretação errônea de Weber muitas vezes considera as diferenças entre feudalismo, patrimonialismo ou outras formas de dominação com uma questão de diferentes "culturas políticas", ou valores desta ou daquela natureza. Na realidade, a persistência de um sistema patrimonial ou de elementos patrimoniais em um sistema político moderno tem pouco a ver com a "cultura", e muito mais a ver com o sucesso ou o fracasso do líder político em manter seu poder absoluto, em contraste com capacidade de arregimentar forças próprias por parte dos subordinados (SCHWARTZMAN, 1975, p. 40).

A discussão sobre o patrimonialismo também acaba sendo alvo dos estudos de Vianna (1999, p. 35-38), segundo o autor a ausência do feudalismo nos países ibéricos e também no Brasil aproximou-os da tradição política do oriente no sentido de que existe uma ausência de fronteiras nítidas entre a esfera pública e a privada. Outra herança seria o sistema político fundamentado em um modelo que valoriza a cooptação¹⁴ em detrimento da representação.

Um desafio que se coloca seria como romper com esse "oriente político", o que garantia ao Estado um papel mais democrático, uma vez que produziria resultados como a ruptura com os interesses privados. (VIANNA, 1999, p. 36)

Um exemplo desse chamado "oriente político" seria o patrimonialismo, que se apresentaria como uma marca do estado, e não da sociedade, isto porque dentro dessa base oriental, não se conhece o direito a propriedade individual, direito que no ocidente surge desde os antigos gregos. Dessa maneira, surge a ideia de que existe uma necessidade de reforma política e não de uma reforma social.

O momento em que este modelo oriental cede espaço ao modelo ocidental pode ser identificado quando da ascensão do Estado de São Paulo durante o período cafeeiro, neste primeiro esboço aconteceu uma valorização da democracia representativa e como consequência disso uma remoção da pesada carga do Estado.

O feliz interregno 1889-1930, quando os interesses encontraram representação na política e conformaram o Estado, no contexto institucional da Carta americana de 1891 e do sistema de dominação formalmente racional-legal dela derivado, foi, como sabido, o momento republicano em que a esfera pública foi apropriada pela esfera privada e em que se solidarizou aquele sistema de dominação com a ordem patrimonial pela via do sistema político do coronelismo (VIANNA, 1999, p. 37).

A derrota dos paulistas na Revolução de 1930 impediu que existisse uma maior propagação desse paradigma ocidental, ocorreu então em retorno às raízes patrimoniais.

Vianna (1999, p. 38) resgata então os estudos de Leal que define o atraso como uma "vantagem" para o moderno, isto pode ser percebido quando se analisa o caso da economia paulista, ela é representada por um grupo com origem na propriedade fundiária, mas que acaba sendo orientado por valores de mercado. Leal inclusive utiliza um eufemismo para caracterizar São Paulo, seria o estado a Prússia paulista, uma invenção da primeira república.

¹⁴ Termo que já fora abordado aqui a partir do estudo de Schwartzman, 1975, p. 19-21.

São Paulo não representaria uma linha de oposição entre o atraso e o moderno, mas sim uma composição ambígua dessas polaridades, isto seria uma marca de um particularismo privatista.

Sobre o prisma de outros autores como Florestan Fernandes, Maria Silvia de Carvalho Franco e José Murilo de Carvalho existe uma outra interpretação em que o problema da ruptura não está relacionado ao Estado, mas sim às relações sociais de padrão patrimonial.

Ao retomar os estudos de Fernandes, Vianna (1999, p. 39-40), chama atenção para o que denomina como conversão do Liberalismo em uma força dinamizadora da sociedade civil, força esta nascida a partir da independência. Existe um processo de transição de ordem senhorial-escravocrata para ordem competitiva, este processo se cumpre dentro de um processo de revolução passiva.

O que chama atenção neste processo é que a Burguesia consegue não apenas coexistir, mas também tirar proveito tanto do moderno quanto do atraso, na verdade isto pode ser entendido a partir de seu compromisso com o vantajoso. A própria trajetória do Estado de São Paulo ajuda a entender esta ambiguidade: de um lado temos o cálculo exato do *homo economicus* da cultura capitalista do café, preocupados com os negócios e o processo industrial; de outro lado, o plano da política, a preservação do estilo senhorial, em que existe ainda o exercício da coerção por métodos e formas patrimoniais. (VIANNA, 1999, p. 40).

Já no estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Vianna (1999, p. 41) retoma que o processo de expropriação do servidor público dos meios materiais da administração ocasionou uma pobreza da agência estatal, o que permitiu que existisse uma fusão entre o público e o privado, onde o exercício do poder acontece para a busca de fins particulares.

Dessa forma, o Estado tutelar seria apenas uma aparência que dissimula efetivamente seu real formato, o de estado instrumento, o que nos leva a repensar o real instrumento retardatário, que seria originado na sociedade civil, a partir da estruturação do modo de propriedade e das relações de trabalho.

Emerge então as matizes que vão direcionar uma análise sobre a questão do regionalismo no Brasil, permeada segundo Schwartzman (1975) por uma pauta que leva em consideração a presença histórica do Estado patrimonialista, que tem sua origem com o modelo português, que foi transplantado para o Brasil, e foi concebido dentro de

uma estrutura centralizada, burocrática e patrimonialista, este modelo adotado desde os tempos dos governos gerais vigorou até o final do Império.

Vale ressaltar que a centralização do governo não impediu que o Brasil apresentasse um desenvolvimento diferenciado dentro de suas regiões, na visão de Schwartzman (1975) esta divisão foi concebida a partir da formação de quatro regiões distintas.

A primeira região correspondia à sede do governo e, neste ponto, é interessante pensar que aconteceram deslocamentos do centro de poder e decisão no Brasil. O primeiro centro foi a cidade de Salvador¹⁵, já o segundo foi a cidade do Rio de Janeiro¹⁶, mas pelo que o autor transcreve as características utilizadas sem dúvida servem para definir características presentes na segunda capital.

Sendo assim, a primeira região possuía um aspecto mais moderno, fruto do maior contato com o modelo de vida europeu. Neste sentido, a cultura e o consumo eram mais acentuados, apesar disso a população dessa região era marginal e o desemprego era uma realidade, o que conferia um quadro propício para agitações, o que, sem dúvida, vinha a incomodar a elite. Os principais recursos provinham do comércio e do funcionalismo público. (SCHWARTZMAN, 1975, p.44).

Ainda critica estudos como o de Sjørberg, que indicam que cidades como o Rio de Janeiro seriam qualificadas como pré-industriais, neste ponto concorda com Cox, no sentido de que tal análise é linear e pouco efetiva, fazendo parte de um conceito residual.

E a partir de Weber e de seu conceito sobre as cidades ocidentais e orientais que o autor consegue delimitar melhor o caso do Rio de Janeiro, Para Weber, existe uma importância muito grande da residência do governador, ou de qualquer corpo administrativo, sendo estes locais ponto focal de todo o país ou região responsáveis pela estrutura e funcionamento. Tal reflexão se aproxima muito do caráter que assumia a então capital do Brasil na época

Interessante que a visão sobre as cidades ocidentais também se aplica ao Brasil, mas, neste caso, ela está presente em outra localidade, São Paulo. Para Weber este tipo de cidade são núcleos econômicos e politicamente autônomos, alimentados pela

¹⁵ Salvador foi a primeira capital do Brasil colônia, situava-se próxima da região açucareira, no nordeste, que correspondia a primeira grande riqueza colonial.

¹⁶ O Rio de Janeiro foi a 2ª capital do Brasil colônia, localizava-se próxima a região das minas, que correspondia a segunda grande riqueza colonial.

atividade comercial ou industrial de seus cidadãos, que participam de formas variadas da condução de seus destinos¹⁷.

A segunda região é nominada como tradicional, no entanto, o autor faz uma ressalva, o conceito é diferenciado em relação aquele utilizado em outras regiões do mundo, onde o paradigma está relacionado ao campo e a ausência de indústria.

Para justificar sua análise Schwartzman (1975, p.47) esboça um quadro em que inseri dentro dessa segunda região territórios que tiveram um período de progresso e depois apresentaram declínio econômico, como exemplo, as regiões mineiras. Mas, onde se encontra a diferença da visão tradicional? Justamente quando descreve a herança mineira do ciclo da mineração, ou seja, ao final deste período a região contava com uma grande população, sendo que a maioria vivia no meio urbano.

São ainda heranças do período a falta de uma atividade de alta lucratividade e a estrutura burocrática da administração portuguesa, estrutura esta que seria o berço da vocação política de Minas Gerais. Surge ainda um pequeno esboço sobre o chefe político local

A menor unidade da vida política tradicional desse tipo é a comunidade local do interior, onde o chefe político local (no Brasil, o coronel) exerce seu poder. Uma boa parte da literatura política brasileira tem-se devotado ao exame dos padrões de tradicionalismo político nas bases do sistema. As tentativas de teorização mais bem sucedidas são as que interpretam a proeminência política local e regional da política tradicional como sendo uma função do papel de intermediação desempenhado pelos líderes políticos entre os governos local, estadual e nacional (SCHWARTZMAN, 1975, p. 48).

Schwartzman faz um paralelo de sua concepção sobre a região mineira com a de Key, que analisa a situação dos 11 estados sulistas norte-americanos. Para o autor, existem semelhanças, como o sistema unipartidário; o comportamento dos senadores sulistas também nos é familiar, pois eles apoiam o governo em troca de do controle dos seus próprios estados; ainda são características comuns a pequena participação popular e as grandes propriedades rurais de uma região economicamente decadente.

Lógico que existem diferenças, elas são muitas, a principal está relacionada ao fato de que enquanto nos EUA os estados sulistas acabam sendo derrotados pelos estados do norte (industrializados); no Brasil o centro industrializado não conseguiu efetivamente consolidar sua hegemonia política.

¹⁷ Esta divisão fornece dois importantes indícios para nosso estudo, primeiro a comprovação de que um único modelo realmente não se aplica ao Brasil, segundo o de que um estudo somente sobre as características peculiares a uma região paulista não são de forma alguma reducionistas

A terceira região é representada por São Paulo, ela apresenta a singularidade de apresentar um desenvolvimento independente em relação à administração central, a colonização dessa região já é um claro exemplo dessa característica, visto que ela moveu-se da costa em direção ao interior, esse movimento empreendido primeiramente pelos bandeirantes tinha como objetivo a busca por índios, metais preciosos e terras.

Retornaremos depois com mais atenção para essa região, primeiro porque o próprio Schwartzman (1975) promove uma análise mais atenta dela, segundo devido ao fato de que ela nós é essencial para a construção não só deste trabalho, mas do próprio texto da tese.

A quarta região corresponde ao Rio Grande do Sul, segundo Schwartzman (1975, p. 52) seu papel político no cenário nacional é desproporcional ao seu tamanho e importância. Os gaúchos não são adeptos da política tradicional, nem são um polo econômico dominante, muito menos estão no centro administrativo do país, na verdade seu território foi palco de conflitos entre os impérios portugueses, espanhol e do próprio governo imperial.

Devido a este fato, assumiram uma natureza militar, e neste sentido assemelham-se a Portugal e Espanha, que também travaram importantes batalhas para a constituição de seus respectivos territórios, o que caracteriza ambos como postos militares de fronteira. (SCHWARTZMAN, 1975, p.53).

A esse perfil militar devemos ainda acrescentar o positivismo e a cultura boiadeira como elementos que ajudam a identificar o perfil combativo dos gaúchos, tanto para com os inimigos ibéricos, na luta pelas fronteiras; quanto para com os inimigos imperiais, em defesa de maior autonomia em relação ao governo central.

A região teve grande influência na política nacional, diversos cargos foram ocupados por seus conterrâneos, dentre os principais o de presidente da República, como exemplos podemos citar Getúlio Vargas e João Goulart (SCHWARTZMAN, 1975, p. 54).

Schwartzman não fecha o quadro, para ele a classificação seguiu critérios construídos a partir de um embasamento teórico sólido, mas que poderia gerar debates sobre a inserção de mais regiões ou mesmo a adequação das cridas por ele, neste sentido é importante retomarmos uma nota de rodapé do autor sobre isto.

É importante observar-se que estou deixando de fora deste quadro, entre outros, Bahia e Pernambuco, estados que foram centros políticos e econômicos nacionais e que sofreram um acentuado processo de decadência. Parto do pressuposto que tenham caído no padrão

tradicional tipificado por Minas Gerais, mas esse pressuposto é, certamente, uma simplificação que deve ser vista de maneira cuidadosa. (SCHWARTZMAN, 1975, p. 55).

Esmiuçando o caso da região destinada a São Paulo, Schwartzman (1975, p. 60) utiliza a figura do bandeirante como ponto de partida para o seu debate sobre o povoamento diferenciado desta região, toma como referencial a obra de Vianna Moog, que caracteriza o bandeirante como uma figura ambiciosa e impaciente e que, por este motivo, resolve abandonar a base original junto a costa e rumar para o interior.

Vale lembrar que a antiga capitania de São Vicente era uma localidade atrasada se comparada à do nordeste, mas foi a partir dessa região desafiadora em muitos sentidos, inclusive o geográfico, que se implementou uma expansão rumo ao interior do país.

A contradição parece estar presente na história paulista, pelo menos a análise de Schwartzman (1975, p. 61-62) acaba promovendo essa visão quando identifica os diferentes papéis exercidos pelos paulistas, que são tanto vistos como arrojados e, por isso, classificados como exploradores, assim como não muito participativos e também denominados como passivos.

Nos dois casos o autor chama a atenção para o fato de que ao mesmo tempo em que o papel arrojado se faz presente pelas ações de exploração, comércio, extrativismo mineral e fundação de núcleos urbanos em regiões mineiras; o lado passivo emerge, pois a participação política acaba sendo muito pequena em termos políticos.

Um dos marcos que favoreceu o desenvolvimento paulista foi a ocupação do nordeste pelos holandeses, visto que a partir desse momento o comércio de índios praticado em São Paulo cresceu, devido ao surgimento de novas áreas de cultivo que necessitavam de mão de obra. Schwartzman (1975, p. 63) cita o trabalho de Afonso Taunay para lembrar que o diferencial de São Paulo surge com a própria postura da região em relação à coroa portuguesa, ou seja, sempre existiu uma autonomia em relação à metrópole. Nas palavras do engenheiro francês Froger a Cidade São Paulo poderia ser vista como "[...] tributária, não súdita do Rei de Portugal [...] teve como origem uma corja de bandidos de todas as nações que, pouco a pouco, ali formou uma grande cidade e uma espécie de República cuja lei é, sobretudo, não reconhecer governador nenhum [...]"

Durante o período da mineração São Paulo chegou a experimentar a supremacia da região, afinal o caminho para as minas passava por seu território, no entanto, a

descoberta de novos caminhos fez com que a importância diminuísse e não tardou para que os conflitos surgissem (SCHWARTZMAN, 2015, p. 123)

As diferenças materializavam-se principalmente em virtude das condições, enquanto os paulistas contavam com poucos recursos, chegando inclusive a não ter calçados, os novos grupos, oriundos de outras regiões e países chegavam com mais recursos¹⁸. Não tardou para que os desentendimentos resultassem em conflitos, como a Guerra dos Emboabas.

Avançando um pouco mais no tempo torna-se interessante que retomemos a análise de Schwartzman (1975, p.93) sobre a economia cafeeira, a marcha do café representou um padrão de abertura de fronteiras, a produção crescente era acompanhada por uma exaustão progressiva das terras, o que criava a necessidade de que novas áreas fossem ocupadas, neste sentido a ocupação ganhou as terras paulistas.

A adoção da economia cafeeira foi seguida por um processo de substituição do tipo de mão de obra, a escrava, que já se encontrava em crise por uma série de fatores, e foi aos poucos perdendo espaço para o trabalho remunerado, mas se o tipo mudou também mudaram seus personagens, sai de cena o negro africano e entra o branco europeu "[...] Em São Paulo, a produção de café foi estimulada por uma política ativa de atração de imigrantes da Europa e da sua submissão a um sistema de exploração do trabalho bastante intenso, de características semelhantes às do capitalismo [...]" (Schwartzman, 1975, p.98).

Outro ponto importante da análise do autor para este trabalho diz respeito ao período da República Velha, momento em que os estados ganham uma maior autonomia, devido entre outros fatos à adoção da chamada política dos governadores, a maior autonomia dos estados diferenciava-os em relação às antigas províncias do império, afinal, no período imperial, os chefes das províncias nem sempre eram ligados a ela e, por isso, estavam em sintonia com os interesses federais e não regionais (SCHWARTZMAN, 1975, p. 106).

A maior autonomia dos estados em relação ao governo central era um desejo dos paulistas e a mudança de um regime monárquico para um regime militar poderia colocar em perigo essa autonomia. Na verdade o discurso federalista era até mais forte do que a própria ideia republicana, fato este comprovado nos dizeres de Prudente de Moraes¹⁹

¹⁸ Inclusive botas e por isso denominados como Emboabas , termo de origem indígena que significa de botas

¹⁹ Era um dos líderes republicanos paulistas, mas aceitou a indicação pelo partido monarquista.

quando indicado para a Assembleia provincial pelo partido Liberal (monarquista) em 1877: "[...] se for eleito na assembleia provincial procurarei antes de tudo ser um verdadeiro paulista, só aceitando ou indicando medidas que importarem a satisfação das necessidades reais e que forem tendentes ao engrandecimento e prosperidade da nossa província [...]" (BOEHRER apud SCHWARTZMAN, 1975, p. 113).

Essa postura dos estadistas paulistas também é verificada por Love (1975, p. 53) que atesta para o fato de que eles (estadistas) esperavam menos do governo federal do que os mineiros. Para termos uma ideia, as principais exigências dos paulistas estavam centradas nos seguintes pontos:

- a) Aval para empréstimos estrangeiros;
- b) Controle da política monetária e das divisas;
- c) Representação dos interesses econômicos no estrangeiro.

Sem dúvida, as exigências eram particulares e iam ao encontro das expectativas de uma região que contava com recursos financeiros significativos, na verdade, muito maiores do que os de outras federações, a população crescia consideravelmente, vindo a se tornar a maior na década de 1930, e com nível de alfabetização atingindo o segundo maior da república já na década de 1920²⁰.

Interessante que abordemos agora um pouco sobre a questão dos partidos políticos existentes durante a primeira república, período que se destaca pela presença de partidos de cunho regional, com interesses e práticas vinculadas às necessidades locais desses partidos.

Ao promover uma análise sobre esta situação, Love (1975, p. 56-57) comprova essa teoria, os partidos durante a primeira república só existiam em nível estadual, o que acabava por explicar o grande destaque de São Paulo e Minas Gerais neste período.

Os líderes dos estados com grande quantidade (eleitores) traduziam sua influência transformando aspirações em exigências, para termos uma noção desse poder, em São Paulo o PRP (Partido Republicano Paulista) perdurou até quase o fim da República Velha, poderíamos classificar o estado como monopartidário, tal fato garantiu a hegemonia política do estado, que somada a sua bem aparelhada força pública - espécie de exército estadual - garantiu a legitimação do poder do partido.

No PRP todos os conflitos acabavam sendo resolvidos dentro do próprio partido, e isso ocorreu de maneira satisfatória até 1926, sem dúvida isto garantia a seus

²⁰ Em 1890 o nível estava abaixo da média nacional, em grande parte isto era devido ao grande número de escravos existentes em São Paulo.

participantes de gozarem de maiores vantagens materiais, outro ponto interessante era a ideia vigente dentro do partido de que São Paulo representava um centro de progresso e civilização e a continuidade desse processo era tarefa do PRP (LOVE, 1975, p. 58).

Essa postura do partido sem dúvida acabava por gerar estereótipos, como os que classificavam os paulistas, na visão do próprio partido, como sendo um povo de personalidade séria, trabalhadora, materialista e empreendedora.

Na visão de um agente externo desse quadro, no caso um holandês *expert* em café naquele período, os paulistas tinham um sentido de superioridade irritante, mas compreensível.

Os paulistas ganharam com méritos o epíteto de yankees do Brasil. São, sem dúvida, mas empreendedores, mas decididos e mais cômicos das próprias capacidades do que os mineiros ou fluminenses... mas, por outro lado, são muito proficientes na ciência do logro (LOVE, 1975, p. 59).

A autonomia de São Paulo estava relacionada segundo Love (1975, p. 61) ao aumento dos recursos financeiros da federação, para tanto era preciso o investimento na política de empréstimos vindos do estrangeiro, que deveria ser realizada diretamente pelos paulistas, por isso seu interesse no governo federal, e não por intermediários que viessem a ocupar a presidência e não estivessem vinculados a São Paulo.

A primeira política neste sentido aconteceu em 1905 com a compra da estrada de ferro Sorocabana, depois, em 1906, acontece o primeiro programa de valorização do café; neste momento São Paulo já era responsável por mais da metade de todas as dívidas do governo federal.

O projeto de autonomia não poderia, no entanto, ser executado sozinho por São Paulo, por isso a aliança com Minas Gerais acabou por ser muito interessante, pois significava entre outros fatores não ter que manter relações com o Rio de Janeiro. Minas a exemplo de São Paulo também contava com o seu partido regional, este era o PRM (Partido Republicano Mineiro).

A aliança São Paulo X Minas Gerais aconteceu por vários motivos, entre eles a existência de um vínculo entre os dois estados que era alimentado pela: produção cafeeira, migração de famílias e proximidade das elites. (LOVE, 1975, p. 62)

Com o apoio de Minas, São Paulo tinha garantido seus interesses na valorização das políticas monetária, cambial e financeira, ou seja, o suporte para a manutenção e expansão da economia cafeeira, que rendia para os dois estados lucros a partir da exportação do produto.

Mas, os lucros com o café não se efetivavam para outras federações, sendo assim, outras práticas eram negligenciadas pelo governo central para garantir que estes estados também tivessem o seu lucro, como é o caso da criação de impostos (ilegais) de tributação interestadual:

Se havia dúvidas quanto a proibição, pela constituição federal de 1891, de quaisquer impostos interestaduais de importação e transito, nenhuma poderia subsistir após a promulgação de uma lei que os abolia explicitamente em 1904. Quando São Paulo passou a exportar para os outros Estados na década de 1930, os seus líderes políticos desfecharam um ataque mais vigoroso a essas práticas [...] os Estados, porém, dependiam muito desses impostos, e tributos ilegais continuaram a ser cobrados até 1942 (LOVE, 1975, p. 64)

Lógico que existiam estados interessados na diminuição do poder, da influência de São Paulo, era o caso do Rio Grande do Sul, aliado esporádico dos paulistas e que tinha grande interesse no fim da relação entre Minas e São Paulo.

A aliança com Minas fortalecia São Paulo não apenas pela questão de serem os mineiros naquela época a maior bancada do congresso, eles (mineiros) também acabavam atuando como intermediários políticos em situações extremas, garantindo assim o bom senso em muitas situações em que os paulistas assumiam posições mais radicais (LOVE, 1975, p. 65).

E o caso, por exemplo, das situações que envolviam a legalidade, os paulistas sempre pendiam para o lado do "legalismo", lógico que em grande parte isso acontecia, pois acabava indo ao encontro dos interesses estrangeiros, essa postura muitas vezes foi abrandada por intervenção dos mineiros. Os Paulistas só alteram sua atitude quando, em 1910, Rui Barbosa propõe uma revisão da constituição, o que permitiria ao governo federal "disciplinar" os Estados financeiramente irresponsáveis. (LOVE, 1975, p. 66).

Realmente os políticos de São Paulo tinham as suas prioridades, como, por exemplo, o caso da abolição da escravidão, o PRP discutia e até apoiava o movimento, mas via com ressalvas, afinal mais importante era a questão da autonomia "[...] o princípio da autonomia regional, de acordo com o qual cada estado deveria tratar do problema da escravidão de acordo com as suas possibilidades e condições próprias de substituição do escravo pelo trabalhador livre [...]" (SCHWARTZMAN, 1975, p.113).

Outro exemplo da prioridade dos paulistas foi o acordo conhecido como Convênio de Taubaté²¹, inicialmente bancada por São Paulo acabou posteriormente se

²¹ Política de valorização do café, que entre suas propostas pregava uma crescente desvalorização da moeda nacional.

tornando uma prática do governo federal, a justificativa para que o governo federal assumisse tal demanda era simples, segundo os paulistas o café era um ativo nacional e não regional. (LOVE, 1975, p. 67-68)

O modelo político defendido pelos paulistas encontrava seus adversários, como o grupo de Silva Jardim, político de Pernambuco, tinha ligações com o pensamento positivista de Comte, contava com o apoio militar e defendia um modelo centralizado de governo.

A maior autonomia defendida e que acaba sendo aplicada durante a República Velha acabou por atender aos interesses de São Paulo, mas segundo Schwartzman (1975, p. 120-121) ao mesmo tempo em que atendeu aos anseios paulistas, este modelo pode ter significado um menor peso político do Estado, afinal em um modelo descentralizado, o poder central não teria tanto peso assim.

Para encerrar esse tópico de nosso debate retomaremos uma análise muito interessante do autor sobre o perfil diferenciado dos políticos de São Paulo e dos demais. Schwartzman (1975, p. 123) retrata que para os paulistas a política era uma forma de melhorar seus negócios, já para quase todos os outros, a política era seu negócio.

Sem dúvida, esse é mote interessante de se explorar para futuros debates no corpo de nossa tese, afinal a ligação dos chamados Homens de negócio com a política no interior paulista parece estar intimamente ligada a este perfil²².

2.3 - A presença dos líderes locais na política, a importância da figura dos coronéis

Foi a partir da criação da chamada Guarda Nacional, durante o período regencial, que surgiu no cenário brasileiro uma figura que não se dedicou a cumprir apenas as especificações de segurança que sua patente lhe autorizava, o Coronel foi mais que um líder de tropas, sua ascendência estendia-se para outros campos, inclusive o político.

²² da política como um meio para se melhorar os negócios.

Suas características variavam conforme a região utilizada como enfoque, no entanto, existiram algumas características comuns, como o fato de que tal patente dependia do *status* econômico e/ou social do seu titular, que raramente não era um proprietário rural, segundo Leal (2012, p. 38) as patentes traduziam um prestígio real.

Para melhor exemplificar a importância dos coronéis, Leal (2012, p. 38-39) utiliza-se da análise de outros autores, como Alberto Torres, que considera o coronel como sendo o eixo de uma "vegetação de caudilhagem", a base de nossas organizações partidárias e da politicagem local. Já Vilaça e Albuerquerque destacam o poder dos coronéis ao expor que estes possuíam reconhecimento tanto pela ação de seus homens (cabras), quanto pelos melhoramentos que promoviam e orgulhosamente exibiam como troféus²³.

As diferentes visões podem ser justificadas, pois o coronelismo “[...] não é um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal [...]”.(Leal 2012, p.43). O que referenda que mesmo os chamados “coronéis” ligados à cafeicultura também possuíam características peculiares em relação aos de outras regiões.

O maior resultado dessa profusão de características e personagens é uma estrutura econômica e social inadequada, que garantia a sobrevivência e os interesses do poder privado, no entanto, Leal (2012, p. 44) atenta para o fato de que a troca de proveitos acabou por fortalecer o poder público e enfraquecer aos poucos a influência dos chefes locais. Existe então uma situação paradoxal: o privatismo é alimentado pelo setor público, que por sua vez é legitimado graças ao voto (sufrágio universal), que é garantido pelo meio rural.

Neste sentido, percebemos que apesar de os chefes locais perderem aos poucos sua influência, ela ainda era necessária para a manutenção do quadro político.

A constituição dos quadros políticos também é variada, nem sempre os cargos eram ocupados diretamente pelos coronéis, muitas vezes aliados políticos, figuras de destaque como médicos e advogados eram eleitos para representar os interesses dos coronéis (LEAL, 2012, p. 45).

A análise de Vilaça e Albuquerque (1975, p. 18) acaba confirmando essa visão de Leal, segundo eles o coronel era um chefe político, um árbitro social, uma fonte de coerção, mas que acaba cedendo às influências externas, que resultam em uma

²³ Tanto para os amigos quanto para os adversários.

institucionalização de seu domínio, esse processo pode ser percebido nas figuras do prefeito, do juiz e do delegado, estes são submetidos a sua descrição, alastram sua fama, mas são garantidos por um poder externo.

Ao mesmo tempo em que existiam diferenças, também podemos identificar semelhanças entre esses grupos, como no caso da influência sobre o voto.

[...] Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural, coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam [...] (LEAL, 2012, p.45).

Essa influência dos coronéis é responsável por criar sobre estas figuras uma aura de poder, mesmo aqueles que se encontravam em crise ainda assim eram muito respeitados, mesmo porque ainda eram vistos como ricos, se comparados a seus empregados com certeza suas condições financeiras eram mesmo muito melhores (LEAL, 2012, p. 46).

A importância dos coronéis também é retratada por Carvalho, que identifica a grande influência política que este grupo possuía durante o Império, mas que reconhece que é durante a Primeira República, nomeada como “república dos coronéis”, que eles passam [coronéis], ao perderem a natureza militar de sua patente, a acumular cada vez mais poder político “[...] o Coronel passou, então, a indicar simplesmente o chefe político local. O coronelismo era a aliança desses chefes com os presidentes dos Estados e desses com o presidente da República [...]” (CARVALHO, 2005, p.41).

A influência dos coronéis alcançava tamanha importância em algumas regiões que “[...] Quando o Estado se aproximava, ele o fazia dentro do acordo coronelista, pelo qual o coronel dava seu apoio político ao governador em troca da indicação de autoridades, como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos [...]” (CARVALHO, 2005, p.56).

Vilaça e Albuquerque (1965, p.18) destacam que, se por um lado o coronel tinha essa capacidade de “atribuição de poderes” para aliados através de acordos com o governo, este fato, por outro lado, também significou que aos poucos “[...] ao utilizar-se de instrumentos de atuação e de manipulação social que não domina, perde o controle e a decisão sobre as variáveis de seu prestígio [...]”, ou seja, aos poucos o “antigo

coronel” perdia espaço, o que significava que um novo perfil deveria surgir para garantir a continuidade deles como agentes não apenas políticos, mas econômicos de destaque.

[...] Para manter o prestígio junto às cidades que domina, promove urbanização em detrimento de suas bases rurais; ou patrocina a abertura de estradas para as capitais, facilitando a penetração do elemento moderno perturbador de sua hegemonia. Para sobreviver como poder econômico em estrutura que se diversifica, de senhor de terras passa a comerciante, e até mesmo a empreendedor industrial [...] (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1965, p.19)

O coronel acaba adquirindo toda essa gama de influência, pois no interior ele prevalecia, afinal eram os fazendeiros e chefes locais que acabavam custeando as despesas com alistamento e eleição, some a isso a falta de interesse do roceiro com a política e teremos como resultado um quadro muito favorável, a situação segundo Leal (2012, p. 57) só começa a mudar a partir da década de 1940 quando ocorre a inserção do rádio.

Lógico que a manutenção do poder deveria contar com o investimento em benfeitorias como escolas, estradas, telégrafos e até ferrovias, esse investimentos pareciam beirar ao heroísmo segundo os discursos, mas, na verdade, faziam parte do jogo de conciliação entre os chefes locais e o governo, e neste ponto o paternalismo e o filhotismo são uma herança marcante, pois como bem frisou Leal (2012, p. 58-59) “para os amigos pão, para os inimigos pau”. Tal situação fornece para o que o autor classifica como Mandonismo, onde raramente existe cordialidade entre adversários.

O jogo político cria então uma situação bem clara de dependência entre seus personagens. De um lado, os chefes locais²⁴ garantiam os votos, o apoio local; de outro, o governo que fornecia os empregos, a força policial, por isso mesmo classificado por Leal (2012, p. 62-63) como cofre das graças (aliados) e das desgraças (inimigos).

Esmiuçando essa relação, chegamos aos cargos públicos, uma clara expressão de dependência entre o governo e os chefes locais. Todos eles eram ocupados por pessoas indicadas por eles, mesmo aqueles que pertenciam a esfera estadual e federal, e se por acaso surgisse alguma intriga esta era resolvida através da realocação do funcionário (LEAL, 2012, p. 63-64).

Os cargos não eram a única forma de dependência entre os lados, as finanças também constavam da lista de favores, os municípios dependiam do aporte financeiro

²⁴ Que se não fossem coronéis, seriam seus aliados, representantes.

do governo, ou seja, o chefe local necessitava dos recursos oriundos do governo para empreender as melhorias necessárias, as quais garantiam a sua continuidade (LEAL, 2012, p. 65), em muitos casos os recursos também eram utilizados no processo eleitoral.

A noção de bem e de mal também fazia parte do cotidiano político, afinal deveria se fazer o bem por meio de obras, ações e apoio político; já o mal deveria ser dirigido aos adversários, e neste quesito o governo ou contribuía ou se omitia (LEAL, 2012, p. 65). Neste sentido, a figura dos delegados era decisiva, afinal eram eles que legitimavam o poder dos chefes locais, para isso tornavam a força policial uma aliada.

Neste sentido Segatto (2015, p. 26), relembra um velho ditado daquela época "para os amigos tudo, para os inimigos a lei". A lei também não era tão severa com todos, os que mais sofriam sem dúvida eram os pobres e despossuídos. De um lado, os aliados do Coronel viviam à margem da lei, esta situação acabava por transformar a lei em letra morta, afinal ela acabava servindo a propósitos de punição para uns e manutenção de privilégios para outros, como bem lembra Carvalho não havendo justiça não poderia se existir um poder verdadeiramente público e muito menos cidadãos civis.

Já pelo lado do governo, existia uma preocupação, a de procurar apoiar grupos que já estivessem com o poder consolidado, entre os benefícios desta prática estava a de evitar o uso intenso da força. Segundo Leal (2012, p. 66), a utilização da força nem sempre garantia a solução das crises. Existia assim uma preocupação de evitar disputas, afinal uma disputa acirrada no campo municipal poderia enfraquecer o governo.

Todo o debate parece estar centrado no campo do poder executivo, na verdade Leal (2012, p. 71) lembra que o legislativo não tinha o interesse de ir contra as decisões do executivo, afinal existia uma preocupação de deixar a "chapa oficial", o que implicaria em perder apoio e recursos, que por sua vez complicaria a chance de reeleição.

A hegemonia dos coronéis também é vista com restrições por Leal (2012, p. 71), já que ela seria restrita aos votos de cabresto que ele possuía que, sem dúvida, não eram suficientes para Elegê-lo ou seu candidato; assim o coronel deveria negociar, promover acordos com outros fazendeiros, que se sujeitavam a ele por fatores de ordem pessoal, tradição e situação econômica. O próprio governo legitimava essa ascendência de determinado coronel para garantir a coesão.

A situação do voto de cabresto também é analisada por Vilaça e Albuquerque, eles analisam como este tipo de voto se transforma de instrumento de coerção em mercadoria.

Enquanto instrumento de coerção, o voto de cabresto se constituía num importante instrumento de apoio do coronel aos seus candidatos, neste sentido a sua articulação com os eleitores era muito importante, uma vez que seria a partir da vitória de seus proponentes que postos políticos e administrativos continuariam sobre sua influência. Garantir a continuidade desse processo era tão vital que ele pessoalmente entregava a chapa de seus protegidos aos eleitores e, se isso não fosse o bastante, sempre poderia recorrer à coerção ou a fraudes. (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1975, p. 37-38).

Sendo assim, os chefes locais, para conseguirem os cargos e verbas, tinham que ter a seu favor um instrumento para barganhar e negociar, ou seja, deveriam se preocupar com o voto, e através dele garantir a eleição do juiz de paz, do vereador, do deputado, enfim, da maior gama possível de cargos políticos, pois só assim garantiria uma importante massa de manobra e também algo que interessava ao governo (SEGATTO, 2015, p. 36).

Dessa maneira, o clientelismo e o patrimonialismo acabavam por se tornar dois elementos indissociáveis deste poderoso estado de dominação, que envolvia, entre outros aspectos, a privatização do público, a utilização do governo para benefício dos negócios particulares.

A situação começa a mudar à medida que o voto passa de mercadoria do coronel para mercadoria do eleitor, que passa a negociar favores²⁵ em troca de seu voto, a partir desse momento o processo se torna mais caro para o coronel, afinal agora ela herda dois tipos de gastos, um com o seu(s) candidato(s) e outro para com os seus eleitores. (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1975, p. 39-40)

Tal situação, do voto como mercadoria, acaba por contribuir para o declínio político do coronel, afinal cada vez mais a relação da troca de favores pelo voto constitui um momento em que a oferta do coronel pode ser superada por uma maior de um outro grupo, como no caso de uma burguesia comercial ou industrial (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1975, p. 41).

Carvalho no prefácio da obra de Leal cita uma fala do autor, que observou (2012, p.10) “[...] O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pela qual as relações de poder se desenvolviam na primeira república, a partir do município [...]”

²⁵ Roupas, sapatos, empregos, etc.

A inserção da figura dos coronéis se fez presente no cenário político nacional, com ramificações regionais e locais, cada uma com suas semelhanças e singularidades, realizaremos agora um debate centrado a um quadro regional específico, o Oeste Paulista.

2.4 - O Partido Republicano Paulista: surgimento e sua importância no Oeste Paulista

A criação do Partido Republicano Paulista (PRP) faz parte de um processo que tem como pano de fundo a própria proclamação da República no Brasil, ele com certeza sintetiza boa parte das características que vieram a ser implementadas durante a primeira fase democrática da República no Brasil, também conhecida como República Velha e República Café com Leite, ou seja, foi nesse período que o poder da nova república esteve nas mãos de paulistas e mineiros. Porém, devido a um grande interesse dos próprios paulistas este poder acabou assumindo um caráter descentralizado, e entenderemos melhor o porquê desse fato ao longo desse estudo.

A proclamação da República é vista por muitos autores como um momento de pouco ou quase nenhuma relevância para a maior parte da população, relatos de Campos Salles comprovam que o movimento acabou tendo pouca repercussão em São Paulo. Mesmo no Rio de Janeiro, a capital naquela época, a repercussão acabou sendo muito pequena; uma frase de Aristides Lobo sintetiza bem o que foi a proclamação da República "[...] O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava [...]" (*apud* CASALECCHI, 1987, p. 34).

Proclamada a República seu movimento de organização coube a um governo provisório liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, este procurou tomar diversas medidas para a reorganização do estado sobre o lema "Ordem e Progresso". A primeira Constituição republicana foi promulgada no ano de 1891, esta nova carta tinha como principais tópicos o federalismo - as províncias são convertidas em Estados, que passam a ter maior autonomia.

Os mandatos do executivo e do legislativo também tinham seu processo e duração definida, todos seriam eletivos e a duração variava, o presidente da República e

dos estados com mandato de quatro anos, já os deputados com mandatos de três anos e os senadores com mandatos de nove anos.

O voto mudaria do modelo censitário para o universal facultativo, podendo votar todos os cidadãos maiores de 21 anos, alistados segundo a lei, eram excluídos desse processo as mulheres, os analfabetos, os mendigos, soldados e membros de ordem religiosa; o Estado deixava de ter vínculo com a igreja e passava a ser um estado laico. (SEGATTO, 2015, p. 41-42).

Já o processo de articulação partidária republicana aconteciam desde o final do século XIX, na verdade organização partidária de relativa expressão com caráter republicano só existia uma, como veremos a seguir.

Os primeiros contatos para a organização de um Partido Republicano datam de 1870, os primeiros adeptos lançam um manifesto, que é publicado no jornal A República em dezembro daquele ano, surgem então as primeiras discussões de como deveria se chegar a República, através da evolução, corrente apoiada pelos partidários de Quintino Bocayuva, ou através da Revolução, corrente que tem o apoio dos partidários de Silva Jardim (CASALECCHI, 1987, p. 39-41).

Outra discussão que se fez presente foi sobre o caráter do partido, seria ele um partido nacional, ou de representação provincial? Pelo que a história comprovou prevaleceu o caráter regional do Partido.

De 1870 em diante cabia aos republicanos organizar o Partido, fazê-lo representativo nas províncias. lutar pela sua maior e mais ativa participação na vida política imperial. Seria de bom procedimento fortalecer a unidade do partido através de um sólido Partido Nacional. Esta tarefa, entretanto, tinha a dificultar-lhe o peso que os próprios republicanos davam ao federalismo, o que acabou por estimular a autonomia partidária das províncias. (CASALECCHI, 1987, p. 43).

As divergências entre os membros do Partido acabaram por colocar em confronto algumas de suas lideranças, como é o caso das paulistas e cariocas. Os cariocas queriam que o manifesto de 1870 fosse seguido, assim os direitos e liberdades individuais, a soberania do povo e à verdade democrática deveriam prevalecer; já os paulistas queriam destacava o federalismo, a autonomia provincial (medidas que favoreceriam os grandes proprietários) (CASALECCHI, 1987, p. 45).

Percebemos que o republicanismo paulista tinha uma direção clara e seu vigor inicial estava ligado ao desenvolvimento material da província e apesar das pressões pelo centralismo encontrou meios de fazer prevalecer seu caráter associativo.

O evolucionismo atendia aos interesses de muitos partidários do PRP, afinal com a instauração da República o processo de crescimento seria gradativo, muitos utilizavam o termo "catequese para as ideias republicanas", ou seja, pontos como o voto popular deveriam fazer parte de um processo de amadurecimento, afinal a culpa pela falta de oportunidades era da Monarquia e de seu centralismo, a correção viria, mas seria aos poucos. (CASALECCHI, 1987, p. 54-58).

Sem dúvida, essa transformação gradativa pregada pela PRP atendia aos interesses de uma grande parcela de proprietários rurais, afinal o sistema de votação seria mantido, o voto de cabresto garantido, o poder de escolha e influência mantidos, mas com o "alento" a "esperança" de que iria mudar, iria se transformar.

Após a proclamação da república o governo do Marechal Deodoro da Fonseca não ofereceu possibilidades concretas de inserção dos paulistas no governo, tanto que a insatisfação tinha dois focos: Deodoro e o seu representante em São Paulo Américo Brasiliense. Após a deposição dos dois, os republicanos históricos paulistas começam a ter mais poder e a se articular com o florianismo, seria esse o primeiro passo para mais tarde assumir o poder.

A presença dos militares foi forte nesse primeiro momento da República, além do cargo de presidente, ocupavam o cargo em mais dez dos vinte estados que existiam naquela época "[...] Influenciadas pelo positivismo, suas concepções antidemocráticas seriam expressas no governo de Floriano Peixoto, que empregava práticas repressivas e excludentes [...]" (SEGATTO, 2015, p. 42)

A ameaça de um movimento pela continuidade de Floriano Peixoto como presidente e a eleição de Prudente de Moraes são marcos na postura do partido, outrora apoiaram e fizeram parte do governo de Floriano, agora os republicanos paulistas vislumbravam uma nova possibilidade com a eleição de Prudente de Moraes.

Logo o próprio Prudente de Moraes iria se indispor com o presidente do PRF²⁶, Francisco Glicério, expondo dessa maneira a fragilidade que um partido de base nacional tinha naquele período. Glicério acaba derrotado em disputa pela presidência da Câmara o que leva o PRF a cisão "[...] Na verdade a unidade, a unidade dessa agremiação sempre foi problemática. O PRF é um aglomerado de tendências, as mais díspares, pois o partido é mais uma frente comum do que um aglomerado político ideológico [...]" (CASALECCHI, 1987, p. 86).

²⁶ Partido Republicano Federal.

A eleição de Campos Salles provoca uma cisão no PRP, o partido acaba tendo duas alas distintas: de um lado os aliados de Campos Salles, denominados como grupo da "oligarquia", que apoiavam o governo paulista e federal, favoráveis a "política dos governadores"; do outro lado, os aliados de Prudente de Moraes, chamados de "os dissidentes" ou "os empurrados", eram contrários à política dos governadores, propunham uma revisão constitucional, uma República Parlamentar.

Aos poucos prevaleceram os interesses dos grupos ligados à oligarquia paulista, a influência sobre o poder federal e estadual crescia e era sustentada por uma forte organização partidária, escorada em um mandonismo dos chefes locais, alicerçada por um restrito e submisso eleitorado, e se tudo isso falha, ainda podia-se fazer uso das fraudes eleitorais. (CASALECCHI, 1987, p. 184)

Assim, o partido permaneceu forte durante a primeira república, soube contornar as crises internas e superar outros partidos adversários, o poder do partido tinha muitas vertentes, entre elas destaquemos duas (CASALECCHI, 1987, p. 185):

- I. **Desarticulação política da sociedade:** que considerava normal jamais ter um representante das classes populares em qualquer cargo político eletivo estadual, isto numa ordem que se dizia democrática na preservação dos direitos do cidadão;
- II. **Pequeno contingente de políticos:** em sua maioria proprietários de terras e capitalistas, ou seja, um restrito segmento da sociedade paulista, some-se a isso o fato de que tinham uma longa carreira política, só interrompida com a morte ou avançada idade.

Esses fatores somados com outros proporcionavam ao Partido a possibilidade de manutenção do poder, afinal sem a pressão popular e com um número limitado de políticos. Desse modo, as tensões e revoltas seriam reduzidas e as manifestações ideológicas também não seriam um empecilho.

A organização interna do partido procurava legitimar ainda mais suas ações, existia uma comissão central, composta de sete membros²⁷ e eleita para um mandato de quatro anos. No âmbito local existiam os diretórios, que na prática acabam por legitimar e dar sustentação à comissão central. (CASALECCHI, 1987, p. 190).

²⁷ Inicialmente eram 5 membros, o número subiu para 7 em 1906

A manutenção do prestígio das facções locais dependia muito de estas estarem no poder de suas localidades, ou seja, a senha para os favorecimentos do governo estavam ligados a esta condição, que conferia algumas vantagens como:

- A não contestação das posses de terra;
- A violência da polícia e dos jagunços como instrumentos de intimidação.

Dessa maneira, a comissão central servia como um órgão mediador entre o poder local e o Executivo, tamanha importância fazia com que poucos tivessem o privilégio de ocupar os principais cargos, muitos [...] só abandonavam a comissão para os cargos no Executivo e Legislativo e, procurando o retorno imediato ao vencimento de seus mandatos [...]" (CASALECCHI, 1987, p. 195).

Voltando nossa atenção para o processo eleitoral e, por conseguinte, para as fraudes, chama a atenção o comentário de Casalecchi (1987, p. 208) que traduz o que realmente valia dentro do processo eleitoral "[...] O que se passa nas seções eleitorais é mera comédia para aparentar que se observa a lei, o que vale, o que vai servir perante o voto verificador é o que se faz depois, são as atas que se lavram mais tarde, em casa dos chefes eleitorais, ao sabor de suas conveniências [...]"

Contribuía para esse fato a própria legislação eleitoral, que acabava por facilitar o controle dos votos pelas oligarquias, a fraude, a corrupção e o voto de cabresto acabavam por ser recorrentes nesta época. Para se ter uma ideia disso, o voto acabava sendo pronunciado a descoberto e, muitas vezes, seu registro era muitas vezes feito no bico de pena. "[...] Não sendo o voto secreto, seu controle era enormemente facilitado; e sendo facultativo ou não obrigatório, o trabalho de alistamento eleitoral era de fundamental importância [...]" (SEGATTO, 2015, p. 81).

Em termos de participação, as eleições municipais eram as mais concorridas e com um maior número de eleitores, o ato eleitoral no município era o momento de confronto entre as facções, os interesses variavam, iam desde a humilhação ao adversário vencido, até a luta pelo direito aos favorecimentos do governo.

As fraudes não ocorriam apenas nas atas, elas começavam no próprio alistamento dos eleitores, era comum que existissem os "duplos nascimentos" alistando-se o eleitor em dois municípios "[...] Esta ocorrência do começo do século em Rio Claro, onde votavam 100 eleitores de Araras, repete-se em Jau, em 1922, com votos de Bocaina [...]" (CASALECCHI, 1987, p. 209).

Outra tipo de fraude era o de receber a cédula fechada, isto ocorria tanto em localidades mais distantes, assim como na própria capital, onde se dizia que o eleitorado

era mais independente "[...] em 1916, operários da Indústria Matarazzo receberam do contramestre as cédulas que elegeriam o genro do patrão [...]" (CASALECCHI, 1987, p. 213).

A intervenção das empresas parecia ser fato corriqueiro, em julho de 1907, o jornal correio do comércio de São Paulo denunciava através de vários artigos, a Light and Power, segundo a publicação a empresa era responsável por manipular milhares de títulos de empregados e ex-empregados, vejamos um trecho da reportagem:

Quem é admitido na companhia tem que se alistar eleitor, por bem ou por mal, seja estrangeiro ou nacional. Mas, quando ela despede um operário ou quando ele se despede, vai-se o cidadão de mãos limpas. A light retém-lhe o título, como retém os títulos dos que estão enfermos, dos que morrem, dos que se ausentam [...] Amanhã, para eleger os seus apaniguados, para ter prefeitos ou vereadores que lhe façam novas concessões ou que a desonerem de suas obrigações, não tem necessidade de retirar do serviço um só de seus operários. Como lhes extorquiu os títulos, entrega-os a chefes, que os distribuem para indivíduos que não são eleitores. O número de votos obtidos por esse baixo processo, há de influir na vitória definitiva [...] Essa companhia [...] dispõe, hoje, com segurança, de mais de mil títulos, que equivalem a mil eleitores (SEGATTO, 2015, p. 85-86)

Outra prática que chegava a acontecer era o encerramento das votações assim que o contingente da situação comparecesse às urnas; em 1892, em Sorocaba, Porto Feliz, Iguape e Pindamonhangaba o lacre das urnas ocorreu as 9h30m.

Essa prática foi seguida por outros municípios em eleições de anos posteriores, em Ribeirão Preto, por exemplo, já haviam votado 58 eleitores quando o presidente da mesa se levantou e voltou um pouco depois, decretou que a votação estava encerrada e que se computassem 110 votos para a chapa oficial, eram 11 horas da manhã.

A alteração das atas era outra prática constante, em 1919, na cidade de Lorena, os mesários de uma seção receberam ordens para que levassem as atas para casa e lá alterassem o resultado em favor do candidato da situação.

A utilização da força também ocorria, como dizia um dito da época "onde não entrava o fósforo, entrava o capanga, ou seja, em algumas situações a utilização de forças particulares (capangas) ou de forças públicas (polícia) acabava sendo necessária (CASALECCHI, 1987, p. 215-217).

Como exemplo da utilização de capangas, podemos citar as eleições de 1922 na cidade de Itápolis, quando 150 capangas armados cercaram o edifício da câmara no momento em que se procedia a apuração das eleições, a ação buscava sustentar o poder do líder local, o coronel Francisco Porto.

Já na utilização da força policial podemos citar a morte de Fernando Foschini na cidade de Ourinhos, este fazia oposição ao chefe local Tônico Lista (Antonio Evangelista da Silva), que ameaçou Foschini publicamente, mesmo tendo escapado da primeira toaio acabou sendo alvo de faca enferrujada na Estação de Ourinhos, conforme apurado a morte acabou tendo a participação de lideranças do PRP local e das autoridades policiais.

A violência também estava presente nas comemorações, muitas vezes os vencidos além de amargarem a derrota acabavam por ser alvo de atos de violência dos vencedores. Como aconteceu em Rio Claro, em 1905, após acirrada disputa entre duas facções ligadas à comissão central, os vitoriosos além de comemorarem a vitória acabaram por atacar com pedradas e bombas as residências de seus adversários (CASALECCHI, 1987, p. 221).

Todo esse aparato servia para legitimar alguns interesses, entre eles, o que mais chamava a atenção era o de que o Estado deveria assumir um compromisso essencial: o de proteger, auxiliar e tutelar a atividade agrícola que, no caso de São Paulo, estava ligada ao café, nas palavras de Campos Salles: "Para ela e com ela cooperar, pois o Estado não pode relegar ao descaso uma atividade essencialmente ligada ao bem-estar da população", sendo tarefa conjunta, do povo e do governo, não apenas valorizar, mas proteger a atividade agrícola de qualquer ameaça de crise (CASALECCHI, 1987, p. 230-231).

Para balizar a importância da atividade agrícola o PRP acabava por enumerar os benefícios alcançados a partir dela, que eram: a expansão ferroviária, o trabalho imigrante, o progresso da indústria e o desenvolvimento do comércio que, segundo o partido, garantiram a São Paulo o respeito e a admiração do mundo civilizado, lógico que tais atividades eram exaltadas, mas não deixavam de ser secundárias, afinal elas surgem como herança da atividade agrícola (café).

3. HOMENS DE NEGÓCIOS NO INTERIOR PAULISTA.

3.1- O Oeste Paulista: a marcha do café e sua importância

A importância da região conhecida como Oeste Paulista está intimamente ligada ao ciclo cafeeiro e a sua marcha de expansão, convém então que façamos um breve histórico dos primeiros territórios que obtiveram sucesso a partir da implementação das lavouras de café.

Entre 1825 e 1850, a lavoura cafeeira iniciou sua marcha a partir da região do Vale do Paraíba, mais precisamente na porção ocidental do Rio de Janeiro, aos poucos penetrou na porção paulista deste mesmo vale (região norte do Estado). A expansão continuou e as lavouras chegaram até a Zona da Mata Mineira; ao mesmo tempo, o interior paulista próximo aos arredores de Campinas e Piracicaba começava a receber as primeiras plantações de café.

Até meados da década de 1870 os maiores destaques na produção de café ainda estavam relacionados ao Vale do Paraíba, principalmente em sua porção carioca "[...] A produção fluminense era ainda a mais relevante [...] correspondendo a 60% das exportações brasileiras, Minas contribuía com 25%, São Paulo com apenas 10%, cabendo ao Espírito Santo e outras regiões 5% [...]" (FAUSTO, 1985, p.196).

O marco decisivo para a ascensão do Oeste Paulista aconteceu com a crise da região produtora do Vale do Paraíba, tal fato ocorreu nos últimos 20 anos do Império, momento em que a região paulista alcança grande relevância na produção cafeeira.

A região conhecida como Oeste Paulista não corresponde propriamente ao Oeste geográfico. Abrange uma área que se estende de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Cia Paulista; e de Campinas para Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na Estrada de ferro Mogiana. "[...] Historicamente, as alusões ao Oeste Paulista referem-se à região servida por estas duas estradas e seus ramais, onde a famosa terra roxa do café paulista espalha-se em manchas de terreno [...]" (FAUSTO, 1985, 196-197).

Vejamos a seguir um mapa da marcha do café pelo Vale do Paraíba e pelas regiões paulistas em análise, inclusive pelo Oeste Paulista, a partir do Rio de Janeiro.



Mapa 1

Fonte da imagem: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/oeste_paulista.html#f6056_amp.html

E quais foram os fatores que acabaram por favorecer o deslocamento da cultura cafeeira para o Oeste Paulista? Vejamos a seguir resumidamente alguns desses fatores²⁸:

- Solos de melhor qualidade em relação aos que existiam no Vale do Paraíba;
- Técnicas de cultivo e beneficiamento mais modernas;
- Novas e ainda indefinidas fronteiras: o Estado de São Paulo era um novo e aberto campo de possibilidades de exploração;
- Implementação do trabalho livre do imigrante, aos poucos a mão de obra escrava passou a ser substituída;
- Nascimento de uma nova classe assentada em relações capitalistas de produção e com consciência de seus interesses.

Esses fatores contribuíram para que São Paulo assumisse o primeiro lugar na produção brasileira de café antes da proclamação da República, a superação dos outros estados aconteceu na seguinte ordem: Minas Gerais (1881) e Rio de Janeiro (1889). Por sinal o Rio de Janeiro acabou cada vez mais tendo uma posição secundária na produção cafeeira, já que em 1896 foi superado por Minas Gerais e em 1928 pelo Espírito Santo (FAUSTO, 1985, p. 198).

Como aconteceu o processo de ocupação dos territórios do Oeste Paulista? Esses já eram visados antes mesmo da chegada do café, a mineração e a conseqüente marcha das bandeiras para Goiás, Mato Grosso e Paraná deixaram como herança, ao longo das estradas, pousos e povoamentos; além de ter uma disposição quase em linha reta das principais aglomerações. Mas, foi com a cana-de-açúcar e, principalmente, depois com

²⁸ No decorrer da tese iremos explorar de maneira mais alongada cada um desses fatores, especialmente o último.

o café que a região da depressão periférica presenciou o desenvolvimento de fazendas isoladas, velhos pousos transformando-se em centros regionais. (MONBEIG, 1984, p. 25).

Os primeiros relatos oficiais da região ocorrem em 1788 quando o astrônomo português Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, em viagem de exploração ao Rio Tietê, deparou-se com uma grande cordilheira. Os índios da região chamavam-na de Aracoara (Ara = dia, Coará = toca ou morada), isto porque ao verem o sol nascer por detrás das montanhas, eles acreditavam que ali morava o dia; inclusive a cidade de Araraquara, tem como uma de suas denominações ser “A morada do sol”; surgia também a denominação daquelas terras que ficavam além daquele “paredão”, como as terras que constituíam o sertão de Araraquara, o qual atualmente conta com os municípios de Araraquara, São Carlos, Jaboticabal, Jaú, Brotas e Dois Córregos.

Um intenso movimento de apropriação de terras aconteceu a partir de fins do século XVIII, as cartas de sesmarias acabaram gerando uma intensa disputa entre os futuros donatários. A maior parte dos que conseguiram terras na região provinham de famílias originárias da região de Campinas, Itu e Piracicaba. Esses donatários já ocupavam ou ocuparam cargos públicos ou já haviam prestado algum tipo de serviço à Coroa. (TRUZZI, 2000, p.23).

A marcha do café começou a mudar o panorama dessa região, que antes constituía um vasto sertão, uma região mal conhecida, que era habitada em sua maior parte por índios, desbravada por sertanistas, mas que na medida em que o café avançava, também mudava seus contornos, e o sertão paulista encolhia.

E por que isto ocorria? Devido às novas demarcações, fazendas surgiam, trabalhadores desbravaram as terras, mulas transportavam as primeiras riquezas e com o tempo as ferrovias encurtavam as distâncias e interligavam as localidades; cidades surgiam e com elas uma nova realidade: a urbana, e com essa nova realidade a demanda por novos personagens, sem contar os negócios que nas fazendas alçaram alguns fazendeiros a uma nova categoria, a de homens de negócios.

3.2- Condições históricas do surgimento do Homem de Negócios.

Quem seriam os chamados homens de negócio que aparecem na obra de Fernandes? Responder a essa pergunta envolve percorrer alguns caminhos utilizados pelo autor para analisar a formação e o desenvolvimento da chamada “burguesia brasileira” e, conseqüentemente, de seus homens de negócios.

Como todo processo a Revolução Burguesa no Brasil também teve o antes, o durante e o depois; para Fernandes (2010, p. 29) o antes era marcado pela economia exportadora e foi ela a responsável por lançar as bases estruturas e dinâmicas para o caminho que levou a essa revolução de ordem socioeconômica e política. O enfoque proposto pelo autor procura analisar o durante, momento em que acontece a consolidação do regime capitalista e que acaba por conferir uma realidade parcialmente autônoma ao país naquele momento.

Antes de adentrar propriamente na revolução burguesa, o autor faz uma análise pertinente sobre as interpretações que atestam para a existência ou não desta distinção no cenário brasileiro. Para ele, existem aqueles que atestam para a existência da noção de burguês e burguesia “[...] com a implantação e a expansão da grande lavoura exportadora, como se o senhor de engenho pudesse preencher, de fato, os papéis e as funções socioeconômicas dos agentes que controlavam [...] o fluxo de suas atividades socioeconômicas [...]” (2010, p. 32). Na contramão existiam também aqueles que diziam que ambos não teriam existido no Brasil “[...] como se depreende de uma paisagem em que não aparece nem o castelo nem o Burgo [...]” (2010, p. 32).

Neste sentido, tomamos como referência as atividades agrárias, pois inicialmente é a partir delas que perceberemos quais são os argumentos daqueles que defendem o senhor de engenho como um precursor do empresário moderno; assim como as críticas daqueles que refutam essa teoria.

Na análise dos críticos, o senhor de engenho não poderia se encaixar dentro deste perfil, ele apenas ocuparia uma posição marginal de negociação da produção, ou seja, ele não poderia ser equiparado ao empresário moderno. Com Base nesta interpretação, é interessante que mesmo o excedente gerado pela produção, não é visto como um “lucro”, na verdade ela constituía a parte que lhe cabia no circuito global, o qual era resultado dos acordos do pacto colonial (FERNANDES, 2010, p.32).

Seriam então os condicionantes do pacto colonial limitadores de um processo de negociação nos moldes empresariais? Para Fernandes não seria bem isso o que ocorria, pois ele considerava que ao promover este tipo de análise estaríamos efetivando um modelo comparativo ao modelo feudal, ou ainda a formação e caracterização de um burgo nos moldes europeus, assim como o burguês nas primeiras relações mestre *versus* artesão, em sua concepção este quadro comparativo não cabe no cenário brasileiro.

Os principais argumentos levantados por Fernandes são os seguintes:

- I. Não se pode exigir que o Brasil tenha ou siga padrões que não fazem parte da sua realidade civilizatória;
- II. Burguês e burguesia existiram no Brasil, apareceram tardiamente no cenário nacional, eles seguem um curso distinto do modelo europeu;
- III. Seguem funções e destinos sociais análogos quanto à personalidade e a formação social.

O surgimento do burguês no Brasil não seguiu o modelo europeu, ele “[...] já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal, inserida na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante [...]” (2010, p. 34).

Este novo personagem, o burguês permaneceu na concepção de Fernandes sufocado com o modelo colonial, existiam entraves como o escravismo e o estatuto colonial; interessante notar que o autor diz “sufocado” e não excluído ou inexistente.

Mas a expansão destes novos quadros burgueses ganhou mais impulso com a independência, surgem então condições para sua expansão, como o fim do estatuto colonial (pacto colonial).

A partir da independência existe uma valorização crescente do comércio, o que propiciou uma expansão da burguesia, mesmo assim ela ainda sofria com as distinções sociais, como é o caso da falta de prestígio de um comerciante de origem humilde (FERNANDES, 2010, p. 35).

Mas quais seriam estas novas condições? Neste sentido Fernandes deparava-se com a necessidade de esmiuçar as condições que dariam suporte para o desenvolvimento do processo que levaria a “revolução burguesa”

Seu ponto de partida está em caracterizar que ela (revolução) não constitui um episódio histórico, mas um fenômeno estrutural, pois “[...] se pode reproduzir de modos variáveis dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social

[...]” (2010, p. 38). Tal característica pode se tornar mais nítida quando Fernandes analisa o estatuto colonial e as mudanças que sua extinção possibilita. No estatuto colonial, ou pacto colonial, as decisões políticas, sociais e econômicas estavam diretamente ligadas aos interesses metropolitanos, ou seja, operavam de fora para dentro da sociedade colonial.

A expansão da grande lavoura no cenário de um estado nacional independente gera modificações em alguns quadros de proprietários, estes acabam extraídos do isolamento do engenho; são projetados no cenário econômico das cidades, das províncias e em alguns casos da corte; secularizam suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; urbanizam seu estilo de vida²⁹. Este processo sem dúvida ganha mais peso nas regiões cafeeiras. (FERNANDES, 2010, p. 45).

Desses novos estratos e que procederiam aos representantes mais característicos e modernos do chamado "espírito burguês", pois eles acabariam por encarnar esse espírito, sua identificação com a aristocracia agrária era superficial ou baseava-se em lealdades pessoais. São eles que tentam implantar no Brasil as condições econômicas, jurídicas e políticas que são essenciais à plena instauração da ordem social competitiva.

Segundo Fernandes (2010, p. 48) os fatores que contribuíram para a instauração da Revolução Burguesa são quatro, sendo que são um político, dois humanos e um econômico, vejamos resumidamente estes fatores:

- **Político:** a independência e suas implicações socioeconômicas;
- **Humanos:** fazendeiros de café e imigrantes - figuras centrais das grandes transformações do cenário econômico, social e político;
- **Econômico:** mudança das relações dos capitais internacionais com a organização da economia interna.

A independência representou então a primeira grande revolução social que ocorreu no Brasil, dela emergem dois aspectos primordiais: serviu como marco do fim da "era colonial"; e se tornou referência para a época da "sociedade nacional", fato que entra em choque com a visão defendida por muitos estudiosos que não lhe atribuem grande valor histórico.

Dentro desse quadro, Fernandes (2010, p. 51) identifica que a existe uma contradição no processo, visto que a independência pode ser classificada tanto como revolucionária, quanto como conservadora. Seria revolucionária ao despojar a ordem

²⁹ Assumindo o termo "aburguesou-se"

social (que deveria ter mais elasticidade e autonomia), herança da sociedade colonial; conservadora no sentido de preservar e fortalecer uma ordem social que não teria condições morais e materiais para a construção de uma nova nação.

Desse modo o fim do estatuto colonial significa um ganho para os senhores rurais, isto porque ocorre mudanças na estrutura, que podem ser identificadas em três níveis (FERNANDES, 2010. p. 60-61):

1. **Diferenciação dos papéis políticos do senhor:** acontece um processo, uma metamorfose que transforma os senhores rurais em senhores cidadãos, a estrutura passa a ser funcional, pois existe uma nova dimensão do poder, ou seja, as possibilidades de mando transcendem a propriedade e chegam ao campo político;
2. **Novas formas de socialização:** passam a converter privilégios sociais em fontes de solidariedade e de associação política, neste ponto as alianças com outros senhores são fundamentais;
3. **Redução do espaço social:** Possibilitou que as garantias sociais tivessem vigência e eficácia.

Muitas dessas alterações, transformações que acabamos de abordar podem ser facilmente identificadas em alguns grupos de senhores rurais do Oeste Paulista, o que sem dúvida merece nossa atenção e que serão mais bem exploradas um pouco mais adiante.

Outras mudanças verificadas por Fernandes (2010, p. 68-70) ocorrem no tocante ao comércio de importação e ao liberalismo. No caso do comércio de importação, verifica que aumenta sua importância e por tabela acaba por valorizar seus agentes. Já no caso do liberalismo identifica que este era utilizado de maneira peculiar, o que gerou certo antagonismo, isto porque as motivações ideológicas liberais estavam mais ligadas ao aspecto econômico e secundariamente ao político, o que utopicamente seria o inverso.

Outro ponto que merece destaque seria quanto ao patrimonialismo³⁰, neste ponto existe a perspectiva de que a independência e a formação do Estado Nação acabaram por contribuir para a burocratização da dominação patrimonialista.

Portanto, sob esse aspecto, a preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos senhoriais, possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentimento revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para

³⁰ Que já fora discutido anteriormente sobre a perspectiva do coronelismo no capítulo 1

erigir-se a construção da ordem social nacional a partir da herança colonial (ou seja, de uma "revolução dentro da ordem"). (FERNANDES, 2010, p. 75-76)

O processo que levou primeiro a independência e posteriormente ao Império contribui para que antigos padrões fossem alterados ou moldados para atender as necessidades das elites agrárias “[...] os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais ou coletivos internos e a se organizar a partir deles [...]” (FERNANDES, 2010, p. 83), ou seja, se antes pelo pacto colonial os senhores eram figuras secundárias, seus interesses estavam subordinados aos interesses metropolitanos, com a independência, eles ganham um papel de destaque passando a controlar os rumos econômicos. Neste cenário as relações comerciais ganham mais espaço, e os senhores passam a experimentar novas possibilidades.

[...] a reorganização interna do fluxo da renda introduziu o elemento competitivo nas relações econômicas dos ‘Senhores rurais’, entre si ou com outros agentes econômicos. A partir do momento em que eles podiam inserir-se e participar diretamente das diferentes fases internalizáveis da comercialização de produtos exportados, eles se liberavam da expropriação colonial, mas convertiam-se, automaticamente, em puros agentes de transações comerciais [...] (FERNANDES, 2010, p. 91).

Os senhores rurais aprenderam depressa a manipular o Estado, utilizaram estrategicamente o que denominaram como fatores da defesa interna, desse modo envolveram o Estado com obrigações que deveriam recair sobre a iniciativa privada³¹. O estado então absorveu funções político-econômicas típicas de nações dependentes, convertendo-se em instrumento de dominação estatal no plano econômico.

Lógico que esse processo não ocorreu de forma abrupta, às idas e vindas, os avanços e retrocessos fizeram parte de sua constituição. Fernandes inclusive identifica que as mudanças econômicas contaram com transformações de ordem cultural, este processo fica claro quando ele afirma que “[...] Só com o tempo, graças à expansão do mercado interno e ao aparecimento de condições favoráveis [...], o ‘espírito burguês’ se libertaria dessas malhas negativas, compostas pelas várias ramificações internas do capitalismo comercial [...]” (2010, p. 106).

O enfoque permanecia no mercado externo, nesse caso não apenas no tocante a venda de produtos, a compra também sofreu um estímulo e com isso os importadores ganham espaço. O mercado interno também recebia estímulos, tal situação acabava por

³¹ Mas que eles senhores entendiam e reclamavam como sendo um direito deles

dinamizar a vida econômica em um sentido que prescindia de um forte impulso inicial ao desenvolvimento interno do capitalismo.

Para melhor entender esse processo, podemos identificar a situação do mercado sob dois aspectos (FERNANDES 2010, p. 112):

- I. **Produção agrícola, artesanal ou manufatureira:** destinada ao consumo interno;
- II. **A utilização do excedente econômico:** como fator de dinamização da vida econômica.

Ao realizar esse tipo de estudo identificamos que o capitalismo não continha as mesmas características funcionais do capitalismo vigente nas nações dominantes³², ele é de um tipo especial, montado sob a estrutura de mercado que possui duas dimensões antagônicas: Heteronômica e dinâmica (ainda em via de integração estrutural).

Segundo Fernandes (2010, p. 118-120) as transformações que ocorreram foram significativas, mas não atingiram o mesmo nível dos países europeus, em muitos pontos significaram o surgimento de um capitalismo dependente, no entanto, e neste cenário que emerge o palco para a atuação do "burguês". A situação do mercado em seus aspectos econômico, social e político exigiam o "espírito burguês" e a "concepção burguesa do mundo".

A quantidade não é um fator decisivo neste processo, a presença de poucos agentes econômicos não constitui um empecilho, Fernandes considera que o motor desse processo não está pautado na quantidade, tanto que o número de agentes envolvidos nas transações comerciais e bancárias da primeira metade do século XIX era pequena, no entanto, acabaram por formar uma trama de ações e de relações econômicas que vincularam esses agentes econômicos do setor mercantil a várias iniciativas econômicas novas.

O que reforça que o processo de investigação dos homens de negócio no Oeste Paulista não deve ser pautado pela quantidade, mas sim pela importância desses agentes e principalmente com a sua vinculação com a política. O que sem dúvida faremos com especial atenção no próximo capítulo.

A participação desses agentes fossem eles fazendeiros ou mesmo os chamados "testas de ferro" acabou provocando um novo horizonte cultural no meio desse novo grupo constituído pelos chamados homens de negócio, isto porque elas acabavam

³² Essa análise se aproxima daquela que fizemos no capítulo 1 a partir dos estudos de Simon Schwartzman.

inseridas nas atividades práticas do mundo mercantil, a partir do qual se irradiou e difundiu a consolidação do capitalismo.

Nesse contexto Fernandes (2010, p. 127) identifica que não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizou o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil, essa função acabou preenchida pelo complexo comercial que era constituído:

- Pelas pressões econômicas do liberalismo;
- A emancipação política;
- O desenvolvimento urbano.

Existem então duas figuras muito importantes neste processo: o fazendeiro de café e o imigrante. Mesmo que nosso foco central sejam os fazendeiros faremos algumas ponderações sobre os imigrantes, afinal são eles figuras que tem uma grande importância nas mudanças que iremos analisar.

O fazendeiro de café surge como “[...] uma variante típica do antigo senhor rural [...]” com uma interessante perspectiva, a de “[...] dissociar a fazenda e a riqueza que ela produzia do status senhorial [...]”. Quanto ao imigrante, este procurava “[...] a riqueza em si e por si mesma [...]” (2010, p. 128).

Os dois possuem muitas diferenças, mas algo em comum; percebem que existe uma transformação econômica em curso, fruto da ruptura com a antiga ordem senhorial. Nesse cenário, o fazendeiro aceita e identifica-se com a dimensão burguesa que se apresenta; já o imigrante está fora do contexto do tradicionalismo, acaba sendo impelido ao processo por interesses de teor espoliativo, extorsivo ou especulativo.

O processo de transformação dos cafeicultores ocorre em duas etapas, inicialmente ainda existia uma proximidade muito grande com os antigos senhores rurais, vejamos como isto ocorreu:

1. Foram incentivados a operar com a riqueza fora do contexto econômico da grande lavoura;
2. Aos poucos são forçados a renunciar ao status senhorial e a adaptar-se às funções de grande proprietário por determinações puramente econômicas.

Como em todo processo a transformação acaba sendo gradativa, tanto que num primeiro momento, os fazendeiros ainda estão presos às concepções dos antigos senhores rurais, no entanto, o mercado externo força que ele reconsidere seus investimentos na grande lavoura, as bases materiais (escravismo) e social

(patrimonialismo), já não conseguiam sustentar seu padrão de vida. No final do século XIX, passaram a “[...] repudiar o próprio status senhorial, para salvar-se, através do ‘elemento burguês’ [...] (FERNANDES, 2010, p. 130)”.

Desse modo projetado dentro de um novo contexto histórico-social, esse elemento condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e significaria a plena metamorfose do senhor agrário em cidadão da República.

Interessante ressaltar que este processo era inevitável, os fazendeiros que se negaram a seguir por ele, e mantiveram-se fieis aos antigos modelos acabaram por facilitar sua ruína. É o caso dos fazendeiros de café do vale do Paraíba, que se recusavam a perceber, por exemplo, o esgotamento das relações escravistas na produção “[...] O senhor de escravo, por sua vontade e por suas mãos, escravizava-se ao escravo e a ordem social que se fundara na escravidão, condenando-se a desaparecer quando está fosse extinta [...]” (FERNANDES, 2010, p. 133).

No Oeste Paulista alguns fazendeiros deixavam claro que a modificação no trato com a produção se fazia necessária, tanto que muitos já adotavam em suas propriedades uma mescla de trabalhadores livres com trabalhadores escravos, além de investirem no aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, modernização de transportes e separação do lar senhorial com a unidade de produção.

A modificação que mais chamava a atenção, segundo Fernandes (2010, p. 136) tinha relação com o estipêndio do status senhorial, que deixará de ser retirado do excedente da grande lavoura, surgem outras fontes de renda, como aquelas vinculadas ao setor urbano, que contribuem para o financiamento dos diversos desdobramentos econômicos, sociais e principalmente políticos.

A própria fazenda sofrera uma importante transformação quanto a sua finalidade para os fazendeiros “[...] a fazenda, para ele, não é fonte de *status*, mas de riqueza”. Devia dar lucro acima de tudo. Nesse caso, ele não se sujeitava ao estilo de vida isolado e circunscrito do antigo “barão do café” que morava na sede da fazenda [...]” (FERNANDES, 2010, p. 136).

A transição dos fazendeiros segundo Fernandes (2010, p. 137) pode ser dividida em três etapas distintas:

- I. **Inicial:** faziam parte desta aqueles fazendeiros ainda presos ao status senhorial, tinham restrições e por isso davam as costas a sua dimensão burguesa;

- II. **Intermediária:** estavam inseridos nela aqueles fazendeiros que se projetaram em cenários mais amplos. Alguns utilizavam o espaço urbano, mas que ainda não se definiam pelo capital comercial, financeiro ou pelo mundo urbano;
- III. **Final:** faziam parte os fazendeiros que perceberam a natureza de seus interesses e de seus papéis econômicos, estes passaram a se articular com o crescimento do "mundo dos negócios", utilizam e articulam o capital comercial. Percebem a transformação, passam de senhores agrários a "Homens de negócio".

À medida que as relações econômicas tornavam-se mais dinâmicas, os cafeicultores que obtiveram maior êxito econômico estavam mais próximos deste perfil de homens de negócios, como bem ilustra Fernandes “[...], todavia, esse pequeno número deu colorido e intensidade aos homens que construíram os alicerces da economia moderna no Brasil [...]” (2010, p. 138).

Neste ponto, Fernandes distingue dois tipos de personalidade presentes nos fazendeiros de café: aqueles que se converteram em “coronéis”, e aqueles que se transformaram em “homens de negócios”.

Como Coronel já era o antípoda do Sr agrário, afirmava-se pelo poder político gerado por sua situação financeira (assim como o Sr Agrário), no entanto, se via privado das compensações financeiras e da autoridade do status senhorial; deixava de corresponder a uma necessidade social e política; deixava de possuir controle pessoal, direto e permanente sobre o funcionamento da fazenda; passou a ocupar-se com aspectos comerciais e financeiros que ela suscitava; a única possibilidade de prestígio social que lhe restava era de natureza política³³.

Passam então a apelar e apegaram-se ao poder político, cultivam crescentes formas compensatórias de preservação do status, buscam novos canais de mobilidade social, econômica e profissional para seus filhos, parentes ou dependentes, exploram dessa maneira sistematicamente o nepotismo, agora como meio para a sobrevivência nos estratos sociais.

Apesar de todo esse empenho em menos de meio século, nem mesmo o controle político e as formas mais drásticas de mandonismo podiam fornecer recursos para que este grupo remasse contra a corrente.

³³ Neste ponto os dois capítulos encontram seu ponto de confluência, e no próximo modelo, o "homem de negócio" que o estudo encontra seu maior respaldo

A grande mudança vem para aqueles que assumem um perfil de homens de negócio, este grupo passou a ocupar-se menos com os problemas financeiros e comerciais da fazenda, passaram a delegar esta incumbência para subalternos e apenas se envolviam com estas questões em momentos críticos “[...] Portanto, ele encaixava a fazenda na conexão econômica a que ela devia pertencer depois que ela evoluíra para o modelo de plantação comercial típica em regime de trabalho livre [...]” (FERNANDES, 2010, p. 141). Vale destacar ainda que neste novo perfil, o cafeicultor assumia uma posição estratégica, onde o excedente ganho com a lavoura não se destinava apenas a ser aplicado nela (lavoura), mas também fora dela.

As modificações e o crescimento das funções dentro das fazendas de café também faz parte da análise de Sallum Junior; segundo o autor à medida que aumentava a massa do capital produtivo “[...] as funções diretivas do capital eram delegadas pelo fazendeiro a trabalhadores assalariados, concentrando-se ele nas funções do capital não vinculado ao processo de produção imediata [...]” (1982, p. 246).

Isto não quer dizer que existe uma ruptura total com o antigo, na verdade o que identificamos é uma mescla entre o tradicional e o novo, por um lado ainda eram proprietários rurais, no entanto, já se caracterizam com um novo perfil, o de homens de negócio.

Neste sentido o conservadorismo que ainda restava não existia pelo medo da perda de controle sobre a propriedade, estava sim relacionado com a concentração de capital comercial e financeiro dentro da ordem, por outro lado existe uma evolução, em muitos casos eles abrem mão da representação política pessoal e passam a delegar os papéis políticos para agentes de sua confiança, ou seja, cedem o centro do palco em troca do controle das verdadeiras malhas do poder.

Fernandes identifica esse momento “[...] infundia certa dignidade e grandeza às suas funções de ‘homens de negócios’, pois sendo também fazendeiro, ele não era um ‘homem de negócios’ qualquer: tinha atrás de si a auréola, real ou imaginária, da ‘tradição de família’ [...]” (2010, p. 142). Este tipo de proprietário rural esteve presente na implantação do regime republicano, tornou-se “[...] o principal agente humano ‘nativo’ da Revolução burguesa. Ele lhe conferiu o parco e fluído sentido político que esta teve, ao optar pela república e pela liberal democracia [...]” (2010, p. 142).

Uma das características presente no fazendeiro "homem de negócio" era a sua mentalidade econômica tipicamente racional, esta auxilia para que existisse uma modificação nos fatores que configuravam a estrutura da situação de mercado “[...] o

ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos [...] mas ele se desenrolara, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as primeiras medidas de ‘defesa do café [...]’ (FERNANDES, 2010, p. 145-146). Este novo tipo de fazendeiro com perfil de “homem de negócios”, não fica subordinado a ações que antes vinham do governo, como no período colonial, agora ele possuía uma maior participação nas decisões políticas e econômicas.

E qual seria o papel do imigrante dentro deste novo quadro de transformações?

Existe uma dificuldade em se identificar todo o potencial do imigrante no processo, muitos associam a sua participação apenas ao mercado de trabalho e ao consumo interno, no entanto, existem outras possibilidades, afinal um quadro tão diversificado quanto o de imigrantes não ficaria restrito a situações de emprego e consumo.

Para Fernandes (2010, p. 153) devemos primeiramente nos atentar aos fatos que envolvem sua incorporação às economias internas; o que realmente importa são certos elementos da situação dos imigrantes presentes na “[...] realização de suas carreiras ou nas influências construtivas que exerceram, seja para eliminar e aperfeiçoar, seja para substituir certos padrões obsoletos de vida econômica [...]”. De imediato a presença do imigrante já representou um avanço na esfera capitalista comercial e financeira, gerando reflexos principalmente no mercado interno.

O imigrante não representou apenas a substituição do antigo modelo de trabalho escravo, pelo de trabalho livre. Lógico que com a introdução em larga escala do trabalho livre, o mercado interno sofreu uma conseqüente expansão, no entanto, o imigrante não ficou restrito apenas a ser mais um braço para as lavouras, muitos acabaram diversificando suas funções, sua preocupação estava relacionada a vencer economicamente “[...] fazia parte da sua perspectiva e do seu calculo econômicos acumular riqueza em forma monetária. Considerações de status possuíam para ele escassa significação [...]” (FERNANDES, 2010, p. 156).

Participar dos caminhos que levavam a acumulação de capital não foi uma tarefa das mais fáceis, naturalmente que os imigrantes percorreram as trilhas mais duras e penosas. No entanto, o que poderia se constituir em barreira para sua inserção neste quadro, no caso o fato de serem relegados pelos membros das elites senhoriais representou um benefício a eles, pois poderiam fechar-se em pequenos grupos, que acabavam por abster-se de interagir moralmente com os costumes e os valores da nova sociedade em que viviam “[...] Desse modo, possuía liberdade para atingir seus fins,

rompendo com o código ético a que teria que responder em sua sociedade nacional e não respondendo ao código ético das camadas senhoriais da sociedade brasileira [...]” (FERNANDES, 2010, p. 158).

Com o passar dos anos alguns imigrantes conseguem participar com mais frequência da vida econômica, e conseguem isso, pois aproveitam para explorar as oportunidades horizontais e verticais, e fazem isso com uma versatilidade ocupacional e econômica (FERNANDES, 2010, p. 160). Apesar de ainda estar longe do topo, o imigrante já se configurava como um agente econômico da concentração de capital comercial, e passava a absorver os papéis econômicos emergentes de uma economia de mercado, que passava por um período de consolidação.

Contribuía ainda em favor do imigrante o fato de ele conhecer as possibilidades do mercado interno, sendo que ele poderia concentrar seu foco em áreas que necessitavam de um novo estilo, de investimentos, ele passa então e mobilizar capitais e arranjos comerciais.

Como resultado introduziu “[...] na comercialização de produtos agropecuários destinados ao consumo ou a produção industrial, técnicas empregadas na Europa, onde o capital comercial procedeu à concentração da produção artesanal [...]” (FERNANDES, 2010, p. 161). Enveredar pelo ramo industrial seria um salto muito grande, mas diante da perspectiva apresentada e amparado pelo crédito e confiança, os imigrantes poderiam trilhar esse caminho.

Fernandes confere uma importância muito grande aos feitos obtidos pelos imigrantes neste período de desbravamento da economia. Para ele o imigrante tornou-se o principal agente econômico, que contribuiu para a substituição do modelo que privilegiava as importações, foi ele (imigrante) um agente privilegiado nas fases iniciais da concentração industrial, sendo inclusive considerado pelo autor como um “herói da industrialização”, que segundo o autor representou um marco na transformação estrutural que “[...] tornou a Revolução Burguesa uma realidade histórica no Brasil [...]” (2010, p. 161).

Mesmo enfrentando dificuldades, como as impostas devido ao perfil de acumulação, que ainda era alicerçado em um tipo estamental de capital, onde a circulação de renda estava vinculada a uma sociedade senhorial. O imigrante conseguiu tirar proveito de situações como a instalação de casas bancárias e agências financeiras estrangeiras.

Fernandes assinala a importância desta ligação “[...] o imigrante concentrou sua ação econômica em áreas que eram vitais para o aparecimento ou fortalecimento das referidas conexões [...]” (2010, p. 162). Contribuiu ainda para expandir e diferenciar a rede de estabelecimentos comerciais, o que auxiliou no fortalecimento das relações de comercialização e produção interna.

Assim o imigrantes tinha aspirações imediatistas, ele não tinha razões emocionais, materiais e morais que o impelisse a projetos econômicos de longa duração; eles (imigrantes) não se interessassem pelo futuro, na verdade tiveram que lutar contra a lógica estabelecida dentro daquele sistema de mercado ainda com traços senhoriais, tal ação exigia que ele se afastasse dos elementos reguladores da ética capitalista, o que exigia dele ações de caráter imediatista (FERNANDES, 2010, p. 166-167).

Convém ressaltar que o caminho que o imigrante percorreu para alcançar este posto de agente privilegiado da economia, foi alcançado a partir do preenchimento de três papéis construtivos da economia monetária.

[...] primeiro coube-lhe uma função primordial para a constituição de uma economia capitalista: a de constituir o agente original do trabalho livre [...] segundo malgrado sua condição de inicial de equivalente humano do escravo, o imigrante logo se erigiu no único elemento que possuía expressão monetária e poder aquisitivo real [...] terceiro, o imigrante tanto concorreu para intensificar o desenvolvimento interno do capitalismo comercial e financeiro, quanto ocupou uma posição central na canalização socialmente construtiva de suas influências dinâmicas, que faziam pressão sobre a diferenciação e a intensificação da produção destinada ao consumo interno [...] (FERNANDES, 2010, p. 169).

Alguns fatores que poderiam ajudar a entender o impacto da imigração sobre a expansão interna do capitalismo são levantados por Fernandes: primeiro ele discorre sobre a questão da tradição cultural, segundo ele tal fato poderia se constituir como fonte de bloqueio a ação econômica racional do imigrante, no entanto, ele alerta que nem sempre eles provinham de áreas onde o capitalismo comercial e industrial estavam intensamente desenvolvido; na verdade a intenção de imigrar estava atrelada a insatisfações econômicas e sociais, seu papel passa então a ser muito interessante, pois ele se torna um agente de um processo de transformação de uma “ordem tradicional” para uma “ordem capitalista”, processo esse que viria a ocorrer em suas comunidades de origem, mas que ele acaba fazendo parte em solo brasileiro (2010, p. 170).

Em segundo lugar Fernandes identifica as questões de adaptação, segundo ele o cenário que o imigrante vivenciará de desagregação da ordem escravocrata e senhorial não estavam relacionados a fatores psicológicos, mas sim a fatores psicossociais; neste cenário de mudança o imigrante soube se aproveitar das oportunidades econômicas emergentes (alteração padrões consumo, diferenciação do comércio e aumento do mercado interno) (2010, p. 171).

Em terceiro lugar Fernandes sinaliza para a emergência dos imigrantes constituírem papéis econômicos novos e promoverem certos ajustamentos sociais; eles não podiam competir com os senhores agrários ou com os fazendeiros (tanto “coronéis” como “homens de negócios”), no entanto, possuíam um papel decisivo nesta nova ordem onde cada vez mais o mercado interno e externo exigia a criação de novos papéis (2010, p. 172-173).

3.3- O Oeste Paulista: formação, ocupação e pioneirismo

Palco deste estudo, o Oeste Paulista constitui uma região muito rica de história e de possibilidades de estudo, sua ocupação é sempre vista a partir do pioneirismo do de homens que desbravaram a região, seja procura de metais preciosos, seja pelo interesse no aproveitamento da terra, mas será que toda a história de ocupação dessa região começa assim?

Segundo Mombeig (1984, p. 129) os verdadeiros pioneiros desta região foram os índios, afinal são eles os responsáveis a queimas a mata, preparar e aproveitar o solo; mas o contato com os "pioneiros" brancos não foi amistoso, quase sempre foram sangrentos, além da vantagem no poderio bélico, os brancos muitas vezes contavam com a ajuda de indígenas pacificados, como os Xavantes.

Como resultado muito pouco sobrou destes grupos e sua história também acabou reduzida, mas um pouco de sua herança acabou sendo útil aos primeiros desbravadores e fazendeiros brancos: as trilhas por eles deixadas e a prática das queimadas são inicialmente utilizadas pelos pioneiros brancos (MOMBEIG, 1984, p. 132).

Os primeiros a desbravar terras no interior foram os mineiros, contudo com o tempo famílias de fazendeiros de outras regiões paulistas passaram a promover o desbravamento mais próximo da região de nosso interesse.

Foi o caso de duas famílias, os Almeida Prado, de Itu, e os Toledo Piza, de Capivari. Percorrendo o rio Tietê, eles desceram até a entrada dele, na serra de Botucatu, lá descobriam extensa mancha de terra roxa³⁴, próxima às cercanias de Jaú, não por acaso começaram ali a cafeicultura nesta região. (MOMBEIG, 1984, p. 139).

Outro caso de família que promoveu um deslocamento interessante foi a família Prado. Partindo da região de Limeira e Araras acabaram por tomar a direção de Ribeirão Preto; o grande responsável pelo empreendimento foi Martinho Prado Junior, apelidado de Martinico (MOMBEIG, 1984, p. 140-141).

Interessante como Mombeig acaba reconhecendo a transformação dessas famílias e de seus integrantes durante o processo de ocupação e transformação das terras.

Pouco a pouco, destacaram-se do movimento pioneiro grandes famílias que o haviam lançado. Seus descendentes tornaram-se negociantes, *business-men*, para os quais era secundária a importância da terra. Não se formou pois uma aristocracia de proprietários. A mesma evolução experimentou a massa de fazendeiros, embora em menor escala. Trocava-se o campo pela cidade; os filhos eram advogados, médicos, engenheiros. Renunciava a gerir suas propriedades rurais, confiando-as a um administrador (MOMBEIG, 1984, p. 142)

Outro personagem recorrente do Oeste Paulista era o grileiro³⁵, que aproveitava o fato de uma região pioneira como o Oeste Paulista, ser propícia para suas atividades, afinal em regiões como essa era comum que se encontrasse dificuldades de se encontrar o primeiro ocupante da terra e mais do que isso, saber se este adquiriu legalmente o título daquela propriedade. O embate entre grileiros e posseiros ocorreu em muitas regiões e não foi diferente no Oeste Paulista.

A categorização das regiões produtoras de café também acaba sendo abordada por Mobeig (1984, p. 167-170) para tanto ele assim delimitou as áreas:

A primeira região foi o Vale do Paraíba, destacando o território que se estendia de Bananal até Mogi das Cruzes, apesar de decadente o autor diz que o número de cafezais ainda impressionava.

A segunda região formava no mapa um arco de circo, ela se estendia de Itu (sul), até Mococa (norte), passando por Campinas; a produção variava, as plantações

³⁴ Um dos grande atrativos do Oeste Paulista, devido entre outros fatores a fertilidade deste tipo de solo

³⁵ A grosso modo era aquele que falsificava os títulos de propriedade

próximas de Campinas já apresentavam acentuada queda no início do século XX, enquanto que as existiam nas proximidades de Mococa apresentavam um aumento.

A terceira região corresponde a região da depressão periférica, seus limites a Oeste são Tatuí e Guareí e ao Norte de Campinas em Limeira, Araras, Rio Claro, Leme, Pirassununga e Descalvado³⁶, sem dúvida nesta região o café tem maior destaque aproveitando-se de afloramentos de terra roxa.

A quarta região encontra-se em territórios que se estendem pelas escarpas formadas por arenitos e diâbasios, correspondendo a grandes territórios de terra roxa no Planalto Ocidental Paulista, seus limites estendiam-se da altura de Mococa até o Vale do Paranapanema, uma área entre dois maciços, o de Araraquara e o de Ribeirão Preto. Esta região foi o grande centro produtor, tinha cafezais mais jovens e foi responsável pela superprodução de 1900-1905.

Esta quarta região, junto com Rio Claro que está na terceira, fazem parte do nosso enfoque de pesquisa, Mombeig (1984) denominou esta região como Franja Pioneira.

Outro tópico interessante para se analisar é o traçado das ferrovias que passavam pelas cidades que são objeto de nosso estudo.

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, fundada em 1872, tinha como planos iniciais atingir Cuiabá (MT), mas acabou seguindo até o Triângulo Mineiro. Seu traçado iniciava-se em Campinas, passando por Mogi Guaçu, Casa Branca (1880), Ribeirão Preto (1883), Rio Grande (1887) e Araguaí (1900), foi a primeira a penetrar o interior e contribuiu para o rápido desenvolvimento do conjunto cafeicultor de Ribeirão Preto (MOMBEIG, 1984, p. 174).

A Companhia Paulista tinha como projeto inicial atingir o estado do Mato Grosso, mas seu projeto parecia emperrar nos interesses particulares de pequenos empreendimentos que possibilitaram o surgimento de algumas empresas férreas administradas por grupos de cafeicultores, no entanto, o que foi um empecilho no início acabou transformando a empresa numa grande companhia.

Começo adquirindo para si a ligação Jundiaí X São Carlos, depois levou seus trilhos até Araraquara e Jaboticabal, aos poucos assegurou o domínio de toda a faixa esquerda do Mogi Guaçu, mas não parou por aí, atravessou a outra margem e penetrou o

³⁶ Certos municípios estendem-se até mesmo para a região do Planalto Ocidental

uma região que parecia ser privilégio da Mogiana, chegou até Santa Rita do Passa Quatro, depois até Guatapará, ou seja, aproximava-se de Ribeirão Preto.

Esta e outras rivalidade demonstram bem que o desenvolvimento das estradas de ferro "[...] não obedeciam a um plano sistemático, antes foi conduzida pelos interesses dos administradores, dos produtores e dos comerciantes de café [...]" (MOMBEIG, 1984, p. 175).

Por fim vale a pena debater um pouco sobre a caracterização dos fazendeiros de café, já lançando aqui um importante gancho para nossa próxima discussão.

Para Mombeig (1984, p. 177-178) existia uma diferença entre os fazendeiros pertencentes as velhas regiões de café e aqueles que faziam parte do universo pioneiro das novas regiões.

O primeiro tipo, o dos fazendeiros das antigas regiões acaba se caracterizando como um tipo que ainda vive atrelado a sua propriedade, sua residência caracteriza-se por ser sólida, majestosa, ornamentada por altas palmeiras, seu proprietário raramente ia até a cidade, ele era o responsável por dirigir primeiro o trabalho dos escravos e depois dos imigrantes. Era ainda o responsável por controlar a colheita, a secagem, a preparação e o transporte do café, todos gravitavam a seu redor, inclusive as construções, existia um forte sentimento de ligação com a terra.

Já o segundo tipo, classificado como aquele que pertence a fazenda pioneira dos planaltos é bem diferente, esta é uma empresa ao mesmo tempo agrícola, industrial e comercial. A massa de colonos renova-se quase todos os anos. Como Homem de Negócios deve habitar tanto a cidade como a fazenda, para tanto passa a delegar o trato da fazenda a um administrador. "[...] Na grande fazenda de Ribeirão Preto e de Araraquara, a casa do fazendeiro acha-se afastada das construções ligadas a exploração. Luxuosa, destinada a permanência rápida [...] ela se torna a casa de campo, onde a família vai passar as férias [...]" (MOMBEIG, 1984, p. 178).

Essas são características que segundo o autor servem para diferenciar a Franja Pioneira dos planaltos ocidentais das demais regiões cafeeiras paulistas ou fluminenses. Para o nosso estudo esta região que chamamos de Oeste Paulista realmente é diferenciada e merece ser amplamente estudada.

As divisões propostas por Mombeig (1984) constituem o ponto de partida para que outros autores também pudessem identificar e propor as suas divisões sobre as regiões cafeeiras. Paula Beiguelman (1977) propõe um formato onde identifica três áreas: o Vale do Paraíba, o Novo e o Velho Oeste Paulista, para tanto utiliza de uma

análise em que leva em consideração o agrário, o mercantil, o industrial e o financeiro. Para Souza (2013, p. 15) essa subdivisão acaba depois sendo encontrada em outros autores como Fausto (1977), Freitas (1994) e Costa (1994).

Os modelos criados para a divisão seguem ainda segundo Souza (2013, p. 16) critérios que tem como pano de fundo a repercussão das particularidades regionais no tipo de homem, de aspirações, de cafeicultura, de capitalismo e de condições sociais, culturais e políticas; todas em sincronia com o marcha de povoamento e o conseqüente choque com os indígenas dessas regiões, que ou são exterminados, ou empurrados cada vez mais para o interior.

A crítica de Souza (2013) em muito está atrelada a nossa visão sobre o perigo de se generalizar em demasia a análise sobre as cidades, ao se criar modelos buscasse identificar particularidades comuns dessas localidades e assim delimitar um conjunto maior, como no caso uma região, mas não se pode deixar de lado as singularidades que são de cada cidade.

Um claro exemplo disso pode ser identificado quando Souza (2013, p.18) analisa os estudos de Freitas (1994) que ao analisar a compreensão econômica pelo roteiro do café e das ferrovias em cada cidade do Velho e do Novo Oeste Paulista deparou-se sem perceber com um fato novo, a questão política "[...] ao aprofundar a pesquisa, percebesse a relação com os distritos eleitorais [...] com isso, tinha-se uma abertura ao político, enquanto político, que fora ocultado pelo econômico [...]" .

Neste sentido acontece um resgate por parte de Souza (2013, p. 18) de um termo utilizado por Carone (1972) "Geografia das Oligarquias"³⁷, que teria como enfoque a análise dos distritos enquanto poder macrorregional "[...] Os distritos 'marcariam' institucionalmente a geografia das oligarquias macrorregionais em São Paulo, onde, da zona em decadência às pioneiras e suas franjas, o fenômeno do poder político guardaria especificidades [...]" .

³⁷ Retomaremos esse debate na seção 4

3.4- Cafeicultores e imigrantes no Oeste Paulista.

O desenvolvimento dos principais centros cafeicultores do Oeste paulista ocorreu por incentivo de alguns grupos diferenciados de cafeicultores; fato que vai de encontro com os argumentos propostos por Fernandes quando ele identifica o processo de desenvolvimento inicial da Revolução Burguesa no Brasil.

O processo de formação de uma burguesia ligada a economia cafeeira também é compartilhada por Fausto (1985, p. 195) que identifica dentro desse processo dois marcos, que ele classifica como histórico-estruturais. O primeiro abrange diretamente a burguesia cafeeira ao determinar que esta possuía uma hegemonia dentro do plano interno; já a segunda faz referência a dependência do capital internacional no plano exterior.

Ao analisar os interesses dos cafeicultores faz uma alusão que estes tinham de que os seus interesses coincidem com os "interesses gerais da nação". O mais importante vem a seguir quando atesta para o fato de que estes dois marcos estabelecem as opções políticas possíveis, tanto para a burguesia cafeeira, quanto para os setores a ela subordinada. A hegemonia política como já vimos no capítulo anterior não dependeria apenas da ação e vontade dos paulistas, ela deveria ser garantida pela aliança com os mineiros.

Assim como Fernandes, Fausto (1985, p. 199-200) identifica os cafeicultores como integrantes de uma nova classe, assentada em relações capitalistas de produção, com consciência de seus interesses, entre eles a estruturação política do país com um caráter acentuadamente regional.

Para se ter uma ideia mais geral dessa ação basta que observemos o trabalho de Holloway (1984), nele identificamos uma série de exemplos, como no esforço dos cafeicultores para a construção de um trecho de quatrocentos quilômetros que facilitariam o escoamento do café no trajeto compreendido entre Ribeirão Preto e Santos “[...] A estrada de ferro mogiana, organizada e financiada por fazendeiros da área, começou a ser construída em Campinas, em 1874, e alcançou Ribeirão Preto uma década mais tarde [...]” (1984, p. 39).

O propósito deste esforço tinha como objetivo dinamizar o escoamento da produção, possuía uma forte motivação econômica, a qual estava em diminuir o tempo e os gastos, que eram mais elevados com as tropas de mulas.

Tomar a ferrovia como exemplo torna-se muito oportuno, afinal ela representou não apenas a modernização, mas o desbravamento de regiões pouco ocupadas do interior paulista, como é o caso da região de Araraquara, que em 1895 teve o início da construção de sua estrada de ferro. A região expandiu-se afinal “[...] possuía apenas três municípios em 1886, mas o número cresceu para 24 em 1920 e 36 em 1934. A Araraquarense incluiu novas áreas de desenvolvimento, tanto na década de 1920 como mais tarde [...]” (HOLLOWAY, 1984, p. 41).

Como já dissemos a ferrovia servia aos interesses de dinamizar a produção do café, diminuindo perdas e tempo de transporte, mas não ficou restrita a isso, ela também promovia o transporte de pessoas e de outros bens, além do desbravamento de novas áreas, ou seja, acabou se tornando um importante instrumento de desenvolvimento.

Dentro deste quadro que analisamos não podemos nos esquecer de que todo esse esforço estava centrado dentro das cidades do Oeste Paulista, segundo Bilac (1995, p.164) a importância do estudo é grande, tanto devido a questões passíveis de generalização, como pela diversidade de realidades singulares das cidades que compõem esta região.

Assim como Fernandes e Fausto; Bilac também caracteriza esse nascente grupo de proprietários com perfil de negociantes, para a autora eles devem ser classificados como fazendeiros-capitalistas.

Segundo investigação da autora, os fazendeiros-capitalistas surgem na medida em que os fazendeiros perderam sua condição de senhores de escravos, nesse momento o processo econômico exigia a racionalização da empresa econômica, o que envolvia um novo sistema de articulações (BILAC, 1995, p. 170).

Assim como Holloway também destaca a importância dos investimentos nas estradas de ferro e na esteira dos estudos de Fernandes enfatiza outros tipos de relações como a comercialização do café com o exterior (mais complexa), os investimentos em casas comissárias e bancos, assim como em outros setores comerciais e urbanos.

Em outro estudo sobre o interior paulista, mas precisamente sobre Rio Claro, Santos (2002) também destaca o perfil de negociantes dos fazendeiros da região, para ele tal grupo era classificado como fazendeiros-negociantes, destacando entre outros atributos o de eles terem investido no trabalho imigrante.

Essa relação permite-nos montar o cenário no qual os fazendeiros-negociantes prosseguiram como um dos agentes no processo de transformação da região e da cidade. Enquanto agentes possuidores de capital empregaram uma segunda alternativa à possível "falta de

braços" nas lavouras cafeeiras: a imigração, como forma de garantir o capital empregado. Essas experiências iriam conferir a São João do Rio Claro um perfil extremamente significativo e diferenciado ao conjunto das cidades da região. (SANTOS, 2002, p. 40)

Se por um lado surgia um grupo diferenciado de cafeicultores, que assumem esta figura de homens de negócios, por outro lado existiam aqueles que permaneciam dentro de um quadro mais tradicional³⁸, deste modo acabavam muitas vezes retrocedendo em algumas concepções e políticas, como é o caso da visão que tinham em relação aos imigrantes³⁹. Para os fazendeiros do café, estes nada mais eram, como bem frisou Holloway “Braços para o café”; tal fato pode ser claramente percebido quando observamos a posição do governo e dos cafeicultores em relação à política imigratória “[...] Os fazendeiros e o governo consideravam o trabalho na indústria, comércio e outros serviços, e mesmo ocupações agrícolas que não a produção do café, prejudiciais ao objetivo básico [...]” (1984, p. 61).

O trabalho livre representou uma nova ordem, e muitos fazendeiros de café tinha dificuldades em entender a dimensão desta nova ordem, o que ficava evidente era que existia um despreparo por parte deles em administrar esta nova realidade. Holloway mostra um claro exemplo disso no fato de que eles (cafeicultores) não tinham muita noção de como remunerar o imigrante, e de quanto estes (imigrantes) estariam dispostos a assumir nos riscos de produção. Políticas e práticas como as do colonato, parceria, armazém e “caderneta” de gastos, são apenas alguns exemplos de mecanismos que ainda estavam afastados do modelo assalariado.

A relação conturbada que viviam inicialmente os dois grupos também é analisada por Sallum Junior; existia uma dificuldade de os fazendeiros perceberem que agora lidavam com trabalhadores, que pelo menos no plano jurídico, seriam seus iguais “[...] Os regulamentos das fazendas eram extremamente reveladores desse desajustamento [...] neles se materializavam características da sociedade brasileira da época, pouco compatíveis com a liberdade [...]” (1982, p. 78).

Outro ponto identificado por Sallum Junior diz respeito à estrutura legal da época. Seu formato atendia aos interesse dos cafeicultores, naquela época vigorava uma legislação denominada de Ordenações Filipinas⁴⁰, através dela os imigrantes eram

³⁸ Grupo que ainda valoriza a propriedade e os padrões de trabalho relacionados ao escravismo

³⁹ As dificuldades em relação ao imigrante não eram restritas a quadros tradicionais, mesmo nos quadros mais inovadores ela as vezes estava presente.

⁴⁰ As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuou vigendo em Portugal ao final da

qualificados como “sócios” dos fazendeiros, na verdade o interesse desta “sociedade” estava no fato de que desta maneira os fazendeiros poderiam “[...] legalmente, obrigar os parceiros recalcitrantes a cumprir os contratos e os regulamentos sobre pena de prisão, inclusive com trabalhos forçados [...]” (1982, p. 79).

A situação só começa a mudar em 1884, quando as dificuldades ocasionadas pelo endividamento dos imigrantes começam a ser solucionadas; neste momento o governo paulista toma as rédeas e passa ele a subsidiar totalmente a imigração; para Sallum Junior tal decisão acaba sendo fundamental, não apenas para os imigrantes, mas para os próprios fazendeiros do oeste paulista que necessitavam de trabalhadores em larga escala para os cafezais (1982, p. 90).

A relação dos fazendeiros com os imigrantes também esta presente nos estudos de Fausto (1975, p. 199), que ao analisar as bases capitalistas da ação dos cafeicultores identifica ações como a compra da força de trabalho (salário), a apropriação do excedente (mais valia) e por fim no fato de o salário provir de fontes monetárias e não monetárias.

As fontes monetárias poderiam ser divididas em três tipos: a primeira consistia em pagamentos anuais pelo trabalho familiar nos cafezais; a segunda também era um pagamento realizado a família e tinha por base a colheita, mas ele variava conforme os resultados; o terceiro era pouco significativo e dizia respeito a trabalhos diários realizados nas fazendas, como reparações e transporte.

Aos poucos o quadro começa a mudar, e os imigrantes começam a ocupar papéis de destaque no desenvolvimento econômico do Oeste Paulista. Representaram um importante marco no desenvolvimento de uma verdadeira Revolução, que nos argumentos de Fernandes seria "burguesa", seja na cidade, ou no campo, passaram a ter um papel de destaque, Holloway destaca que no campo “[...] alguns estrangeiros residentes, bem sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriram propriedades rurais, porém, muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendas operadas por trabalho familiar começaram provavelmente como colonos [...]” (1984, p. 212).

São exemplos de imigrantes que obtiveram grande sucesso como proprietários rurais: Francisco Schimidt, Geremia Lunardelli e Miguel Rinaldi, sendo que Holloway destaca que os dois primeiros casos são excepcionais, chegando a receber inclusive o

União, por confirmação de D. João IV. Até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, estiveram também vigentes no Brasil.

título de Barões do café, fugindo inclusive a características presentes nos demais casos de imigrantes bem sucedidos com propriedades rurais. A região que mais se destacou neste quesito foi a zona Araraquarense; era a região que mais tinha fazendas em propriedade de italianos no estado de São Paulo. Os dados sobre a ocupação de propriedades rurais por imigrantes, principalmente na região de Araraquara impressionam.

[...] Em trinta e sete, dos noventa e sete municípios do planalto ocidental, os imigrantes eram donos de 30 por cento ou mais das propriedades rurais enumeradas em 1905. Em cinco municípios, os proprietários estrangeiros estavam em maioria, com 50 por cento ou mais de todas as propriedades. O caso mais extremo de penetração estrangeira foi o município de Taquaritinga, localizado a noroeste de Araraquara, no que ainda era uma área de fronteira, em 1905. Do total de 352 propriedades rurais em Taquaritinga, 171 (49 por cento) pertenciam a italianos [...] Taquaritinga era uma área de pequenas propriedades, em mãos de italianos por excelência [...] (HOLLOWAY, 1984, p. 228).

O aumento das propriedades rurais com imigrantes como proprietários cresceu nos anos seguintes. Para se ter uma ideia, a taxa de crescimento entre os grupos de origem italiana, portuguesa e espanhola, eram superiores a 100 por cento, segundo dados de Holloway (1984, p. 229).

Seriam as transformações nas fazendas de café tão importantes assim?

Segundo Dean (1977, p.154-155), a modificação do sistema de trabalho nas fazendas ocasionou uma diversificação na economia do estado. A demanda de consumidores aumentava, e uma maior variedade de produtos se fazia necessária, as importações já não davam conta de sustentar esse crescente mercado; Este fato inclusive motivou muitos imigrantes a mudar-se para as cidades e dedicarem-se a diversos ofícios.

Voltando nossa atenção para o meio urbano, a inserção do imigrante como importante agente no desenvolvimento econômico encontra ainda mais subsídios que merecem nossa atenção. Dean (1971, p. 58) fornece uma interessante visão sobre a inserção do imigrante como comerciante no meio urbano “[...] A razão mais óbvia da preponderância de imigrantes no comércio, muito embora explique a propensão deles para a manufatura, é a ausência quase completa de um quadro de paulistas nativos com um estilo urbano de vida [...]”.

Outro fator que contribuiu para a inserção ainda maior de imigrantes como futuros homens de negócios, eram as redes de relacionamento entre eles aqueles que já

estavam inseridos como homens bem sucedidos “[...] os empresários tendiam a contratar ou ajudar pessoas oriundas de seus próprios países ou até vindos das mesmas cidades da Europa [...]” (DEAN, 1971, p. 61). As companhias europeias também viam nos imigrantes importantes instrumentos para o desenvolvimento das suas firmas, uma rede de confiança parecia legitimar esse apoio que conferiam a eles “[...] alguns treinados pelas próprias companhias, passaram a vendedores ou técnicos, outros tinham tido contatos comerciais ou sociais anteriores. Considerações políticas, quando não sentimentos nacionalistas, aconselhavam o emprego de compatriotas [...]” (1971, p. 64-65).

Mesmo o caso de um dos maiores imigrante-empresário, o do futuro Conde Francisco Matarazzo, que constituiu uma das maiores fortunas de sua época, e que para cá trouxe além da família, conhecimento e certo pecúlio (dinheiro), mesmo ele contou com a ajuda de outros imigrantes em seu início em Sorocaba “[...] amparado por outros comerciantes italianos, abriu pequena casa de comércio [...] os negociantes seus amigos lhe forneciam capital e ele principiou a derreter banha [...]” (DEAN, 1971, p. 69). No final do século XIX Matarazzo mudou-se para a capital e lá seus negócios expandiram-se, tornando-o, como já frisamos, um dos empresários mais bem sucedidos de sua época.

A rede relações não ficava restrita apenas a imigrantes com seus conterrâneos, esta rede poderia contar com outros personagens, como a associação de imigrantes com fazendeiros, é o caso de Alexandre Siciliano. Italiano que chegou a São Paulo em 1869, e que mais tarde veio a residir e iniciar empreendimentos em Piracicaba. Siciliano além das relações com outros imigrantes, também contou com ascendência sobre fazendeiros da região, fruto de sua união com uma filha de um importante e rico fazendeiro; em companhia de um irmão e de outro sócio produzem uma máquina de beneficiar café, o projeto da certo, a empresa prospera e ele muda-se para a capital e participa de muitos outros empreendimentos rentáveis na capital e em Jundiaí (DEAN, 1971, P. 83).

Possuir uma rede de relações e algum capital ajudava em muito no sucesso dos imigrantes que vieram a se constituir em empresários, no entanto, vale destacar que possuir algum capital não era uma condição essencial para que o imigrante viesse a se tornar um empresário, um homem de negócios. Tal fato pode ser mais claramente percebido quando tomamos os exemplos descritos por Barbosa (2006) em seu trabalho sobre a constituição do empresariado fabril da indústria calçadista da cidade de Franca no interior paulista.

3.5 - Líderes locais na política do Oeste Paulista

Casalecchi (1987, p.21) identifica que o Oeste Paulista tem grande importância dentro da economia de São Paulo, sendo um dos polos mais dinâmicos [...] a marcha para o Oeste, ao lado dos aspectos favoráveis ao desenvolvimento econômico, será rica de consequências para a análise do poder político [...].

Kerbaux (1979), ao analisar a política no município de São Carlos, procurou identificar de que maneira uma economia de base agrária, que sofria um processo de industrialização, contribuiu para modificar o cenário político do município. Em sua análise, verifica que os cafeicultores permaneceram poderosos durante as primeiras décadas do século XX, sua influência era sentida tanto na economia quanto na política e, mesmo quando não eram eles os representantes eleitos, eram representados por “aliados” ou “afilhados”.

O poder político em São Carlos, mesmo com os períodos de crise (1929, revolução de 1930 e Estado Novo 1937), poderia ser identificado em um sistema de bipolarização, que era partilhado pelas famílias “botelhistas” contra os “Sallistas” (Kerbaux, 1979). Somente a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, e a passagem para o regime representativo é que realmente ocorreu uma ruptura com o passado.

Como exemplo de poder do período do auge do café na região, temos a figura de Antonio Carlos de Arruda Botelho, um dos chamados barões do café, que foi o responsável por grandes melhorias no desenvolvimento são-carlense e também de outras localidades, inclusive da capital, ao longo da vida obteve os títulos de barão, visconde e conde. Sobre o conde, Truzzi (2000, p.85) destaca que:

[...] A primeira casa bancária existente em São Carlos foi de sua propriedade e em 1889, com o dinheiro arrecadado pela venda da estrada de ferro, o conde fundou na capital o Banco de São Paulo [...] foi também incorporador e grande acionista do Banco da União de São Carlos e presidente do Banco de Piracicaba. O conde mantinha ainda duas casas comissárias em Santos e, ao final do século adquiriu a quase totalidade das ações da Companhia Agrícola de Ribeirão Preto [...]

Para alcançar seus objetivos, muitos fazendeiros aproveitavam da proximidade das relações de parentesco, ou de objetivos comuns para a realização de grandes obras, como a construção de ferrovias. Holloway (1984, p.39) identifica o esforço dos

cafeicultores na construção de um trecho de quatrocentos quilômetros que facilitariam o escoamento do café no trajeto compreendido entre Ribeirão Preto e Santos: “[...] A estrada de ferro mogiana, organizada e financiada por fazendeiros da área, começou a ser construída em Campinas, em 1874, e alcançou Ribeirão Preto uma década mais tarde [...]”.

Rio Claro, São Carlos e Araraquara também se aproveitavam dos interesses em comum de seus fazendeiros, além do que muitos dos chefes políticos dessas localidades possuíam ligações de parentesco e atuavam juntos quando o esforço político fazia-se necessário, como no caso da construção da estrada de ferro empreendida pelo Conde do Pinhal no final do século XIX.

[...] Quando se instalou um governo liberal em 1878, o conde do Pinhal, chefe de São Carlos, e seu sogro, o Visconde de Rio Claro, conseguiram do Ministério a aprovação de um traçado que cortava as terras do Visconde em Ajapi e Cuscuzeiro (Analândia). A Paulista desafiada, a executar o projeto, desistiu. Seus diretores desejavam uma linha diferente para o Oeste, que teria levado a área de privilégio da companhia até Brotas e Jaú. Em reposta, o conde do Pinhal organizou uma companhia própria com grande participação do Visconde e seus filhos e outros fazendeiros de Rio Claro [...] (DEAN, 1977, p.54).

Outro caso de fazendeiro que merece atenção é o de Carlos Leôncio de Magalhães, que ficou conhecido pelo apelido de Nhonhô Magalhães. A ligação de sua família com a terra, o plantio de café, a política, e o estão presentes no trabalho de Vecchia (1997), que promove uma interessante análise da participação dos Magalhães tanto no aspecto econômico, quanto no político e social em Araraquara e região.

Ao traçar o perfil de Carlos Baptista de Magalhães, pai de Nhonhô Magalhães, Vecchia (1997, p.33) narra que ele associou seu capital em uma sociedade com o português Joaquim Martins de Lara, fato que merece destaque por dois motivos: primeiro por que Lara acaba por possuir uma trajetória de ascensão e torna-se inclusive proprietário de terras; segundo por promover um importante ponto de reflexão sobre o vínculo que alguns fazendeiros e imigrantes poderiam ter nos negócios.

A trajetória do pai de Nhonhô também no campo político é crucial para se entender a dimensão que esta vai assumir na vida do filho. Vecchia (1997, p. 40) em sua análise aponta que os dois tinham uma estreita ligação, que permitiu ao filho não apenas herdar, mas aprimorar as noções de negócios e as ideias políticas do pai “[...] Desse modo, entende-se a intensa relação do pai com Nhonhô, através de um vínculo que envolvia dimensões de ordem econômica, social e política [...]”.

No caso de Ribeirão Preto o que nos chama a atenção é o fato de alguns imigrantes que obtiveram grande sucesso como proprietários rurais e chefes políticos locais: Francisco Schmidt, família Junqueira e Miguel Rinaldi, sendo que Holloway (1984, p. 228) destaca que os dois primeiros casos são excepcionais, chegando a receber inclusive o título de Barões do café, fugindo inclusive a características presentes nos demais casos de imigrantes bem sucedidos com propriedades rurais.

4. Política e negócios no Oeste Paulista

4.1- O Oeste Paulista: mais do que apenas um espaço geográfico

Durante nosso debate sobre o Oeste Paulista no capítulo 2, deparamo-nos com um termo, que pretendemos resgatar e analisar de forma mais aprofundada, que diz respeito à chamada "geografia das oligarquias", que surgiu quando utilizamos os estudos de Souza (2013) naquele capítulo. Como vimos a expressão faz referência a uma análise das oligarquias regionais estaduais, situando sua relevância enquanto poder macrorregional.

Esta linha interpretativa estaria, mais especificamente, aplicada a São Paulo por meio de algumas obras: Maria Silvia de Carvalho Franco (1976), que tem maior enfoque em sua obra sobre o Vale do Paraíba; Warren Dean (1974), que traz uma perspectiva mais pautada no Velho Oeste Paulista, o que, segundo Souza (2013, p. 19), acaba por deixar uma lacuna, em se tratando daquele que se denomina como Novo Oeste Paulista. Entretanto, o autor faz uma ressalva ao dizer que outras obras como as de Monbeig (1984), Love (1982) e Cardoso (1974) acabam por trabalhar esta e outras regiões utilizando-se de um elemento explicativo comum: as ferrovias.

Nesse ponto a preocupação de Souza (2013) tem um paralelo com o nosso objeto de pesquisa, afinal boa parte do material de nossa pesquisa está fundamentado justamente nessa região, o Novo Oeste Paulista, resta agora identificar se a nossa abordagem continuará em simetria com alguns pressupostos por ele trabalhados.

Dentro desse debate regional, um ponto interessante levantado por Souza é a retomada do embate entre os autores que defendem a análise do regional e os que criticam essa linha.

Os autores que se opõem a essa visão negam a relevância de entidades regionais e até a impressão dos termos levantados. Um claro exemplo desta linha é Persissionotto (1994), que identifica que as investigações baseadas num ponto de vista regional: "[...] ocultam 'a luta de classes no interior do bloco no poder na Primeira República' e, portanto, a oposição entre a economia agroexportadora e a lavoura [...]" (SOUZA, 2013, p. 20). Neste sentido, os conflitos regionais nada mais eram do que conflitos que demonstravam o interesse da classe dominante e não de regiões.

Ainda segundo esses críticos, expressões como "interesses cafeeiros", "burguesia cafeeira" ou "oligarquia regional" acabam sendo desprovidas de significado; colocando assim em xeque trabalhos como o de Fausto (1977), Monbeig (1984), Freitas (1994), entre outros.

Cabe ressaltar que todo trabalho deve sempre procurar dar uma contribuição para os temas a que se propõe debater e analisar, e muitas vezes esse estudo envolve novos pressupostos, novos conceitos, no entanto, no caso de Perissinotto e dos críticos da vertente regional temos ressalvas quanto a sua linha de raciocínio e concordamos com aqueles que criticam esse modelo classista proposto por eles.

Neste sentido, concordamos com Schwartzman (1982, p. 27-29) que atenta para o fato de que as classes não são o único aspecto do sistema social, salientando que as informações que são localizadas recolhidas espacialmente, possibilitam conteúdo sociológico, político e econômico.

Souza (2013, p. 21) destaca muito bem que o que Perissinotto aponta como pecado original do ponto de vista regional é visto como um mérito por Schwartzman (1984) "[...] a análise regional traria à luz fenômenos históricos de monta que, de outro modo, ficariam ocultos sob a imagem de um Estado não diferenciado, globalizado, totalizado, o mesmo vale em relação ao partido e às eleições [...]".

Outros pontos levantados por Souza (2013, p. 22-23) dizem respeito a temas que já levantamos nos capítulos anteriores, como o que aborda a real importância política de São Paulo, afinal se no aspecto econômico não resta dúvida sobre a supremacia paulista, no quesito político, o autor também levanta dúvidas sobre o protagonismo de São Paulo.

Apesar de já termos debatido um pouco esse tema no capítulo 1, talvez seja interessante retomá-lo e identificar não apenas a importância do estado, mas de que maneira o Oeste Paulista e cada uma das cidades desse estudo poderiam estar enquadradas ou não dentro desse processo.

Outro tópico diz respeito à questão do processo de modernização e, neste sentido, o autor resgata muito bem o paradoxo entre moderno e atrasado, afinal a realidade de São Paulo estava inserida neste modelo. O moderno sempre implementado para o aumento da produção, e o atraso seria a realidade pertinente aos outros aspectos.

Mas seria mesmo esse modelo? Ou seria esse um modelo que depois se transformaria?

O próprio Souza (2013) alerta para o fato de que este modelo não é tão rígido, para tanto recorre mais uma vez a Schwartzman que entre outras ponderações alerta

para o fato de que existem três modelos básicos de modernização, que são: a modernização econômica, a política e a social, ressaltando que não existiria um desenvolvimento linear das três.

A verificação desse processo de modernização no Oeste Paulista pode vir a elucidar se estes questionamentos e ponderações sobre os processos de modernização realmente são coerentes.

4.2- Política no Oeste Paulista, coronéis ou agentes diferenciados?

Os estudos sobre o panorama político do Oeste Paulista constituem um campo muito fértil para diversas pesquisas, ainda mais as que objetivam estabelecer particularidades, diferenças e comparações entre um conjunto de cidades, como é o caso deste estudo.

Os desafios, no entanto, podem ser muitos, e como bem lembrou Kerbauy (1979, p. 3) não podem ficar restritos à formulação de hipóteses e exposição de fatos, fato que não contribuiria para a construção de uma "teoria do poder local". Sem dúvida esta perspectiva ao mesmo tempo em que pode parecer assustadora por colocar em xeque muitos estudos também se configura como uma oportunidade de promover algo diferente, inovador, neste campo de estudo.

Nosso ponto de partida ao construir um referencial teórico sobre a questão do poder político no Oeste Paulista toma como referência inicial os estudo de Vitor Nunes Leal, que na visão de Kerbauy (1979), o alicerce entre o poder político local é o compromisso coronelista, depende de um ajuste entre o poder local, que teria uma base privada⁴¹, e um regime político de extensa base representativa.

O ponto de tensão na teoria de Leal, e do nosso estudo em particular, seria na questão da passividade que ele identifica na questão do poder local ao longo do tempo, em relação aos governos estadual e federal e a sua dependência para com essas esferas, o que gera uma falta de autonomia destes. A tensão está no fato de que não identificamos que exista uma total dependência ou falta de autonomia em alguns casos que aqui serão expostos.

⁴¹ Que em nosso estudo estaria relacionada aos Homens de Negócio

Nosso ponto de partida para tal afirmação se sustenta primeiro nos estudos de Schawtzman quanto ele identifica particularidades distintas nas regiões brasileiras, sendo que São Paulo aparece como uma das regiões analisadas pelo autor; também baseamos nossas ponderações na construção do perfil de alguns chefes locais que mesmo na adversidade da situação não mostraram um perfil de submissão a vontade do governo, mas utilizando de sua influência manipularam a situação para o seu próprio proveito.

Vale ressaltar que o próprio Leal alertou que a elaboração do seu trabalho não daria conta de elucidar todas as questões relativas às particularidades do imenso território do nosso país.

Outra questão que é levantada por Kerbauy (1979, p. 8) diz respeito à questão do poder político estar vinculado à família, com certeza em muitos momentos identificamos a presença dos familiares dentro do processo político, mas ele não é único, a presença de agregados, de aliados, também e tão importante quanto à de membros da família⁴², nosso interesse neste ponto é saber até que ponto o poder econômico destes Homens de Negócio, poderia interferir nas questões políticas mesmo quando eles não estavam envolvidos de maneira direta com a política.

A constituição de um poder local está vinculada também às realidades partidárias que emergem no processo político, no caso de São Paulo a transição do Império para a República marca também o surgimento dos primeiros partidos e estes como já vimos anteriormente tinham uma caracterização regional e não nacional.

É o caso do PRP que, segundo Kerbauy (1979, p.65), representava um mecanismo institucional importante, pois promovia uma vinculação entre as fidelidades rendidas ao coronel e o comportamento político partidário, ou seja, os interesses coletivos não tinham um sentido ou um interesse nacional, mas sim um propósito regional.

Existiram tentativas de se estabelecer partidos nacionais, mas quase todos eles acabaram fracassando, como foi o caso do Partido Republicano Federal, do Partido Republicano Conservador e do Partido Republicano Liberal. A única exceção de partido que acabou tendo um caráter nacional foi o Partido Comunista fundado em 1922, mas que permaneceu pouco tempo na legalidade (KERBAUY, 1979, p. 66).

⁴² Concordamos com Kerbauy (1979) no tocante à questão de que a ausência de um domínio familista não possa ser entendido como um momento de democrático

Dentro deste quadro, permeado pela falta de uma representatividade em escala nacional dos partidos, de uma valorização dos partidos regionais, das confluências entre governo federal, estadual e chefes locais; e por fim de uma situação econômica diferenciada de alguns senhores de terras e que emerge em um primeiro momento o coronelismo.

É na configuração deste sistema político que o coronelismo adquire condições de se consolidar como um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. É uma forma peculiar de manifestação do poder privado: uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso ambíguo exorbitante poder provado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL 2012. P. 68).

Sem dúvida as bases iniciais deste sistema abrem espaço para que surja a figura do coronel no Oeste Paulista, como bem lembrou Leal, conforme a região a figura do coronel poderia sofrer modificações, perdendo certas características e adquirindo outras que melhor se adéquam aquela região.

Aqui reside o nosso questionamento, seriam os senhores de terras do Oeste Paulista, particularmente aqueles que assumem a condição de homens de negócio, coronéis? Seria um novo tipo de coronel? Ou seria uma nova categoria? Seriam agentes diferenciados?

Nossa posição é que no mínimo estes seriam um novo tipo de coronel, adequado a uma realidade particular, no caso o Oeste Paulista, o que não confronta os estudos de Leal; mas na melhor das hipóteses teríamos aqui um grupo diferenciado, uma nova categoria, e como tal deveria receber uma nova denominação, que provisoriamente batizamos de agentes diferenciados.

Ao longo deste capítulo pretendemos elucidar melhor estes questionamentos e chegar a um consenso sobre a denominação deste grupo.

4.3 - O impacto da criação dos distritos no Oeste Paulista

No segundo capítulo deste estudo, realizamos a identificação e análise de como se configurou o projeto de criação dos distritos no Estado de São Paulo, percebemos durante este estudo o grau de importância de fazendeiros e das cidades que faziam parte

dos distritos, assim como aquelas que encabeçavam as listas como centros de referência. Nossa intenção agora é promover uma análise mais aprofundada das cidades do Oeste Paulista que fazem parte deste trabalho (São Carlos, Araraquara, Rio Claro e Ribeirão Preto).

Vejam os a constituição dos distritos em duas esferas: a federal e a estadual, procurando assim visualizar quais as diferenças e semelhanças entre os processos de divisão distrital, comecemos com o mapa distrital elaborado para o plano federal.

O primeiro esboço que acabou se transformando depois em primeiro mapa distrital do estado de São Paulo aconteceu no ano de 1893, o território acabou sendo dividido em sete distritos: São Paulo, São José dos Campos, Guaratinguetá, Sorocaba, Campinas, Rio Claro e Ribeirão Preto.

Cada distrito apresentava particularidades para que determinadas cidades encabeçassem sua lista, nos casos de Rio Claro e Ribeirão Preto os motivos foram: fazia parte de Rio Claro a cidade de Piracicaba, onde nascera Prudente de Moraes, já Ribeirão Preto fazia parte da zona de influência de Francisco Glicério e Rodolfo Miranda.

A importância destas regiões foi aumentando em pouco tempo, tanto que nos congressos agrícolas de 1902 e 1903, realizados em Ribeirão Preto, discutiu-se e depois foi instituído o imposto sobre novos cafezais no estado. Era uma forma de protecionismo dos paulistas para com os próprios paulistas, ou melhor dizendo, um privilégio para os cafeicultores destas regiões em relação ao de regiões tradicionais (Vale do Paraíba) e novas regiões (Sorocaba). "[...] Era a manutenção dos homens de negócios de Campinas, Rio Claro e Ribeirão Preto, em oposição aos tradicionais de São José dos Campos e Guaratinguetá, e aos novatos de Sorocaba [...]" (SOUZA, 2013, p. 163).

Na divisão por distritos de 1893 São Paulo só perdia para Minas Gerais, que contava com 12 distritos, os paulistas contavam com sete distritos, mesmo número da Bahia, em termos de quantidade de deputados 22 vagas estavam previstas para São Paulo.

A divisão distrital em São Paulo também significava um diferencial do personalismo que vigorava por aqui, pois indicava a posição de um grupo, de uma facção partidária e não de um indivíduo/família que a tudo controlava. (SOUZA, 2013, p. 165). Outra característica que vale a pena lembrar e que foi trabalhada no capítulo 2 diz respeito a intenção dos paulistas para com a política. Para os paulistas a política era

uma forma de melhorar seus negócios, para todos os outros, a política era seu negócio. (Schwartzman, 1975, p. 84).

Em 1905 ocorreu uma modificação em relação a distribuição dos distritos pelo país, Minas Gerais diminuiu para sete distritos e São Paulo e Bahia para quatro distritos, no entanto, o número de deputados permaneceu o mesmo nestes estados. Com a nova configuração o estado passou a contar com os seguintes distritos: São Paulo, Guaratinguetá, Campinas e Ribeirão Preto.

Esse desmembramento mostra que Ribeirão Preto ganhava cada vez mais espaço, pois sua região não desapareceu e ainda se ampliou, agora surgia como o 3º distrito e dividiu com Campinas municípios que faziam parte do distrito de Rio Claro. Isto pode ser explicado pelo fato de que, por um lado a economia cafeeira em Ribeirão já assumiria um papel de protagonismo, com seus fazendeiros acumulando grande poder econômico e político. Por outro, a região de Rio Claro com a morte de Prudente de Moraes perde parte de seu aparato político passando parte dela a ser influenciada por Campinas onde se destacava a figura de Campos Sales.

A comparação entre o que representava Ribeirão Preto e as demais regiões é bem trabalhada por Fernandes (2010, p. 105) e Souza (2013, p. 177). Ribeirão era o símbolo do homem empreendedor do café, aquele que passou por um processo que o levou de aristocrata, de coronel a homem de negócios, contudo mesmo desenvolvendo esse lado capitalista, ele não abandonou as formas tradicionais de poder e de fazer eleições.

Do outro lado, principalmente no 4º distrito, em Guaratinguetá, ainda encontrava-se o antigo fazendeiro, um herdeiro do protótipo do Senhor Rural, mas mesmo esse já sofria com as pressões do mercado interno e principalmente do mercado externo.

Sobre as diferenças e as semelhanças destes distritos convém resgatar a argumentação de Souza:

O segundo distrito e, em especial, o terceiro, respectivamente Campinas e Ribeirão Preto, eram sociedades cafeeiras organizadas segundo a ordem social competitiva, seguindo os mecanismos econômicos do mercado, onde a ordem estamental e o status senhorial encontravam espaço anedótico e estavam em colapso, em nome da racionalização capitalista. Ali, o elemento burguês havia se implantado. Todavia, os quatro distritos tinham um ponto em comum, a manutenção do poder, do partido e do estado, nas mãos de grandes proprietários agroexportadores, onde a dominação pessoal, patrimonialista, não se arredava (2013, p. 178).

Todo o projeto de criação e de reforma dos distritos atendia a uma atualização das demandas de ordem social e de manutenção do poder. No caso de São Paulo, a oligarquia passava por um processo de transição de uma sociedade conservadora para um processo de modernização que agora chegava a distritalização do poder; isto porque já se verificava a existência, por exemplo, de diferentes burguesias no Estado e os projetos de 1905 e 1921 tentam solucionar uma questão que cada vez se tornava mais forte. Como a República bandeirante conseguiria resistir aos apelos da modernidade que poderiam implicar em pressões pelo multipartidarismo e pela democracia?

A discussão sobre os distritos parece que cria uma solução de contento para aquele momento, afinal ela buscou re-equalizar as forças regionais do interior, e, neste sentido, acabava por revelar as áreas de maior influência: "[...] com políticos proeminentes que almejavam distinção, traduzida em privilégios legais, de uma área sobre a outra, e maior número de cadeiras no congresso [...]" (SOUZA, 2013, p. 148).

O espaço político do início do século XX, e tudo que ele envolvia, como influência e prestígio, traduzidos nos já conhecidos privilégios legais e cargos, tinham em São Paulo, Santos e Campinas suas principais áreas. Quem aos poucos ganhava destaque neste jogo era Ribeirão Preto, os demais distritos, inclusive aqueles mais tradicionais acabavam tendo um papel um tanto secundário neste jogo. Lógico que todos queriam ampliar sua participação e o coro de descontentes aumentava à medida que os distritos julgavam que deveriam ter maior representação, como no caso de São Carlos e Botucatu que, na década de 1920, entendiam que sua importância no cenário político não era proporcional a seu destaque econômico.

Este quadro pressionou o PRP a atender a determinadas demandas na reforma de 1921, desse modo, atendeu-se ao apelo de cidades como Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos. Novas vagas nestes distritos foram abertas, uma tentativa de impedir o surgimento de um novo partido.

Essa também foi uma maneira do partido reconhecer que no interior o crescimento não era apenas das lavouras; o aparato urbano cresceu, e com ele a educação, a classe média, as demandas por cidadania e o próprio eleitorado, que apresentava um contingente significativo para as aspirações do partido. (SOUZA, 2013, p. 150).

O processo de urbanização ligado ao café conferiu um status diferenciado a algumas regiões, além de São Paulo e Santos, outros três polos distritais se destacavam, são eles: Ribeirão Preto, São Carlos e Botucatu, respectivamente 10º, 9º e 5º distritos,

lógico que as cidades que compunham esses polos, como Araraquara e Rio Claro também contribuíam para este destaque. (SOUZA, 2013, p. 151).

Como nosso enfoque está alicerçado nas cidades que pertenciam ao 9º e 10º distritos vejamos o que a reforma de 1921 significou para eles em termos de número de deputados. O 10º distrito passou a contar com oito deputados e o 9º distrito passaria a contar com seis deputados; em comparação com outros distritos estas regiões conseguiram ampliar seus quadros políticos.

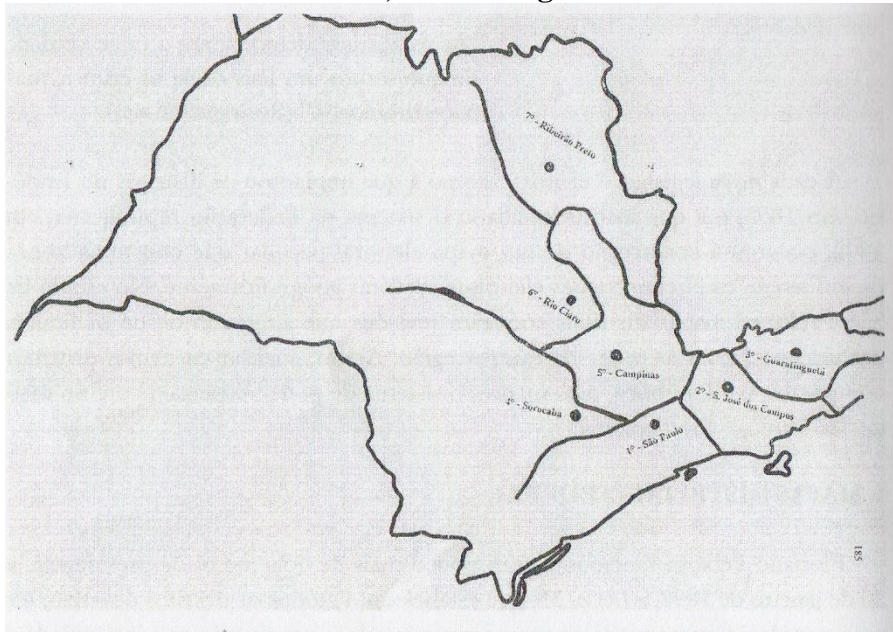
No caso de Ribeirão Preto a articulação para a ampliação dos quadros políticos do distrito contou com o empenho de algumas lideranças locais e estaduais, sendo que duas merecem ser destacadas, pelo lado do Estado Washington Luís, na época presidente do estado de São Paulo, e que mais tarde assumiria como presidente da República, ele possuía família em Batatais e era aliado do chefe político local e do 10º distrito daquela época, o coronel Joaquim Diniz Junqueira (SOUZA, 2013, p. 152).

4.4 – Os distritos eleitorais no Oeste Paulista

No tocante aos mapas distritais estaduais existiam semelhanças e algumas diferenças na sua concepção; entre as semelhanças podemos perceber que estes atendiam aos interesses dos chefes políticos locais de maior prestígio, que acabavam tendo influência tanto na esfera estadual como na federal, já os líderes estaduais e federais também se beneficiavam com a manutenção dos chefes locais por manterem nestas regiões uma quantidade de votos. Assim, os limites do poder estadual também mantinham que atendiam ao familiarismo e ao poder econômico.

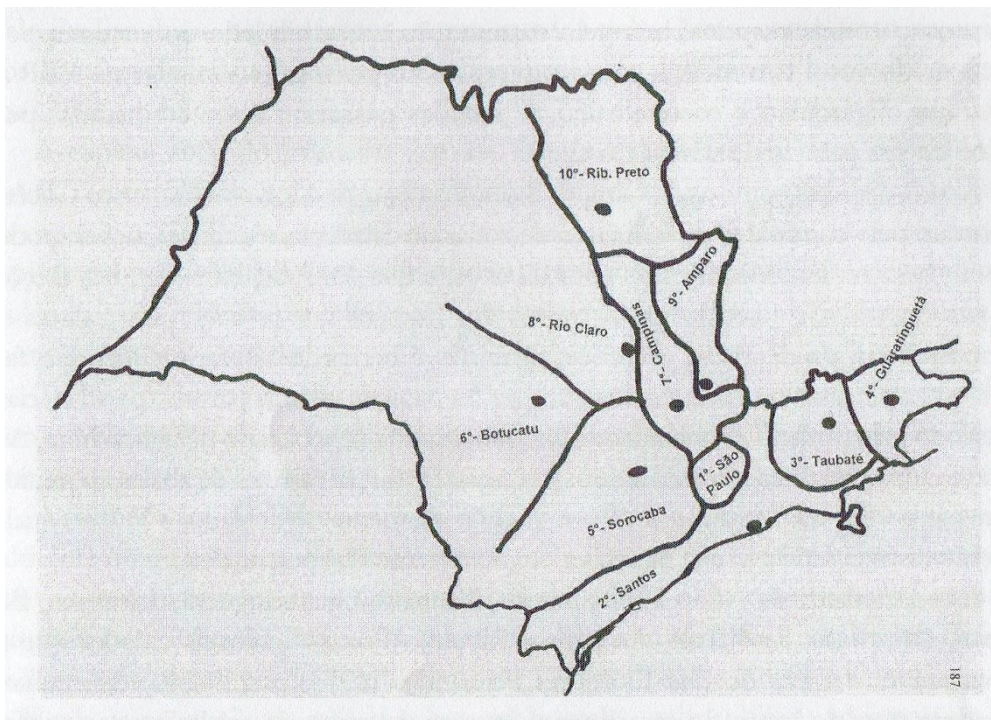
As principais diferenças são de ordem geográfica, temporal e quantitativa; geograficamente os limites de cada distrito acabam sendo diferentes pois abrangem uma maior ou uma menor área; também existe uma diferença temporal nas suas concepções, o primeiro mapa distrital federal data de 1893, já o primeiro mapa distrital estadual data de 1896; em termos quantitativos na esfera federal existiam sete distritos, já na esfera estadual existiam 10 distritos, fato que ajuda a entender as diferenciações geográficas. Podemos observar mais claramente estas diferenças através da reprodução dos mapas a seguir.

Mapa 2 - Distrital Federal do Estado de São Paulo - 1893
Decreto n° 153, de 03 de agosto de 1893



(Fonte: Souza, 2013, p. 162)

Mapa 3 - Divisão Distrital do Estado de São Paulo - 1896



(Fonte: Departamento de Estatísticas do Estado de São Paulo - Deesp, in: SOUZA, 2013, p. 183)

Um comparativo entre estes mapas distritais também fornece outras particularidades, como, por exemplo, a que distritos faziam parte as cidades que fazem parte deste estudo; já outra diz respeito aos políticos que influenciavam os distritos, neste quesito alguns são os mesmos nas duas esferas, o que demonstra a importância daquele distrito naquele período.

Como já vimos na divisão distrital federal de 1893, Rio Claro, São Carlos e Araraquara faziam parte do 6º distrito, enquanto que Ribeirão Preto fazia parte do 7º distrito; já na divisão distrital estadual Rio Claro, São Carlos e Araraquara faziam parte do 8º distrito, enquanto que Ribeirão Preto fazia parte do 10º distrito; o que não muda de uma divisão para a outra são as cidades sede dos distritos, em ambas Rio Claro e Ribeirão Preto encabeçam as listas.

Dos principais nomes que influenciam os distritos, muitos como já dissemos faziam parte da esfera federal, como é o caso de Prudente de Moraes, Campos Salles e Glicério; outros nomes que surgem neste primeiro momento, que têm uma influência mais regionalizada, são figuras como os Toledo Piza e a família Prado⁴³.

Apesar de todos serem figuras ligadas ao PRP, isto não significava que não existissem disputas entre eles, na verdade a competição entre eles servia para consolidar seu espaço eleitoral “[...] a distritalização, em parte, oficializava estas fidelidades, controladas com mão de ferro, que tinha como prêmio aos chefes locais disciplinados a viabilização de acesso a cargos públicos, reduzidos no caso da oposição [...]” (SOUZA, 2013, p. 183). Os mentores dos grupos políticos ganharam tanta importância que eles passaram a denominar os grupos que os apoiavam.

A primeira alteração da composição dos mapas distrital estadual aconteceu em 1903, ou seja, antes do mapa distrital federal, que aconteceu em 1905, a readequação promovida na esfera estadual visava manter o poder do PRP, as alterações ocorreram mais no sentido de valorização de novos lideranças locais que apoiassem o partido, já que em termos numéricos nada foi modificado, permaneciam 10 distritos, mas o mapa sofreu readequações de municípios nas regiões e de cidades sedes.

No caso das cidades que fazem parte deste estudo São Carlos e Araraquara passam a fazer parte do 8º distrito e São Carlos ganha a condição de sede do distrito; Rio Claro passa a fazer parte do 5º distrito e perde a condição de sede para Amparo; já Ribeirão Preto agora fazia parte do 7º distrito, mas manteve a condição anterior de sede.

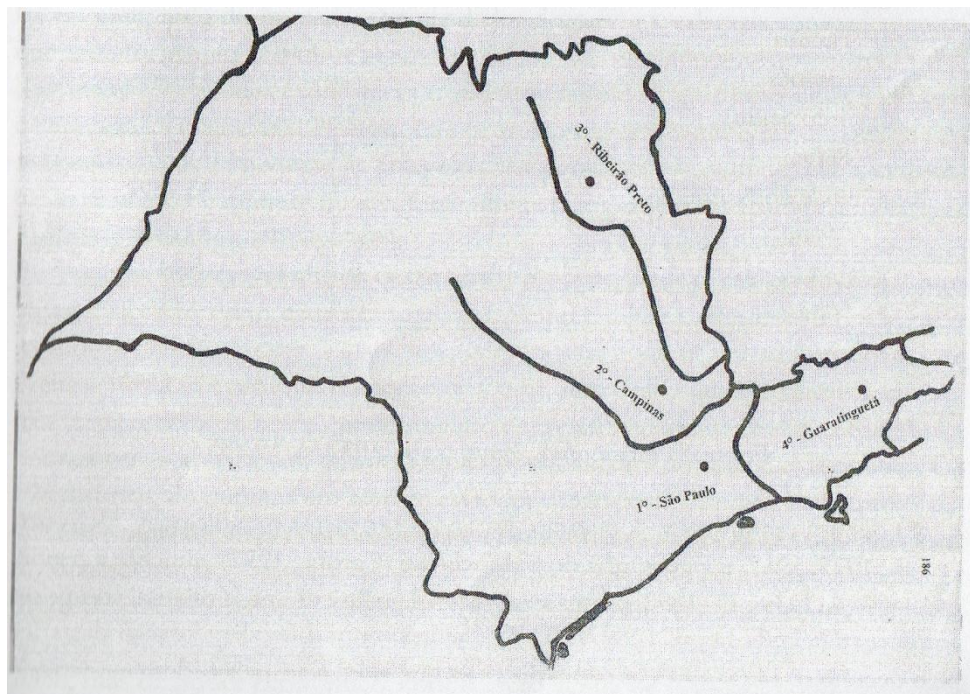
⁴³ No caso aqueles que estão desbravando a região de Ribeirão Preto

Contudo o projeto de 1903 não durou muito, uma nova reestruturação foi proposta e aprovada em 1905, aconteceram alterações no formato e tamanho dos 10 distritos, no entanto, a condição de sede distrital de São Carlos e Ribeirão Preto foi mantida, o que demonstra a ascensão das duas cidades, por outro lado tivemos a confirmação de que Rio Claro perderá espaço como referência distrital.

Pelo novo modelo São Carlos agora era sede do 9º distrito (do qual fazia parte também Araraquara) e Ribeirão Preto do 10º distrito, enquanto que agora Rio Claro fazia parte do 8º distrito, que tinha como sede Limeira.

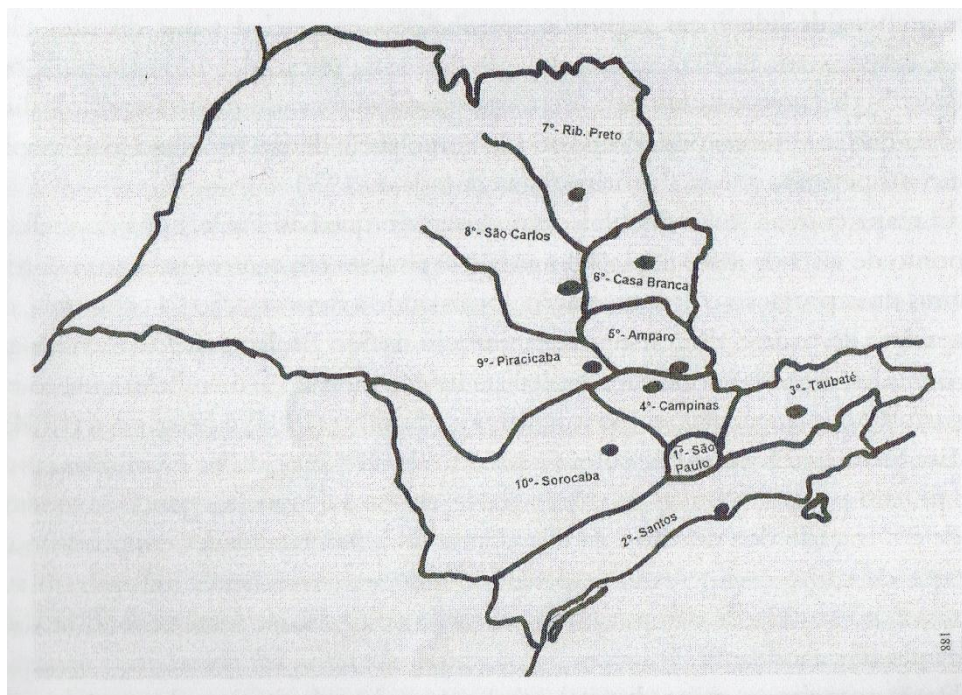
Na esfera federal a mudança foi mais brusca, a quantidade de distritos caiu como já vimos de sete para quatro, no entanto, um fato acabou se confirmando quando comparamos as duas divisões, Ribeirão Preto despontava como uma das principais áreas de influência do Oeste Paulista. Vejamos como ficaram estas regiões observando os mapas a seguir:

Mapa 4 - Divisão Distrital Federal do Estado de São Paulo - 1905



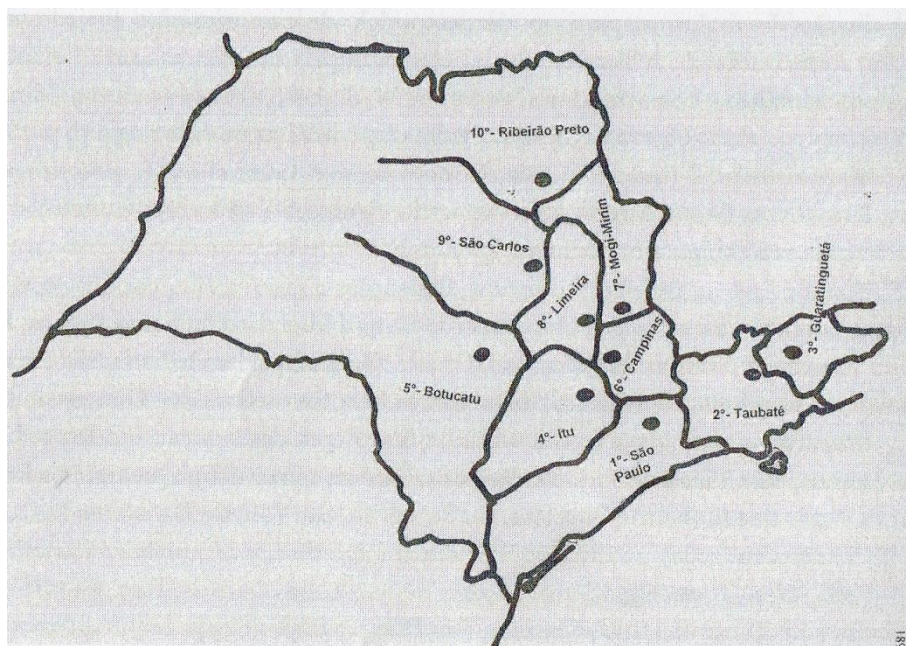
(Fonte: Departamento de Estatísticas do Estado de São Paulo - Deesp, in: SOUZA, 2013, p. 175)

Mapa 5 - Divisão Distrital do Estado de São Paulo - 1903



(Fonte: Departamento de Estatísticas do Estado de São Paulo - Deesp, in: SOUZA, 2013, p. 187)

Mapa 6 - Divisão Distrital do Estado de São Paulo - 1905



(Fonte: Departamento de Estatísticas do Estado de São Paulo - Deesp, in: SOUZA, 2013, p. 192)

Do ponto de vista dos interesses econômicos de cada distrito, estes acabavam sendo distintos, os distritos em decadência necessitavam de uma maior quantidade de

verbas para socorrer as demandas de suas localidades, visto que a arrecadação destes diminuiu com a polarização de novas áreas no Oeste Paulistas; já os distritos que faziam parte do interior paulista e experimentavam um processo de ascensão demandavam menos investimentos diretos do Estado, em muitos casos conseguiam estes investimentos diretamente de casas de crédito estrangeiras.

Em termos gerais a criação do sistema distrital caracterizava-se por aspectos antagônicos, era um avanço do ponto de vista republicano, mas um retrocesso por ainda estar atrelado as oligarquias e coronéis.

O sistema distrital foi um avanço do ponto de vista republicano, ainda que oligarquizado, pois permitia uma aproximação do ideal republicano de representatividade, mesmo que fosse a verdade da representação da oligarquia partidária, em que coronéis eram imprescindíveis ao PRP, para se fazer organizar e controlar o estado. (SOUZA, 2013, p. 199)

4.5 - Demonstrativo do quadro de eleitores e dos representantes do PRP nas localidades

O levantamento de alguns quadros de eleitores permite observar o crescimento das cidades e de sua importância no jogo político, como já observamos nos mapas distritais determinadas localidades tiveram um crescimento maior que outras e por isso acabaram por adquirir um maior peso dentro do cenário político, como é o caso de Ribeirão Preto. Já outras acabaram tendo um crescimento modesto e acabaram vendo diminuída sua influência, como é o caso de Rio Claro.

Tabela 1 - Quadro de eleitores - 1886

Cidade		Quantidade de votos	
Rio Claro		240	
São Carlos		262	
Araraquara		182	
Ribeirão Preto		184	
Total de votos cidades		868	
Votos do 8º Distrito	2.091	Votos do 9º Distrito	2.242

(Quadro produzido a partir de CASALECCHI, 1987, p. 253-257)

Tabela 2 - Quadro de eleitores - 1897

Cidade		Quantidade de votos	
Rio Claro		1149	
São Carlos		761	

Araraquara	517
Ribeirão Preto	2433
Total de votos cidades	4860

(Quadro produzido a partir de CASALECCHI, 1987, p. 258-264)

Esse quadro em particular traz também as informações sobre a profissão dos eleitores cadastrados.

Em Rio Claro dos 1.149 eleitores cadastrados, 541 declararam ser agricultores, 235 artistas⁴⁴, 183 comerciantes, 31 empregados públicos, 31 letrados⁴⁵ e 12 aparecem como diversos.

Em São Carlos dos 761 eleitores cadastrados, 316 declararam-se ser agricultores, 101 artistas, dois clérigos, 141 comerciantes, 33 empregados públicos, 13 industriais, dois jornalistas, 26 letrados, 23 operários e 104 diversos.

Em Araraquara dos 517 eleitores cadastrados, 349 declararam-se agricultores, 11 artistas, 73 comerciantes, 22 empregados públicos, dois industriais, 11 letrados, um militar, 43 operários e cinco diversos.

Por fim em Ribeirão Preto dos 2.433 eleitores cadastrados, 1209 declararam-se agricultores, 156 artistas, 143 comerciantes, 38 empregados públicos, 104 industriais, quatro jornalistas, 64 letrados, 160 operários e 90 diversos.

Dado comum que em todos os municípios a quantidade dos que se declaram como agricultores é maioria, entre esses eleitores estão os grandes cafeicultores e seus familiares. Especificamente Ribeirão Preto lidera a maior parte dos quadros profissionais, o que demonstra o crescimento dessa localidade nos primeiros anos da República. O que chama atenção também é que em Rio Claro nenhum eleitor declarou-se industrial ou operário, outro fato curioso diz respeito à quantidade de comerciantes de São Carlos, que só ficou atrás de Ribeirão Preto por uma diferença de duas pessoas.

Tabela 3 - Quadro de eleitores - 1922

Cidade		Quantidade de votos	
Rio Claro		1184	
São Carlos		1150	
Araraquara		1101	
Ribeirão Preto		1913	
Total de votos cidades		5348	
Votos do 8º Distrito	11.290	Votos do 9º Distrito	15.864
	Votos do 10º Distrito		36.295

(Quadro produzido a partir de CASALECCHI, 1987, p. 265-270)

⁴⁴ Nesse período englobava as pessoas que se dedicavam a trabalhos relacionados a pintura de quadros, esculturas e outros tipos de trabalhos manuais minuciosos.

⁴⁵ Todos aqueles que sabiam pelo menos ler e escrever o próprio nome.

Os quadros que demonstram os representantes dos PRP nos distritos eleitores também são um parâmetro do quanto a influência dos cafeicultores foi oscilando e aos poucos diminuindo dentro das cidades. No primeiro quadro, percebemos que, dos quatro representantes de cada cidade, três eram coronéis e apenas um não era um representante diretamente ligado a terra.

No segundo quadro, identificamos que apenas Araraquara enviou um representante para as eleições do diretório do partido, fato que demonstra, que apesar de ser o partido que controlava São Paulo, o PRP em algumas situações não contava com o apoio de todos os seus afiliados.

Nos demais quadros, a diminuição dos fazendeiros diretamente relacionados à política pode ser notada a partir dos representantes que se fizeram presentes na eleição do diretório, apenas um era diretamente ligado a terra em cada um dos momentos.

A cidade que esteve mais vezes ausente dessas votações foi Ribeirão Preto, onde uma das principais influências era a do Coronel Quinzinho Junqueira, que, em muitos momentos, decidiu por não apoiar as diretrizes do partido, como no caso das eleições disputadas entre o Marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa⁴⁶.

Tabela 4 - Representantes do PRP nos distritos eleitores - 1906

Cidade	Representante
Rio Claro	Coronel Marcelo Schmidt
São Carlos	Coronel Marcolino Lopes Barreto (representando o Coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho)
Araraquara	Dr. Adeodato de Andrade Botelho
Ribeirão Preto	Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira

(Quadro produzido a partir de CASALECCHI, 1987, p. 291-296)

Tabela 5 - Representantes do PRP na convenção nacional - 1909

Cidade	Representante
Araraquara	Coronel Carlos de Magalhães e Sr. Machado Pedrosa

(que indicou Rui Barbosa a presidência da República - Quadro produzido a partir de CASALECCHI, 1987, p. 297-300)

⁴⁶ Fato que iremos explorar com mais detalhes um pouco mais adiante

Tabela 6 - Representantes dos diretórios municipais na eleição da Comissão diretora do PRP - 1913

Cidade	Representante
Rio Claro	Dr. José de Vasconcelos de Almeida Prado Junior
São Carlos	Dr. Joaquim Augusto Gomide
Araraquara	Major Carlos Baptista Magalhães

(Quadro produzido a partir de CASALECCHI, 1987, p. 301-304)

Tabela 7 - Representantes do PRP nos distritos eleitores - 1925

Cidade	Representante
Rio Claro	Coronel Irineu Penteadado
São Carlos	Dr. Teixeira de Barros
Araraquara	Deputado Plínio Carvalho
Ribeirão Preto	Deputado Fábio Barreto

(direito a voto para a escolha do presidente da República - Quadro produzido a partir de CASALECCHI, 1987, p. 305-310)

5- Negócios e Política no Oeste Paulista: trajetórias que se cruzam

A influência ou a dependência que muito dos personagens que aqui tratamos, pode ser analisada a partir do quanto essas características verificam-se na esfera local, regional, estadual e até nacional; neste sentido temos casos de figuras que tinham uma grande influência e, por conseguinte, uma rede de relações muito extensa, a política e os negócios acabavam se misturando de tal maneira que até mesmo o planejamento da rota de um ferrovia sofreria as influências políticas destes homens, que tinham um interesse comum, o benefício de seus negócios.

5.1- Trajetórias políticas no Oeste Paulista

Grande parte do território do Oeste Paulista seguiu uma marcha de desenvolvimento política e econômica no final do século XIX, principalmente as cidades que fazem parte deste estudo. Sendo assim, a situação política que estes municípios vivenciavam ao final do Império não mudou muito com os primeiros anos da República.

Lógico que poderíamos adentrar para um debate que talvez essa fosse a situação de muitos outros territórios de nosso país, no entanto, para este estudo não iremos avançar para este tipo de análise, iremos nos concentrar nas questões locais. Especificamente nas cidades escolhidas para estudo: Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto, que estão dentro do perfil da transição do velho para o novo Oeste Paulista.

5.1.1 O quadro político em São Carlos: Botelhistas X Sallistas

Segundo Kerbauy (1979, p. 72), a transição do regime imperial para o republicano, não acarretou num primeiro momento grandes modificações no sistema de dominação da cidade. O domínio político continuava a ser exercido pelos Arruda

Botelho, a exemplo de outros chefes locais, o principal representante da família, o Conde do Pinhal, também adere à República e com isso mantém sua liderança sobre a localidade até o momento de sua morte em 1901.

A carreira política do Conde é notória, sua influência era muito grande não apenas em São Carlos, mas na região, e nas esferas políticas estadual e federal. A seguir um resumo da sua ficha política⁴⁷:

- Ocupou praticamente todos os cargos políticos em São Carlos;
- Foi presidente da Câmara de Araraquara (1857 - 1860);
- Juiz de paz, vereador e delegado de polícia em São Carlos;
- Pertenceu ao Partido Liberal de São Carlos (que dominava a cidade);
- Foi deputado provincial (1864, 1868 e 1869);
- Ocupou a presidência da Assembleia de São Paulo (1869);
- Deputado Geral em 1888;
- Candidato em lista tríplice senatorial;
- Membro da primeira Constituinte Republicana Paulista;
- Como senador assinou a Constituição do Estado de São Paulo;

O reconhecimento pelos seus serviços prestados na época do Império foram recompensados pelo Imperador Dom Pedro II através de títulos de nobreza e de visita a cidade.

Além da figura do Conde outros personagens também merecem destaque, como membros de sua família. É o caso de seu irmão Paulino Carlos de Arruda Botelho, que exerceu ativamente cargos políticos na cidade, na região, participando inclusive do governo federal.

Em São Carlos foi o responsável por dirigir a organização do primeiro Diretório do Partido Republicano (24/01/1978), foi ele quem ocupou o cargo de presidente do diretório e o fez por longa data. Como resultado da criação do diretório do partido, aconteceu a publicação do primeiro jornal do Partido Republicano do município que recebia o nome de "A Propaganda".

Em âmbito nacional, Paulino Carlos fez parte da constituinte. Eleito pelo 8º distrito juntamente com Alfredo Ellis, sendo reeleito por várias vezes deputado federal. Teve participação ativa também em Rio Claro onde presidiu o congresso do Partido

⁴⁷ Que mais adiante iremos mesclar com sua ficha como Homem de Negócio

Republicano dos representante de todas as localidades do 8º Distrito (1888)⁴⁸. Já no período republicano participou da Revolta da Armada (1893), sendo o responsável por armar e preparar "forças patrióticas" para defender o governo Floriano Peixoto (KERBAUY, 1979, P. 74).

O 8º distrito contribuiu ativamente na participação da transição para a República; faziam parte de seus quadros outros políticos famosos, como Prudente de Moraes, Cesário Motta e Manoel de Moraes Barros, que acabaram eleitos para a Assembleia Provincial e à Assembleia Geral. Prudente de Moraes e Campos Salles tinham ligações por laços de parentesco com fazendeiros sediados em São Carlos (KERBAUY, 1979, p. 75).

Outro irmão do Conde do Pinhal que merece destaque no cenário político foi Bento Carlos de Arruda Botelho. Em São Carlos foi vereador por diversos mandatos e também ocupou o cargo de Presidente da Câmara, por ser casado com a filha dos Barões de Dourado, tinha também certa influência sobre a cidade de Rio Claro.

Bento Carlos também se relacionava com diversas outras figuras de importância regional e federal, sendo amigo pessoal do General Francisco Glicério, de Campo Salles, Prudente de Moraes, Cesário Motta, Rangel Pestanha, entre outros.

Pelo quadro que presenciamos até aqui e pelo que veremos na sequência, os grupos políticos de São Carlos, Araraquara e Rio Claro devido as suas relações de parentesco e amizade conseguiam manter uma dominação um tanto quanto tranquila, tanto em âmbito local como estadual. Kerbauy (1979, p. 75) ressalta, no entanto, que cada um conservava o seu poder político local, mas que em diversos momentos realmente existiam interesses⁴⁹ que os faziam unir suas forças.

Para se ter uma ideia dessa esfera de dominação, em São Carlos o partido Liberal vai dominar até 1873 o cenário político da cidade, isso acontecia como podemos notar pelo revezamento dos membros da família Arruda Botelho. O partido conservador só começa a ganhar espaço em 1873 quando pela primeira vez acaba vencendo o pleito contra os Arruda Botelho.

Lógico que tal fato não significou a perda do poder e da influência dos Arruda Botelho, afinal como poderemos ver o poder em outras esferas e a influência garantiam a

⁴⁸ Como bem lembra Kerbauy (1979, p. 74), o Estado de São Paulo estava dividido nesta época em 10 distritos eleitorais.

⁴⁹ Que no nosso entendimento muitas vezes estavam relacionados ao mundo dos negócios, afinal estes eram diretamente Homens de negócio, ou representante de seus interesses como queremos comprovar mais adiante.

eles o controle dos mecanismos eleitorais, existia ainda naquele momento uma forte dependência por favores, dinheiro e presentes o que garantia a manutenção do voto de cabresto.

Ao final do Império Kerbauy (1979, p. 76) observa que o sistema político e partidário funcionava plenamente no município de São Carlos, tendo de um lado o Conde do Pinhal como líder do Partido Liberal, José de Abreu Sampaio Vidal como líder do Partido Conservador e Antonio Carlos Ferraz como líder do Partido Republicano, todos os fazendeiros do município.

A transição do Império para a República inicialmente modificou muito pouco o panorama político de São Carlos, a primeira câmara municipal eleita sobre o novo regime (1892) era composta por sete membros que representavam as correntes "botelhistas" e "salistas".

O momento de transição para o período republicano marca também a ascensão de novos nomes na política do município, como o Coronel Marcolino Lopes Barreto⁵⁰, segundo apuramos antes de ser fazendeiro, ele tinha uma vida relativamente mais simples, era caixeiro, e como tal dedicava-se ao comércio, segundo consta já por essa época interessava-se pelos ideais republicanos, com o dinheiro que juntou conseguiu tornar-se proprietário de terras.

Com o início da república passou a ter destaque em São Carlos, ocupou cargos públicos, como o de subleite de delegado e delegado (década de 1890), foi também o comandante da batalhão da guarda nacional em São Carlos, momento em que já era conhecido como Coronel; aos poucos passa também a ocupar cargos no legislativo local, chegando a ser presidente da câmara municipal, cargo que ocupou por 12 anos, com o prestígio ganha o status de principal líder do diretório do Partido Republicano na cidade (década de 1910), e em pouco tempo passa a ser candidato a deputado federal pelo então 2º distrito, sendo eleito em diversas ocasiões.

Atuando como deputado federal, manteve-se ativo até o final da República Velha, em 1932 vários jornais noticiavam sua morte e como é praxe elogiavam seu caráter e sua habilidade como político, agricultor e comerciante.

Outra figura política que merece atenção é a do Coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho, irmão do Conde, começou a participar da política ainda no Império, era membro do Partido Liberal, quando se declara republicano acaba por se afastar do

⁵⁰ Ver notícias nos anexos

irmão; consegue ainda como membro liberal eleger-se deputado geral, sendo considerado uma importante figura do antigo 8º distrito eleitoral.

Com a proclamação da República e o surgimento do PRP continua a ser uma importante figura política, tanto que foi o escolhido para presidir o congresso republicano que aconteceu em Rio Claro em 1890, momento em que passa a se candidatar sendo eleito por diversas vezes deputado federal.

Sua atuação na região foi reconhecida em diversas notícias de jornais da época, como no caso da reparação da estrada que ligava Araraquara e Ibitinga; além das obras a manutenção do seu prestígio acontecia também através de alianças com outros coronéis da região, e nada melhor do que a velha e consagrada prática do casamento. E neste quesito o coronel tinha amplas possibilidades, afinal ele teve 23 filhos, sendo 6 gêmeos.

O casamento⁵¹ acontecia tanto entre membros da família, como no caso de Maria de Arruda Botelho de Abreu Sampaio, casada com Joaquim Botelho de Abreu Sampaio, seu primo, irmão filho de Eulalia de Meira Botelho (irmã de Paulino Carlos).

Maria Paulina de Arruda Botelho; e do Tenente Coronel João Paulino de Arruda Botelho, casado com sua prima-irmã Maria de Mello Coelho (sobrinha de Anna Flora).

Outra prática casar as filhas com membros preeminentes da sociedade e da política, como é foi o caso de: Anna Flora de Arruda Botelho de Faria, casada com Dr. Felipe Ladeia Faria; Sebastiana de Arruda Botelho Vieira, casada com Dr. Serafim Vieira de Almeida; Eulalia de Arruda Botelho Freitas Pinto, casada com Dr. Feliciano de Freitas Pinto; e Barbara de Arruda Botelho Pereira, casada com Dr. Hernani Pereira.

Além dos filhos e filhas acontecia também uma interferência nos casamentos de netos e sobrinhos, como, por exemplo, sua neta, Rita Braga Botelho, casava-se com João de Deus Pires Ferreira, sobrinho do Coronel Pires Ferreira, que na época era comandante militar do 4º distrito.

Outro político de destaque deste período foi o Dr. Joaquim Augusto Gomide, diferente dos outros citados, ele é primeiro caso de político de relativo sucesso da cidade que não tinha uma ligação direta com a terra, era advogado de formação.

Exercendo a profissão de advogado, logo chegou ao posto de Juiz de órfãos da cidade, em pouco tempo engajava-se na política, tornando-se membro do diretório do PRP local, sua primeira grande participação política acontece quando ele ocupa o posto

⁵¹ pesquisado no site: <http://paulinocarlos.tempsite.ws/>

de Intendente em São Carlos, a seguir participa do legislativo como vereador; sua maior projeção ocorre quando ele acaba eleito para deputado estadual em 1910 pelo 9º distrito, sendo reeleito por diversas vezes; em 1919 envolve-se em uma polêmica com o candidato Dr. Manuel Frederico Rodrigues, que acabou tendo o seu diploma anulado⁵², sendo declarado o Dr Gomide como o legítimo candidato eleito.

O caso do Dr Gomide e sua resolução fazem parte de um expediente muito utilizado durante a Primeira República, são as chamadas Comissões de Verificação, que julgavam os recursos dos candidatos que se sentiam “injustiçados” durante o processo eleitoral, essas comissões funcionavam tanto no Congresso Nacional, quanto nas Assembleias Estaduais. “[...] no início de cada legislatura formava-se uma comissão nomeada pelo presidente da ‘casa’ encarregada de examinar e julgar os resultados eleitorais ou de reconhecê-los ou não [...]” (SEGATTO, 2015, p. 82).

O julgamento destes casos e o seu reconhecimento atendiam aos interesses do governo, ou seja, os aliados na maior parte das vezes tinham atendidas as suas reivindicações, seja para se defender de uma denúncia de fraude, ou como no caso do Dr Gomide “acusar” outro candidato de fraude. O que demonstra que os expedientes para a manutenção do poder eram garantidos por diversas práticas⁵³.

Após a morte do Conde do Pinhal (1901), a facção política adversária ganhou maior espaço e consolida-se no poder, no entanto, o poderio econômico dos Arruda Botelho ainda era um importante meio de negociação. Em 1908, os jornais noticiavam a morte do Coronel Paulino Carlos e diversos órgãos manifestavam seu pesar, como o comando superior e o senado.

Segundo Kerbauy (1979, p. 79), a corrente adversária "Sallista" tinha como seu chefe o Major José Inácio de Camargo Penteado, que também era fazendeiro e era visto como um chefe civilista do município. Foi um dos responsáveis pela fundação do chamado Partido da Lavoura, acreditava que o governo deveria ser entregue aos fazendeiros, pois seriam eles o sustentáculo do país. Chegou ao posto de chefe do Partido Liberal, inclusive sendo presidente do diretório do partido na cidade, mesmo fazendo parte de uma facção adversária a dos Arruda Botelho, pertenceu às mesmas agremiações partidárias (Partido Liberal e Republicano).

⁵² Segundo notícias de jornais da época teriam ocorrido fraudes nas urnas daquela eleição.

⁵³ Como os já estudados votos de cabresto, nomeação de cargos públicos, apadrinhamento de aliados, entre outros abordados durante o capítulo 2.

Interessante como surgem denominações um tanto quanto peculiares a esses grupos, os seguidores do Major eram conhecidos como "bicheiros", pois se dizia arregimentavam muitos desses para seu grupo; já os seguidores do Conde eram conhecidos como "faustinos", que era um oficial de justiça do município, conhecido por ser bom de papo, mas de pouco tutano.

O predomínio da facção do Major Inácio surge entre os anos de 1910 e 1914, após essa data a facção passa a ser chefiada por Elias de Camargo Salles, conhecido também como Nhonhô Sales, e que vai manter o domínio político até 1921, quando novamente os Arruda Botelho conseguem eleger uma pessoa ligada a seu grupo, no caso o eleito foi o Dr. Teixeira de Barros, depois de seu mandato os Sallistas retomam novamente o poder. (KERBAUY, 1979, p. 79-80).

Ainda sobre o perfil destes grupos, vale ressaltar que os Arruda Botelho eram considerados como sendo mais "elitistas", pois estavam mais ligados a facções rurais vistas como mais conservadores; enquanto que os Sallistas eram vistos como sendo um grupo que, apesar de também conservador, era tido como mais "modernizador", pois além do apoio que busca entre agricultores descontentes com os Arruda Botelho, acaba também ganhando representatividade entre as camadas médias urbanas.

5.1.2- O quadro político em Rio Claro

O processo inicial da política em Rio Claro não difere muito da que ocorreu em outras cidades do Oeste Paulista, a aquisição de sesmarias, a constituição de uma elite agrária e a formação e transformação do núcleo urbano, segue o modelo até aqui relatado.

O decorrer da história da cidade e que trará particularidades tanto no aspecto de características singulares, quanto daquelas comuns a das outras localidades, vejamos um pouco da história política da cidade.

O quadro político inicial que merece atenção segundo Bilac (1995, p. 194) é constituído por José Estanislau Oliveira, o Senador Vergueiro, os Paes de Barros e os Cardoso de Negreiros.

Sendo assim , o cenário político inicial contava em sua maioria com fazendeiros, exceção como lembra Santos (2002, p. 26) do padre Delfino. Dentre os que possuíam um maior destaque político neste momento podemos citar os seguintes personagens:

Antonio Paes de Barros era originário de Itu, seu pai já era grande fazendeiro naquela região, inclusive tendo ligações com a mineração de ouro; Antonio tinha formação superior e acabou por se tornar proprietário de duas fazendas em Rio Claro (São João e Santo Antonio).

Sua carreira política começa quando se torna suplente de deputado por São Paulo em 1821, foi membro efetivo do partido provincial de São Paulo (1826 - 1833), também ocupou o cargo de deputado provincial (1830 - 1841), recebeu o título de Barão de Piracicaba em 1854. Em Rio Claro esteve à frente de movimentos locais, como o de elevação de Rio Claro a cidade (BILAC, 1995, p. 203).

Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro⁵⁴, português que emigrou para o Brasil em 1803, seguiu carreira na área jurídica e acabou por ocupar diversos cargos públicos.

José Estanislau de Oliveira nasceu em São Paulo, filho de um professor de origem portuguesa, alcançou destaque na região de Campinas e acabou por adquirir terras na região. Iniciou carreira no exército como soldado e se reformou como alferes, casou-se com a filha de um médico e acabou dedicando-se um tempo a transações com mercadorias, posteriormente passou a administrar a fazenda dos pais em Campinas de onde saiu em 1836 quando adquiriu as terras dos irmãos Pereira e formou a fazenda São José em Rio Claro.

Em Rio Claro tornou-se um líder municipal, lutou pelo desmembramento da localidade em relação a Limeira, fato consolidado com a autonomia do município em 1845. Ocupou diversos cargos políticos no município: Intendente da Primeira Câmara, presidente da Câmara de 1845 - 1860, foi nomeado Cel. Comandante da Guarda Nacional e prestou serviços durante a Guerra do Paraguai, recebeu os título de Barão de Araraquara (1837) e Visconde de Rio Claro (1870). (BILAC, 1995, p. 202-203).

Em conjunto com outros fazendeiros formaram um grupo que ficou conhecido como "sociedade de homens bons", que tinha como objetivo inicial realizar as primeiras melhorias urbanas da futura cidade, como, por exemplo, a construção da Igreja Matriz.

⁵⁴ Não iremos nos aprofundar muito na biografia do Senador pois sua participação em Rio Claro ocorreu mais no campo da influência, e outros personagens tiveram maior destaque em âmbito local e regional para o município.

Segundo Santos (2002, p. 28) a atuação dessa "sociedade de homens bons" ocorreu entre as décadas de 1830 - 1840, e foi responsável por um legado para a futura cidade, mas sua extinção não acabou tendo motivos muito claros.

O que chama nossa atenção para esse projeto inicial destacado pelo autor e a maneira como ele se posiciona quanto a esse processo inicial de urbanização. Para ele o que ocorreu em Rio Claro são "[...] ações originárias estritamente dos fazendeiros-negociantes que se estabeleceram na região e que vieram a se beneficiar das oportunidades abertas pelo processo de independência [...]" (SANTOS, 2002, p. 32-33).

Essa denominação fazendeiros-negociante utilizada por ele sem dúvida acaba sendo um elo com nossa própria tese, e que mais tarde iremos retomar para um debate mais detalhado.

A ação dos fazendeiros-negociantes em Rio Claro continua com algumas obras de melhorias urbanas, como a construção em 1864 do Teatro São João. O terreno onde ele foi edificado foi uma doação de Raphael Tobias de Bastos, filho do fazendeiro Antonio Paes de Barros, que foi o 1º Barão de Piracicaba; o filho inclusive acabou por herdar o mesmo título do pai.

Raphael possuía terras na cidade, onde atualmente encontra-se o Horto Florestal, exerceu o cargo de vereador de 1865 a 1868 pelo partido Conservador, acabou realizando ainda outras doações de terreno na cidade e também na capital, onde contribuiu com a Santa Casa de São Paulo e com a fundação do Jockey Club (SANTOS, 2002, p. 59-60).

Outros nomes que podemos incluir neste processo inicial são o dos fazendeiros Joaquim de Abreu Sampaio⁵⁵ e Francisco da Cunha Bueno, que são respectivamente tio e sogro do futuro senador da República Alfredo Ellis.

Francisco da Cunha Bueno foi fazendeiro em Rio Claro, ocupou o cargo de vereador na cidade de 1873 a 1876, também foi deputado provincial. Sua primeira esposa (Eudóxia Henriqueta Nogueira Teixeira de Oliveira) acabou envenenada por uma escrava; acabou cansando-se posteriormente com Teresa de Aguirre.

Logo após ter ficado viúvo Francisco comprou a sesmaria do Quilombo, a qual veio a originar uma das maiores fazendas da América do Sul, chegando a produzir cerca de dois milhões de arrobas de café. Em homenagem a Santa protetora da primeira

⁵⁵ Ligado por laços de parentesco a família Arruda Botelho

esposa deu o nome à propriedade de Fazenda Eudóxia, hoje o território corresponde a distrito de Santa Eudóxia, que hoje é ligado a cidade de São Carlos.

Recebeu títulos de nobreza do Imperador, primeiro o de Barão de Itaqueri em 1887 (modificado depois para Barão de Cunha Bueno), e por fim o de Visconde de Cunha Bueno em 1889.

Segundo Bilac (1995, p. 206) o quadro político começa a mudar a partir da década de 1860, para isso contribuem dois motivos: o fato de os líderes locais não terem deixados seguidores, seja pela morte destes líderes⁵⁶ ou pelo encerramento da carreira deles; outro motivo estava relacionado ao crescimento das ideias republicanas.

Para se ter uma ideia desse processo os quadros políticos dos partido liberal eram liderados por José Estanislau de Oliveira, Visconde de Rio Claro; já os quadros conservadores eram liderados por José Elias Pacheco Jordão⁵⁷. Em 1872 acontece a primeira vitória dos republicanos liderados por Joaquim Teixeira das Neves.

Sobre este quadro Bilac faz uma interessante análise:

A trajetória dos chefes políticos de Rio Claro os faz exemplos do coronel característico do período anterior à República. No final do Reinado, os fazendeiros locais eram chefes dos partidos: o Visconde de Rio Claro, do Liberal, Pacheco Jordão, do conservador e Teixeira das Neves, do Partido Republicano. A maior parte dos grandes proprietários ocupou vários cargos a nível municipal, regional e nacional. Com autoridade fundada nas bases econômico-social, exerceram o poder pessoal, consequência direta do poder econômico. (1995, p. 207-208).

As novas figuras políticas que surgem em Rio Claro a partir da consolidação do Partido Republicano, e mais tarde com a instituição da República, podem ser identificadas a partir do surgimento de dois grupos ligados a dois partidos. O PRP era um desses partidos e era representado por Joaquim Augusto Salles e (irmão de Campos Salles), o outro partido era o PRH (Partido Republicano Histórico) que era comandado por Marcello Schmidt.

Joaquim Augusto de Salles, foi deputado estadual por três vezes (1898 - 1910), como representante da cidade, era proprietário de duas fazendas em Rio Claro (Botafogo e Cafezal), casado com uma das filhas de um dos fundadores de Rio Claro (José de Campos Negreiros), foi presidente da câmara na cidade (1902 - 1904).

⁵⁶ Carreiras encerradas por morte: Senador Vergueiro (1859), Paes de Barros (1876), Oliveira (1884).

⁵⁷ Que deixou Rio Claro em 1867

Outra figura que se destacou foi a de Marcelo Schmidt, nasceu em Santo Antônio do Rio Bonito, que atualmente é conhecido como Conservatória, que é distrito do município de Valença (RJ). Era Filho de Andreas Martin Schmidt, engenheiro de nacionalidade alemã, e de dona Ornélia de Sá Lobato Schmidt, mineira de ascendência portuguesa.

Estudou e se formou em pintura pela tradicional Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Casou-se no dia 5 de janeiro de 1884, aos 22 anos, com dona Clementina Eugênia de Oliveira, filha do major Antonio Galdino de Mello Franco Oliveira e neta de José Estanislau de Oliveira⁵⁸, o Visconde de Rio Claro e primeiro Barão de Araraquara. Como presente de casamento, recebeu do Visconde de Rio Claro a Fazenda Tanquinho. Exerceu atividades junto à agricultura, à pecuária e, sobretudo, à política.

Foi o primeiro prefeito de Rio Claro (de 1911 a 1913), vereador por mais de onze anos e presidente da Câmara Municipal de Rio Claro de 1892 a 1895. Também representou Rio Claro como deputado estadual durante a 14ª legislatura da República Velha.

O grupo de Salles dominou o cenário político da proclamação da República até 1904, a partir deste momento o grupo de Schmidt assume o poder e permanece até 1922.

Schmidt era inimigo político do coronel Joaquim Salles (irmão de Campos Salles, presidente da República), o coronel Marcello Schmidt dominou a cena política a partir da eleição de 1904, após vencer o coronel Joaquim Salles. A história de Rio Claro menciona diversos episódios emblemáticos dessa rivalidade, que ficou conhecida na cidade como “guerra dos coronéis”

A rivalidade entre os dois coronéis era tamanha que os membros do partido de Marcello, o Partido Republicano Histórico (PRH), eram também conhecidos como *marcellistas*, e os do partido de Salles, o Partido Republicano Paulista (PRP), recebiam a denominação de *sallistas*.

Um exemplo da rivalidade entre eles foi a ordem de Schmidt para que fosse demolido o monumento de mármore feito por Salles, em comemoração à implantação de luz elétrica na cidade. No lugar do antigo monumento foi feita uma escultura do Barão de Rio Branco.

⁵⁸ O casamento mais uma vez aparece como uma importante maneira de se garantir o poder político.

Essa disputa dos grupos pelo poder político em Rio Claro lembra um pouco o embate político entre Botelhistas e Sallistas que destacamos em São Carlos, a diferença maior está no fato de que os Botelhistas eram o grupo dominante desde o período Imperial e a concorrência com os Sallistas acontece no seio do próprio PRP.

Dois atos que chamam a atenção no caso dos dois coronéis: o primeiro diz respeito ao casamento, que é utilizado como uma ferramenta para garantir o poder; o segundo a briga entre os dois coronéis é uma clara evidência de como situação e oposição disputavam o território político utilizando-se dos mais variados expedientes.

5.1.3- O quadro político em Araraquara

Inicialmente a vida política em Araraquara é marcada pela presença de políticos das seguintes famílias: Sampaio, Correa, Almeida Leite Moraes e os Arruda Botelho. Pelo que podemos averiguar, a presença deles nos quadros políticos era constante e o maior destaque dos políticos dessas famílias estavam ligadas as oscilações de Liberais e Conservadores nos ministérios do Segundo Reinado.

Segundo levantamentos, a família Correa teve participação de muitos membros na vida política de Araraquara, ocuparam cargos como de vereador, presidente da câmara, juízes, entre outros, entre os destaques podemos citar Joaquim Lourenço de Correa que participou e teve atuação destacada na Guerra do Paraguai; seu filho, Antonio Lourenço Correa, com importante papel durante a epidemia de febre amarela. Todos eram membros do Partido Liberal (CÔRREA, 2008, p. 97).

Outra família, os Sampaio, tinha ligações com os Pinto de Arruda e Arruda Botelho, eram politicamente conservadores e muito atuantes, acabaram por ocupar vários cargos públicos importantes. Joaquim José de Abreu Sampaio foi deputado provincial, tendo se dedicado ao projeto de construção da ligação da ferrovia entre Rio Claro e Araraquara. Entre seus descendentes merece destaque outra importante figura da política local, Bento de Abreu Sampaio Vidal, que era seu filho (CÔRREA, 2008, p. 97-98).

Deixando um pouco as biografias gerais e passando as mais individualizadas, um primeiro caso de fazendeiro que merece atenção é o de Carlos Baptista de Magalhães, que era pai de Carlos Leôncio de Magalhães, que ficou conhecido pelo

apelido de Nhonhô Magalhães. A ligação da família com a terra, o plantio de café, e a política, estão presentes no trabalho de Vecchia (1997), que promove uma interessante análise da participação dos Magalhães tanto no aspecto econômico, quanto no político e social em Araraquara e região.

Ao traçar o perfil de Carlos Baptista de Magalhães, pai de Nhonhô Magalhães, Vecchia (1997, p.33) narra que ele associou seu capital em uma sociedade com o português Joaquim Martins de Lara, fato que merece destaque por dois motivos: primeiro por que Lara acaba por possuir uma trajetória de ascensão e torna-se inclusive proprietário de terras; segundo por promover um importante ponto de reflexão sobre o vínculo que alguns fazendeiros e imigrantes poderiam ter nos negócios.

A trajetória do pai de Nhonhô também no campo político é crucial para se entender a dimensão que esta vai assumir na vida do filho. Vecchia (1997, p. 40) em sua análise aponta que os dois tinham uma estreita ligação, que permitiu ao filho não apenas herdar, mas aprimorar as noções de negócios e as ideias políticas do pai “[...] Desse modo, entende-se a intensa relação do pai com Nhonhô, através de um vínculo que envolvia dimensões de ordem econômica, social e política [...]”.

Carlos Baptista ganha projeção quando passa a fazer parte do Clube Araraquarense (1882) e posteriormente quando se associa com o Conde do Pinhal em negócios de exportação de café (1886).

Participou ativamente da vida política na cidade, fez campanha para a indicação de Rui Barbosa para concorrer à presidência da República (1909) e integrou os quadros do PRP (foi presidente do em diretório municipal).

Araraquara tinha fortes ligações com São Carlos devido à influência exercida pelo Conde do Pinhal na cidade. É claro que o Conde e seus aliados não foram os únicos, outros chefes políticos surgiram e se destacaram, vejamos alguns perfis desses chefes.

Dois casos que chamam a atenção de chefes políticos são: o Coronel Antonio Joaquim de Carvalho, republicano histórico, e que ganha maior destaque com a instalação do regime republicano; já do lado conservador temos a figura do Tenente-Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz. Ambos os homens ligados a terra e ao cultivo de café.

O Coronel Antonio Joaquim de Carvalho era formado em direito pela Faculdade de São Paulo, foi companheiro de turma de dois futuros presidentes, Prudente de Moraes e Campos Sales, nascido em Porto Feliz, passou por Capivari e se mudou para

Araraquara em 1875, seu primeiro casamento foi com Zulmira Adriana Alves⁵⁹, já o segundo foi com Ana Francisca Ferraz de Carvalho⁶⁰.

O coronel destacava-se por ser um republicano histórico, que teve uma participação na vida pública mais ativa a partir da mudança do regime. Diferente de outros perfis que analisamos até o momento, preferia não ocupar diretamente os cargos, ele preferia como ressalta Telarolli (1981, p. 36), manejar os cordéis. Nunca ocupou cargo público eletivo ou administrativo. Foi juiz de paz, presidente da comissão de alistamento, presidente da seção eleitoral e presidente do diretório local do Partido Republicano⁶¹.

O Tenente-Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz, nasceu em São Paulo em 1837 e mudou-se para Araraquara em 1869, local onde já vivia seu irmão, Luís Bernardo Pinto Ferraz, que possuía plantações de café na localidade. Assim como o irmão, o coronel também adquiriu terras (fazenda) antes mesmo de seu estabelecimento (desde 1860 já tinha propriedade); assim como em outros municípios, o casamento tornou-se uma importante ferramenta para a manutenção e ampliação do poder da família Pinto Ferraz.

O casamento foi um importante expediente para a manutenção do poder da família Pinto Ferraz, tanto entre parentes como entre famílias de aliados e de possíveis aliados (TELAROLLI 1977, p. 29); duas sobrinhas do coronel (filhas de Luís Bernardo), uma era casada com o Dr. Américo Francklin de Meneses Dória, médico com estreitas ligações com o Coronel Antônio Joaquim de Carvalho; já a outra sobrinha era casada com o Major Dario Alves de Carvalho, filho do referido coronel.

Sem dúvidas as alianças eram muito importantes, afinal a família Pinto Ferraz teve relevância na esfera política da cidade; durante o Império estiveram ligados ao Partido Conservador, e no final do período imperial, em 1886, o comendador José Pinto Ferraz recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II. O comendador fez também parte da última legislatura imperial da cidade, mas não chegou a completar o mandato, pois faleceu em 1887.

Pelo que vimos os dois principais chefes políticos retratados dentro deste período atuaram de modo diferente na política. O Coronel Joaquim atuando pessoalmente, assumindo os cargos na esfera do Legislativo, do Executivo e do

⁵⁹ Filha do comendador Joaquim Manoel Alves, o formador da fazenda Canchin em São Carlos

⁶⁰ Irmã do Tenente Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz

⁶¹ Posto que ocupou até a sua morte em 1897

Judiciário. Já o Coronel Carvalho atuou através de seus dependentes, fossem eles parentes ou amigos. Ambas podem se encaixar no perfil do coronelismo proposta por Leal e identificada por Telarolli em Araraquara (TELAROLLI, 1981, p. 36).

A composição das seções eleitorais demonstra claramente como a manutenção do poder era mantido entre esses grupos:

Em mais de uma dezena de divisões no período, para eleições de vereadores, deputados, senadores e presidentes do estado, o número de seções variou de dois a oito. Invariavelmente uma das seções sempre contou, na presidência, o ‘coronel’ Antônio Joaquim de Carvalho e outra, o ‘tenente-coronel’ Joaquim Duarte Pinto Ferraz. Quando o número de seções foi superior a dois, sempre surgiram nomes de correligionários de ambos os chefes. (TELAROLLI, 1977, p. 32).

A República foi uma fonte de mudança política para Araraquara, republicanos históricos acabam ascendendo ao poder, a partir de 1890 ganha espaço a figura do Major Dario Alves de Carvalho, filho do Coronel Antonio. (TELAROLLI, 1981, p. 30).

A mudança, no entanto, acontece muito mais no campo dos nomes e dos grupos oligárquicos que assumem o poder, pois assim como vimos nas outras cidades, o poder ainda continuava nas mãos dos grandes fazendeiros "[...] O significado dessas mudanças estava longe de substituir a política oligárquica por uma política democrática e a razão é simples: o poder continuava ancorado na propriedade concentrada da terra [...]" (TELAROLLI, 1981, p. 33).

Outras figuras que surgiram dentro desse novo cenário político e que tem ligação com a Família do Major são: o Dr. Teodoro Dias de Carvalho Júnior, o Major Antonio Joaquim de Carvalho, o Coronel Germano Xavier de Mendonça, o Tenente João Batista Soares e os Doutores Américo Franklin de Meneses Dória e João José de Araujo.

O Dr. Teodoro Dias de Carvalho Júnior era genro do Coronel Antonio Joaquim de Carvalho, mineiro, chegou a Araraquara para fixar residência no ano de 1887, imediatamente após a proclamação da República passou a ocupar o cargo de delegado de polícia, em 1893 acabou assumindo o posto de chefe de Polícia de São Paulo, também ocupou o cargo de Secretário de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Os demais membros citados ocuparam cargos no âmbito local, vejamos um pouco sobre eles:

O Major Antonio Joaquim de Carvalho Filho, também conhecido como major Tito, era fazendeiro de café, ocupou os cargos de suplente de Juiz de Paz, vereador, presidente de seção eleitoral e vice-presidente da Câmara Municipal.

O Coronel Germano Xavier de Mendonça, também era fazendeiro de café, eleito vereador em 1894 e 1897, foi o responsável por divulgar ao chefe de polícia em São Paulo sobre os trágicos acontecimentos envolvendo o Coronel Carvalho e os irmãos Brito.

O Dr. Américo Francklin de Meneses Dória era médico, natural da Bahia, em 1891 foi eleito vereador, em 1897 ocupou o cargo de delegado de polícia, sendo posteriormente por diversas vezes mesário da seção eleitoral.

O Dr. João José de Araújo era advogado, mineiro, se mudou para Araraquara em 1892, destacou-se pelos serviços que prestou ao Coronel como advogado.

O Tenente João Batista Soares era o comandante do batalhão de Infantaria do município, ele fazia às vezes de delegado militar. E sua função era vital, pois ao lado do Dr. Dória, delegado civil, dava sustentação para o mando.

5.1.4- O quadro político em Ribeirão Preto

Os primeiros relatos sobre a política de Ribeirão Preto apontam para o início da Primeira República, onde a disputa se concentra em duas figuras rivais: o Coronel Joaquim "Quinzinho" da Cunha Diniz Junqueira e Francisco Schmidt.

Segundo Walker e Barbosa (2000, p. 41-42) os dois enquadram-se dentro do perfil característico do interior paulista, são grandes fazendeiros de café que polarizam e disputam entre si o controle da cidade. Schmidt, o segundo rei do café, era detentor da maior plantação⁶² da sua época; Quinzinho Junqueira era um fazendeiro importante, descendente do clã Junqueira, que era formado por ricos produtores de café.

Joaquim "Quinzinho" da Cunha Diniz Junqueira, nasceu em Ribeirão Preto em 1860, sua família já se dedicava a terra e Quinzinho continua a trilhar esse caminho. Inicialmente dedicavam-se a pecuária, criando porcos e outros animais, mais tarde resolvem passar a cultivar café e por isso prosperam, essa prosperidade permitiu que

⁶² Nível mundial

tivessem acesso e adquirem-se mais cultura (no estilo europeu) o que, na ainda rústica cidade, acabava sendo um diferencial "[...] tal cultura e sofisticação naturalmente proporcionaram aos Junqueira grande prestígio e respeitabilidade. Quinzinho [...] era, portanto um líder político tanto na família quanto no Município [...]" (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 62).

Político conservador, sem inclinação a democracia, monarquista por convicção era chamado pelos amigos de "chefão", e pelos adversários reconhecido como um oponente formidável, dizia-se que não era vingativo, gozava de grande prestígio, e esse era talvez um de seus principais atributos. Inclusive em notas de adversários fica evidente o respeito que era tratado por eles.

A trajetória de Quinzinho na política é mais curta⁶³, foi vereador da primeira câmara eleita (1890-1892), este foi à única posição eletiva ocupada por ele. Passa então a fazer oposição a seu inimigo (Francisco Schmidt), mas não conseguindo obter grande êxito acaba retirando-se da política passando a dedicar-se mais a sua fazenda, só retornando mais tarde para ocupar importante cargo no diretório do PRP na cidade.

De origem humilde, Francisco Schmidt, nasceu em 1850 na Alemanha, imigrou para o Brasil com os pais quando tinha apenas seis anos de idade, inicialmente a trajetória da família foi muito parecida com a de outros imigrantes, começaram como colonos. A vida começa a mudar quando o jovem Francisco inicia um processo de compra e venda de pequenos pedaços de terra; com 40 anos já tinha um capital considerável⁶⁴, compra então a fazenda Monte Alegre; durante os próximos 25 anos consegue expandir muito suas propriedades, constrói um verdadeiro império do café (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 62).

Na política, Schmidt e o amigo e sócio Diederichsen (que também era alemão), concorreram nas eleições de 1891 e são eleitos. Diederichsen ocupa o cargo de intendente (equivalente hoje ao de prefeito), Schmidt não demora muito e também acaba por ocupar o mesmo cargo em eleição futura (1895).

Sem ter, por um tempo, grandes adversários, Schmidt acaba se tornando um líder inquestionável na cidade, realiza grandes obras e tem o respaldo tanto do governo do Estado quanto do PRP. A situação começa a mudar em 1901 quando ele ganha a

⁶³ Em cargos eletivos

⁶⁴ O tino para os negócios de Francisco Schmidt vai ser explorado posteriormente quando tratarmos do tópico sobre os homens de negócio.

concorrência de um grupo de oposição, este grupo ficou conhecido como Clube da Agricultura e do Comércio.

A ascensão do Clube dentro do cenário político marcou também a volta de Quinzinho Junqueira ao cenário político, sendo escolhido como principal nome do Clube acaba sendo eleito para a nova diretoria do PRP na cidade, o que lhe rendeu o controle do cenário político local.

A situação entre os dois adversários permaneceu relativamente tranquila até 1909 quando se iniciam os preparativos para a eleição de 1910; dois grupos opostos acabam se formando, o primeiro apoiava a candidatura de Rui Barbosa e contava com a participação de Schmidt, o segundo grupo, contrariando até a intenção do diretório estadual do PRP resolve apoiar Hermes da Fonseca, este grupo tinha a participação de Quinzinho.

O apoio distinto dos dois coronéis refletia um momento contraditório, mesmo que funcionasse, o partido único tinha mais de uma postura ou consciência⁶⁵, já que existiam divergências entre seus membros; na verdade a questão que envolvia Hermes da Fonseca e Rui Barbosa acabou por expor que mesmo a aliança entre PRP e PRM às vezes não funcionava tão bem.

A disputa envolvendo Rui Barbosa e Hermes da Fonseca fica conhecida como campanha civilista, e envolvia um expediente que começou a partir da política dos governadores, em que o presidente em exercício acabava por se sentir no direito de indicar o seu sucessor, foi assim com Campos Salles, no entanto, com Afonso Pena e Rodrigues Alves a situação não se manteve por não atender aos interesses da convenção.

A indicação de Hermes da Fonseca parecia ganhar força, mas, como sua postura parecia não atender aos interesses das oligarquias, muitos preferiram um novo candidato, e daí surge o nome de Rui Barbosa.

Voltando a situação em Ribeirão Preto, a postura de Quinzinho acabou contrariando tanto o diretório estadual do PRP, que ele foi destituído do cargo, em seu lugar acaba assumindo Schmidt, mesmo assim a habilidade, o prestígio e a influência de Quinzinho renderam a ele duas importantes vitórias: Ribeirão foi a única cidade do Estado de São Paulo onde Hermes da Fonseca foi vitorioso; e nas eleições municipais

⁶⁵ Já abordamos um pouco essa linha de raciocínio durante a segunda seção

daquele mesmo ano (1910), o grupo de Quinzinho elegeu 7 das 10 cadeiras para vereador. (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 66).

O grupo de Schimidt contava além de fazendeiros com advogados e doutores, eles se autointitulavam como "Os Poetas", já o grupo de Quinzinho era por eles denominado como "Os Casca Grossa", ou "Os Cabeça Dura". Os dois grupos tinham como principal veículo de acusação os jornais por eles comandados, o grupo de Quinzinho utilizava-se do jornal "A Cidade", já o grupo de Schimidt usava o "Diário da Manhã".

Após o governo de Hermes da Fonseca os dois políticos acabaram se reaproximando, e em muitos momentos passaram a cooperar. A adversidade com o tempo passa a não ser mais a disputa entre os dois, mas os movimentos da Primeira Guerra Mundial, seu desenrolar e o sentimento antigermânico que toma conta de muitos cidadãos acabam por ser prejudiciais a Schimidt.

Apesar de as evidências serem bastante circunstâncias, elas sugerem, bem intensamente, que o prestígio de Schimidt decai muito na esteira da histeria antigermânica de guerra que varreu o município. Na verdade, Schimidt e Quinzinho, ainda em fevereiro de 1918, estavam trocando ideias sobre questões políticas, mas a estrela política de Schimidt parecia estar se apagando. (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 69).

A queda gradual do prestígio de Schimidt ocasionou sua retirada da política local e mais tarde sua ida em definitivo para São Paulo, sem um grande adversário Quinzinho Junqueira acabou dominando o cenário político em Ribeirão Preto até o final da República Velha, as maiores adversidades que ele acabou enfrentando foram com o surgimento de novos partidos e seus membros, mas com habilidade e contando com o favorecimento de um sistema democrático apenas no nome, este consegue manter sua hegemonia. (WALKER & BARBOSA, 2000, p. 72-75).

5.2- Antonio Carlos de Arruda Botelho, Carlos Baptista de Magalhães e José Estanislau de Oliveira: política, negócios e influência.

Antonio Carlos de Arruda Botelho, o futuro Conde do Pinhal, inicialmente participou ao lado do pai da abertura das primeiras fazendas, inclusive em Araraquara. Segundo Truzzi (2000, p. 82), em 1857, ele já ocupava a presidência da câmara de Araraquara, ao longo dos próximos anos coordenou o processo de criação do distrito de paz de São Carlos, primeiro passo para que mais tarde a localidade alcance a sua independência e se constituísse como município.

Antonio Carlos exercia ainda a presidência do partido liberal, chegou a ser eleito deputado provincial e geral, abasteceu tropas imperiais durante a Guerra do Paraguai, recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II quando este esteve em São Carlos.

Como empresário foi o responsável pelo primeiro contingente de imigrantes que vieram para São Carlos, este grupo que chegou ao município em 1876 era constituído de 100 famílias alemãs. Foi personagem importante na construção da estrada de ferro que ligou os trechos de Rio Claro, Araraquara e Jaú, influenciando no seu traçado, o que ia contra os projetos da Cia Paulista de Estradas de Ferro naquela época, mas que o favorecia, amigos e parentes, todos os fazendeiros dessa região.

Todo o processo foi muito bem ilustrado por Truzzi (2000, p. 83) quando ele cita a autobiografia de Adolfo Pinto, que naquela época era engenheiro auxiliar da Diretoria Central da Cia Paulista, e que veremos a seguir.

Ao tratarmos de incorporar a companhia para levar a efeito a construção da estrada, eu e meus consórcios engenheiros reconhecemos desde logo que o traçado que melhor consultava o interesse geral das zonas que iam ser servidas era o que conduzisse a linha a passar junto ao Morro Pelado⁶⁶ onde devia ela bifurcar-se, daí seguindo a linha principal para São Carlos e derivando-se o ramal para Brotas, Dois Córregos e Jaú. Como, entretanto, este traçado não agradasse a membros influentes da família Melo e Oliveira⁶⁷, afazendados no serrote do Cuscuzeiro⁶⁸, e de sua oposição deversem resultar dificuldades sérias para a incorporação da companhia, eu, meu irmão Luíz e meu cunhado Pinto Gonçalves resolvemos transferir a parte que tínhamos na concessão ao Conde do Pinhal, mediante a indenização de 50 contos de reis. O conde do Pinhal e o capitalista Benedito Antonio da Silva por sua vez transferiram o privilégio à

⁶⁶ Hoje Itirapina

⁶⁷ O Conde era casado em segundas núpcias com um das filhas de José Estanislau de Melo Oliveira, visconde de Rio Claro.

⁶⁸ Hoje Analândia

companhia nacional que incorporavam, a qual sob a presidência do Conde do Pinhal realizou a construção da estrada. Por se tratar de iniciativa particular sem qualquer responsabilidade do governo provincial ou federal, adotou-se a bitola estreita para o trecho. (*apud* TRUZZI, 2000, p. 83-84).

A influência política do Conde pelo relato é muito grande e sem dúvida ela foi utilizada para aumentar os benefícios tanto dos seus negócios, quanto de seu amigos e parentes, o perfil e as atitudes dele sem dúvida condizem com a postura de um autêntico "homem de negócio".

E por falar em negócios a lista de empreendimentos do Conde é alta, ele foi o primeiro proprietário de casa bancária de São Carlos; em 1889 fundou na capital o Banco de São Paulo, instituição em que capitaneava um grupo de capitalistas, como o Barão de Tatuhy, o Marquês de Três Rios, o Barão de Araraquara, o Barão de Piracicaba e o Barão de Jaguará; tornou-se acionista mais tarde do Banco da União de São Carlos; foi presidente do Banco de Piracicaba; possuía duas casas comissárias em Santos; tinha quase a totalidade das ações da Cia agrícola de Ribeirão Preto, empresa que possuía nove fazendas, próxima a estação de Tibiriçá e que estavam ligadas por uma estrada de ferro particular (TRUZZI, 2000, p. 85).

O Conde tinha uma rede de relações muito grande, seja por negócios, parentesco ou amizade, sendo assim tratemos de outro exemplo que une os dois primeiros (negócios e parentesco).

José Estanislau de Oliveira, como já dissemos, nasceu em São Paulo, teve carreira no exército, atuou em empreendimentos comerciais, trabalhou na fazenda dos pais e posteriormente acabou adquirindo terras em Rio Claro, formou a fazenda São José, logo se tornou um importante capitalista, e participou, como um dos fundadores da estrada de ferro Rio Claro - São Carlos.

Foi um dos líderes políticos da cidade, participando ativamente do processo de desmembramento de Limeira, acabou ocupando cargos políticos importantes, sendo membro do partido conservador. Ocupou o cargo de Intendente da primeira câmara e foi vereador por quatro vezes; nomeado Coronel da guarda nacional, lutou na Guerra do Paraguai, recebeu ainda os títulos de Barão de Araraquara e Visconde de Rio Claro.

Outro caso de fazendeiro que merece atenção é o de Carlos Baptista de Magalhães, que era pai de outro personagem muito singular da região, estamos falando de Nhonhô Magalhães.

Voltando nossa atenção para Carlos Baptista, ele também representa outro exemplo de fazendeiro que participou ativamente do mundo econômico e político da região.

Sua trajetória começa a ter destaque quando em 1882 quando funda com amigos o Clube Araraquarense, que tinha como objetivo principal atender aos interesses da elite local, que naquela época integravam o setor agrário/financeiro.

Em 1886 associa-se ao Conde do Pinhal em negócios de exportação de café, tornando-se gerente da firma Arruda Botelho & Magalhães; após o fim desse empreendimento acaba por se associar a uma casa bancária, esta tinha o nome de Lara, Magalhães e Fox. Detalhe marcante e que ele sempre estava acompanhado pelo filho; outro importante negócio envolvia a sua participação na organização da Cia de Estradas de Ferro de Araraquara.

Segundo Vecchia (1992, p. 31-32) Carlos Baptista participava de um processo peculiar que acometia muitos outros agentes da região, este processo envolvia a aquisição de casa comercial, negócios entre famílias, casamentos e em seguida compra de terras.

A vida política de Carlos Baptista também é marcada por um perfil de liderança, tendo atuado em questões municipais, estaduais e federais: em 1902 foi um dos líderes do movimento pró-restauração monárquica; em 1909 fez campanha pela indicação de Rui Barbosa como representante do partido para concorrer à presidência da República. No plano municipal foi presidente do PRP na região de Araraquara, seu grupo permaneceu por 22 anos no poder em Araraquara (1908 - 1930).

Fato interessante e que a família Magalhães além de ligações com o Conde do Pinhal, por amizade e negócios, também tinha laços de parentesco com outra importante figura política de São Carlos, no caso Jesuíno de Arruda, que era avô da esposa de Carlos Baptista.

5.3 - Ribeirão Preto: a terra dos "Reis do café"

A produção cafeeira no Oeste Paulista propiciou o enriquecimento e o fortalecimento político e empresarial de muitos cafeicultores, sabemos que a valorização e a criação de determinados termos fazem parte de autores e cronistas,

principalmente daqueles que ou viveram ou estiveram muito próximos da época em destaque, contudo não é difícil de se encontrar esses referenciais em trabalhos ou estudos posteriores, expressões como Princesinha do Oeste, são comuns a muitas localidades da região, no caso de Ribeirão um termo que se popularizou foi a expressão "Rei do café".

Antes de tratarmos das figuras que obtiveram tais "homenagens", vale ressaltar que do nosso ponto de vista tais alegorias ou são conceitos que fazem parte de uma literatura de época, ou não foram retiradas, como, por exemplo, em nosso estudo, porque apesar de poderem parecer exageradas, são não verdade balizadores de que algo naquela localidade ou naquela figura que merece especial atenção.

No caso de Ribeirão Preto, a grande produção cafeeira acabou por elevar importantes figuras da localidade ao posto de "Reis do café", sendo dois homens, posto ocupado por Henrique Dumont e Francisco Schimdt e uma mulher Dona Íria Junqueira.

As Famílias Schimdt⁶⁹ e Junqueira são duas protagonistas dentro do processo de desenvolvimento e consolidação do café em Ribeirão Preto, mas não são as únicas, outras famílias merecem destaque neste quesito, caso das famílias Pereira Barreto, Moraes Octávio, Dumont e Prado. Vejamos um pouco dessas famílias, sua ligação com o café, com a política e possíveis prolongamentos dos ramos de negócios.

Família Junqueira

A família tem origem portuguesa, o próprio sobrenome remonta a localidade inicial da família, a aldeia de São Simão da Junqueira. Coube a João Francisco Junqueira iniciar os passos da família em terras brasileiras, ele migrou para o Brasil em meados do século XVIII. Viveu, trabalhou e se casou no sul de Minas Gerais, mas precisamente na fazenda Campo Alegre, município de Cruzilha.

Seus doze filhos ocuparam terras tanto no sul de Minas quanto em São Paulo, em terras paulistas estabeleceram suas propriedades em terras que hoje pertencem aos municípios de São José do Rio Pardo, Caconde, São Simão, Batatais e Franca. Mais tarde chegou a Ribeirão Preto a Condessa Mariana Junqueira, que adquiriu terras onde hoje encontra-se o bairro da Vila Tibério e os municípios de Sertãozinho, Guatapará e São Martinho. A manutenção e a ampliação das terras da família ocorreu principalmente

⁶⁹ Trataremos da família Schimdt em uma sessão separada, um dos motivos é que a importância desta família está em grande parte vinculada a uma única pessoa, Francisco Schmidt.

devido ao caráter endogâmico dos Junqueira, o que reforça o seu aspecto tradicional e clânico. (GODOY, 2000, p. 42).

Até a década de 1870 as terras da família eram ocupadas por atividades de subsistência e pecuária, foi por iniciativa dos irmãos Luiz Herculano de Souza Junqueira e Gabriel Diniz de Souza Junqueira que surgiram as primeiras plantações de café em Ribeirão Preto. Tal fato pode ser comprovado quando em visita a região em 1877, Martinho da Silva Prado Junior, verificou que já existiam cafezais formados nas terras de Manoel Otaviano Junqueira, José Bento Junqueira e Manoel da Cunha Diniz Junqueira (GODOY, 2000, p. 43).

A família teve participação marcante na política de Ribeirão Preto, seus membros faziam parte da constituição da primeira Câmara de São Simão, no momento em que a localidade separava-se definitivamente de Casa Branca em 1866, a ocasião marcou também a eleição e posse como presidente da câmara de Gabriel de Souza Diniz Junqueira.

Em Ribeirão, o histórico político da família começa com Luis Herculano de Souza Junqueira que primeiro foi suplente na primeira câmara da cidade, sendo na próxima eleição eleito para o cargo de vereador. Outro membro da família se faz presente na terceira e quarta eleições da câmara, foi Luiz Antonio da Cunha Junqueira; já na quinta eleição aparece o nome de Manuel da Cunha Diniz Junqueira, que mais tarde repassa a direção política do município a Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o Coronel Quinzinho da Cunha, que já tratamos de modo particular anteriormente. (GODOY, 2000, p. 44).

Família Pereira Barreto

O histórico desta família está intimamente ligada a Luiz Pereira Barreto, que foi quem iniciou o segmento desta em Ribeirão Preto. Nascido em Resende (RJ) em 1840, Luiz era filho de uma abastada família de capitalistas, estudou fora, em Bruxelas, tendo diplomado-se em 1865 em Ciências Naturais, quando retornou ao Brasil tornou-se o primeiro agrônomo do país. Iniciou sua caminhada por São Paulo em Jacaréí, onde viveu de 1862 a 1882, mudou-se para São Paulo e cursou medicina. Em 1904 chega em Ribeirão, cidade onde passa a morar e clinicar (GODOY, 2000, p. 51).

Antes de se mudar definitivamente para a cidade ele e os irmãos já exploravam as terras da região (1876), visitaram muitas fazendas em Casa Branca, São Simão e

Ribeirão Preto, e foi em Ribeirão que conheceram aquela que mais lhes chamou a atenção, a fazenda Cravinhos, que ainda tinha muitas terras virgens, após negociação compraram a propriedade de Antonio Caetano. Seu irmão, Rodrigo Pereira Barreto, convence Luiz a abandonar as terras do Vale do Paraíba e investir nas plantações em Cravinhos.

Fato curioso e que quando recebe a visita do Imperador Dom Pedro e sua esposa em 1884, Luiz Pereira Barreto resolve homenagear a família da imperatriz e batiza o novo tipo de café plantado em sua fazenda de Bourbom, o que segundo estudiosos marcou uma virada na exportação do café brasileiro, visto que este tipo teve melhor aceitação que o do tipo Moka, que era o tipo que prevalecia na plantações daquela época. Outro fato interessante e que dizem que o coronel João Francisco de Moraes Octávio invejou a homenagem, e resolveu batizar as mangas que ele introduziu em Ribeirão também com este nome. (GODOY, 2000, p. 51).

Já no campo político Luiz Pereira Barreto começa a sua trajetória quando ainda residia em Jacareí, foi na década de 1870, sendo apontado como um dos fundadores do PRP, sendo indicado pelo partido em 1881 (ainda durante o Segundo Reinado) como candidato a deputado a Assembleia Geral pelo 2º distrito eleitoral (região de Jacareí). Republicano, acabou ocupando o cargo de senador na primeira legislatura republicana, tornando-se presidente da Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo. Mas tarde acabou fazendo parte dos primeiros grupos dissidentes e passou a ser um importante crítico do perrepismo (GODOY, 2000, p. 53).

No âmbito local, a família permaneceu ao lado de Schimdt, na oposição, tendo como adversários os junqueristas. Seus irmãos Candido e Rodrigo também tiveram participação na política do município, sendo membros das primeiras câmaras do município nas eleições de 1881, 1882 e 1887.

A continuidade da família na política acontece com Fábio de Sá Barreto, filho de Candido Pereira Barreto, advogado formado em 1895 pela São Francisco, iniciou suas atividades na cidade e em pouco tempo já dava seus primeiros passos na política local, em 1904 elegeram-se vereador, perdendo seu mandato em 1906⁷⁰. Passa então um tempo afastado da política retornando em 1923 como vereador e presidente da câmara, em seguida e eleito deputado e torna-se Secretário de Negócios do Interior durante o governo de Júlio Prestes; em 1936 é eleito prefeito de Ribeirão Preto. Vale ainda

⁷⁰ Congregava o grupo de oposição expurgado

ressaltar que neste momento ele se aproximara e se tornará aliado do Coronel Quinzinho Junqueira, assim como mais tarde acaba se aproximando e ficando amigo de Getúlio Vargas, o que lhe garantiu a prefeitura da cidade durante o período do Estado Novo. (GODOY, 2000, p. 54).

Família Moraes Octávio

A história da família em Ribeirão deve-se a João Franco de Moraes Octávio, natural de Minas Gerais e participante da corte no Rio de Janeiro, resolve emigrar para São Paulo, inicialmente morou em Atibaia, transferindo-se mais tarde para Descalvado, momento marcante por algumas razões, primeiro foi ali que adquiriu terras e passou a cultivar café; segundo porque em 1859 recebe em suas terras a família Schimdt, que naquele momento eram apenas colonos. (GODOY, 2000, p. 54)

João Franco passou a dedicar-se a compra de terras na região de Ribeirão Preto⁷¹, já nesta época ele e Francisco Schimdt tinham uma boa relação, o que favoreceu mais tarde Scimdt na compra da fazenda Monte Alegre.

A família chega em Ribeirão por volta de 1870, momento em que passa a se envolver também com a política da região, ocupando o mandato de vereador em 1887 e 1889, sendo sucedido por seu filho Luiz Franco de Moraes Octávio na política local.

Apesar de não ter sido o introdutor das plantações de café no município, foi ele quem introduziu o sistema de larga escala na produção do produto, suas terras ocuparam na segunda metade do século XIX praticamente sete municípios vizinhos de Ribeirão Preto; foi também o maior dono de escravos desta região, vale lembrar que está não era um tendência do município que voltava sua atenção para o trabalho imigrante. (GODOY, 2000, p. 55-56).

Família Dumont

Nascido em Diamantina (MG), Henrique Dumont foi quem iniciou a história de sua família em Ribeirão Preto, ele chegou a região em 1870 e observou a alta

⁷¹ Serrana, Cravinhos, Pradópolis, Barrinha, Santa Cruz das Posses, Dumont e Sertãozinho

produtividade das terras, passou a adquirir propriedades e a cultivar café em larga escala. Em 1879 adquiri as fazendas Arindeúva e Iguapé, está ultima uma das primeiras fazendas de Sertãozinho e que pertencia antes ao coronel José Pereira Barreto. Interessante que a propriedade já contava com cafezais formados, maquina de beneficiar café, terreiro e escravos. Em 1880 adquiriu as fazendas Cascavel, Paineiras, Bananal e Boa Vista. (GODOY, 2000, p. 56).

Foi a partir da fundação da fazenda São José, que Dumont fundou uma série de propriedades que fariam parte da Companhia Agrícola Fazendas Dumont, vale destacar que desde 1874 suas fazendas já estavam totalmente mecanizadas. A relação com outras importantes famílias da região continuou: em 1880 comprou a fazenda Lageado de José Bento Diniz Junqueira e esposa; em 1890 adquiriu a fazenda Albertina de Martinho Prado Junior; em 1886 comprou mais 145,2 hectares de Joaquim Antonio Teixeira e esposa.

Sempre almejando a ampliação de seus negócios Henrique Dumont fundou junto com empresários ingleses e brasileiros a Dumont Coffee & CO. empresa que se incubia de comercializar o café produzido em suas terras. Beneficiado pelo boom cafeeiro das décadas de 1880 e 1890 suas propriedades cresceram tanto que mais tarde vieram a se tornar um município, ele ainda contou com o prolongamento da linha férrea, que tinha ramal em suas terras (estação Dumont) para aumentar ainda mais seus lucros. (GOODY, 2000, p. 57)

Fato curioso e que se o pai alcançou a história como um dos reis do café, o filho foi ainda mais ilustre, alcançando as paginas da história através da aviação. Alberto Santos Dumont, morou em Ribeirão Preto, na fazenda do pai, de 1879 até 1892, de onde rumou para a Europa para desenvolver pesquisas sobre balonismo e aviação, já famoso chegou a receber da câmara de Ribeirão Preto em 1903 verbas para auxiliar no desenvolvimento de seus projetos. A doação causou muito estranhamento e provocou certo debate, pois foi um valor considerável que saiu dos cofres públicos na época. (GODOY, 2000, p. 57).

Coube a seu outro filho Luiz Santos Dumont continuar com os negócios do pai, formado pela politécnica do Rio assumiu os negócios do café iniciando um novo momento de desbravamento de terras, chegou até a região de Rio Preto , tornando-se o maior proprietário da região, alguns anos depois também dedicou-se a desbravar terras da nova zona araraquarense. Além do café também começou a participar do mercado

financeiro, foi empresário de diversas Companhias Agrícolas⁷², tendo também alcançado o posto de diretor e presidente do Banco de São Paulo. Apesar disso tudo não chegou a ser reconhecido como novo rei do café, já que após o falecimento de seu pai ganhava destaque a figura de Francisco Schmidt.

Vale ainda destacar que apesar de todo o seu poderio econômico a família não chegou a ocupar diretamente nenhum cargo político, tendo se beneficiado desta somente através de seus aliados (GODOY, 2000, p. 58).

Família Prado

Sem dúvida, uma das mais tradicionais do Estado, começa a ganhar destaque com Antonio da Silva Prado, Barão de Iguape, nascido na capital paulista (1788), o barão foi empresário e financista, adquirindo a partir de seus negócios grande capital, que foi multiplicado por seus filhos e netos. Como no caso de Martinho da Silva Prado que foi o responsável por ampliar o leque de negócios da família, além do ramo empresarial e financeiro dedicou-se também a aquisição de terras. Junto com o pai foi acionista da caixa filial do Banco do Brasil e das companhias ferroviárias Paulistas e Mogiana, chegando a presidência da Paulista. (GODOY, 2000, p. 58).

A ascensão da família contínua com Antonio Prado, filho de Martinho, nascido em 1840, ficou conhecido como Conselheiro Antonio Prado, isto porque ocupou o alto escalão do Império, tendo um papel fundamental tanto na política quanto na economia. Ele foi um dos fundadores do Partido Republicano, mais tarde tornou-se dissidente do PRP e acabou por fundar o PD, sua participação na vida econômica e política conta com uma extensa lista de cargos:

- Participou do Conselho de Estado (cargo vitalício);
- Ministro (em dois governos);
- Deputado, vereador e prefeito da capital (por cerca de uma década);
- Diretor da Cia Paulista de Estradas de Ferro (35 anos);
- Dirigente do Banco do comércio e Indústria de São Paulo;
- Diretor da Casa de Exportação Prado Chaves
- Diretor da Companhia Frigorífica do Brasil Pastoril (criou o primeiro frigorífico do Brasil em Barretos);

⁷² Santa Sofia, Intermediária Paulista S.A., Camargo Mendes, Brasileira de Seguros Gerais

- Diretor da Brazilian Warrant Company (mais importante empresa de capital misto da época);
 - Diretor da Cia carris de Ferro de São Paulo;
 - Diretor da fábrica de vidros Santa Maria;
 - Cafeicultor nas proximidades de Campinas - Fazenda Santa Veridiana.
- (GODOY, 2000, p. 58-59).

A família chega a região de Ribeirão Preto por iniciativa de outro filho de Martinho Prado, Martinho da Silva Prado Junior, conhecido como Martinico, formou-se em direito pela São Francisco e inicialmente trabalhou nas fazendas do pai em Araras; influenciado pelos artigos de Luis Pereira Barreto, que exaltavam a fertilidade das terras do Oeste Novo, Martinico resolve explorar em 1877 as terras da região, de suas viagens escreve um texto intitulado "Municípios de São Simão e Ribeirão Preto", neste momento passa a investir na compra de terras em Ribeirão Preto (GODOY, 2000, p. 59).

A aquisição de terras marcou também os primeiros contatos com outras famílias importantes dessa região e que destacamos aqui em nosso estudo, caso da primeira aquisição de terras, 6 mil alqueires, comprados de João Franco de Moraes Octávio; tempos depois foi a vez de manter negócios e adquirir terras de Rodrigo Pereira Barreto, formando a fazenda São Martinho em Sertãozinho; comprou da família Junqueira a fazenda Guatapará, que se tornou uma das maiores fazendas de café do país; adquiriu a fazenda Albertina (nome dado em homenagem a esposa), com terras próximas a fazenda Dumont, a qual será por esta última incorporada anos depois. Não demorou para que se torna-se um dos maiores cafeicultores do país. (GODOY, 2000, p. 59).

No campo político participou ativamente de questões ligadas a mão-de-obra e transporte, auxiliou na fundação da Sociedade promotora da Imigração, criou em Ribeirão Preto o núcleo Antonio Prado, localizado na estação mogiana, nos limites da fazenda Monte Alegre, de propriedade de Antonio Schmidt, alguns anos após a sua morte surge o núcleo colonial Martinho Prado⁷³. Além das questões políticas também participou da vida pública, foi deputado provincial e membro da executiva do PRP (GODOY, 2000, p. 60).

Em uma passagem de um romance da época, Júlio Chiavenatto procurou demonstrar um pouco da visão de Martinico sobre a terra, a imigração e os coronéis;

⁷³ Martinico falece em 1906 em São Paulo, o núcleo colonial é fundado em 1911.

assim como sua influência no desenvolvimento da região. Segundo o autor, assim que bateu os olhos nas terras novas viu ali uma grande possibilidade de negócios e poder; abriu inúmeras fazendas e alguns povoados, as quais após transformarem-se em cidades permaneceram ligadas a ele e a família pelos seus nomes: Pradópolis, Martinho Prado, São Martinho, Martinópolis. Entendia que a aquela região era um colosso, um alento para aqueles que fugiam das "terras fracas" do Vale do Paraíba, foi ainda líder do Partido Republicano na província e passou a defender a partir de 1878 a substituição da mão de obra escrava, que julgava como sem futuro. (CHIAVENATTO *apud* GODOY, 2000, p. 60).

A continuidade de seus negócios ficou por conta de seu filho Martinho da Silva Prado Neto, que também não deixou de lado as questões políticas, ele fez parte da Liga Agrícola Brasileira junto com Francisco Schmidt. também participou da diretoria da Sociedade Rural Brasileira com Assis Brasil, Luis Pereira Barreto, Arthur Diederichsen, Luiz Santos Dumont, entre outros. Foi eleito deputado federal durante o governo Vargas (1934-1937). Por fim, destacou-se como ainda como importante empresário em São Paulo (GODOY, 2000, p. 60)

5.4 - Araraquara: do sertão ao desenvolvimento político pelo café

Os primórdios políticos de Araraquara estão relacionados a figura de seu fundador, Pedro José Neto, no entanto, apesar de ser ele o ponto de referência da constituição inicial da localidade e de ser o primeiro líder político desta região, este não chegou a ser o primeiro chefe político oficial.

Em 1832 (15 anos após a morte de Pedro José Neto), a então freguesia passava a condição de vila e conhecia seu novo chefe político, posto ocupado pelo Capitão Manoel Joaquim Pinto de Arruda⁷⁴, que chegará a região em 1825 após comprar a sesmaria do Ouro do Padre Joaquim Duarte Novaes. Coube a seu irmão Carlos José Botelho tornar-se o primeiro chefe político oficial de Araraquara. Carlos José

⁷⁴ Iniciava-se assim a história política da família Botelho em Araraquara, que também tinha suas raízes em São Carlos, como já destacamos.

candidatou-se a vereador e não só se elegeu como tornou-se o primeiro presidente da Câmara municipal. (SOUZA, 2003, p. 31-32).

Além de Carlos José, mais sete vereadores foram eleitos e tomaram posse no dia 24 de agosto de 1833, não por acaso a solenidade de posse ocorreu na casa do capitão Manoel Joaquim Pinto de Arruda, a direção da solenidade coube ao presidente da Câmara de Piracicaba⁷⁵ Antonio Fiuza de Almeida (SOUZA, 2003, p. 32). Uma cerimônia de fazendeiros para fazendeiros, o que não era novidade para esta época.

O quadro político dessa primeira magistratura ficou assim:

Presidente da Câmara e chefe do governo: Carlos José Botelho

Vereadores: Antonio de Almeida Leite, Adriano José de Campos, João Batista do Amaral, Antonio Paes de Arruda, José Gomes do Nascimento Botão, José Gomes Gouvêa.

A participação destes primeiros membros na vida política foi intensa, como a vila disponha de pouco material humano era comum que além de estarem presentes em outros mandatos, para se ter uma ideia Antonio de Almeida Leite foi eleito cinco vezes vereador; estes também ocuparam uma grande variedade de cargos como de escrivão e juiz (CORRÊA, 2008, p. 69).

Se por um lado a vida política em muito interessava a estes fazendeiros, o acúmulo de cargos nem sempre era visto com bons olhos, afinal, demandava tempo e poderia assim limitar a sua atuação no campo de negócios, como bem podemos observar em ofício encaminhado em 1847 por Antonio de Almeida Leite ao presidente da província.

Sendo-me penoso continuar exercendo o cargo de delegado suplente desta vila por ser minha residência distante da mesma sete léguas, e ter de semanalmente dar audiências quando são impedidos os primeiros suplentes, que ordinariamente estão; sendo, além disso, presidente da Câmara municipal, cargo este oneroso para um lavrador, e, ainda além destes, o cargo de quarto juiz municipal e comandante de polícia que igualmente ocupo, por isso digo a V.Ex^a que o cargo de delegado suplente me é penoso ocupar e respectivamente peço a V.Ex^a demissão dele, e espero que V. Ex^a dignar-se-á atender-me. (CORRÊA, 2008, p. 70).

Voltando nossa atenção para os quadros familiares a influência dos Botelhos pode ser sentida também nos negócios que envolviam a cidade, principalmente no café,

⁷⁵ Naquela época conhecida como Constituição

as primeiras mudas⁷⁶ são plantadas por José Joaquim de Sampaio, que introduz o café na sesmaria do Ouro, a propriedade era de seu sogro o capitão Manoel Joaquim Pinto de Arruda. Inicialmente tímida a produção começa a ganhar maior importância a partir da década de 1860. (SOUZA, 2003, p. 33).

A influência do café modifica não apenas o aspecto das propriedades, também as famílias e sua atuação acabam sendo afetadas, por isso faremos a seguir um apanhado do histórico e da atuação de algumas destas famílias. Como dedicaremos mais especificamente a família Botelho em outro momento não iremos aborda-la nesta descrição.

Família Correa

Uma das mais antigas, senão a mais antiga, chegam a Araraquara em 1827 através do Sargento Mor José Joaquim Correa da Rocha, que era senhor de engenho em Porto Feliz. Em pouco tempo seu engenho já se destacava pela produção, sendo por isso considerado um produtor abastado. possuía em suas terras cerca de 54 escravos.

Seu filho mais velho, Joaquim Lourenço Correa trabalhou para o pai como feitor, e após juntar certo capital acaba comprando a sesmaria do Lajeado que pertencia ao seu pai; acabou aventurando-se a viajar e conhecer novos processos e terras, em pouco tempo após juntar mais capital acaba comprando a terras e funda a fazenda São Lourenço. Seu irmão Francisco Correa de Arruda também passa a se dedicar a aquisição de terras, em 1862 chega com a família a Araraquara, ele adquire a sesmaria do Monjolo (CORRÊA, 2008, p. 96).

Cândido Lourenço Correa da Rocha, filho de Joaquim Lourenço abriu e mais tarde ampliou a fazenda Santa Izabel na região do rio Jacaré, em 1895 ele vende a fazenda. José Joaquim Corrêa de Arruda, era filho de Francisco Correa, ele em conjunto com seu sogro, Joaquim de Almeida Leite Moraes, abrem a fazenda Salto Grande.

A família tinha uma ligação intensa com outra importante família, os Almeida de Moraes, relação está concretizada através de muitos casamentos; eram ativos na vida política, ocuparam diversos cargos como: vereadores, presidentes da câmara, juízes, etc. (CORRÊA, 2008, p. 97).

⁷⁶ 3 mil pés

Família Sampaio

Em Araraquara os membros desta família tinha laços com as famílias Pinto de Arruda e Arruda Botelho, as relações foram fortalecidas através de casamentos entre eles. Manuel Joaquim Pinto de Arruda era casado com D. Ana Josefa de Sampaio, seu irmão José Joaquim de Sampaio mudou-se em 1833 para Araraquara e casou-se com D. Cândida Matilde de Arruda, que era filha de Manuel Joaquim Pinto de Arruda; e foi ele o responsável por dirigir a fazenda do sogro situada na sesmaria do Ouro, com o tempo juntou um bom capital e conseguiu comprar terras na sesmaria da Água Azul. (CORRÊA, 2008, p. 97).

Continuando as relações familiares o filho de José Joaquim, José Sabino de Sampaio casou-se com D. Escolástica do Amaral, que era filha de João Batista do Amaral, que por sua vez era casado com D. Maria Joaquina de Arruda. Mais tarde este ramo da família muda-se para a cidade e além dos negócios com a terra também passam a se dedicar ao comércio, através da abertura de uma loja de fazendas.

Outro filho de José Joaquim, Joaquim Sampaio de Peixoto, era casada com uma filha da família Correa, ampliando assim o leque de relações entre as famílias, Peixoto dedicou-se durante um tempo ao comércio de animais, e depois ao transporte de café para Santos, no entanto, após o seu casamento adquiriu a fazenda Santana e passou a ocupar-se da lavoura, tendo ficado viúvo casou-se novamente com a filha de Jacinto Fagundes. (CORRÊA, 2008, p. 97).

Outros membros da família tiveram trajetórias interessantes em Araraquara; de origem mineira Luís de Caetano Sampaio residiu em Piracicaba algum tempo, mas mudou-se para Araraquara em 1836/1837, comprou a fazenda Boa Vista que pertencia a sesmaria das Almas. Seu filho José Luís Sampaio foi comerciante de fazendas na cidade.

Outro Sampaio, Joaquim de Abreu, era natural de Campinas, ele chegou em Araraquara em 1850 e inicialmente dedicou-se ao comércio, com o capital que juntou acabou também comprando uma fazenda, a São Joaquim, que fazia parte da sesmaria do Pinhal, foi nela que iniciou uma lavoura de café, foi casado duas vezes, na primeira com uma descendente da família Botelho e na segunda vez com a descendente da família Sampaio Vidal. (CORRÊA, 2008, p. 97-98).

Politicamente a família foi muito atuante, eram conservadores e acabaram exercendo vários cargos públicos importantes; os que mais se destacaram foram:

Joaquim de Abreu Sampaio, que foi deputado provincial e o mais influente chefe do partido conservador local em sua época, atribui-se a ele também participação nas negociações para a implantação do ramal ferroviário ligando Rio Claro e Araraquara; Outro membro influente da família foi Bento de Abreu Sampaio Vidal, que teve ligações com a política local na primeira metade do século XX. (CORRÊA, 2008, p. 98).

Família Pinto Ferraz

A família tinha suas origens na capital paulista, mas já se destacava por ter propriedades na região de Porto Feliz e Campinas; a família era ligada a Araraquara através do Padre Duarte de Novais, doador do patrimônio de São Bento; sua sobrinha era mãe do comendador José Pinto Ferraz, que nasceu em Porto Feliz, ele chegou em Araraquara em 1863, comprou a fazenda Monte Alegre e começou a plantar café nas terras conhecidas como Matãozinho, posteriormente adquiriu as fazendas Chibarro e Serra D'Água.

Outros membros da família acabaram estabelecendo-se também em terras araraquarenses, foi o caso dos irmãos Joaquim Duarte Pinto Ferraz e Luís Bernardo Pinto Ferraz. Joaquim Duarte mudou-se para a região em 1860 e comprou terras em Anhumas e Boa Vista; seu irmão Luís Bernardo também chegou em 1860 e logo abriu a fazenda São Luís em Santa Lúcia, em 1869 adquiriu terras na sesmaria das Almas. Existia ainda um outro irmão, Francisco Pinto Ferraz, as poucas informações sobre ele dão conta de que ele adquiriu a fazenda Chibarro. (CORRÊA, 2008, p. 98).

Em se tratando de política os Pinto Ferraz também eram conservadores e chegaram a ocupar muito cargos públicos, consta ainda que os casamentos geralmente ocorriam entre membros da família, como primos e primas, tinham fama de ser enérgicos no trato com os trabalhadores.

Família Xavier de Mendonça

A família tinha suas origens em Minas Gerais, eles chegaram a província paulista em 1842, O primeiro membro a chegar em Araraquara foi Germano Xavier de Mendonça, ele primeiro residiu em Brotas, mudando-se depois para a região; em minas ele conduzia tropas para o sul, em sua nova empreitada resolveu dedicar-se a terra,

comprou então em 1854 a sesmaria do Rancho Queimado que pertencia a irmã do Padre Duarte de Novais. Era hábito que por ocasião do casamento dos filhos doa-se parte de suas terras e também um pequeno contingente de escravos (5), segundo suas próprias palavras "para começar a vida" (CORRÊA, 2008, p. 99).

A ampliação das terras da família continuou através do irmão Antonio Xavier de Mendonça que adquiriu a fazenda Corquinho, seu filho Júlio Xavier de Mendonça comprou terras que pertenciam ao Rancho Guimarães.

Após a morte de Germano, quem assumiu o controle dos negócios da família foi sua esposa, D. Luciana Maria Machado, que exigia que os filhos, mesmo os que estavam mais distantes por ocasião dos casamentos, continuassem a frequentar sua casa (na fazenda Anhumas) todos os domingos, dando notícias sobre assuntos corriqueiros e também daqueles relacionados aos negócios. A maior parte da família também era conservadora, exceção de Antonio Xavier de Mendonça que era liberal. (CORRÊA, 2008, p. 99).

Família Borba

Outra família que tem suas origens na capital paulista, o responsável por iniciar a história dos Borba em Araraquara é Joaquim Mariano Borba, um comerciante que possuía um armazém de secos e molhados e também uma chácara em São Paulo. Em 1870 foi nomeado coletor de rendas gerais em Araraquara, estabeleceu-se na cidade, casou com D. Lucrecia Xavier de Mendonça, e foi neste momento que passou a tomar maior contato com a vida de fazendeiro, pois recebeu como dote pelo casamento terras e a partir delas abriu a fazenda Monte Cristo. Participou da vida política sendo oficial de gabinete de Laurindo Aberlado Brito e de outros governantes da província, segundo conta também participou da loja maçônica "América".

Seu filho Cândido Mariano Borba, chegou antes mesmo do pai em Araraquara, em 1858, inicialmente como coletor, depois acabou dedicando-se ao comércio através de uma loja de fazendas; com o capital que juntou comprou a fazenda Atalaia que fazia parte da sesmaria das Almas. Ele também aparece como um dos fundadores do partido republicano. (CORRÊA, 2008, p. 100).

Família Carvalho

O patrono da família era português, Gabriel Antonio de Carvalho, em 1812 ele possuía um pequeno sítio em Porto Feliz e exercia a profissão de mascate, seu filho mais velho Joaquim Gabriel de Carvalho conseguiu acumular uma pequena fortuna, não se sabe se foi pelo trabalho. era dono de uma loja de fazendas, ou se pelo casamento com D. Ilustrina Martins Bonilha, além do comércio tinha propriedades que se destacavam na produção de gêneros agrícolas e também com algumas cabeças de gado.

Seu filho, Antonio Joaquim de Carvalho iniciou a história da família em Araraquara, em 1875 mudou-se para a cidade e em pouco tempo adquiriu as fazendas do Simão e Belo Vista, foi casado duas vezes, sendo sua segunda esposa filha de Luís Bernardo Pinto Ferraz. Na política destacou-se como chefe do partido Republicano em Araraquara. (CORRÊA, 2008, p. 101).

A relação entre estas famílias acaba tornando-se estreita a medida que os casamentos entre seus membros propiciava a união dos interesses políticos e dos negócios entre elas, assim como vimos no capítulo 1, o casamento acabava por ser um instrumento que praticamente selava esses acordos e que garantia aos fazendeiros ou a chefia política da localidade ou a sua representatividade dentro dos gabinetes públicos.

Pelo que pesquisamos das outras cidades, Araraquara é a que apresenta o mais intrincado jogo de relações entre essas famílias, as arvores genealógicas dessas famílias estão tão próximas que sem dúvida constituíram uma densa mata devido a sua proximidade e profundidade.

5.4.1 - O Caso dos Britos - Política, linchamento e poderio dos coronéis em Araraquara

Sabemos que apesar de todo um debate para demonstrar um perfil diferenciado dos fazendeiros do Oeste Paulista, por terem o título de coronéis, muitos acabavam por serem agentes diferenciados, pois além de lidarem com a terra e manipularem a política, também acabavam por se destacarem como Homens de Negócio. Já alertamos para o fato de que nem todos poderiam ser assim classificados, ainda existiam aqueles

fazendeiros que pareciam presos a um perfil tradicional de truculência e pouca habilidade para a política e ainda menos habilidade para os negócios.

Somente este fato já poderia chamar a atenção para a análise desse caso em particular, no entanto, ele se torna ainda mais peculiar, pois nele estava envolvido uma figura mais próxima do modelo diferenciado do tradicional.

A figura em questão é a do Coronel Dr. Antônio Joaquim de Carvalho, notem que ele possuía duas titulações, uma ligada a terra e outra a uma formação acadêmica, filho de uma abastada família de grandes fazendeiros da região de Porto Feliz, sua dupla titulação evidencia uma característica particular que muitos fazendeiros adotavam, a de ter um filho acadêmico.

Apesar da titulação o Coronel resolve dedicar-se mesmo as questões ligadas a terra e à política, em 1875, compra terras em Araraquara e passa a ser o proprietário das fazendas Simão e Bela Vista. Em relação à política, era Republicano, não participava diretamente dela, mas tinha particular interesse por seus desdobramentos; tinha ligações estreitas com o Partido Republicano Federal e era conhecido de muitos chefes políticos, como Campos Sales, de quem foi companheiros de turma (CÔRREA., 2008, p. 165).

Mesmo sendo republicano, não era um abolicionista, o que não chega a ser novidade, muitos outros republicanos também não eram simpatizantes da causa, mas o que mais chama a atenção é o fato de que ao defender seu ponto de vista o coronel dava demonstrações de que a força poderia ser um instrumento necessário. Como no caso de que ameaçou verbalmente e depois a mão armada o Dr. Antonio Henrique da Fonseca (advogado) e do Dr. Antonio Rodrigues Rimonta (juiz de direito).

Para melhor contextualizar o episódio que iremos narrar faremos agora um breve histórico de Rosendo e Manuel de Brito.

Rosendo de Souza Brito nasceu em Sergipe, sua mãe era professora e seu pai quando chegou em Araraquara passou a trabalhar em um cartório, ele inicialmente foi para Santos onde trabalhou como guarda-livros no comércio; com a morte do pai mudou-se para Araraquara e inicialmente trabalha como professor, depois caba ocupando o cargo de partidor e distribuidor da comarca. Manuel de Souza Brito era tio de Rosendo e também era natural de Sergipe, foi farmacêutico em São Paulo antes de se mudar para Araraquara, sua família, esposa e filhos ficaram em Sergipe e recebiam do Manuel boa parte de seus rendimentos (CÔRREA, 2008, p. 168-169)

O episódio envolvendo esses três personagens ficou conhecido como "Crime dos Britos", tudo começou quando na madrugada do dia 9 de dezembro de 1896, Francisco

da Cunha Vieira, que tinha o apelido de Chico Viola, foi preso e resolveu apresentar queixa contra o tenente João Batista Soares, que era o comandante do destacamento, e que foi acusado de ofensas físicas. Entre as várias testemunhas a favor do denunciante estava Rosendo de Brito.

Como o tenente era protegido do PRP, o partido mobilizou-se para resguardá-lo, alegando que o fato tratava-se de uma manobra política; entra em cena então o Coronel Dr. Carvalho com o intuito de desmoralizar as testemunhas, acusando que todos se tratavam de "vagabundos e desordeiros". Para fundamentar ainda mais suas acusações, o coronel conseguiu que algumas figuras locais, como o farmacêutico, Francisco de Amaral Barros contestassem a legitimidade das declarações das testemunhas.

Rosendo Brito ao saber das manipulações do Coronel resolve tentar convencer o farmacêutico a se retratar perante o juiz, em uma dessas ocasiões em 30 de Janeiro de 1897 encontra-se com Amaral em sua farmácia e tenta convencê-lo de se retratar ao juiz, no momento em que conversavam o coronel chega a farmácia e chamando-o em particular pergunta o que Rosendo queria, ao saber do fato resolve tomar satisfações com ele.

Rosendo Brito conversava com outra pessoa, e o coronel chegando por trás desferiu um golpe com sua bengala nos costas dele, depois segurando-o com os braços continuou a alveja-lo com a bengala, neste momento Manuel de Brito chega ao local e tenta afastar o coronel, sem sucesso sai a procura de auxílio; Rosendo cai no chão e nesse momento consegue sacar de sua arma, desfere quatro tiros, dos quais apenas um acertou o coronel. Ouvindo os disparos Manuel e outras pessoas entraram na farmácia, chegando lá viram os dois no chão; Manuel resolve correr para casa para avisar a família, mas acaba preso ainda na esquina pelo delegado Dr. Dória. (CÔRREA, 2008, p. 172).

O coronel é levado para casa ainda com vida, e acaba por fornecer e assinar um depoimento onde acusa os irmãos como sendo os seus agressores, pouco depois morre e os irmãos são presos; começam então a surgir comentários de que os irmãos seriam vítimas de linchamento, em um primeiro momento o delegado consegue acalmar os ânimos, mas o assunto não esfriou e o momento para a execução da ação parecia ser o dia da missa de 7º dia do coronel, ocasião em que diversos empregados dele e amigos estariam reunidos na cidade.

No dia 7 de fevereiro de 1897 os Britos foram retirados da cadeia e assassinados em praça pública, relatos variam quanto a quantidade de pessoas envolvidas na ação, para alguns eram cerca de 300, para outros cerca de 1000 pessoas.

Sem dúvida o episódio desse crime demonstra que a violência ainda era uma constante nas questões ligadas aos proprietários rurais, e que os partidários desses homens ajudavam a encobrir ou a modificar as notícias e as leis em favor deles. A comprovação desses fatos pode ser identificada por uma breve análise de outros personagens envolvidos neste caso, vamos a eles.

Teodoro Dias de Carvalho: Fazendeiros e advogado, casado com a filha do Coronel Antonio Joaquim de Carvalho; era o chefe da polícia estadual, esteve a frente do fechamento de 8 jornais e da repressão de várias entidades socialistas, também esteve envolvido em episódios de violência, como a agressão a Celso Garcia e o assassinato de Louzada, foi um dos principais acusados no assassinato dos Britos.

João Batista Soares: comandante do destacamento policial, era visto como extremamente energético, dizia ter a função de combater os ébrios, vagabundos e desordeiros; foi descrito diversas vezes como prepotente e denunciado outras vezes por maltratar seus dependentes ou os presos, protegido do Coronel e do Partido Republicano Federal, foi um dos principais colaboradores no assassinato dos Britos.

Vicente Lucidoro de Oliveira: protegido político do Coronel foi promovido por diversas vezes chefe de polícia, esteve envolvido em muitos incidentes, como inquéritos assinados sem a presença de testemunhas, era o responsável pela ordem quando ocorreu o assassinato dos Britos. (CÔRREA, 2008, p. 166-171).

Esses três personagens, somados a outros capangas que trabalhavam nas terras do coronel são vistos como os principais articuladores do crime, além disso eles servem para comprovar a teoria que já trabalhamos aqui de que os grandes fazendeiros tinham todo uma rede de relações que servia para legitimar o seu poderio político ou daqueles que eles apoiavam.

5.5- Francisco Schmidt⁷⁷: da origem humilde a rei do café

Como já vimos Francisco Schmidt representa um caso peculiar, imigrante, de família humilde, utilizou do tino para os negócios para se tornar um dos grande fazendeiros não só do Oeste Paulista, mas do Brasil, seu império tem como foco a cidade de Ribeirão Preto.

Schmidt chegou ao Brasil em 1858 com os pais, inicialmente trabalharam juntos na fazenda do então Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (colônia São Lourenço), que ficava no município de Cordeirópolis, foi o primeiro contato dele com o café (tinha oito anos na época).

A família acaba se transferindo para a fazenda Felicíssima, localizada no município de São Carlos, momento em que seus pais conseguem adquirir uma pequena propriedade em Pirassununga, no entanto, aos 23 anos Schmidt resolve seguir seus próprios passos, casou-se com Albertine Hohl, uma imigrante prussiana e juntos acabam se mudando e trabalhando em duas fazendas em Descalvado.

Trabalhou diretamente nas lavouras até 1878, neste tempo acabou acumulando algum capital. E foi em Descalvado que ele aprendeu novos ofícios (mestre de máquinas e administrador), adquiriu em 1879 um armazém de secos e molhados, prosperou e conseguiu aumentar ainda mais suas economias. Foi também por essa época que começou a trabalhar como corretor de café para a Theodor Wille & Co⁷⁸, mas tarde a empresa seria sua principal parceira nos negócios de logística do café.

Os negócios com as propriedades agrícolas começam em 1889, quando ele adquire a fazenda "Bela Paisagem" em Santa Rita do Passa Quatro. Apesar do pouco tempo que ficou com a propriedade foi a partir dela que iniciou um novo e lucrativo negócio, o da compra e venda de propriedades. com a venda da fazenda aumentou ainda mais o seu capital.

No ano seguinte (1890) chega a Ribeirão Preto, adquire a fazenda Monte Alegre, que era de propriedade de um antigo fazendeiro escravocrata (Coronel João Franco de Moraes Octávio), que acaba tendo muitos problemas financeiros e por isso vende a

⁷⁷ Pesquisa da biografia inicial feita a partir do site da prefeitura de Ribeirão Preto: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/turismo/parque/i99schmidt.php>

⁷⁸ Sediada em Hamburgo, na Alemanha, tinha filiais em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Seu proprietário-fundador era Theodor Wille, que atuava no ramo do café no Brasil desde 1838, além de empresário bem sucedido, era considerado um mecenas das instituições públicas, foi ele quem dou o terreno para a construção do campus da USP em Ribeirão Preto.

propriedade para Francisco Schimidt. E nesse momento que inicia também sua parceira com Arthur Aguiar Diederichsen, que também era um imigrante alemão.

Os investimentos na fazenda acabam tornando a propriedade um modelo de referência para aquela época, tanto que os investimentos geram lucros que são utilizados para novas aquisições tanto de terras vizinhas a fazenda (que ampliaram consideravelmente a sua área), como de outras propriedades em Ribeirão Preto e região.

Observemos nos quadro a seguir as principais aquisições de Schimidt das propriedades vizinhas da fazenda Monte Alegre, e que foram realizadas para aumentar a sua extensão.

Tabela 8 - Aquisições de propriedades próximas a Fazenda Monte Alegre (1894 - 1895)

Data	Propriedade
12/02/1894	Fazenda São Lourenço
23/03/1894	Fazenda Santo Antonio da Boa Vista
	Fazenda Ribeirão Preto
12/09/1894	Partes da Fazenda Posse de Sertãozinho
30/01/1895	Mais terras da Fazenda Posse de Sertãozinho
09/05/1895	Partes da Faz. do Lageadinho (cabeceira do macaquinho - Olho da água)
05/08/1895	Restante da Fazenda do Lageadinho

(fonte: MORAES, 1980, p. 66-67)

O ritmo de aquisições era intenso tanto que no ano de 1899, Schimidt já possuía 12 fazendas em Ribeirão Preto, vejamos dados sobre estas propriedades no quadro a seguir:

Tabela 9 - Fazendas de Francisco Schimidt - 1899

Nº	Fazenda	Hectares	Alqueires	Pés de café
1	Monte Alegre	963	398	492.021
2	Conquista	699	288	360.000
3	Pau D´Alho	577	238	391.000
4	Iracema	1.525	633	507.030
5	Vista Alegre	307	127	181.145
6	Santa Gertrudes	271	112	130.860
7	Santa Luzia	782	323	327.168
8	Monte Vitoso	245	99	135.665

9	São José	799	330	383.000
10	Recreio	197	81	110.621
11	São Felix	268	111	152.000
12	Macahuba	471	195	243.000
Total		7.104	2.935	3.413.910

(Fonte: Grimmeison, 1899, Plantas das fazendas de propriedade do Sr. Francisco Schimdt - 1899 - Museu do café de Ribeirão Preto apud: MORAES, 1980, p. 70)

Apesar de todas as propriedades possuírem administradores, Schimdt não abria mão de fiscalizar pessoalmente todas elas. Como já vimos a sua visão para os negócios atiçavam-no a continuar investindo, assim acabava por utilizar os lucros obtidos para a aquisição de novas terras, algumas das quais acaba utilizando para a especulação (MORAES, 1980, p. 70-71).

O primeiro grande empreendimento urbano foi liderar junto com alguns outros proprietários o projeto de construção do teatro Carlos Gomes, inaugurado em 1897, localizava-se no centro de Ribeirão Preto. Participou ainda do projeto de construção do reservatório de água do bairro Higienópolis (1904), participou ainda da construção do primeiro Mercado Municipal e deu apoio a Santa Casa.

Além do café Schimdt acabou investindo em outros tipos de negócios relacionados a terra, a compra de uma fazenda em Pontal (SP) faz parte dessa experiência, lógico que inicialmente a intenção era a de plantar café, como não obteve sucesso resolveu então instalar ali um engenho de açúcar, antes porém foi até o Rio de Janeiro para estudar o funcionamento desse tipo de negócio, quando retorna resolve então fundar o Engenho Central, mais tarde em outra propriedade (também em Pontal) monta outro engenho o São Miguel. Outro investimento foi no ramo da pecuária, Schimdt chegou a ter 14.000 cabeças de gado (MORAES, 1980, p. 76-78)

Identificamos aqui uma outra característica interessante e distinta que deveria fazer parte de todo Homem de Negócio, além da percepção, ou como muito poderiam classificar, o faro para os negócios, era vital que eles estudassem, pesquisassem sobre os empreendimentos, afinal não iriam se arriscar, se aventurar sem garantias.

A diversificação passava tanto pelo campo dos negócios quanto das localidades, é certo que o foco central era o café e o território Ribeirão Preto, mas outras localidades também foram alvo das aquisições de Schimdt, que chegou a possuir fazendas em Sertãozinho, Franca, Brodowski, Orlândia e Araraquara. (MORAES, 1980, p. 78).

Um dos últimos atos de Schmidt, foi a criação da Companhia Agrícola Francisco Schmidt, tal fato ocorreu logo após a morte de sua esposa em 1917 e contou com a participação do filhos, aos poucos ele abandonou os negócios e a política, mudou-se para São Paulo em 1923, vindo a falecer em 1924 na mesma cidade. Vejamos agora com maior atenção o processo de criação e funcionamento dessa Companhia.

5.5.1- A Companhia agrícola Francisco Schmidt: formação e funcionamento

Francisco Schmidt foi casado com Albertina Kol, e com ela teve 8 filhos⁷⁹, após a morte da esposa, em 1917, ocorreu a partilha da herança materna, terminado o inventário ele e os filhos organizaram, em 1918, a Companhia Agrícola Francisco Schmidt, que iniciou sua operação com um total de 27.132 alqueires de terra, sendo adquiridos posteriormente outros 50.599 alqueires.

O ano de criação da Cia coincidiu com o período de uma grande geada que acabou arruinando muitos cafezais e dificultando a vida de muitos fazendeiros, fato que contribuiu para que a empresa aproveitasse da situação para adquirir novas terras, pagando um preço muito menor por elas. A oportunidade sem dúvida ajudou a consolidar a empresa como um grande negócio, foi por essa época que novamente Schmidt voltou a contar com os financiamentos da Theodor Wille. Entre 1918 e 1920 a empresa adquiriu 7 fazendas⁸⁰ (MORAES, 1980, p. 80-81).

Em termos de números a importância da Cia pode ser identificada quando observamos os números, em 1920, o Estado de São Paulo tinha 826.644.765 cafeeiros e a Cia Agrícola Francisco Schmidt possuía 14.593.975 cafeeiros, ou seja, 1,7% dos cafeeiros de todo o estado. Em Ribeirão Preto a Cia possuía 14,3% dos cafeeiros (MORAES, 1980, p. 82).

Para conseguir entender a dimensão da empresa basta observar o quadro de propriedades que compunham esse empreendimento, eram no total 62 fazendas, sendo que apenas duas não produziam café (Engenho Central e São Miguel). As outras 60 produziam um montante médio de 70 mil sacas de café por ano, todas as fazendas eram

⁷⁹ Gertudrudes Schmidt, Whitaker, Anna Schmidt Ferreira Ramos, Guilherme Schmidt, Jacob Schmidt, Albina Schmidt Whately, Arthur Schmidt, Magdalena Schmidt Villares e Ernesto Schmidt

⁸⁰ Santa Marianna, Bom Retiro, Santa Maria, São Benedicto, Piratininga, Piriquito e Pirajuhy

aparelhadas com maquinários para o beneficiamento de café (MORAES, 1980, p. 83-87).

A mecanização das propriedades sem dúvida é uma marca, um diferencial desses novos grupos distintos de cafeicultores, do qual sem dúvida Schmidt, e agora sua Cia faziam parte.

A mecanização exigia grandes plantações para compensar a sua instalação. A aparelhagem de uma "indústria cafeeira", como a Cia Agrícola Francisco Schimdt, representava o emprego de grandes capitais. Os grandes capitais definiam fundamentalmente uma burguesia comercial, envolvida não só com a produção de café, mas também com a sua comercialização. Os maiores produtores de café, como é o caso da Cia Agrícola, pertenciam a camada superior da burguesia cafeeira (MORAES, 1980, p. 88)

Em 1920, a Cia possuía em suas terras cerca de 14.000 colonos, sendo que estes eram contratados para o trabalho anual, cada colono era responsável por dois mil pés de café, mas a conta mais utilizada era a familiar, uma família pequena cuidava de cerca de oito a dez mil pés de café, enquanto que famílias maiores chegavam a cuidar de vinte mil pés de café.

O trato para com esses colonos não divergia muito daquele realizado em outras propriedades cafeeiras, relatos de familiares de Schimdt não apenas confirmam esse quadro, como identificam as condições de trabalho e tratamento dos colonos, vejamos alguns coletados por Moraes em entrevistas realizadas no ano de 1978.

Segundo Eduardo Schimdt (neto de Francisco Schimdt): "Nessa época não existia o contrato escrito e a caderneta surgiu por volta de 1910. Existia uma conta corrente, na qual era registrado não apenas o salário do colono, como também suas dívidas com o fazendeiro [...] necessidade o colono nunca passou. Não tinha dinheiro" (MORAES, 1980, p. 89).

Para Jacob Schimdt (filho de Francisco Schimdt): "Naquele tempo o colono tinha vida boa. Tinha de tudo: horta, criação de galinha, de porcos e até vaca de leite. O colono plantava feijão, milho também. Depois de certo tempo, o milho não, porque prejudicava a lavoura de café. Vida boa simples, o passadio era bom. Na sua casa encontrava-se linguiça, toucinho. Havia fartura" (MORAES, 1980, p. 90).

Lógico que essa "vida boa" a qual os herdeiros de referiam não era tão boa assim, na verdade, como bem observou Moraes (1980, p. 90) apesar de possuir um pedaço de terra para cultivar alguns alimentos e ter algumas criações, o colono não possuía tanta fartura assim, sua alimentação tinha como base o feijão e o milho, a carne

não fazia parte do cotidiano da sua dieta, e o excedente produzido representava a oportunidade de conseguir um pouco mais de dinheiro, que muitas vezes não alcançava um valor substancial.

Mesmo assim Schmidt era admirado por muitos empregados, como Antonio Barbosa, que trabalhou para ele como maquinista na fazenda Monte Alegre, os elogios para o patrão são muitos, e as histórias contadas em seus relatos valorizavam a decência e o dinamismo dele. Vale ainda destacar que predominavam nas terras da Cia o trabalho de imigrantes, principalmente o de italianos, com destaque para os que vinham das regiões de Nápoles e Milão (MORAES, 1980, p. 90-91).

Apesar de toda a sua grandeza a Cia Agrícola Francisco Schimdt acabou se desfazendo após a morte de seu patrono em 1924. Interessante que a Cia suportou bem duas grandes crises, a Primeira Guerra Mundial e a Grande Geada de 1918, mas com a morte do pai, os filhos não se sentiam motivados a continuar o empreendimento.

Sem dúvida a habilidade e o tino para os negócios de Schimdt eram, como já frisamos, um diferencial, para se ter uma ideia, durante o período da 1ª Guerra Mundial, ele perdeu seu principal financiador, a Theodor Wills & Co. Para não perder oportunidades de negócios o Coronel passa a operar com o Banco Comércio e Indústria de São Paulo, também por esse período operou como comerciante de café no Porto de Santos, ou seja, era produtor e comerciante do produto (MORAES, 1980, p. 115).

Os primeiros sinais de que a Cia não se manteria sem Schimdt acontecem em 1923, momento em que ele sofre um acidente de carro e acaba sendo diagnosticado com um quadro de diabetes, segundo relatos do próprio filho (Jacob Schmidt) "[...] faltou a assistência dele aos filhos, que não tinham prática, não tinha a sua atividade [...]". Segundo Eduardo Schimdt (Neto de Francisco Schimdt) "[...] depois da morte do Cel. Schimdt, faltou sucessor, faltou cabeça para tocar os negócios. Os herdeiros se apavoraram com as dívidas e a Theodor Wille percebendo isso, apertou o espólio para liquidação dos compromissos assumidos pelo Cel. Schmidt [...]" (MORAES, 1980, p. 119-120).

Lógico que este não foi o único fator, some-se a ele o fato de que as condições do mercado haviam se alterado e começava a surgir os primeiros sinais da crise da hegemonia da burguesia cafeeira. Crise esta que estava ligada ao próprio declínio da produção cafeeira, as políticas de valorização do café davam sinais de esgotamento e os estoques cresciam, assim como as dívidas de muitos produtores. (MORAES, 1980, p. 120).

Em 1925 chegava ao fim a Cia Agrícola Francisco Schimdt, foi aberto um inventário e efetivou-se a partilha dos bens, das 62 fazendas da Cia, cerca de 50% foi utilizado pela Theodor Wille para pagamento de dívidas e compromissos, o restante foi dividido entre os 8 herdeiros do coronel.

A fazenda Monte Alegre que foi a sede dos negócios de Francisco Schmidt acabou ficando para o seu filho Jacob, que ainda tentou sem muito sucesso manter os negócios relacionados ao café dentro da propriedade, no entanto, com a crise de 1929 a situação complicou-se ainda mais e o Sr Jacob acabou por vender a propriedade para o seu cunhado Thomaz Whately, que após pouco tempo também acabou por vendê-la, sendo esta adquirida por João Marchesi. Mais tarde a fazenda foi desapropriada pelo governo do Estado para a instalação de uma escola agrícola. Atualmente as terras são ocupadas pelo campus da USP e por dois museus municipais⁸¹.

5.6- A companhia agrícola do Ribeirão Preto

Para aumentar o campo de atuação dos negócios relacionados ao café, alguns fazendeiros resolvem ou criar, ou participar de companhias agrícolas. Estas companhias tinham por finalidade principal aumentar o volume de transações comerciais, tanto no âmbito de negociação de futuros empréstimos, como na negociação das exportações.

Foi assim que surgiu a Companhia Agrícola do Ribeirão Preto, fundada em 1891, e com sede inicial na cidade do Rio de Janeiro, a Cia surge como uma sociedade anônima rural⁸², com caráter voltado para o direito comercial privado, caracterizando-se como uma entidade particular mercantil, ou seja, era um empreendimento voltado para o lucro.

As propriedades que faziam parte da Cia estavam localizadas nos arredores da antiga Mogiana, entre São Simão e Cravinhos, sendo assim a entidade, apesar da sede no Rio de Janeiro, operava em São Paulo, e lá que se localiza o seu escritório de produção, na sede produtora. (KANDAS, 1977, p. 93).

⁸¹ Museu Histórico Plínio Travassos dos Santos e Museu do café Coronel Francisco Schimdt

⁸² Modelo mais recomendado para aquele momento, pois entre as facilidades permitia angariar novos sócio-acionistas, e pela configuração desta resguardava as propriedades de seus sócios em caso de insolvência da entidade. Além do que o acionista não passa de um mero aplicador de capitais, com as vistas voltadas para os lucros.

As atribuições iniciais da Cia segundo suas primeiras atas (KANDAS, 1977, p. 35) são: exploração comercial de café finos (principal), fabricação de açúcar e seus subprodutos, introdução de imigrantes, introdução de máquinas, aquisição de terras, operações de crédito (secundárias).

Os maiores acionistas acabavam sendo grupos familiares, de 1881 até 1895 destaque para a família de Buarque Macedo e Almeida; a partir de 1895 o destaque é para a família dos Arruda Botelho, como podemos observar nas próximas tabelas:

Tabela 10 - Acionistas fundadores - Março de 1891

Nº	NOME	Nº de ações	VALOR	Percentual de integralização	Forma de integralização
1	Buarque & Cia	36.900	7.380:000\$000	50	Entrega das propriedades agrícolas
2	Dr. Ernesto Torres Cotrim e Sr ^a	2.200	440:000\$000	50	Entrega de propriedades agrícolas
3	M. Buarque Macedo	100	20:000\$000	30	Em dinheiro
4	Dr. Rufino Augusto de Almeida		20:000\$000	30	Em dinheiro
5	Francisca C. Buarque de Macedo	100	20:000\$000	30	Em dinheiro
6	Pedro Leão Velloso Filho	100	20:000\$000	30	Em dinheiro
7	Carlos Buarque de Macedo	100	20:000\$000	30	Em dinheiro
8	Lydia Cândida de Oliveira Buarque	100	20:000\$000	30	Em dinheiro
9	Lydia Buarque de Almeida	100	20:000\$000	30	Em dinheiro

10	José de Oliveira Castro	100	20:000\$000	30	Em dinheiro
11	Daniel de Almeida	100	20:000\$000	30	Em dinheiro
TOTAIS		40.000	8.000:000\$000		

(fonte: Estatutos da Companhia Agrícola do Ribeirão Preto. Documento 388, Junta comercial do estado de São Paulo, *apud*: KANDAS, 1977, p. 39)

Tabela 11 - Acionistas - Janeiro de 1892

Nº	NOME	Nº de ações	VALOR	Percentual de integralização	Forma de integralização
1	Buarque & Cia	18.500	3.710:000\$000	50	Entrega das propriedades agrícolas
1	Buarque & Cia	4.000	8.000:000\$000	100	Débito em C. corrente
2	Dr. Ernesto Torres Cotrim e Sr ^a	1.550	310:000\$000	50	Entrega de propriedades agrícolas
3	M. Buarque Macedo	15.100	3.020:000\$000	50	Em dinheiro - adquire ações ⁸³
4	Dr. Rufino Augusto de Almeida	100	20:000\$000	50	Em dinheiro
5	Francisca C. Buarque de Macedo	100	20:000\$000	50	Em dinheiro
6	Pedro Leão Velloso Filho	100	20:000\$000	50	Em dinheiro
7	Carlos Buarque de Macedo	100	20:000\$000	50	Em dinheiro
8	Lydia Cândida de Oliveira Buarque	100	20:000\$000	50	Em dinheiro

⁸³ De Buarque & Cia e Ernesto Torres Cotrim

9	Lydia Buarque de Almeida	100	20:000\$000	50	Em dinheiro
10	José de Oliveira Castro	100	20:000\$000	50	Em dinheiro
11	Daniel de Almeida	100	20:000\$000	50	Em dinheiro
TOTAIS		40.000	8.000:000\$000		

(fonte: Estatutos da Companhia Agrícola do Ribeirão Preto de 1892 - Anexo 3A - *Apud*: KANDAS, 1977, p. 41).

Os quadros I e II confirmam a supremacia das famílias Buarque de Macedo e Almeida nos primeiros anos da Cia, verdade que a grande concentração de ações estava em mãos da família Buarque, mesmo quando no quadro II observamos que a quantidade de ações de Buarque & Cia cai, o aumento acontece dentro da própria família com Manuel Buarque Macedo sendo o acionista que adquire uma grande quantidade de ações.

Tabela 12 - Acionistas - Janeiro de 1893 - 1895

Nº	NOME	Nº de ações (1893)	Nº de ações (1894)	Nº de ações (1895)
1	Dr. Pedro Leão Velloso Filho	100	100	100
2	Dr. Ernesto Torres Cotrim e Sr ^a	-	-	-
3	Dr. Manoel Buarque de Macedo	15.100	15.100	-
4	D. Francisca C. Buarque de Macedo	100	100	-
5	Dr. Carlos Buarque de Macedo	100	100	100
6	D. Lydia C. de Oliveira Buarque	100	100	-
7	Dr. Rufino Augusto de Almeida	100	100	100
8	D. Lydia Buarque de Almeida	100	100	-
9	Dr. Daniel de Almeida	100	100	-
10	Cel. José de Oliveira Castro	100	100	-
11	Buarque & Cia	24.100	20.100	1.000
12	Ao portador	-	4.000	4.000
13	Conde do Pinhal	-		32.400
14	Condessa do Pinhal	-		1.000
15	Dr. José Carlos Botelho	-		100

16	Dr. José Estanislau de Arruda Botelho	-		100
17	Dr. Firmino de Moraes Filho	-		100
18	Dr. Antonio Moreira de Barros Filho	-		100
19	Sr. Antonio C de Arruda Botelho Filho	-		100
20	Dr. Martinho Carlos de Arruda Botelho	-		100
21	Dr. Carlos Augusto de Arruda Botelho	-		100
22	Dr. Carlos Américo de Arruda Botelho	-		100
23	D. Maria Carlota de Arruda Botelho	-		100
24	D. Sophia de Arruda Botelho	-		100
25	D. Anna Carolina de Arruda Botelho	-		100
26	Sr. Carlos Amadeu de Arruda Botelho	-		100
27	D. Antonia de Arruda Botelho	-		100
TOTAIS		40.000	40.000	40.000

(fonte: Estatutos da Companhia Agrícola do Ribeirão Preto de 1893-1895 - Anexo 3A - *Apud*: KANDAS, 1977, p. 43).

As Mudanças mais significativas ocorrem do Quadro II para o Quadro III, vale aqui uma ponderação, o terceiro quadro, diferente dos outros, trás apenas as informações referentes ao nome do acionista e a quantidade de ações que este possui ao longo de um triênio (1893, 1894, 1895). Tal mudança no formato do quadro aconteceu na obra de referência⁸⁴ dos mesmos, no nosso entendimento a alteração não trará grandes perdas para a análise do proposto para essa dissertação.

⁸⁴ A Dissertação de Esther Kandas - A instituição da Companhia Agrícola do "Ribeirão" (1891 - 1895) - 1977.

Voltando nossa atenção para a investigação dos dados de 1892, para o ano de 1893 houve poucas alterações, O Dr Ernesto Torres Cotrim e Sr^a. deixam de fazer partes dos quadros de acionistas e a Buarque & Cia aumenta sua quantidade de ações.

O período de 1893-1894 também apresentam poucas novidades, a principal é que passam a existir ações destinadas Ao portador, pelo que observamos no quadro essas ações pertenciam no ano anterior a Buarque & Cia.

As principais mudanças ocorrem no período de 1894-1895, muitos antigos acionistas deixam de fazer parte da Cia, restando apenas quatro⁸⁵, sendo que a Buarque & Cia diminui muito a sua quantidade de ações. Nesse momento, entra em cena a figura do Conde do Pinhal, que se transforma em principal acionista da empresa, tendo na sequência de nomes de acionistas uma grande quantidade de familiares seus.

A participação do Conde na Cia só reforça o que já observamos anteriormente, que ele sem dúvida tinha um perfil diferenciado, ou seja, era mais que um fazendeiro de café, era um empreendedor, um Homem de Negócio.

Voltemos nossa atenção para a estruturação da Cia. Interessante que a estrutura dela também tinha como uma de suas finalidades a constituição de um mínimo de patrimônio para suporte de atividades industriais e comerciais, entre as atividades que chegaram a ser exploradas pela empresa estavam a fabricação de uma razoável quantidade de subprodutos da cana-de-açúcar, os quais já estavam disciplinados dentro de uma nova visão empresarial cafeicultura (KANDAS, 1977, p.61).

Sem dúvida que o reconhecimento de que uma atividade industrial, ainda que em quantidades não tão vultosas, seja reconhecido como integrante de uma "nova visão empresarial cafeicultura" é uma prova de que o tino para os negócios de alguns fazendeiros justificam sua apreciação como "Homens de negócio".

Prova disso que a expansão cafeeira foi um agente transformador não apenas da paisagem agrária ou dos métodos de mão de obra, ela também transformou municípios agrícolas em base produtora de grandes e médias empresas de característica capitalista.

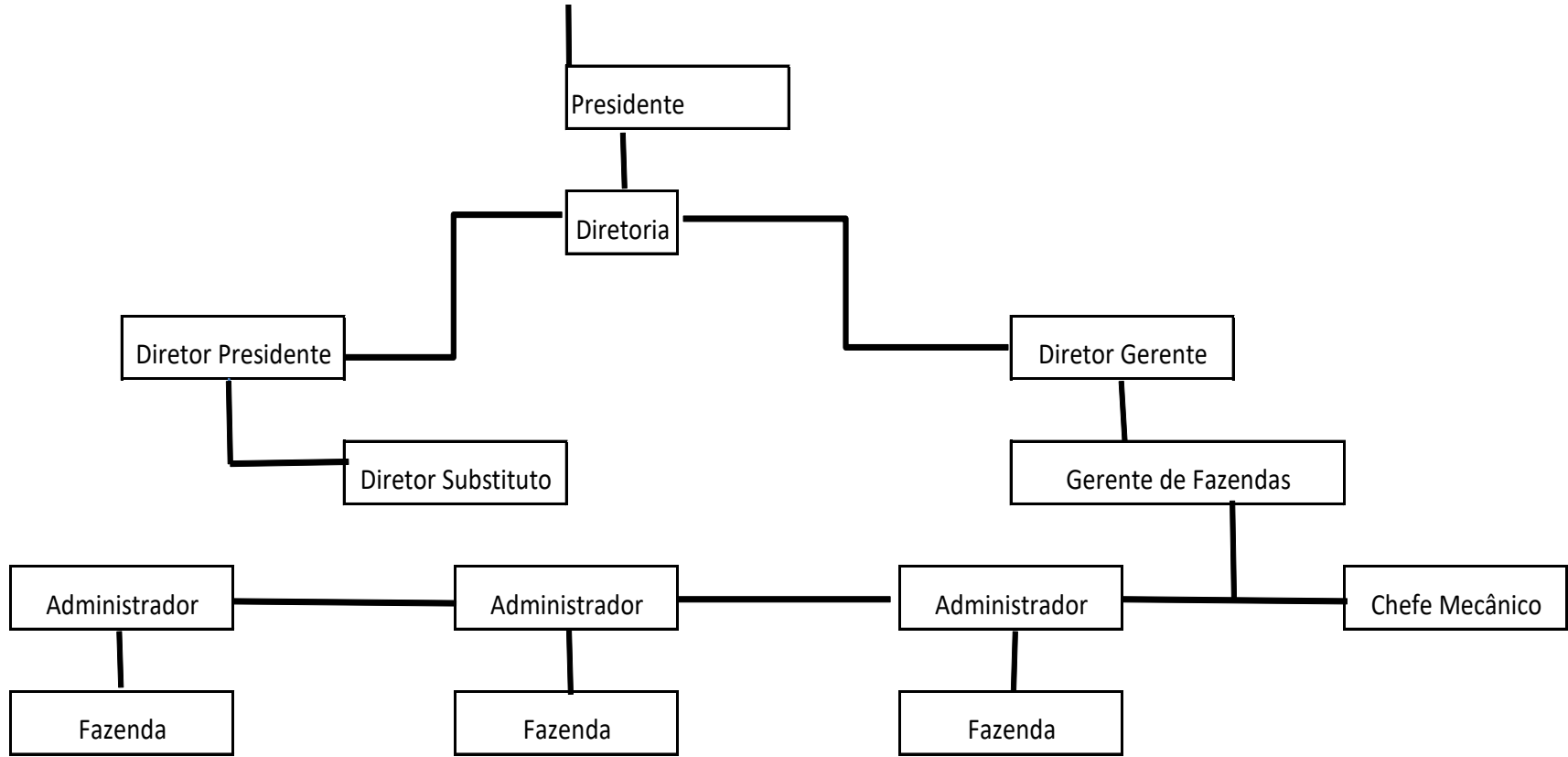
Voltando nosso foco para a Cia, a fazenda Chimborazo⁸⁶ tornou-se a sede administrativa e produtora da entidade, não por acaso foi ela quem recebeu os primeiros

⁸⁵ Dr. Pedro Leão Velloso Filho, Dr. Carlos Buarque de Macedo, Dr. Rufino Augusto de Almeida e a Buarque & Cia.

⁸⁶ A Fazenda Chimborazo, hoje chamada de Santa Virgínia, fica no município de Cravinhos, SP, com a casa-sede a 700 metros da via Anhangüera, mas não podendo ser vista da estrada. A fazenda chegou a pertencer ao conde do Pinhal - www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/faz_chimborazo.htm

incentivos para a instalação de máquinas, sendo inicialmente instalados os moinhos a vapor e de água (KANDAS, 1977, p. 69-72).

A organização da Cia era fundamentada em uma base empreendedora com a criação de cargos e suas respectivas funções, os principais eram os de diretor gerente e diretor presidente, vejamos mais detalhadamente sua organização a partir do organograma a seguir.



A visão empresarial de alguns acionistas entendia que investir em equipamentos e técnicas acabava por reduzir os custos de produção, além de aumentar a oferta de produtos e subprodutos. Desse modo, o investimento em máquinas e transporte contribuiu para o plano de racionalização da produção. Além disso, outro ponto positivo, ressaltado por essa visão empresarial, era de que uma Cia tinha um aparato maior de crédito do que um investidor individual.

6. Considerações Finais

Iniciar um estudo sobre o poder local e a constituição dos chamados Homens de Negócios foi uma tarefa que contava com vários desafios, como a escolha das cidades que fariam parte deste estudo e o recorte temporal que seria utilizado. Realizadas as escolhas o diálogo como uma base teórica consistente seria vital para dar sustentação às análises que aqui foram propostas.

Neste sentido, iniciamos nossos estudos partindo de uma realidade macro. Os estudos promovidos por Florestan Fernandes (2010) e Vitor Nunes Leal (2012) abarcavam uma realidade mais ampla, que deveria ser primeiro analisada, para depois tecer nossa própria trajetória.

Procuramos então traçar o perfil mais geral das questões que permeavam o poder dentro do nosso país, só assim poderíamos ter uma noção se este perfil se manteria, ou se transformaria conforme o decorrer do tempo.

A primeira grande mudança, foi estruturar o Estado para que esta pudesse servir aos propósitos de manutenção do poder político do grupo que estava no poder que, durante o Império, foi ocupado por uma elite política restrita. Neste sentido, após a criação das províncias, são criados cargos que garantissem que seus ocupantes fossem pessoas fieis aos ideais do governo central. Surgem então dois cargos importantes: o de presidente da província e o de delegado de polícia.

Para Oliveira Vianna (1938, p. 291-292), a criação destes postos garantia ao imperador e a elite dominante um importante instrumento eleitoral que reforçava seu poder. Aqui novamente um expediente que foi muito utilizado pelo poder local e central no nosso estudo: os cargos públicos e as pessoas que ocupavam estes cargos.

A utilização dos cargos não foi sozinha a responsável por manter a unidade política, mas foi uma peça importante e que ajudou a garantir que o país mantivesse seu território unificado.

A independência significou também uma mudança no panorama dos negócios, como destacamos em nosso estudo o fim do estatuto colonial significou um ganho para os senhores rurais, que segundo destacou Fernandes (2010, p. 60-61) ocorreu em três níveis: O primeiro seria um processo de metamorfose que transformou os senhores rurais em senhores cidadãos, as possibilidades de mando agora transcendiam a propriedade rural e chegavam ao campo político; o segundo seriam as alianças, essas novas formas de socialização renderiam muitos

frutos tanto nos negócios como na política; por fim a terceira seria a redução do espaço social, que permitia que as garantias sociais tivessem vigência.

É claro que existiram momentos de tensão durante o período imperial, revoltas e levantes foram responsáveis por outras medidas, uma em particular merece a nossa atenção, a criação da Guarda Nacional. Durante o período regencial ficou evidente que não existia efetivo militar suficiente para manter o controle sobre todas as regiões, o governo naquele momento cria uma organização que deveria ser um instrumento de apoio do governo. Esse apoio foi solicitado para pessoas de destaque daquele período, que não por acaso eram grandes proprietários de terra.

Os novos aliados ajudariam o governo a manter a unidade e seus interesses, em troca recebiam o título de coronéis da guarda nacional, o desdobramento desta história não poderia ser outra, quem mais se valeu da Guarda Nacional foram os grandes fazendeiros, que amparados pelo *status* que a patente lhes conferia puderam exercer ainda mais a sua autoridade sobre a região.

Novamente, surge um ponto chave de nosso debate, a presença dos coronéis, que passa a ser marcante e se estende por praticamente todo o país, sua relevância, principalmente na política surge no império e se estende por parte da história da República. Para Leal (2012, p. 38), a figura do coronel solidificou-se como uma figura de prestígio real, pois a patente só era recebida por pessoas que gozavam de uma posição econômica e/ou social de destaque (que raramente não eram proprietários rurais).

Durante as regências o poder local ganhou um novo fôlego, segundo Faoro (2012, p. 275-276), os municípios são dotados de mecanismos que aumentam um pouco sua autonomia. É claro que eles continuam sendo peças auxiliares do mecanismo central, mas é neste momento que cargos importantes passam a ter um novo perfil, como o de juiz de paz, com poderes de amplitude maior que os traçados na constituição; junto com ele surgem as denominações distrito, termo e comarca (no campo judiciário) e todos com cargos e suas ramificações, o que, sem dúvida, acaba por se tornar um importante instrumento de barganha no jogo político.

O surgimento dos coronéis é um momento relevante de nossa análise, em especial, quando discutimos no último capítulo se os cafeicultores paulistas seriam coronéis que se enquadravam dentro do modelo tradicional, lançamos a perspectiva que estes poderiam ser coronéis diferenciados. Pelo que analisamos ao longo do trabalho, em alguns momentos, eles se aproximavam do tradicional, mas em muitos outros eles acabaram por constituir uma nova realidade. O próprio Leal (2012, p.43), no início de sua obra, destaca que o perfil que ele

analisa faz parte de uma determinada região, e que novos perfis poderiam surgir em outras regiões. Sem dúvida, esse novo perfil apareceu com maior volume dentro do Oeste Paulista.

Antes de voltarmos nossa atenção para o Oeste Paulista, convém que identifiquemos um ponto de junção entre a política e os negócios, retomemos o processo iniciado com a independência.

O mercado interno passou a ser mais valorizado e os negócios tornaram-se atrativos, como a importação que ganhou espaço com o fim do estatuto colonial. Mas, à medida em que os negócios cresciam também surgia uma crescente ambição em utilizar a máquina pública em favor dos negócios. É aí que surge o debate em torno do patrimonialismo, que foi debatido por muitos autores, entre eles Florestan Fernandes (2010), Simon Schwartzman (1975), Luís Werneck Vianna (1999) entre outros.

Ao analisar Fernandes (2010, p. 91), percebemos que os senhores rurais aprenderam depressa a manipular o Estado, envolviam-no com obrigações que deveriam recair sobre a iniciativa privada. Já no debate promovido por Schwartzman (p. 36-40) e Werneck Vianna (1999, p. 35-38), os autores recorrem fundamentações presentes no modelo asiático. Schwartzman coloca em cheque questões que relacionavam o patrimonialismo brasileiro com o feudalismo, enquanto que Werneck Vianna identifica que mesmo os países ibéricos não vivenciaram o feudalismo, e ainda que a sua tradição o aproxima com a do oriente, onde existe uma ausência de fronteiras nítidas entre a esfera pública e a privada.

A manipulação do Estado passou a ser cada vez mais recorrente, e com a reorganização do fluxo de renda surge a introdução do elemento competitivo nas relações econômicas dos fazendeiros, o que significava que as antigas relações coloniais já não tinham mais tanto efeito. Para Fernandes (2010, p. 91) era o indício de que eles estavam se convertendo em agente de transações comerciais, era o princípio que levaria ao ethos burgês.

Aqui temos um momento importante de diferenciação, o desenvolvimento de um tino comercial não surge de maneira uniforme dentro do grupo de fazendeiros, na verdade, sua maior ocorrência verifica-se no grupo formado pelos fazendeiros de café, que, como bem lembrou Fernandes (2010, p. 128), surge como uma variante do antigo senhor rural, mas com uma característica que o diferenciava em relação aos outros proprietários, que era a de dissociar a fazenda e a sua riqueza do *status* colonial, ou seja, a fazenda não deveria ser mais uma fonte de prestígio, mas sim de riqueza.

Assim como Fernandes (2010), Faoro (2012, p. 220) também identifica esta modificação do senhor rural, as transformações atingem seu conteúdo político e seu *status*, ele converte-se de um caçador de riquezas em um senhor de rendas, sua antiga fazenda de

monocultura passa a ter um caráter de latifúndio quase fechado. Seu prestígio que antes emanava das implícitas delegações de autoridade sofrem uma transmutação e ele se converte em um senhor de um pequeno reino, que produz quase tudo.

Quem seguiu por caminho diferente deste acabou por enfrentar dificuldades e na maioria dos casos até a ruína, como foi o caso dos fazendeiros de café do Vale do Paraíba, que apesar de se dedicaram ao cultivo cafeeiro, ainda mantinham-se presos a antigos padrões, como a sustentação da produção pelo trabalho dos escravos.

Como já analisamos aqui o ponto crucial que diferenciava os fazendeiros de café pode ser identificado quando Fernandes (2010, p. 138) distingue o surgimento de dois perfis diferenciados: o dos coronéis e o dos Homens de Negócio.

O coronel paulista era diferenciado em relação a outros tipos que surgiram em outras regiões, afirmava-se pelo seu poder político, em grande parte gerado pela sua situação econômica, no entanto, possuía algumas semelhanças com o antigo Sr agrário, mas estava mais comprometido com aspectos comerciais e financeiros, e a oportunidade de prestígio era concretizada com a política. Mesmo com esse diferencial acabam por aos poucos perderem seu prestígio e poder, o mandonismo local que exerciam tornava-se ultrapassado para a nova ordem que se apresentava.

A verdadeira transformação vem com aqueles que se convertem em Homens de Negócio. A fazenda passou a ser encarada como um negócio, um empreendimento, que inclusive em muitos casos era delegada para a administração de outras pessoas; o lucro obtido com ela não era apenas aplicado na plantação, outros segmentos receberiam estes investimentos, a política passa a ser um palco onde o prestígio era importante, mas os negócios é que ocupavam um lugar de verdadeiro destaque.

O ponto crucial, para entender como a política funcionava em São Paulo e mais precisamente no Oeste Paulista, foi quando nos deparamos com a análise que Schwartzman (1975, p.40-45) realizou sobre a descentralização política do Brasil⁸⁸, e a partir dela concebeu que o Brasil apresentasse um desenvolvimento diferenciado dentro de suas regiões. Para ele, o país poderia ser entendido a partir de quatro regiões; como já debatemos um pouco sobre esta divisão voltemos nossa atenção apenas para São Paulo neste momento. Para o autor a política era vista pelos paulistas como uma forma de melhorar seus negócios, já para quase todos os outros, a política era seu negócio.

⁸⁸ Novamente surge a questão da centralização e descentralização política, naquele período como destacamos, assim como no Império o que prevaleceu foi o interesse pela centralização.

Esta visão diferenciado dos paulistas em relação a política foi o ponto chave para podermos entender porque o poder local e o negócios estavam tão estritamente ligados principalmente no Oeste Paulista. E por que neste caso já começamos a tratar mais especificamente do Oeste Paulista? Porque era essa a região que representava o novo dentro do Estado. Foi nela que a maior parte dos cafeicultores que se destacaram como Homens de Negócios e que tiveram envolvimento direto ou indireto na política estiveram presentes.

Vale ressaltar que este novo convivia ainda com velhos mecanismos de outros tempos, o patrimonialismo, o uso da força, a fraude, entre outras características ainda se faziam presentes. No entanto, eram expedientes antigos, mas com propósitos novos; esta contradição nos valores também foi apontada por Schwartzam como um diferencial dos paulistas. Para ele, os paulistas são tanto vistos como arrojados e, por isso classificados como exploradores, assim como não muito participativos e nominados como passivos.

A passividade identificada por Schwartzam (1975, p. 61-62), presente principalmente na política, muito mais do que um desinteresse em nossa concepção pode ser visto como um risco calculado, percepção muito utilizada por pessoas que se dedicam aos negócios; já que identificamos na construção deste trabalho que o principal interesse com a política era de que esta garantisse a manutenção do negócio do café.

O café e o Oeste Paulista são, portanto, pontos de destaque para o período e as localidades estudadas, muito discutimos sobre as transformações que ocorreram com a independência e o período imperial; mas, para nosso estudo e para as transformações que estamos tratando, o final do período imperial e a primeira república são pontos fundamentais.

O crescimento econômico do cafeicultor é uma realidade, assim como o seu crescimento político, no entanto, em um país onde o poder local tem a sua importância, o poder continua ultracentralizado pelo Império. Segundo Faoro (2012, p. 343), o proprietário de terras não dispunha de meios de controle da máquina. A Situação melhora a partir de 1881 com a Lei Saraiva e, sobretudo, com a autonomia crescente da lavoura, neste momento as regras do jogo mudam e a influência do poder local cresce, a personificação deste processo e o chefe local, o coronel.

A adoção do trabalho imigrante e o fim do escravismo são momentos que evidenciam que este novo período estava começando, mas é com o início da República e com o surgimento do PRP é que temos a certeza de que a política e os negócios seguiam por um novo caminho.

Foi a partir de 1894, durante o mandato de Prudente de Moraes, que as oligarquias estaduais, principalmente as de São Paulo e Minas Gerais, assumem o controle da República.

O momento que consolida este domínio surge com um importante pacto entre as lideranças estaduais, ele é elaborado em 1898, quando é criada a chamada “política dos governadores”.

Com a política dos governadores as oligarquias consolidavam seu poder sobre o Governo Federal, entravam em cena os partidos republicanos de São Paulo (PRP) e Minas Gerais (PRM). Segundo Segatto (2015, p. 42-43), a política estava centrada em um complexo sistema de trocas e lealdade entre os poderes federal, estadual e local. Neste contexto, o coronel representava o eleitor, que era garantido pelo voto de cabresto, pelo “curral eleitoral”, pela corrupção, pela fraude e pela violência.

Garantidos os votos as oligarquias estaduais gozavam do apoio e da sustentação pelo governo federal, o não cumprimento dos acordos significava desde uma intervenção nos estados e municípios até a dissolução das bancadas estaduais.

Como vimos, prevalecia durante este período a autoridade destes dois partidos. Para Casalecchi (1987, p.184), a importância do PRP era sentida tanto na esfera estadual, quanto na federal, isto graças a uma forte estrutura partidária, que estava alicerçada no mandonismo dos chefes locais e na submissão e restrição do eleitorado da época, e como expediente de resguardo ainda existiam as fraudes eleitorais.

Como vimos a manutenção deste poder político foi obtida através de muitas práticas, dentre elas a fraude foi uma das mais bem elaboradas; os expedientes que se utilizavam disso eram muitos, a começar pelo famoso "bico de pena", que alterava o resultado das urnas; o voto de cabresto, que garantia a fidelidade dos eleitores pelo uso da força; os próprios Comitês de Verificação, que resumidamente validavam ou não a vitória de um candidato, ou seja, valia mais o diploma do que realmente os votos.

Pelo que observamos, todo esse cenário visava garantir a manutenção da situação no poder, a oposição dificilmente conseguiria reunir força e votos, e mesmo quando conseguisse iria esbarrar em toda a barreira burocrática montada para legitimar os interesses da situação.

Como bem lembrou Segatto (2015, p.82), ao citar Assis Brasil, as eleições passaram a ser mera formalidade, afinal para se ter um cargo não era preciso ter voto algum, o reconhecimento substituía a eleição. Ou ainda como bem lembrou Carone (1972, p. 301), ao citar o que um deputado disse, as eleições passaram a ser uma briga entre papéis falsos.

A violência era um expediente que emergiu em muitos momentos e, como bem lembrou Casalecchi (1987, p.221), ela poderia ser presenciada inclusive nos casos de comemoração, como o fato que ocorreu em Rio Claro em 1905, quando os vitoriosos acabaram por atacar com pedradas e bombas seus adversários.

O PRP não era um partido em que todos os seus membros agiam pela coesão, existiam diferenças, existiam adversários dentro de suas fileiras. Foi o que presenciamos quando trabalhamos o último capítulo, no entanto, Love (1975) destaca que o diferencial do partido é que todos os seus conflitos acabavam sendo resolvidos dentro do próprio partido, e que isto ocorreu de maneira satisfatória até 1926.

Mas o PRP não conseguiria governar sozinho o país, por isso era vital que ele se unisse a outros interessados; foi daí que surgiu a sua aliança com o PRM, que rendeu frutos aos interesses de ambos os lados. Aos paulistas a garantia de continuar a manipular a política em favor dos seus negócios; e aos mineiros como uma maneira de se manter no seu principal negócio, a política.

Segundo Love (1975, p.61), a autonomia de São Paulo tinha relação com o aumento dos recursos financeiros do governo federal, que era obtida graças a uma política que valorizava os empréstimos vindos do estrangeiro, no por acaso os paulistas são vistos como um povo de personalidade séria, trabalhadora, materialista e empreendedora.

Tirar proveito do moderno e do atraso acaba se transformando em um expediente muito utilizado, e diga-se de passagem, bem utilizado pelos homens de negócios do Oeste Paulista, essa burguesia, que foi identificado por Werneck Vianna (1999, p.40) como *homo economicus* da cultura capitalista, que ao mesmo tempo que se preocupa com os negócios e o processo industrial, do outro lado, no campo da política ainda preserva antigas práticas, como o exercício da coerção por métodos e formas patrimoniais.

Outro expediente muito utilizado pelos chefes políticos locais era a prática do clientelismo, que consistia em manter um conjunto de eleitores fiéis a estes chefes, neste caso o que prevalecia era uma variada rede de favores, que iam desde pequenos favores, até a distribuição de alguns cargos.

Ao analisar este quadro Segatto (2015, p. 36) identifica que o clientelismo abarcava todas as relações pessoais e sociais “[...] proteção e favor implicavam não só fidelidade pessoal, mas, principalmente política [...]” neste sentido só tinha força o chefe local que conseguisse votos para eleger seus aliados, e estes ocupassem os mais variados cargos eletivos, o que rendia ao chefe local um grande poder de barganha e negociação.

O voto neste contexto era uma mercadoria, na visão de Vilaça e Albuquerque (1975 p.39-40) essa situação começa a se transformar no momento em que os eleitores passam a cobrar ainda mais favores. Neste momento, nem todos os coronéis conseguem atender a todas as expectativas dos eleitores; em alguns casos isto significou a derrocada deste grupo em

diversas regiões, como no Nordeste; já em outras, como em São Paulo, e mais especificamente no Oeste Paulista, alguns coronéis conseguiram manter sua influência.

Pelo que analisamos da situação de alguns políticos do Oeste Paulista o poder de barganha influenciou a queda e a ascensão de alguns coronéis, vejamos alguns exemplos:

Em São Carlos, a família Botelho tinha uma grande influência, o clientelismo fez parte dos expedientes utilizados pela família, mesmo perdendo poder com o advento da República, sua rede de influência ainda era capaz de garantir a eleições de candidatos que eram apoiados pela família, assim como a indicação de aliados a ocuparem alguns cargos públicos. Os principais adversários dos Botelhos, os Sallistas, ganharam destaque com a República e também se utilizavam do clientelismo para garantir votos.

Já em Araraquara, os Carvalho eram a família que mais estava dentro deste perfil, seu principal representante, o coronel Antonio Joaquim de Carvalho, era o responsável por manipular a cenário político, eram que manjava os cordéis, tinha uma ampla rede de relações e ocupou cargos estratégicos para fiscalizar o processo eleitoral.

Rio Claro, por sua vez, presenciou o que se chamou de “guerra dos coronéis”, a disputa entre os coronéis Marcello Schimdt e Joaquim Salles. Schimdt ganhou destaque a partir do início do século XX e passou a rivalizar com Salles, que era quem concentrava as ações políticas da cidade, nesta disputa o clientelismo se fez uma ferramenta importante para as disputas entre ambos.

Por fim, Ribeirão Preto. Lá os coronéis Francisco Schimdt e Quinzinho Junqueira tiveram uma disputa acirrada pelos votos. Schimdt, apesar de todo seu empenho e do poderio econômico, acaba aos poucos abandonando o cenário político, nenhum de seus herdeiros consegue manter sua influência política. Com isso, Quinzinho Junqueira ganha ainda mais influência e seus descendentes permanecem ativos na política por muito tempo.

Além da questão dos votos, existiam também os arranjos políticos, as alianças, e neste caso muitas vezes a principal "moeda de troca" era o casamento; os acordos entre famílias ou aliados muitas vezes envolviam o casamento entre filhas, filhos, sobrinhos, sobrinhas, enfim entre membros que garantissem o aumento e a estabilidade política.

Neste caso os casamentos não podem ser reduzidos apenas à questão política, eles também serviam para garantir a estabilidade financeira entre as famílias, não por acaso em alguns casos que analisamos, eram comuns os casamentos entre parentes dentro de determinadas famílias.

Um grande exemplo de como a política acabava por atender as aspirações econômicas dos cafeicultores pode ser identificada na questão das ferrovias, sua instalação e ampliação

nem sempre seguiu a critérios técnicos, nem sempre a logística foi levada em consideração, muitas vezes seu traçado atendia as aspirações dos fazendeiros, que ou modificavam os projetos para tender seus interesses, ou mesmo constituíam associações e acabavam por implementar os ramais conforme os seus interesses.

E o caso da implementação do trecho do ramal ferroviário que ligaria Rio Claro X São Carlos X Araraquara, o trajeto proposto pela Cia Paulista de estradas de ferro seguia uma logística que privilegiava os custos, mas que não atendia aos anseios de alguns cafeicultores, como o Conde do Pinhal, que desejava que o traçado passasse por suas terras e também pela de outros aliados; como resultado o Conde e outros fazendeiros financiam o novo trecho, que mais tarde acaba sendo vendido para os ingleses, que por sua vez o vendem mais tarde para a Cia Paulista.

Outro resultado dessa queda de braço, entre os interesses particulares e os interesses públicos, é que no auge da ferrovia uma das principais dificuldades que esta enfrentava era a profusão de bitolas que existiam, afinal a cada novo investimento um tipo era adotado, o que dificultava e criava algumas situações peculiares.

Todo esse quadro é bem identificado por Telarolli (1977, p. 33):

É pois, a posse da terra o alicerce onde se assenta o mandonismo. O Fazendeiro de café, que governava o país, não se mantinha no poder pela força militar, mas se eternizava no governo graças a uma máquina eleitoral que se estendia por todo o país, mergulhando suas raízes na terra. Era como uma pirâmide em cujo ápice se encontrava o presidente da República, vindo logo abaixo o Partido Republicano Paulista (...) e na base do arcabouço o 'coronel' e a sua família, parentes e dependentes, constituindo as famosas oligarquias estaduais.

A organização dos cafeicultores surgiu também em outros empreendimentos como é caso das Cia agrícolas, em nosso estudo abordamos e discutimos duas dessas companhias: uma que apresentava cunho familiar, a Cia Agrícola Francisco Schimdt; e outra que tinha um perfil mais particular, a Cia Agrícola do Ribeirão Preto. Nos dois casos a questão política não se fez muito presente, mas a empresarial foi muito importante, evidenciado o quanto o tino para negócios de seus participantes acabou se desenvolvendo.

Outro importante fator para entender porque o Oeste Paulista acabou por se tornar uma região de referência no processo de constituição dos Homens de Negócios diz respeito ao seu processo de urbanização, que segundo Fernandes (2010, p. 127) é um fator que contribuiu para o desenvolvimento capitalista.

As quatro cidades tem um grande desenvolvimento urbano que acompanha o próprio desenvolvimento do ciclo cafeeiro, no entanto, é interessante que o desenvolvimento sempre

foi maior nos novos núcleos, explicamos, seguindo pela ordem de desenvolvimento a primeira cidade que experimentou este ciclo foi Rio Claro, logo se tornou área de interesse político e de negócios.

Quando os desbravadores venceram e adentraram para os Sertões de Araraquara o foco mudou, primeiro com Araraquara e posteriormente com São Carlos, por fim a última região explorada foi a de Ribeirão Preto.

Se compararmos os números de crescimento urbano, populacional e em alguns casos comerciais e industriais, Ribeirão Preto se tornou o maior centro urbano; São Carlos e Araraquara têm números muito próximos, ora uma prevalecendo na quantidade de habitantes, ora a outra se destacando na quantidade de estabelecimentos comerciais; já Rio Claro acabou ficando com números um pouco mais modestos em relação as outras.

Um exemplo mais próximo de nosso estudo pode ser visualizado nas tabelas que demonstram a quantidade de eleitores ao longo dos anos nas quatro cidades, ou ainda como estas cidades acabaram por se tornar centros de referências dentro das regiões de eleitores, seja em termos estaduais, seja em um cenário nacional.

Scwartzman (1975, p. 23), Love (1982, p. 215), Fernandes (2010, p. 52) e Souza (2013, p. 23) ao analisarem a política paulista, consideram que a “tradicional” política em São Paulo não é rural, mas urbana, conduzida e controlada por uma elite diferenciada em relação as de outras regiões. Essa elite mantém o controle dos aparatos formais e complexos, no entanto, não existe um domínio exclusivo de uma família ou classe homogênea, ou mesmo de um bloco no poder. A política paulista baseia-se na relação de compromissos e fidelidades.

O maior exemplo deste sistema pode ser identificado no Oeste Paulista, tomando como base as cidades deste estudo. Observamos que, mesmo os grandes cafeicultores, com prestígio e dinheiro, os que foram denominados como “reis” do café, não alcançaram um predomínio absoluto dessa região, sua influência era sem dúvida grande, mas eles tinham, mesmo dentro de suas localidades, opositores que chegavam a ocupar o cenário político.

Também não podemos esquecer de que o modelo de trabalho acabou por ser um importante fator de diferencial do Oeste Paulista e em particular dessas quatro cidades, o fim do trabalho escravo era uma realidade que foi muito mais sentida em outras regiões, inclusive algumas que produziram café, como o Vale do Paraíba. No Oeste Paulista a transição foi facilitada primeiro porque muitos cafeicultores adquiriram esse tino para os negócios, o que os leva a se tornarem Homens de Negócio.

A postura diferenciada, somada a sua participação no poder local e em alguns casos até com influência no poder estadual e federal, fez com que a transição também se

transformasse em um novo empreendimento, afinal mesmo que não gozassem, ou vislumbrassem de mediato esses efeitos, a vinda dos imigrantes propiciou novas oportunidades de negócios, inclusive em alguns casos para os próprios imigrantes.

Por fim, cabe destacar alguns exemplos de fazendeiros que se transformaram em Homens de Negócios e que utilizaram da política para melhorar seus negócios. Em São Carlos: o Conde do Pinhal, seu irmão Paulino Carlos e Marcolino Lopes Barreto; em Rio Claro: José Estanislau de Oliveira (Visconde de Rio Claro) e Marcelo Schimdt; em Araraquara: Carlos Baptista de Magalhães, Antonio Joaquim de Carvalho e Joaquim Duarte Pinto Ferraz; em Ribeirão Preto: Joaquim "Quinzinho" da Cunha Diniz Junqueira, Francisco Schimdt e Martinho da Silva Prado.

Por tudo o que analisamos, o Oeste Paulista manteve uma característica que foi bem lembrada por Schwartzman (1975) ao se referir a São Paulo e que já trabalhamos aqui, existia uma dualidade, um paradoxo nas ações dos paulistas, ao mesmo tempo em que conviviam o arrojo e a passividade, o moderno e o antigo; no caso do Oeste Paulista existiam estes fatores, principalmente com o novo estando atrelado com os negócios, e o antigo com a política.

Bibliografia

Álbum de Araraquara – 1915, 1948.

Almanach álbum de São Carlos - 1894, 1905, 1915, 1916/1917, 1927 e 1928.

Almanak Histórico-Litterario do Estado de São Paulo (SP) - 1896 a 1897. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em setembro 2017

Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940 Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em setembro 2017

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Empresariado Fabril e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Editora Hucitec. 2006.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: Um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista*. UNICAMP (Tese de Doutorado), 1995.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político Brasileiro- DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto - Memória as legislaturas municipais de 1874 a 2016, 2015.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difel, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo. In: _____. *Pontos e Bordados – escritos de História política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

CASALECCHI, José Enio. *O partido republicano paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. *Araraquara - 1720-1930: Um capítulo da história do café em São Paulo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*, São Paulo, Difel, 1971.

_____, Warren. *Rio Claro: um sistema de grande lavoura 1820 – 1920*. Trad. de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição, São Paulo: Globo, 2012

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1985.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociologia*. 5ª edição, 4ª reimpressão, São Paulo, Editora Globo, 2010.

GODOY, José Henrique Artigas de. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*. FFLCH/USP, 2008 (Tese de Doutorado).

HOLLOWAY, T.. *Imigrantes para o café*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

<http://paulinocarlos.tempsite.ws/> - Acesso em julho 2017.

<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/turismo/parque/i99schmidt.php> - Acesso em 20/11/1016.

Jornal: O Comércio de São Paulo, edições de 1904 à 1908. – Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em maio 2017

Jornal: Correio Paulistano, edições de 1890 à 1915. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em junho 2017

Jornal: Correio Paulistano : Orgam Republicano (SP) - 1900 a 1919. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em junho 2017

Jornal: Lavoura e comércio, edições de 1898 à 1900. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em julho 2017

Jornal: O Popular, edições de 1893. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em agosto 2017

Jornal: Mensagens do Governador de São Paulo para Assembleia (SP) - 1890 à 1930. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em outubro 2017

Jornal: A Gazeta, edições de 1924 à 1932. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em outubro 2017

Jornal: O Combate : Independência, Verdade, Justiça (SP), edições de 1922. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em outubro 2017

Jornal: Getulino, edição de 1924. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em novembro 2017

Jornal: O Commercio de São Paulo (SP) - 1893 a 1909. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em novembro 2017

Jornal: A Opinião : Publicação Diária (SP) - 1899. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em dezembro 2017

KANDAS, Esther. *A instituição da Companhia agrícola do Ribeirão Preto*. São Paulo: FFLCH/USP, 1978 (Dissertação de Mestrado).

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Poder Político local: do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos)*. São Paulo, PUC, (Dissertação de mestrado). 1979.

KULGEMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH/USP, 1987 (Tese de Doutorado).

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 7ª edição. São Paulo: Companhia das

Letras, 2012.

LOVE, Joseph. *Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira (1889 - 1937)*, In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, Tomo III, Vol. 1, p. 53-76.

MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo: O empresário e a empresa*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1974.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984

MORAES, Maria Luíza de Paiva Melo. *Companhia agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890 - 1924)*. FFLCH/USP, 1980 (Dissertação de Mestrado).

NEVES, Ary Pinto das Neves. *São Carlos na esteira do tempo*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2007

Revista Pesquisa Fapesp. Ed 252, Fevereiro 1017. Disponível em:

<http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/02/13/forca-e-luz>

SAES, Flávio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo – 1870-1940*. São Paulo, Hucitec, 1981.

SALLUM JUNIOR, Basílio. *Capitalismo e cafeicultura – Oeste-Paulista: 1888 – 1930*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.

SANTOS, Fábio Alexandre. *Rio Claro: uma cidade em transformação (1850 - 1906)*. São Paulo, Annablume / FAPESP, 2002.

SEGATTO, José Antonio. *Política, Relações Sociais e Cidadania*. Brasília/DF: Contraponto, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

_____, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Democracia Bandeirante: Distritos eleitorais e eleições do Império à Primeira República*. Jundiaí (SP), Paco Editorial, 2013.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TELAROLLI, Rodolfo. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na 1ª República*. São Paulo: FFLCH/USP, 1981 (tese de doutorado).

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Café e Indústria São Carlos: 1850 – 1950*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2000.

VECCHIA, Maria José de Souza Gerlack. *Nhonhô Magalhães, um homem além do seu*

tempo? FCLAr, Universidade Estadual Paulista (Dissertação de Mestrado), 1997.

VIANNA, Luis Werneck. *Weber e a interpretação do Brasil*. In: SOUZA, José de (org). *O malandro e o protestante*, p. 173-193, Revista Novos Estudos, N° 53, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olimpio, 1938.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1975.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Aguinaldo de Sousa. *Dos Coronéis à Metropole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto (SP), Editora: Palavra Mágica, 2000.

ANEXOS

Pr efeitos e vereadores das cidades

Prefeitos de São Carlos 1869 - 1930

Nº	Nome	Partido	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
1	Major Joaquim Roberto Rodrigues Freire		15/09/1865	06/09/1869	<i>Nomeado pela Câmara</i>
2	Tenente Joaquim de Meira Botelho		08/01/1869	31/03/1874	<i>Nomeado pela Câmara</i>
3	José Elias de Quadros Pacheco	Partido Conservador	01/04/1874	07/01/1877	<i>Nomeado pela Câmara</i>
4	Luiz Carlos de Arruda Mendes		08/01/1877	06/01/1881	<i>Nomeado pela Câmara</i>
5	Rodolfo Gastão de Sá		07/01/1881	06/01/1887	<i>Nomeado pela Câmara</i>
6	Joaquim de Arruda Campos		07/01/1887	06/01/1888	<i>Nomeado pela Câmara</i>
7	Major Joaquim Roberto Rodrigues Freire		07/01/1888	06/01/1889	<i>Nomeado pela Câmara</i>
8	Vicente Cabral		07/01/1889	06/01/1890 [18/01/1890]	<i>Nomeado pela Câmara [?]</i>

Nº	Nome	Partido	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
1	Rodolfo Gastão Fernandes Sá [Gastão de Sá]	"botelhistas"	18 de janeiro de 1890	29 de março de 1891	<i>Nomeado pelo governador estadual (Prudente de Moraes)</i>
2	Bento Carlos de Arruda Botelho	"botelhistas"	30 de março de 1891	21 de dezembro de 1891	<i>Nomeado pelo governador estadual</i>
3	Antonio Diniz		22 de dezembro de 1891	6 de maio de 1892	<i>Nomeado pelo governador estadual</i>
4	Eugênio Andrade Egas	"botelhistas"	7 de maio de 1892	7 de junho de 1892	<i>Nomeado pelo governador estadual</i>

Nº	Nome	Partido	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
1	Eugênio Andrade Egas	"botelhistas"	30 de setembro de 1892	6 de janeiro de 1894	<i>Nomeado pela Câmara (Presidente da Câmara: Joaquim José Gonçalves Braga)</i>
2	Eugênio Andrade Egas	"botelhistas"	7 de janeiro de 1894	7 de janeiro de 1896	<i>Nomeado pela Câmara (Presidente da Câmara:</i>

					<i>Augusto de Souza Franco</i>
3	Major Julio de Salles	"salistas"	7 de janeiro de 1896	7 de janeiro de 1898	<i>Nomeado pela Câmara (Presidente da Câmara: Ladeia de Faria)</i>
4	Joaquim Augusto Gomide		7 de janeiro de 1898	6 de janeiro de 1902	<i>Nomeado pela Câmara (Presidente da Câmara: Marcolino Lopes Barreto)</i>
5	Rodolfo Gastão Fernandes Sá	"botelhistas"	7 de janeiro de 1902	7 de janeiro de 1903	<i>Nomeado pela Câmara (Presidente da Câmara: Joaquim Augusto Gomide)</i>
6	Rodolfo Gastão Fernandes Sá	"botelhistas"	8 de janeiro de 1903	8 de janeiro de 1905	<i>Nomeado pela Câmara (Presidente da Câmara: Joaquim Augusto Gomide)</i>
7	Victor Manuel de Souza Lima		7 de janeiro de 1905	7 de janeiro de 1906	<i>Nomeado pela Câmara (Presidente da Câmara: Serafim Vieira de Almeida)</i>
8	Manoel Antônio de Mattos	"botelhistas"	8 de janeiro de 1906	14 de janeiro de 1908	<i>Nomeado pela Câmara (Presidente da Câmara: Afonso Botelho de Abreu Sampaio)</i>

Nº	Nome	Partido	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
1	Rodolfo Gastão Fernandes Sá	"botelhistas"	15 de janeiro de 1908	11 de janeiro de 1910	<i>Nomeado pela Câmara</i>
2	José Rodrigues Sampaio	"salistas"	11 de janeiro de 1910	15 de janeiro de 1914	<i>Nomeado pela Câmara</i>
3	Delfino Martins de Camargo Penteado	"salistas"	15 de janeiro de 1914	15 de janeiro de 1917	<i>Nomeado pela Câmara</i>
4	Elias Augusto de Camargo Sales	"salistas"	15 de janeiro de 1917	15 de janeiro de 1920	<i>Nomeado pela Câmara</i>
5	Eugênio Franco de Camargo	"botelhistas"	15 de janeiro de 1920	15 de janeiro de 1922	<i>Nomeado pela Câmara</i>
6	Elias Augusto de Camargo Sales	"salistas"	15 de janeiro de 1922	15 de janeiro de 1923	<i>Nomeado pela Câmara</i>
7	José Fonseca Teixeira de Barros	"botelhistas"	15 de janeiro de 1923	15 de janeiro de 1925	<i>Nomeado pela Câmara</i>
8	Joaquim Evangelista de Toledo	"botelhistas"	15 de janeiro de 1925	14 de janeiro de 1928	<i>Nomeado pela Câmara</i>
9	Alencar da Cruz Leite		16 de janeiro de 1928	03 de fevereiro de 1928	<i>Nomeado pela Câmara (eleição anulada)</i>
10	Paulino Botelho Sampaio	"botelhistas"	4 de fevereiro de 1928	27 de outubro de 1930	<i>Nomeado pela Câmara</i>

(fonte: SÃO CARLOS. Fundação Pró-Memória. *Aspectos da administração pública municipal. Galeria dos prefeitos*. 3a ed. São Carlos, 2015)

Vereadores de São Carlos

De 1865 a 1890, o governo municipal era constituído apenas pelos vereadores, entre os quais um deles tinha o poder de mando e decisão.

1865/69	
Vereadores	Particularidades
Penteado, Elias de Camargo	Fazendeiro
Serra, João Batista de Siqueira	Fazendeiro
Freire, Joaquim Roberto Roiz	Fazendeiro
Silva, José Eufrazino da	Fazendeiro
Lopes, Manoel Peixoto	
Oliveira, Victor Augusto de	Fazendeiro / renunciou

1869/74	
Vereadores	Particularidades
França, Bento Luiz de	Fazendeiro
Serra, João Batista de Siqueira	Fazendeiro
Botelho, Joaquim de Meira	
Siqueira, José Teodoro de	Fazendeiro
Mendes, Luiz Carlos de Arruda	
Barbosa, Manoel de Oliveira	Fazendeiro
Camargo, Theodoro Leite de Almeida (Dr.)	Fazendeiro / Maçon

1874/77	
Vereadores	Particularidades
Magalhães, Antonio Caetano de	
Camargo, David Ferreira de	Fazendeiro / Maçon
Arruda, Jeronimo Franco de	Fazendeiro / Maçon
Delfino, José Alves	Fazendeiro
Pacheco, José Elias de Quadros	Fazendeiro
Camargo, Theodoro Leite de Almeida (Dr.)	Fazendeiro / Maçon

1877/81	
Vereadores	Particularidades
Moura, Antonio Bonifácio de	
Salles, Antonio Carlos Ferraz de	Fazendeiro / Maçon
Lacerda, Antonio Franco de	Fazendeiro
Mendonça, Joaquim Pacheco de	Fazendeiro
Freire, Joaquim Roberto Roiz	Fazendeiro
Mesquita Jr., José Manoel de (Dr.)	Fazendeiro
Mendes, Luiz Carlos de Arruda	
Silva, Rafael Caetano da	Maçon
Cabral, Vicente Ferreira da Silva	Maçon

1881/83	
Vereadores	Particularidades

Matoso, Antonio da Costa	
Serra, João Batista de Siqueira	Fazendeiro
Penteado, Joaquim de Almeida Leite	
Oliveira, Joaquim Francisco de	
Mattos, Joaquim Inácio de	Fazendeiro
Leite, Joaquim Roberto de Almeida	Fazendeiro
Silva, José Joaquim da	
Amaral, Orozimbo Augusto do	Fazendeiro
Sá, Rodolpho Gastão Fernandes de (Dr.)	

1883/87	
Vereadores	Particularidades
Matoso, Antonio da Costa	Faleceu durante o mandato
Camargo, Antonio Leite de	
Cajado, Antonio Rodrigues (Dr.)	Maçon
Pimenta, Benigno Antonio	
Castro, Cândido Spínola de	Fazendeiro
Campos, Constantino de Arruda	Fazendeiro / Maçon
Faria, Fernando Leite Ribeiro de (Dr.)	
Silva, José Joaquim da	Fazendeiro
Sá, Rodolpho Gastão Fernandes de (Dr.)*	

1887/90	
Vereadores	Particularidades
Civatti, Aurélio	Imigrante
Oliveira, Francisco Pedro de	
Paula, Joaquim Antonio de	Fazendeiro
Campos, Joaquim de Arruda	Fazendeiro
Amaral, José Elias do	
Penteado, José Inácio de Camargo	Fazendeiro / Maçon
Ferreira, Porfírio Alves	Faleceu no exercício do mandato
Almeida, Theodolino Joaquim de	Fazendeiro
Cabral, Vicente	

1890/91	
Vereadores	Particularidades
Melo, Antonio da Silva	
Delbuque, Domingos Compton	Imigrante
Egas, Eugênio de Andrada (Dr.)	
Novaes, Francisco de Paula (Dr.)	Fazendeiro
Cunha, Manoel Antonio da	Fazendeiro
Faria, Philipe Ladeia de (Dr.)	
Sá, Rodolpho Gastão Fernandes de (Dr.)	

1891	
Vereadores	Particularidades

Civatti, Aurélio	Fazendeiro / Imigrante
Souza, Belarmino Indalécio de	
Botelho, Bento Carlos de Arruda	Fazendeiro
Carvalho, Joaquim Vaz do Amaral	
Cintra, José de Araujo	Fazendeiro
Pacheco, José Francisco de Almeida	
Prado, Leopoldo de Almeida	Fazendeiro
Mendes, Luiz Carlos de Arruda	
Malta, Procópio de Toledo (Dr.)	

1891/92	
Vereadores	Particularidades
Cabral, Adão Ferreira da Silva	Fazendeiro / Maçon
Porchat, Alfredo (Dr.)	
Guimarães, Antonio Diniz da Costa	
Sá, Carlos Aurélio Fernandes de	
Egas, Eugênio de Andrada (Dr.)	
Campos, Francisco de Almeida	Fazendeiro
Cardoso, Joaquim Alves da Costa	
Aguiar Jr., José Novaes de	Fazendeiro
Barreto, Marcolino Lopes	Fazendeiro
Faria, Philipe Ladeia de (Dr.)	
Almeida, Serafim Vieira de	

1892/95	
Vereadores	Particularidades
Cabral, Adão Ferreira da Silva	Fazendeiro
Franco, Augusto de Souza	
Penteado, Elias de Camargo	
Egas, Eugênio de Andrada (Dr.)	
Putkammer, Herman Von (Dr.)	Imigrante
Braga, Joaquim José Gonçalves	Fazendeiro / Maçon
Siqueira, Joaquim Rodrigues (Dr.)	
Carvalho, Joaquim Vaz do Amaral	

1895/98	
Vereadores	Particularidades
Camargo, Antonio Leite de	Renunciou em 1897
Franco, Augusto de Souza	
Gomide, Joaquim Augusto (Dr.)	
Cintra, José de Araujo	Fazendeiro
Sampaio, José Rodrigues de	Fazendeiro
Salles, Julio de	Fazendeiro
Barreto, Marcolino Lopes	Fazendeiro
Faria, Philipe Ladeia de (Dr.)	renunciou em 1897

1898/1902	
Vereadores	Particularidades
Souza, Antonio de Almeida	Maçon
Souza, Belarmino Indalécio de	Fazendeiro
Penteado, Elisiário Ferreira	Fazendeiro
Gomide, Joaquim Augusto (Dr.)	
Salles, José Augusto de Oliveira	Fazendeiro
Cintra, José de Araujo	Fazendeiro
Barreto, Marcolino Lopes	Fazendeiro
Vidal, Rafael de Abreu Sampaio	Fazendeiro

1902/05	
Vereadores	Particularidades
Gomide, Joaquim Augusto (Dr.)	
Sampaio, José Rodrigues de	Fazendeiro
Sá, Rodolpho Gastão Fernandes de (Dr.)	
Almeida, Serafim Vieira de	
Penteado, Alberto Ferreira	
Guimarães, Arthur Climaco Hummel	
Toledo, João Evangelista de	Fazendeiro
Lima, Victor Manoel de Souza (Dr.)	

1905/08	
Vereadores	Particularidades
Almeida, Serafim Vieira de	
Sampaio, Afonso Botelho de Abreu	Fazendeiro
Penteado, Delfino Martins de Camargo	
Almeida, Francisco Xavier de	Fazendeiro
Apratti, João Ângelo	Imigrante
Camargo, José Franco de	Fazendeiro
Mattos, Manoel Antonio de	Fazendeiro
Lima, Victor Manoel de Souza (Dr.)	Renunciou

1908/11	
Vereadores	Particularidades
Gomide, Joaquim Augusto (Dr.)	
Salles, José Augusto de Oliveira	Fazendeiro
Cintra, José de Araujo	Fazendeiro
Sampaio, José Rodrigues de	Fazendeiro
Barreto, Marcolino Lopes	Fazendeiro
Sá, Rodolpho Gastão Fernandes de (Dr.)	
Penteado, Alberto Ferreira	Fazendeiro
Penteado, Delfino Martins de Camargo	
Apratti, João Ângelo	Imigrante
Faria, José Joaquim de	Fazendeiro

1911/14	
Vereadores	Particularidades
Camargo, Antonio Leite de	
Botelho, Bento Carlos de Arruda	Fazendeiro
Campos, Joaquim de Arruda	Fazendeiro
Salles, José Augusto de Oliveira	Fazendeiro
Sampaio, José Rodrigues de	Fazendeiro
Barreto, Marcolino Lopes	Fazendeiro
Penteado, Delfino Martins de Camargo	
Brandão, Hygino Pereira	
Apratti, João Ângelo	Imigrante
Pelicano, Vicente (Dr.)	Maçon / Imigrante

1914/17	
Vereadores	Particularidades
Botelho, Bento Carlos de Arruda	Fazendeiro
Sampaio, José Rodrigues de	Fazendeiro
Silva, Anibal	
Camargo, Argeo Ferreira de	
Guimarães, Aureliano Cândido de Oliveira (Dr.)	
Penteado, Delfino Martins de Camargo	
Silva, Eduardo Alvares de Abreu e	
Salles, Elias Augusto de Camargo	
Camargo, Eugênio Franco de	
Apratti, João Ângelo	Imigrante

1917/20	
Vereadores	Particularidades
Sampaio, José Rodrigues de	Fazendeiro
Sá, Rodolpho Gastão Fernandes de (Dr.)	
Camargo, Argeo Ferreira de	
Penteado, Delfino Martins de Camargo*	
Silva, Eduardo Alvares de Abreu e	
Salles, Elias Augusto de Camargo	
Camargo, Eugênio Franco de	
Prado, Pedro	Fazendeiro
Camargo, Theodorico Leite de Almeida (Dr.)	
Silva, Vicente do Amaral e	Fazendeiro

1920/23	
Vereadores	Particularidades
Queiroz, Adhemar de Souza	

Camargo, Argeo Ferreira de	
Salles, Dagoberto (Dr.)	
Salles, Elias Augusto de Camargo	
Camargo, Eugênio Franco de	
Brandão, Hygino Pereira	
Amaral, Joaquim Florêncio do	
Campos, José Rodrigues de Arruda	
Faria, Octávio de Almeida (Dr.)	
Camargo, Theodorico Leite de Almeida (Dr.)	

1923/26	
Vereadores	Particularidades
Souza, Belarmino Indalécio de	
Botelho, Bento Carlos de Arruda	Fazendeiro
Giongo, Aldo	Maçon / Imigrante
Penteadado, Delfino Martins de Camargo	
Camargo, João Pedroso de (Dr.)	
Priester, João	Imigrante
Toledo, Joaquim Evangelista de	Fazendeiro
Barros, José Fonseca Teixeira de (Dr)	Fazendeiro
Campos, José Rodrigues de Arruda	
Botelho, Paulino Carlos de Arruda	Fazendeiro

1926/29	
Vereadores	Particularidades
Almeida, Serafim Vieira de	
Giongo, Aldo	Maçon / Imigrante
Leite, Alencar da Cruz	Fazendeiro
Salles, Dagoberto (Dr.)	
Penteadado, Delfino Martins de Camargo	
Leite, Elísio Teixeira	
Camargo, João Pedroso de (Dr.)	
Priester, João	Imigrante
Toledo, Joaquim Evangelista de	Fazendeiro
Faria, José de Paula	
Campos, José Rodrigues de Arruda	
Sampaio, Paulino Botelho de Abreu	Fazendeiro

1929/30	
Vereadores	Particularidades
Almeida, Serafim Vieira de	
Lima, Antonio Militão de	Fazendeiro
Cunha, Carlos Simplício da	
Salles, Elias Augusto de Camargo	Fazendeiro
Leite, Elísio Teixeira	

Barros, João Batista de Arruda	
Mendonça, Joaquim Caetano de	Fazendeiro
Barros, José Fonseca Teixeira de (Dr)	Fazendeiro
Botelho, Leonardo Carlos de Arruda	
Sampaio, Paulino Botelho de Abreu	Fazendeiro

Prefeitos de Araraquara: 1896 – 1930

Intendentes até o ano de 1905:		
Nº	NOME	OBSERVAÇÃO
1	Manuel Joaquim Pinto de Arruda	intendente de 1896 a 1898
2	João Nogueira de Camargo	intendente de 1898 a 1899
3	José Infante Vieira	intendente de 1899 a 1900
4	Antônio Corrêa de Arruda	intendente de 1900 a 1901
5	Camilo Dantas Horta	intendente de 1901 a 1902
6	Antônio Corrêa de Arruda	intendente de 1902 a 1903
7	Cel. João de Almeida Moraes	intendente de 1903 a 1904
8	Germano Machado	intendente de 1904 a 1905
9	Major Pio Corrêa de Almeida Moraes	intendente de 1905 a 1906

Prefeitos eleitos pela Câmara Municipal até o ano de 1930:		
Nº	NOME	OBSERVAÇÃO
1	Major Pio Corrêa de Almeida Moraes	1906 a 1907
2	Américo Danielli	1908 a 1910
3	Major Dario Alves de Carvalho	1911 a 1916
4	Plínio de Carvalho	1917 a 1930
5	Dr. Augusto Freire da Silva Junior	09/12/1930 a 30/01/1931

(Fonte: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/site/index.php/historia-da-administracao-do-municipio>)

Vereadores de Araraquara	
1833 a 1836	
Vereadores	Particularidades
Carlos José Botelho	Presidente / Fazendeiro
Antonio de Almeida Leite	
Adriano José de Campos	
João Baptista do Amaral	Fazendeiro
Antonio Paes de Arruda	
José Gomes do Nascimento Botão	
José Gomes de Gouvêa	
José Fidelis Corrêa	Suplente
João Pinto Ferreira	Suplente
Manoel Joaquim da Silveira	Suplente

1837 a 1840	
Vereadores	Particularidades
Joaquim da Silveira Almeida	Presidente
Manoel Joaquim Pinto do Prado	
Adriano José de Campos	

José Fidelis Corrêa	
Jacyntho Mendes dos Santos	
Manoel Joaquim da Silveira	
Antonio de Almeida Leite	
João Barbosa Camargo	Suplente
Manoel José do Amaral	Suplente
José de Ramos Lima	Suplente
José Rodrigues de Lima	Suplente
Joaquim de Souza Guimarães	Suplente
Joaquim Felix Pereira de Carvalho	Suplente
Antonio Paes de Arruda	Suplente

1841 a 1844	
Vereadores	Particularidades
José Joaquim de Sampaio	Presidente / Fazendeiro
Joaquim Lourenço Corrêa	
Manoel Joaquim da Cruz	
José Domingues da Silva	
João Pinto Ferreira	
João Baptista do Amaral	Fazendeiro
João Mendes de Carvalho	
Joaquim de Souza Guimarães	Suplente
José Rodrigues de Lima	Suplente
Flavio Antonio Mendes	Suplente

1845 a 1848	
Vereadores	Particularidades
Joaquim Felix Pereira de Carvalho	Presidente
José Luiz da Costa	
Francisco Martins Borges	
José de Arruda Falcão	
Antonio de Almeida Leite	
José Carlos Botelho de Arruda	
João Carlos de Azevedo	
Antonio Ferraz de Camargo	Suplente
João de Marins Peixoto	Suplente
Manoel José do Amaral	Suplente
Manoel Joaquim da Silveira	Suplente

1849 a 1852	
Vereadores	Particularidades
Joaquim Roberto Rodrigues Freire	Presidente / Fazendeiro
Manoel Joaquim Pinto de Arruda	
Flavio Antonio Mendes	
Adriano José de Campos	
João Alves de Oliveira	
João Baptista de Arruda	Fazendeiro

José Luiz de Sampaio	Fazendeiro
João Carlos de Azevedo	Suplente
Joaquim Pedro de Camargo	Suplente

1853 a 1856	
Vereadores	Particularidades
José Joaquim de Sampaio	Presidente / Fazendeiro
Joaquim Lourenço Corrêa	
João Baptista do Amaral Campos	Fazendeiro
Antonio de Almeida Leite	
Adriano José de Campos	
Antonio Ferraz de Camargo	
Candido José de Camargo	
Carlos Bartholomeu de Arruda	
Luciano Ribeiro de Almeida	Suplente
José Vieira de Albuquerque	Suplente
Luiz Caetano de Sampaio	Suplente / Fazendeiro
José Luiz de Sampaio	Suplente / Fazendeiro

1857 a 1860	
Vereadores	Particularidades
Antonio Carlos de Arruda Botelho	Presidente / Fazendeiro
José Aranha do Amaral	Fazendeiro
João Carlos de Azevedo	
Francisco de Paula Corrêa e Silva	Fazendeiro
Antonio de Mello Castanho	
José Sabino de Sampaio	Fazendeiro
Justino Corrêa de Freitas	Fazendeiro
Antonio Pereira de Aguiar	Suplente / Fazendeiro
José Luiz de Sampaio	Suplente / Fazendeiro
Manoel Fortunato Homem	Suplente

1861 a 1864	
Vereadores	Particularidades
Antonio de Almeida Leite	Presidente
Justino Ferreira da Rocha	
Luciano Ribeiro de Almeida Ponce	
Antonio Furquim de Campos	
José Rodrigues de Lima	
Joaquim de Sampaio Peixoto	Fazendeiro
Antonio Ferraz de Camargo	
José Joaquim de Azevedo	Suplente
Justino Corrêa de Freitas	Suplente / Fazendeiro
Amâncio Gomes Ramalho	Suplente
Flavio Antonio Mendes	Suplente
Germano Xavier de Mendonça	Suplente / Fazendeiro
José Bueno da Silva	Suplente
Manoel Joaquim da Silveira	Suplente

1865 a 1868	
Vereadores	Particularidades
Joaquim de Almeida Leite Moraes	Presidente / Fazendeiro
Francisco Corrêa de Arruda	
José Aranha do Amaral	Fazendeiro
José Luiz de Sampaio	Fazendeiro
Antonio Ferraz de Arruda Netto	Fazendeiro
Firmo Constante Ramalho	
Manoel Francisco de Oliveira	
Francisco de Paula Corrêa e Silva	Suplente / Fazendeiro
Moysés Antonio Machado	Suplente
Antonio Furquim de Campos	Suplente

1869 a 1872	
Vereadores	Particularidades
Padre José Maria de Oliveira	Presidente
Antonio Pio de Camargo Bittencourt	Fazendeiro
Antonio Furquim de Campos	
Joaquim de Sampaio Peixoto	Fazendeiro
José Antonio da Silva Medeiros	
Firmo Constante Ramalho	
Francisco de Assis Mendonça	
Antonio Furquim de Campos	Suplente

1873 a 1876	
Vereadores	Particularidades
José Rodrigues de Lima Junior	Presidente
Raphael Corrêa da Silva	
Jayme Ferraz de Campos	
José Luiz da Costa	
Joaquim Pedro de Camargo	
João Soares de Arruda	
Francisco Vaz de Almeida	

1877 a 1880	
Vereadores	Particularidades
Joaquim Duarte Pinto Ferraz	Presidente / Fazendeiro
João de Almeida Leite Moraes	Fazendeiro
Carlos Baptista de Magalhães	Fazendeiro
João Soares de Arruda	
José da Costa Carvalho	Fazendeiro
Antonio Pereira de Aguiar	Fazendeiro
José Aranha do Amaral	Fazendeiro

1881 a 1883	
Vereadores	Particularidades
Joaquim Manoel de Oliveira	Presidente / Fazendeiro
Antonio Corrêa de Almeida Moraes	Fazendeiro

Luiz Caetano de Sampaio	Fazendeiro
Francisco Ferraz de Arruda	
João Baptista do Amaral Campos	Fazendeiro
Manoel Joaquim Pinto de Arruda	
Antonio Leite da Silva	

1884 a 1886	
Vereadores	Particularidades
Candido Lourenço Corrêa da Rocha	Presidente / Fazendeiro
Pedro Aranha do Amaral	Fazendeiro
Germano Xavier de Mendonça	Fazendeiro
Antonio Mariano Borba	Fazendeiro
José Luiz da Silva Machado	
João Caetano de Sampaio	Fazendeiro
Bellarmino José Fernandes	Fazendeiro

1887 a 1890	
Vereadores	Particularidades
José Pinto Ferraz	Presidente / Fazendeiro
Dr. Manoel Augusto de Alvarenga	
Manoel de Paula Machado	
Evaristo Joaquim da Silveira	
Luiz Pinto Ferraz	Fazendeiro
Amâncio Gomes Ramalho Junior	
Clementino Xavier Machado	Fazendeiro

1890	
Intendentes nomeados pelo Governo do Estado, antes da organização estadual. Foi difícil conseguir os nomes deste período, de modo que é possível ter havido alguma omissão ou erro.	
Rodolpho Augusto de Moura	Presidente
Dr. Manoel Francisco Gonçalves	
Dario Alves de Carvalho	Fazendeiro
João Mendes de Oliveira	Fazendeiro
Eugenio Oliva de Mello Franco	
Bento Ferraz de Arruda	
Dr. Antonio de Toledo Piza	
Ricardo de Mattos	
Dr. Rogério Pinto Ferraz	
João Borba	Fazendeiro
Antonio Furquim	
José Xavier de Mendonça	Fazendeiro

1891	
Vereadores	Particularidades
Ricardo de Mattos	Presidente
Dr. Rogério Pinto Ferraz	
Dr. Eduardo Lopes Corrêa da Silva	Fazendeiro
Joaquim Duarte Pinto Ferraz	Fazendeiro

Dr. Americo Franklin de Menezes Doria	Fazendeiro
Luiz Minervino	
Dario Alves de Carvalho	Fazendeiro

1892 a 1894	
Vereadores	Particularidades
Ricardo de Mattos	Presidente
Dr. Rogério Pinto Ferraz	
Manoel Bittencourt	
Antonio Joaquim de Carvalho Filho	Fazendeiro
Theophilo Dias de Toledo	
Luiz Minervino	
Joaquim Duarte Pinto Ferraz	Fazendeiro

1894 a 1896	
Vereadores	Particularidades
Joaquim Duarte Pinto Ferraz	Presidente / Fazendeiro
João de Almeida Leite Moraes	Fazendeiro
Candido Gonçalves Lopes	
Carlos Baptista de Magalhães	Fazendeiro
Manoel Joaquim Pinto de Arruda	
Theodoro Pereira de Carvalho	
Germano Xavier de Mendonça	Fazendeiro
Dr. Augusto Freire da Silva Junior	

1897 a 1898	
Vereadores	Particularidades
João de Almeida Leite Moraes	Presidente / Fazendeiro
Francisco Honório da Costa Machado	
João Nogueira de Camargo	
Juvenal Candido de Almeida Leite	
José Manoel do Amaral Sampaio	
Germano Xavier de Mendonça	Fazendeiro
Dr. Augusto Freire da Silva Junior	
Manoel Joaquim Pinto de Arruda	

1899 a 1901	
Vereadores	Particularidades
Francisco Salles Machado	Presidente
Pio Lourenço Corrêa	Fazendeiro
José Baptista de Souza Aranha	Fazendeiro
Francisco do Amaral Barros	
João Nogueira de Camargo	
Antonio de Toledo Piza	
José Infante Vieira	
Luiz Alexandre Baez	

1902 a 1904	
Vereadores	Particularidades
João de Almeida Leite Moraes	Presidente / Fazendeiro
Dr. Francisco Xavier de Souza e Castro	
Antonio de Souza Mendes	Fazendeiro
Luiz Minervino Napolitano	
José Infante Vieira	
Antonio Corrêa de Arruda	
Dr. João José de Araujo	
Dr. Adeodato de Andrade Botelho	
Augusto Candido de Almeida Leite	Suplente

1905 a 1907	
Vereadores	Particularidades
Germano Machado	Presidente / Fazendeiro
Pio Corrêa de Almeida Moraes	
José Alves Nogueira	Fazendeiro
Antonio de Toledo Piza	
Carlos Baptista de Magalhães	Fazendeiro
Liduvino Xavier de Mendonça	Fazendeiro
Dr. João Rodrigues Machado Pedrosa	
Antonio Alexandre de Lara	Suplente / Fazendeiro

É possível ter havido algum erro, tantas mudanças houve de vereadores neste período.

1908 a 1910	
Vereadores	Particularidades
Dr. João Rodrigues Machado Pedrosa	Presidente
Bento de Abreu Sampaio Vidal	Fazendeiro
Américo Danielli	
Dario Alves de Carvalho	Fazendeiro
Firmino Ferreira Franco	
Lothario Eulálio de Carvalho	
José Pio Corrêa da Silva	
Alberto Gonçalves Lopes	Fazendeiro
Antonio de Pádua Corrêa	Fazendeiro
João Ignácio do Amaral Gurgel	Fazendeiro

1911 a 1913	
Vereadores	Particularidades
Bento de Abreu Sampaio Vidal	Presidente / Fazendeiro
Dario Alves de Carvalho	Fazendeiro
Firmino Ferreira Franco	
João Ignácio do Amaral Gurgel	Fazendeiro
Américo Danielli	
Antonio de Pádua Corrêa	Fazendeiro
Lothario Eulálio de Carvalho	
Alberto Gonçalves Lopes	Fazendeiro
Isaltino Corrêa de Almeida Moraes	

Epaminondas França	
Cassiano da Costa Machado	substituindo Isaltino C. Almeida Moraes / Fazendeiro

1914 a 1916	
Vereadores	Particularidades
Bento de Abreu Sampaio Vidal	Presidente / Fazendeiro
Dario Alves de Carvalho	Fazendeiro
Firmino Ferreira Franco	
João Ignácio do Amaral Gurgel	Fazendeiro
Américo Danielli	
Epaminondas França	
Antonio de Pádua Corrêa	Fazendeiro
Alberto Gonçalves Lopes	Fazendeiro
Cassiano da Costa Machado	Fazendeiro
Lothario Eulálio de Carvalho	

Não encontramos registros de 1917-1920

1921 -1924	
Vereadores	Particularidades
Dr Rodrigues Machado Pedroza	
Epaminondas França	
João Gurgel	Fazendeiro
Plínio de Carvalho	
Sebastião de Lacerda Correa	
José Arruda Campos	
Antonio Pádua Corrêa	Fazendeiro
Francisco Vaz Filho	
Cassiano Machado	Fazendeiro
Francisco Corrêa Moraes	

1925 -1928	
Vereadores	Particularidades
Dr Rodrigues Machado Pedroza	
Epaminondas França	
João Gurgel	Fazendeiro
Plínio de Carvalho	
Sebastião de Lacerda Correa	
José Arruda Campos	
Antonio Pádua Corrêa	Fazendeiro
Francisco Vaz Filho	
Cassiano Machado	Fazendeiro
Francisco Corrêa Moraes	

Não encontramos registros de 1929 - 1930

(fontes: Álbum de Araraquara – 1918, 1945 e Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940)

Prefeitos de Ribeirão Preto: 1874 – 1930

Nº	Prefeito	Período do mandato	Observações
1	João Gonçalves dos Santos	1874	Primeiro Presidente da Câmara Municipal com poderes executivos Renunciou ao cargo em 1874 para ser juiz municipal
2	Venâncio José dos Reis	1874 a 1877	Presidente da Câmara Municipal com poderes executivos.
3	Luiz Herculano de Souza Junqueira	1877 a 1881	Presidente da Câmara Municipal com poderes executivos.
4	Joaquim Estanislau da Silva Gusmão	1881 e 1883	Presidente da Câmara Municipal com poderes executivos.
5	Luiz Antônio da Cunha Junqueira	1883 a 1887	Presidente da Câmara Municipal com poderes executivos.
6	Joaquim da Silva Gusmão	1887 a 1889	Presidente da Câmara Municipal com poderes executivos.
7	Públio Constâncio de Mello	1890 a 1891	Primeiro prefeito de Ribeirão após a Proclamação da República.
8	Antônio Penteado	1891	
9	Fernando Ferreira Leite	1891 a 1892	
10	Virgílio Fonseca Nogueira	1892	
11	Marciano Antônio de Mello	1892	
12	Antônio Silvério de Alvarenga	1892	
13	Arthur Diederichsen	1892 a 1893	Intendente.
14	Marciano Antônio de Mello	1893 a 1894	Intendente.
15	Fernando Ferreira Leite	1895	Intendente.
16	Marciano Antônio de Mello	1896	Intendente.
17	Luiz Baptista da Silva	1896	Intendente.
18	Fernando Ferreira Leite	1897	Intendente.
19	Joaquim Estanislau da Silva Gusmão	1898	Intendente.
20	Joaquim Alfredo de Siqueira	1898 a 1901	Intendente.
21	Jeferson Barreto	1902	Intendente.
22	Manoel Aureliano de Gusmão	1902	

23	Floriano Leite Ribeiro	1903 a 1904	
24	Ricardo Guimarães	1905	
25	Joaquim Vieira de Souza	1906	
26	Augusto Ribeiro Loyola	1907	
27	Renato Jardim	1908	
28	João Pedro da Veiga Miranda	1908 a 1909	
29	Luiz Baptista Júnior	1910 a 1911	
30	Joaquim Macedo Bittencourt	1911 a 1914	
31	Joaquim Macedo Bittencourt	1914 a 1920	
32	João Rodrigues Guião	1920 a 1923	
33	João Rodrigues Guião	1923 a 1926	
34	Joaquim Camilo de Moraes Mattos	1926	
35	José Martiniano da Silva	1926 a 1929	
36	João Rodrigues Guião	1929 a 1930	

(Fonte: Câmara Municipal de Ribeirão Preto - Memória as legislaturas municipais de 1874 a 2016, 2015).

Vereadores de Ribeirão Preto	
1874 -1877	
Vereadores	Particularidades
João Gonçalves dos Santos	presidente até 28/08/1874
Bernardo Alves Pereira	vice-presidente
Venâncio José dos Reis	presidente de 28/08/1874 a 1877
Tomaz de Aquino Pereira	
Antônio Gonçalves Vallim	
João Francisco de Oliveira	
Luiz Herculano de Souza Junqueira	Fazendeiro
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Antônio Silvério Batista	
Joaquim Mafra Terra	
Antônio Joaquim da Silva	
Máximo de Arantes Marques	
Firmino Antônio de Siqueira	
Moizés Fernandes do Nascimento	

1877 – 1880	
Vereadores	Particularidades
Dr. Joaquim Estanislau da Silva Gusmão	presidente
Dr. Cândido Pereira Barreto	vice-presidente / Fazendeiro
Domingos Vilela de Andrade	
Firmino Borges da Fonseca	

Francisco Borges da Fonseca	
Luiz Antônio da Cunha Junqueira	Fazendeiro
Matheus Gomes do Val Júnior	
Antônio Gonçalves dos Santos Primo	assumiu o lugar do vereador eleito Manuel Zacarias de Oliveira que não tomou posse por residir fora do município
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Antônio Gonçalves dos Santos	
Cândido José da Silva	
Antônio José Ferreira	

1881 -1882	
Vereadores	Particularidades
Dr. Joaquim Estanislau da Silva Gusmão	presidente
Dr. Cândido Pereira Barreto	vice-presidente / Fazendeiro
Domingos Vilela de Andrade	
Firmino Borges da Fonseca	
Francisco Borges da Fonseca	
Luiz Antônio da Cunha Junqueira	Fazendeiro
Matheus Gomes do Val Júnior	
Antônio Gonçalves dos Santos Primo	assumiu o lugar do vereador eleito Manuel Zacarias de Oliveira que não tomou posse por residir fora do município
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Antônio Gonçalves dos Santos	
Cândido José da Silva	
Antônio José Ferreira	

1883 – 1887	
Vereadores	Particularidades
Luiz Antônio da Cunha Junqueira	Presidente / Fazendeiro
Antônio Bernardino Velloso	vice-presidente
Antônio Bento Ferreira Lopes	
Cândido José da Silva	
Eustáquio da Cunha Rezende	
Moisés Fernandes do Nascimento	
Francisco Martins de Arantes	
Francisco Carlos de Mello	
Suplente que assumiu o cargo de vereador:	
Dr. Joaquim Estanislau da Silva Gusmão	
Jerônimo Vieira de Andrade	assumiu o lugar de Henrique Dumont (pai de Alberto Santos Dumont) que, apesar de eleito, foi destituído por ainda não ter completado dois anos de residência.

1887 – 1890	
Vereadores	Particularidades
Dr. Joaquim Estanislau da Silva Gusmão	presidente
João Franco de Moraes Octávio	vice-presidente / Fazendeiro

Ramiro Pimentel	vice-presidente
Francisco José da Silva	vice-presidente
Antônio Garcia de Oliveira	vice-presidente
Francisco Martins de Arantes	
Jerônimo Vieira de Andrade	
Joaquim de Souza Mello	
Manuel da Cunha Diniz Junqueira	Presidente / Fazendeiro
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Dr. Rodrigo Pereira Barreto	Fazendeiro
Octaviano Barreto	
Eustáquio da Costa Rezende	

1890 – 1892	
Vereadores	Particularidades
Dr. Públio Constâncio de Melo	presidente até 6/7/1890
Antônio Penteado	presidente de 1890 a 1892
Dr. Marciano Antônio de Mello	presidente de 19-03-1890 até o final da Legislatura
Fernando Ferreira Leite	vice-presidente
Virgílio da Fonseca Nogueira	vice-presidente
Antônio Silvério de Alvarenga	vice-presidente
Dr. Alexandre Brodowski	
Dr. Adolfo Carneiro de Almeida Maia	
Joaquim Feliciano Dias da Costa	
Luiz Franco de Moraes Octávio	Fazendeiro
Luiz Gomes do Val	
João Francisco do Rego	
Luiz da Silva Baptista	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Dr. Francisco Augusto César	
Antônio Marques da Mota Guimarães	
Joaquim Alves da Costa Júnior	
Dr. Leovelgido de Mendonça Uchôa	
Jeferson Barreto	

1892 – 1896	
Vereadores	Particularidades
Coronel dr. Joaquim de Souza Melo	presidente (1892)
Dr. Marciano Antônio de Melo	vice-presidente: 1892 e presidente: 1893-1895
Fernando Ferreira Leite	vice-presidente: 1893
Dr. Gabriel Horácio de Barros	vice-presidente: 1894-1895
Artur de Aguiar Diederichsen	intendente
Coronel Francisco Schmidt	
Joaquim Firmino de Andrade Junqueira	
Ernesto Gomes Jardim	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Firmino Borges da Costa	
Pedro Senna	

João Francisco do Rego	
Tenente Luiz Franco de Moraes Octávio	Fazendeiro
Tibério Augusto de Senna	
Dr. Francisco Augusto Cesar	
Joaquim Feliciano Dias da Costa	

1896 – 1899	
Vereadores	Particularidades
Fernando Ferreira Leite	presidente: 1896-1898
João Caetano Alves	vice-presidente
Capitão Luiz da Silva Baptista	
José Alves de Almeida Macuco	
Jeferson Barreto	
Antônio Honório Alves Ferreira	
José Bernardino de Senna	
Gero Oliva	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Alferes José Ramos Pereira	
Joaquim Estanislau da Silva Gusmão	
Dr. Alfredo Rodrigues Jordão	
Leopoldo Marques da Motta Guimarães	
Coronel Francisco Schmidt	
Dr. João Carneiro de Almeida Maia	
Dr. Joaquim Alfredo de Siqueira	
Francisco Maximiano Junqueira	

1899 – 1902	
Vereadores	Particularidades
Tenente-coronel Fernando Ferreira Leite	presidente
Coronel Francisco Schmidt	vice-presidente
Coronel Francisco Maximiano Junqueira	
Joaquim Alfredo de Siqueira	
Manuel Aureliano de Gusmão	
Joaquim Carlos de Azevedo	
João Evangelista Guimarães	
Suplente que assumiu o cargo de vereador:	
Dr. João Caetano Alves	

1902 – 1905	
Vereadores	Particularidades
Florianio Leite Ribeiro	presidente 1902 a 1903
Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira	presidente (1904)
Manuel Aureliano de Gusmão	vice-presidente (1902)
Major Joaquim Vieira de Souza	vice-presidente (1902 a 1904)
Gabriel Horácio de Barros	
Augusto Ribeiro de Loyola	
Coronel Manuel Maximiano Junqueira	
Coronel Elizeu de Campos Pinto	

Suplente que assumiu o cargo de vereador:	
Jeferson Barreto	presidente (1903)

1905 – 1908	
Vereadores	Particularidades
Manuel Maximiano Junqueira	presidente
Coronel Joaquim Vieira de Souza	vice-presidente (1905), prefeito interino (1905) e prefeito (1906-1908)
Major Ricardo José Gomes Guimarães	prefeito (1905), prefeito interino (1906) e vice-presidente (1906-1907)
Coronel Joaquim Alves da Costa Júnior	
Fábio de Sá Barreto	Fazendeiro
Floriano Leite Ribeiro	
Augusto Ribeiro de Loyola	prefeito interino (1906)
Coronel Elizeu de Campos Pinto	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Coronel Antônio Vicente Ferraz Sampaio	
Renato Jardim	vice-presidente (1907), prefeito interino (1907)

1908 – 1911	
Vereadores	Particularidades
Coronel Antônio Vicente Ferraz Sampaio	presidente (1908-1909)
Tenente-coronel Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira	presidente (1910) e vice-presidente (1908-1909)
Tenente-coronel Antônio Furquim Pereira	vice-presidente (1910)
João Pedro da Veiga Miranda	prefeito (1908- 1909)
Capitão Antônio Vidal de Paiva	
Renato Jardim	
Luiz Baptista Júnior – vice-prefeito	(1908-1909), prefeito (1909-1910)
Tenente-coronel Francisco Maximiano Junqueira	
Coronel Joaquim Alves da Costa Júnior	vice--prefeito (1909-1910)
Ovídio Fenelon de Campos	vice-prefeito (1910)
Teotônio Maurício Monteiro de Barros	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Augusto Gonçalves	
Tenente João Ramos Júnior	
Alfredo Porto	
Francisco Orlando	
Paulino Martimiano da Silva	
Enéias Ferreira da Silva	

1911 – 1914	
Vereadores	Particularidades
Coronel Manuel Maximiano Junqueira	presidente
Dr. João Alves Meira Júnior	vice-presidente
Joaquim Macedo Bittencourt	prefeito
Major Augusto Junqueira	vice-prefeito

Major José de Castro	
Coronel José Martimiano da Silva	
Tenente-coronel Saturnino Corrêa de Carvalho	
Coronel Francisco Schmidt	
João Pedro da Veiga Miranda	
Renato Jardim	

1914 – 1917	
Vereadores	Particularidades
Coronel Manuel Maximiano Junqueira	presidente até 15-02-1915
Coronel Francisco Schmidt	presidente (1915- 1916)
João Alves Meira Júnior	vice-presidente
Joaquim Macedo Bittencourt	prefeito
Augusto Junqueira	vice-prefeito
João Pedro da Veiga Miranda	
Tenente-coronel Saturnino Corrêa de Carvalho	
Coronel José Martimiano da Silva	
Major José de Castro	
Renato Jardim	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Coronel Américo Baptista da Costa	
Francisco Orlando	

1917 – 1920	
Vereadores	Particularidades
Coronel Manuel Maximiano Junqueira	presidente até 15-02-1915
Coronel Francisco Schmidt	presidente (1915- 1916)
João Alves Meira Júnior	vice-presidente
Joaquim Macedo Bittencourt	prefeito
Augusto Junqueira	vice-prefeito
João Pedro da Veiga Miranda	
Tenente-coronel Saturnino Corrêa de Carvalho	
Coronel José Martimiano da Silva	
Major José de Castro	
Renato Jardim	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Coronel Américo Baptista da Costa	
Francisco Orlando	

1920 – 1923	
Vereadores	Particularidades
Dr. Francisco da Cunha Junqueira	presidente
Dr. Fábio de Sá Barreto	vice-presidente/ Fazendeiro
Dr. João Rodrigues Guião	prefeito
Dr. Joaquim Camilo de Moraes Mattos	
Dr. Abílio Sampaio	

Dr. Mário Luiz Monteiro da Silveira	
Bráulio da Silveira	
Pedro Marzola	
Antônio Rodrigues da Silva	
Luiz Queiroz Telles Júnior	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Dr. Francisco Antônio Pompeu de Camargo	
Dr. Antônio de Mendonça Uchôa Filho	

1923 – 1926	
Vereadores	Particularidades
Dr. Francisco da Cunha Junqueira	presidente
Dr. Fábio de Sá Barreto	vice-presidente (1923) e presidente / Fazendeiro
Dr. João Rodrigues Guião	prefeito
Dr. Joaquim Camilo de Moraes Mattos	vice-prefeito
Dr. Antônio de Mendonça Uchôa Filho	
Dr. Francisco Antônio Pompeu de Camargo	
Dr. Mário Luiz Monteiro da Silveira	
Antônio Rodrigues da Silva	
Pedro Marzola	
Coronel José Martimiano da Silva	

1926 – 1929	
Vereadores	Particularidades
Dr. Joaquim Camilo de Moraes Mattos	presidente
Dr. Antônio de Mendonça Uchôa	
Coronel José Martimiano da Silva	prefeito
Antônio Rodrigues da Silva	vice-prefeito
Dr. Jorge Lobato Marcondes Machado	
Pedro Marzola	
Dr. Albino Camargo Neto	
Dr. Manuel Otaviano Junqueira Filho	
Dr. Francisco Antônio Pompeu de Camargo	
Dr. Mário Luiz Monteiro da Silveira	

1929 – 1933 (dissolução da Câmara em 1930)	
Vereadores	Particularidades
Dr. Joaquim Camilo de Moraes Mattos	presidente (1929), prefeito (1929-1930)
Dr. Tito Lívio dos Santos	vice-presidente
Dr. José Martimiano da Silva	prefeito (1929)
Antônio Rodrigues da Silva	vice-prefeito
Dr. Jorge Lobato Marcondes	presidente
Pedro Marzola	
Dr. Francisco Antônio de Camargo	
Dr. Mário Luiz Antônio da Silveira	

José Gastão de Oliveira	
Adalberto Henrique de Oliveira Roxo	
Suplentes que assumiram o cargo de vereador:	
Dr. Antenor Romano Barreto	
Dr. João Rodrigues Guião	
Tomaz Nogueira Gaia	
Coronel Adolfo Serra	
Dr. João Alves Meira Júnior	
Coronel Américo Baptista da Costa	

Prefeitos de Rio Claro

Nº	NOME	OBSERVAÇÃO
	José Estanislau de Oliveira, Visconde do Rio Claro	1845 - 1852
	José Elias Pacheco Jordão	1853-1856
	José Estanislau de Oliveira, Visconde do Rio Claro	1857 - 1860
	José Luiz Borges	1861-1864
	José Joaquim Rodrigues da Silva	1865 - 1868
	Fabício Peixoto de Mello	1869 - 1872
	Coronel Antonio José Vieira Barbosa	1873 - 1876
	Joaquim Teixeira das Neves	1877 - 1880
	Joaquim José de Sá	1881 - 1883
	Cândido do Vale	1884 - 1886
	Barão de Grão Mogol ou Gualter Martins Pereira	1887 - 1890
	Francisco de Assis Salles	1890 - 1891
	José Jacynto de Moraes	1892 - 1894
	Luiz Frederico Barthmann	1895 - 1896
	Argêo Rodrigues D'Ultra Rocha	1896 - 1897
	Lindolpho de Almeida Viégas	1898 - 1899
	Mariano Guimarães	1899 - 1900
	Leopoldo da Rocha Junqueira	1901 - 1902
	José Jacynto de Moraes	1905 - 1907
	José Jacynto de Moraes	1908 - 1910
	Marcello Schmidt	1911 - 1913 - Primeiro Prefeito de Rio Claro
	Major Ignácio de Mesquita Corrêa	1914 - 1916
	Major Ignácio de Mesquita Corrêa	1917 - 1919
	Major Ignácio de Mesquita Corrêa	1920 - 1921
	Espiridão Prado	1921 - 1921
	Irineu Torres Penteadado	1921-1924
	Irineu Torres Penteadado	1924 a 1930

(FONTE: <http://www.rioclaro.sp.gov.br/municipio/municipio-prefeitos.php>)

Amostras das reportagens pesquisadas nos jornais

Notícias sobre o Coronel Marcolino Lopes Barreto

Jornal O Comércio de São Paulo

Ano 1904 | Edição 03700 (1)

<p>As aguas vão-se clareando e dirigem-se para os tanques de filtração.</p> <p>Estes são formados de diversas camadas, cuja espessura varia conforme o ponto do filtro, pois vai decrescendo de uma extremidade a outra, com a diferença do nível. Tomando-se, porém, uma média, tem-se uma altura de 1m,30, assim dividida: 0m,40 de macadam e pedregulho; 0m,10 de areia grossa; e 1m de areia fina. Uma vez prompto o filtro, faz-se passar agua limpa, que gasta cerca de 6 horas para atravessal-o. Nos primeiros dias, não é bastante limpida, pois não houve tempo de se formar o que os francezes denominam <i>feutrage</i>, especie de capa ou coxim de detritos e bacterias. A areia mais fina não impede a passagem dos germens, que circulam nos circuitos que nella se estabelecem. No começo, pois, passa maior quantidade de agua; mas, em compensação, maior numero de germens, que diminue com o revestimento da <i>feutrage</i>, que, por fim, difficulta o bom funcionamento dos filtros, tal como acontece nas velas Pasteur. Torna-se, então, necessario fazer-se a limpeza do filtro, que é substituído.</p> <p>Nas velas Pasteur, deve-se ter a</p>	<p>facto de ter sido aprisionado em Manaus, por ordem do governo do Rio de Janeiro, o vapor <i>Ucayali</i>.</p> <p>No Peru, onde se conhece o texto da nota, elle gerou apprehensões entre a opinião publica, a quem não passou despercebida a inconveniencia dos termos em que ella se acha redigida.</p> <p>O correspondente da <i>Information</i> accrescenta que o Brasil já respondeu a essa nota com uma outra que, sendo muito delicada na forma, é, ao mesmo tempo, concebida em linguagem muito firme.</p> <p>O <i>Diario Official</i> vai publicar um edital pondo em concurso o officio do registro geral de hypotheças e annexos da comarca do Bananal.</p> <p>A requisição da Secretaria do Interior e Justiça o Thesouro vai pagar: 96\$800, a Antonio Domingues da Silva; 100\$000, a Antonio Baldan & Filho; 300\$, a Domingos Soares & C.; 75\$500, a Agostinho da Silva & C.; 13\$440, a Vicente da Cunha Guimarães; 73\$000, a Costa Machado & C.; 90\$000, a d. Joanna Abranches de Moraes; 3:166\$666, a <i>Light</i>; 256\$665, a Laemmert & C.</p>	<p>correio desta cidade o sr. Pio Correia da Silva Leite.</p> <p>—O sr. coronel José Xavier de Mendonça arrematou, ante-hontem, em 3ª praça, por sessenta contos, a fazenda <i>S. Manoel</i>, deste municipio.</p> <p>—Durante as noites de ante-hontem e hontem, cahiu geada em diversos pontos deste municipio, não se sabendo ainda, entretanto, de estragos serios produzidos por ella.</p> <p>S. Carlos do Pinhal</p> <p>Em data de 19:</p> <p>Deve realisar-se no dia 3 do proximo mez, com o drama <i>O Dever e a Natureza</i>, o espectáculo que o <i>Grupo Dramatico Beneficente</i> pretende dar em beneficio da <i>Banda Brasileira</i>.</p> <p>—Tomou posse do cargo de delegado de policia desta cidade o sr. tenente-coronel Marcolino Lopes Barreto.</p> <p>—Realisam-se hoje importantes corridas no Hippodromo desta cidade.</p> <p>—Pelo dr. intendente municipal foi auctorisado o pagamento de 150\$ a d. Ondina Floret Lobo.</p> <p>—Foram concedidos quinze dias de licença ao sr. José Carlos de Arruda Pinto, segundo partidador, com o anexo de contador desta comarca.</p>
--	---	--

Ano 1890 | Edição 10295 (1)

E caso para tentarmos o pavão que terá no anno vindouro uma enchente de theatros e de boa musica.

S. CARLOS DO PINHAL

Escreve-nos o correspondente em data de hontem :

« Continua a progredir esta importante cidade. Depois da criação do Banco de S. Carlos, incorporou-se mais outro estabelecimento de credito — o Banco União de S. Carlos.

— Os cidadãos Joaquim Alves da Costa Cardoso, Marcolino Lopes Barreto, Francisco Pedro de Oliveira e Leonel Ayres Gutra, todos homens do commercio, estão incorporando uma associação—A Mercantil—com o fim de fazer o commercio em grande escala nesta cidade.

O capital que é de 250 contos está quasi todo coberto particularmente. É uma associação de futuro, não só pelo fim a que se destina, como pela confiança que inspiram os seus incorporadores.

— Nestes ultimos tempos é grande a procura de terrenos para a construção de predios, pagando os compradores muito bem os terrenos situados nos pontos mais centrais.

— Dizem pessoas entendidas, financi-

Premios de 5080

269	499	758	799	2136
3515	4342	4533	6315	

Dezenas

9551 a 9560	30\$000
611 a 650	20\$000
1561 a 1570	10\$000

Approximações

9551 e 9556	100\$000
613 e 615	60\$000
1561 e 1566	30\$000

Terminações

Todas as terminações de 55 tem o premio de 10\$000.

Todas as terminações de 41 tem o premio de 10\$000.

Todas as terminações de 4 e 5 tem 5\$000 exceptuando os 2 finais do 1º e 2º premios.

Todos os premios serão pagos integralmente pela lista geral na agencia á rua 15 de Novembro, 11 A.

Os tres primeiros premios foram vendidos aqui.

CLUB X

Esse club carnavalesco sabbado ultimo encetou a sua existencia no mundo da *pi-theia e da folia*.

Festejou com um baile o dia de seu apparecimento, remetendo por uma coisa no da-

ogni cosa—ad hoc:

«La nobil guerra io canterò... qu
«A si largue promesse opera eg
«Darà costui? Partoriranno i
«Vil topo nascerà... quanto pi
«quel cominciò che nulla ordisc

METASTAZIO. Tradz.
Poetica.

Non conviene all'uomo fare co
no, il quale fila le sue viscere
vita, ut quid? onde stendere ur
sima tela da prendere una mosc
Come l'umanità si perde ge
dietro a vanità! Mille prepari, u
e ciondoli per figurare in quella
quello spettacolo teatrale in
versazione insipida, e spesso
peggiori.

Le pretendo ammogliarmi con
netta italiana, mi diceva non h
giovine brasiliano facoltoso e
Ho messo gli occhi su quella bi
pa e colorita come una rosa. Di
di dal mischiarmi con alcuna
di quelle che seguono il monde
si lasciano governare e dai ca
crestaie di Parigi.

«Quanto tempo perdono in ve
sciarsi. Sono attese? Aspett
aspetta e mai compariscono. Ho
ra conto e cento spilletti dà infi

a *monocultura cafeeira* e o lavrador brasileiro, convenha-se, — ha muito que seleccionar em outras e mais altas regiões!

A reunião do commercio

Da discussão que se estabeleceu na grande reunião do commercio, motivada pelo regulamento do novo imposto de consumo, patenteou-se como corrente e incontrovertido que esse imposto é inaceitavel, principalmente por sua forma extremamente vexatoria para o commercio, segundo a opinião unanime dos seus representantes, — opinião essa que nos merece o maior acatamento, pois que, no caso em questão, parece perfeitamente justificada, e digna, portanto, das atenções do governo.

Sustentando-a, exhibiram diversos e muito considerados commerciantes valiosos argumentos e provas, e apresentaram-se á consideração da assembléa alvitres diversos, entre os quaes a mais decidida e tenaz resistencia á applicação do imposto pela forma determinada, indo essa opposição até a grêve e o fechamento de portas, se tanto for preciso.

Por fim, venceu a resolução, de que demos noticia em tempo, contida no telegramma expedido ao Centro Commercial do Rio.

Comquanto acalorada, correu em boa ordem, em attitúde pacifica, se bem que enérgica, a reunião do commercio, deixando-nos boa impressão, porque é justamente na virilidade da opinião que reside a belleza das instituições democraticas.

De tudo isto, porém, de toda esta *ebullição* de sentimento, em que sobreñadavam interesses gravemente feridos e reclamações de protestos

As praças serão vestidas de brim paço, cinturão, porta-machadinhas e bonet envernizado.

A movimentação das praças será feita por toques de apitos, sendo substituído o uso das cornetas.

— A comissão encarregada de angariar donativos para os pobres de Sorocaba obteve já 2:000\$, que se acham no Banco União ao dispor do deputado estadual dr. Padua Salles.

— Falleceu no dia 5 a exma. sra. d. Delphina Alves da Silva, mãe do sr. João Albino de Silva.

— Durante o mez passado transitaram nos bonds da Companhia Carris de Ferro 47.763 pessoas, dando o rendimento de 9.472\$500.

S. CARLOS DO PINHAL

Realisaram-se, 3º domingo, as costumadas corridas cyclicas no Velo-Club São Carlen-se. A concorrência foi animada, assim como o movimento de *poules*.

— O *Correio de S. Carlos* continúa a tractar da demissão do professor de Visconde do Pinhal, illegalmente lavrada pelo sr. tenente coronel **Marcolino Lopes Barreto**, presidente da camara.

O collega perde o seu tempo — e o seu latim, que, no caso, é uma correctá prosa vernacula. O acto illegal e acintoso, que verbera, não é culpa exclusiva do chefe politico: os desmandos dos pequenos dominadores é um *symptoma*. *Symptomata* não se combatem: baldado esforço. Emquanto subsistir o mal, a affecção real e profunda — essa *syphilis* politiquera que nos corrêe o organismo social, esses e outros *symptomata* hão de forçosamente manifestar-se, queiram ou não queiram!

— O sr. dr. Macedo Soares, grão mestre da Maçonaria Brasileira e membro do Supremo Tribunal Federal, esteve alguns dias no municipio em visita aos seus amigos srs. Luiz Teixeira de Barros e dr. José Teixeira de Barros, faendeiros em Visconde do Pinhal.

Regressou na segunda-feira passada.

— Foi no dia 5 arrematada em hasta publica, por 150.000\$000, a fazenda denominada *Paraiso*, avaliada em 276.050\$000 na execução hypotecaria movida pela arrematante, d. Maria Antonia Pires, contra o sr. Chris-

O deputado federal Marcolino Lopes Barreto

As proximas eleições, de 30 do corrente, que vão renovar a Camara dos Deputados, têm sido motivo de comentarios por parte de toda a gente que se julga conhecedora da politica.

A politica dos Estados, sobretudo, preoccupa todas as camadas e em todos os departamentos da União ha a vontade de organizar representação constituída pelos elementos que mais se dedicaram ao Estado por que forem eleitos.

Assim, o grande e prospero Estado de S. Paulo, com o exemplo que todo o Brasil conhece, vai renovar a sua representação e desse trabalho só beneficios lhe poderão advir.

Dentre os homens de responsabilidade que estão destinados á guarda dos interesses do grande Estado, na nossa Camara Baixa figura o sr. coronel Marcolino Lopes Barreto, deputado já, mas cujo mandato ora expira.

E' seu nome que merece bem essa justiça do eleitorado paulista, pois a reeleição desse cavalheiro, cuja dedicação pela responsabilidade politica assumida, bem merece esse acto dos seus amigos e correligionarios.

A conservação de um elemento como o sr. coronel Marcolino Lopes Barreto, num momento como o actual em que o governo se empenha pela representação das minorias, é um acto que só pôde nobilitar o 2.º districto do Estado de S. Paulo, pois que se trata de um homem de grandes serviços á República, especialmente ao seu Estado, por que deu o melhor do seu esforço e actividade.

Muito moço ainda, em pleno vigor da idade, alistou-se nas fileiras republicanas, ao lado dos grandes vultos daquella causa, e assim tem sido o coronel Marcolino Lopes Barreto, até hoje, o mesmo ardoroso republicano de 1880.

Feito na vida por seu unico esforço, tendo começado pelo commercio, como simples caixeiro, trabalhou, dedicou-se ao futuro com verdadeiro afan e intelligencia, conseguindo fazer uma base para a sua independencia pessoal.

De caixeiro, tendo feito economias, tornou-se proprietario. Estabeleceu-se, e então comprehendendo a responsabilidade da nova posição, por elle mesmo creada para si, trabalhou ainda mais com tenacidade e

Como commandante que era do 86.º batalhão de infantaria da guarda nacional, organizou uma companhia de guerra, armou-a, fardou-a, instruiu-a devidamente e offerecendo os seus serviços ao governo, commandou o seu troço de homens, durante 11 mezes, com a mesma dedicação de sempre. Finda essa lucta fratricida que enlutoz os primeiros dias da Republica, o coronel Marcolino Lopes Barreto voltou ao seu Estado e, como bom patriota e republicano, trocou, sem outra preocupação que a de servir á Republica, a espada pela penna de administrador dedicado.

Sentindo que não podia, sem prejuizo de uma, exercer as funções de administrador publico e negociante, liquidou o seu estabelecimento e fez-se lavrador de café, com o que se desembarçou um tanto, tornando-se chefe politico de prestigio. Desse modo sustentou o seu velho amigo Paulino Carlos como deputado federal em varias legislaturas, não tendo nunca querido acceder ao convite dos seus amigos de aceitar um lugar na representação federal.

Nessa recusa manteve-se até 1910, quando a politica assim o exigiu, e o coronel Marcolino Lopes Barreto concordou, mais para servir aos seus correligionarios que pelo desejo de ter um novo destaque, com a sua indicação para uma cadeira das representações paulistas. E a eleição veio garantir o seu prestigio, sendo eleito por brilhante votação.

Na Camara, onde foi reconhecido, tornou-se o mesmo trabalhador, procurando sempre ser agradável sem bajulação, o que lhe valeu a amizade que amigos e adversarios lhe dedicam.

E tanto mais sympathias mereceu quando, sabendo-se ser elle um homem de prestigio, se observou o seu animo independente, mas accessivel, democrata e obsequioso. Nessa ultima qualidade achou um meio de crear uma atmosphera especial, pois jámais quem lhe está perto deixa de compartilhar com elle o conforto e largueza da vida sempre clara que em tempo algum deixou de manter.

Muitos ha que, na propaganda de seus nomes para cargos electivos, só vêem uma fonte productiva, por isso desdenham, depois, dos que os guindaram á posição que desfructam.

Com o coronel Marcolino Barreto não se dá o mesmo, pois sempre tem prazer em ser util aos seus electores, e não poucos la-

Aos que me honrarem com os seus votos offereço meu passado de advogado e lavrador no districto como penhor do desempenho do mandato que me fôr confiado.

Jaboticabal, 25 de janeiro de 1915.

Arthur Pequero-by de Aguiar Whitaker,

Advogado, residente em Jaboticabal.

Ano 1915 Edição 18509 (1)

rua S. Joaquim n. 85, achando-se na mais extrema pobreza e com um filho affectado de moléstia gravissima, consumindo-se no fundo de uma cama, implora das almas caridosas uma esmola que venha aliviar os seus horribes sofrimentos. Todos aquelles que quizerem socorrer-me deixar as suas esportulas na redacção ou na casa acima citada, com o nome de que serão sempre lembrados de Deus.

Sociedade Humanitaria dos Empregados no Comercio de S. Paulo

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

De ordem do sr. presidente, convido os srs. socios para a reunião de assembleia geral ordinaria, Domingo, 31 do corrente, á uma hora da tarde, no salão da sociedade, á rua 15 de Novembro (Galeria), reunião que terá por fim, na forma do disposto pelos Estatutos, a apresentação e discussão do relatório da directoria, eleição e posse de tres directores e do conselho fiscal, e mais assumptos de interesse social.

S. Paulo, 21 de janeiro de 1915.

LELLIS VIEIRA,

Secretario.

INDICADOR

Med'cos

Dr. Theodoro Hayma — Gabinete de analyses e microscopia clinica. — Rua S. Bento, 61, 1.º andar. — Reacção Wassermann para o diagnostico do syphilis. — Vacinas ospanicas. — Exames histologicos e de escarro, fezes, urina e sangue, etc. Re.: Rua General Jar. Sim. 78.

Dr. A. Xavier Gomes — Clinica medica em geral. — Especialidade: moléstias das crianças. — Consultorio e residencia: rua Brasseur n. 283. (Telephone, 298 Brazil).

CLINICA NEUROTHERRAPICA do dr. Ednardo Guimarães — Internato e externato. — Tratamento de fraqueza nervosa e mental das nevroses e psycho-nevroses. — Reducção psychica, motora e visceral. — Rua Barão de Itapetinga, 74, das 9 ás 11 e 4 rua Quinze de Novembro, 61, de 1 ás 4.

Dr. Nunes Cintra — Residencia: rua Luque de Caxias n. 30-B — Telephone: 1.648 Consultorio: rua S. Bento, 74, de 1 ás 4.

Dr. Carlos Botelho, da Faculdade de Paris — Cirurgia, moléstias do utero e vias urinarias. — Hydrotherapia, á rua Brigadeiro Tobias, 45, de 1 ás 3. — Telephone n. 2.065.

Dr. Alves de Lima, da Universidade de Paris, cirurgião da Santa Casa. — Especialidade: vias urinarias, moléstias de sechoras e partos. Residencia: rua de S. Luiz, 16. Consultorio, rua S. Bento, 34, de 1 ás 4. Tel. 30.

Dr. Aristides Galvão Guimarães — Medico — Consultorio: R. José Bonifácio, 15. Das 13 ás 15 h. Teleph. 4467. — Residencia: R. Barão de Iguape, 114. Teleph. 2820.

Dr. Pinheiro Cintra — Clinica medica Medico da Santa Casa. — Residencia: Rua Guayanasas, 109-A. Consulta de 7 ás 5. — Consultorio: Rua S. Bento, 34, S. Paulo.

Dr. Guilherme Ellis — Medico operador. — Especialidade: crianças e velhos. Residencia e consultorio: rua Aurora, 6.

Notícias: Coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho

Jornal: Correio paulistano

Ano 1893 | Edição 11085 (1)

Do partido republicano paulista

Devendo ter lugar a 31 de maio do Outubro próximo as eleições da deputação e de um senador ao Congresso Federal, a comissão central do partido republicano caminha os directórios locais a procederem á eleição prévia dos candidatos, que tem de ser apresentados ao eleitorado paulista.

De accordo com a lei n. 35 de 25 de Janeiro de 1892, tendo a eleição de deputados por todo o Estado, cada localidade deve indicar dois nomes para deputada e um para senador. No districto da Capital serão indicados tres nomes para deputados.

O resultado da eleição prévia deve ser em data até o dia 8 do referido mez de Outubro á comissão central, á rua José Bonifácio, n. 22.

S. Paulo, 22 de Setembro de 1893.

A comissão central

Prudente J. de Moraes Barros
Dr. José Alves Guimarães Junior
Dr. Alfredo Ellis
Francisco Glicério
Francisco de Paula Rodrigues Alves
Julio Mesquita
Antonio Mercadão

CORREIO PAULISTANO

SEM BANDEIRA!...

A revolta promovida pelo sr. Custódio José de Mello nas aguas da bahia do Rio de Janeiro não é enobrecida por uma idéa politica, nem mesmo exprime um pensamento, um plano partidario ou a acção solidaria de uma collectividade homogenea; ao contrario, revela por sua hybrida composição, e pelo desencontro dos desarrazados fundamentos dos manifestos publicados pelo chefe do movimento e por seus irreflectidos companheiros, que não teve como causa real senão motivos inconfessaveis de interesse pessoal, desmedida ambição politica, paixões mes, e indecorosa cobiça de posições officaes, e de lucro.

habilidade, o que trouxe em ininterrupta gargalhada os espectadores.

O desempenho foi bom, sobresahindo no primeiro plano Aliverti, que fez o papel de «Clarinas» com desenvoltura e malicia, Mattos, que, no papel de «Miguels», nos fez rir a valer, Polero e Rangel Junior nos de «Gifars» e «Vicars».

Os demais artistas andaram satisfactoriamente nos respectivos papeis.

O «Rapaz de Salas» está recheado de leves e bonitos trechos de musica

—Representa-se hoje a «Conquista dos talismans», peça já conhecida do nosso publico.

E' de esperar que o theatro não tenha hoje um só lugar vazio.

Prestou hontem exame para o logar de tabelião de S. José dos Campos, perante o presidente do Tribunal de Justiça, o sr. Ariundo de Oliveira Miraglia, sendo plenamente approvedo.

6.º DISTRICTO

O directorio republicano do Rio Claro indicou para deputados generes dr. Alfredo Ellis e coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho e para senador dr. Rodrigues Alves.

4.º DISTRICTO

O eleitorado republicano de Sorocaba, Tatuhy, Faxina, Rio Verde, Fartura, Guaraby e Ribeirão Vermelho indicou para senador dr. Rodrigues Alves e para deputados federaes drs. Adolpho Gordo e Julio de Mesquita.

PADRE MALGREADO

Lemos no «Diario de Campinas», de hontem:

Sabbado ultimo apresentou-se ao padre Francisco Elias Vartolo, coadjutor da Matriz da Conceição, um casal pedindo-lhe que os unisse pelo laço religioso, pois já se achavam casados civilmente, como constava da certidão que apresentavam.

Elles, porém, ignoravam que para isso era necessario terem corrido os pregões.

Então, o referido padre, desandou em furiosa decompostura contra todos, que se achavam no templo e ameaçou, com um revolver em punho, a um individuo que intervieria fazendo sentir as inconveniencias contidas nas palavras do reverendo.

Apresentava queixa contra o coadjutor ao lenente delegado de policia, esta anco-

do ensino publico nos seus diversos graus. Em um typo de tempo relativamente pequeno a grande nação tem conseguido realisar reformas cada vez mais adiantadas sobre a instrução publica.

E é exactamente por isso, porque folha preciso fazer muita cousa ao mesmo tempo, que se notam lacunas mais ou menos sensiveis nas suas diversas organizações. Que o grau de perfeição de um trabalho qualquer está na razão directa do tempo empregado na confecção desse mesmo trabalho, é verdade que encontra os seus argumentos de justificação em todos os factos que á observação a vida humana diariamente offerece. E o que significam as novas reformas porque constantemente passam as instituições dos diversos povos, sino a necessidade de melhora-las n'um determinado sentido?

Evoluir, melhorando sempre, tal é a eterna ambição das sociedades modernas. Todo o estacionamento no caminho do progresso terá as mais funestas consequências.

Um povo tem precisão das novas reformas que vão sendo reclamadas, á medida que se vão tornando mais complexas as exigencias de sua vida.

A Republica Franceza assim o tem comprehendido, não se descuidando nunca de substituir as leis que por qualquer motivo não possam mais convir á sua prosperidade. Com relação ao ensino publico, ouvimos dizer que vai elle passar por uma reforma geral mais de accordo com os recentes progressos que se têm verificado nos seus diversos ramos.

Com certeza por essa occasião tambem serão alteradas as disposições sobre as escolas normaes,—palpaveis como são alguns defeitos de que as actuaes se resentem.

Assim, por exemplo, no que se refere ao plano de estudos adoptados encontramos faltas heas condemnaveis, a nosso ver. O alumno encontra-se logo no primeiro anno com o estudo da psychologia;

esteja preparado para aprender, com criterio todos os motivos; que o impellem para um determinado caminho, só então, parece-nos, deverá elle receber as lições que têm por fim, não multiplicar a cópia da sua illustração, mas architectar sobre as bases que elle já possui o edificio soberbamente delicado da moral. Não é recitando-lhe leis facticias, principios que não existem realmente, que se conseguirá ganhar terreno no trabalho secular de melhoramento do individuo. E' sim ensinando-lhe a jogar com os elementos que já exornam o seu espirito, a serial-os, a methodisal-os com ordem a poder elle conscientemente traçar a linha que lhe servirá de norma de conducta quer como homem, ser occupante do grau mais elevado da escala zoologica, quer como cidadão, collaborador obrigado no progresso da grande familia humana.

Imagine-se por um momento do resultado desastroso que decorrem da collocação da hygiene e da medicina legal em um dos primeiros annos do curso medico. Ora, essas materias que não têm uma existencia propria, independente, e são sim a applicação de toda a serie de estudos medicos a esses dous ramos da medicina social, de modo algum poderiam ser ensinadas ao alumno antes de estar elle orientado em todo o conjunto do curso medico.

A observação do que se passa n'um curso de chimica, como geralmente elle é feito, dá, pensamos, apoio ao nosso modo de ver.

Quem já passou pelos bancos de uma aula de chimica ha de ter notado que a maioria dos estudantes tem por essa materia decidida antipathia.

Logo no começo do curso elles se encontram com difficuldades que se lhes afiguram invenciveis. Então a chimica passa a ser por elles considerada como uma sciencia diferente de todas as outras, pois que começa a ser incomprehensivel desde as suas primeiras paginas.

E de onde vêm esse desanimo anti-quirador do espirito do joven estudante?

Ano 1908 | Edição B16060 (1)

da Guarda Nacional: Ubatuba, major Hilarião Amancio de Moraes e alferes Antonio Joaquim Garcia; Villa Bella, tenente-coronel Benedicto José dos Santos; Atibaia, alferes Juvencio Maciel da Fonseca; Monte Mór, tenentes Leontino de Franca - Francisco Antonio de Macedo.

— Apresentou-se ao quartel-general, munido de sua patente, fardado e prompto, sendo-lhe deferido o devido compromisso, na fórmula da lei, o tenente Candido Cardoso, do 6.º regimento de cavallaria, de Bebedouro.

— O commando superior, logo que teve conhecimento, hontem, do fallecimento do coronel Paulino Carlos de Arruda Botelho, occorrido em S. Carlos do Pinhal, mandou hastear em funeral a bandeira do quartel-general, e telegraphou aos capitães Celio de Freitas e Thiago Marzagão, para representarem-no no enterro e apresentarem condolencias á illustre familia onlutada.

— Estão escalados para o serviço de estado, no quartel-general: amanhã, o capitão Joaquim Vieira de Moraes; depois de amanhã, o capitão Augusto Urioste Junior. Uniforme, 3.º.

Alistamento militar

Resultado conhecido pelas informações

O productor, não tendo quem lhe compre o producto, por preço que remunere os seus esforços, certamente não o produzirá e o comprador, não encontrando nos hippodromos condições animadoras, também por sua vez deixará de empregar os seus capitães na aquisição de poldros.

Vê-se pois que a conservação da harmonia que deve existir entre os tres elementos, depende, em primeiro lugar, das sociedades hippicas, pois, desde que ellas offereçam parcos que convidem á inscripção de animaes nacionaes, os compradores destes apparecerão e, existindo elles, os criadores, estimulados pela procura, envidarão esforços para produzir cada vez melhor.

Do exposto chega-se logicamente á increditavel, mas real conclusão de que cabe ás nossas sociedades hippicas e principalmente ao nosso estimado Jockey Club Paulistano a responsabilidade da decadencia em que se acha a criação equina no Estado de S. Paulo, pois infelizmente nenhuma garantia, assim como nenhum estímulo encontra na nossa velha sociedade hippica quem deseje adquirir poldros nacionaes, porquanto ella não offerece, com os seus proprios recursos, um unico parco classico, nem tão pouco um unico grande premio «certo», pois não podem ser tidos como taes os premios provenientes das supvenções estaduaes e municipaes, não só porque são estas falliveis, como também